

TERÇA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 2009

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 09H05)

2. Comunicação da Presidência

Presidente. – Em primeiro lugar, gostaria de ler uma informação importante. Em 2 de Dezembro, recebi uma comunicação da Comissão, dirigida ao Parlamento Europeu e ao Conselho, relativa às consequências da entrada em vigor do Tratado de Lisboa sobre os processos decisórios interinstitucionais em curso. Em virtude desta comunicação, o Parlamento enquanto instituição considera que todas as propostas enumeradas na comunicação que, por força do Tratado de Lisboa, passam a ser abrangidas pelas suas competências foram novamente apresentadas a esta Assembleia. O Parlamento registou igualmente o facto de, no seguimento da comunicação, a Comissão Europeia ter retirado algumas propostas.

No caso de propostas legislativas pendentes em 1 de Dezembro de 2009, a data em que o Tratado de Lisboa entrou em vigor, o Presidente da Comissão convidou as comissões parlamentares às quais já tinham sido apresentadas propostas na actual legislatura, registadas nas actas dos períodos de sessões, a verificarem as bases jurídicas e as modificações processuais propostas pela Comissão, além de quaisquer outras alterações a efectuar em conformidade com as disposições do Tratado de Lisboa e a decidirem se pretendem confirmar posições já adoptadas no âmbito do processo de consulta como primeiras leituras do processo legislativo ordinário ou se elas constituem aprovações.

Reconhece-se que o Parlamento se reserva o direito, em todos os casos, de solicitar que a Comissão apresente uma nova proposta. No que respeita a propostas em que o Parlamento não tenha sido consultado antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, cabe à Comissão remeter novas propostas ao abrigo do processo legislativo ordinário ou de outro procedimento adequado.

Trata-se de uma comunicação sobre as nossas actividades legislativas no futuro próximo – uma comunicação sobre as relações mútuas entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu no processo legislativo. Como os senhores sabem, estamos num período de transição – passamos do Tratado de Nice para o Tratado de Lisboa e, ao mesmo tempo, iniciamos uma nova legislatura. A nova Comissão ainda não foi aprovada. Tudo isto exige trabalho árduo, que tem de ser realizado em conformidade com a lei, entre a Comissão e o Parlamento, e este é o tema da comunicação.

3. Seguimento dado às posições e resoluções do Parlamento: ver Acta

4. Perguntas orais (apresentação): Ver Acta

5. Entrega de documentos: ver Acta

6. Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito (comunicação das propostas de resolução apresentadas): ver Acta

7. Projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2010, alterado pelo Conselho (todas as secções) - Projecto de orçamento rectificativo n.º 10/2009 da União Europeia para o exercício de 2009, secção III - Comissão - Mobilização do Instrumento de Flexibilidade: projecto no domínio da energia - Quadro financeiro 2007/2013: Plano de Relançamento da Economia Europeia, segunda revisão (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta sobre:

- o relatório (A7-0083/2009) dos deputados Surján e Maňka, em nome da Comissão dos Orçamentos, sobre o projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2010, alterado pelo Conselho (todas as secções) (11902/2009 – C7-0127/2009 – 2009/2002(BUD)) e as Cartas rectificativas n.ºs 1/2010 (SEC(2009)1133-14272/2009 - C7-0215/2009), 2/2010 (SEC(2009)1462 – 16328/2009 – C7-0292/2009) e 3/2010 (SEC(2009)1635 – 16731/2009 – C7-0304/2009) ao projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2010,

- o relatório (A7-0081/2009) da deputada Haug, em nome da Comissão dos Orçamentos, sobre o projecto de orçamento rectificativo n.º 10/2009 da União Europeia para o exercício de 2009, Secção III – Comissão (16327/2009 – C7-0288/2009 – 2009/2185(BUD)),

- o relatório (A7-0080/2009) do deputado Böge, em nome da Comissão dos Orçamentos, sobre a mobilização do Instrumento de Flexibilidade, nos termos do ponto 27 do Acordo Interinstitucional, de 17 de Maio de 2006, entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira (2009/2207(BUD)),

- o relatório (A7-0085/2009) do deputado Böge, em nome da Comissão dos Orçamentos, sobre o quadro financeiro 2007/2013: Plano de Relançamento da Economia Europeia, segunda revisão (alteração do Acordo Interinstitucional de 17 de Maio de 2006 sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira) (COM(2009)0662 - C7-0305/2009 - 2009/2211(ACI)).

László Surján, relator. – (HU) Obrigado por me dar a palavra, Senhor Presidente. Senhor Ministro, Senhor Comissário, caros Colegas, no início deste debate orçamental, tenho de dizer que, mais do que abrir uma discussão, pretendo expressar o meu agradecimento. Quero agradecer ao Conselho e à Comissão pela cooperação frutuosa que nos permitiu finalmente chegar a acordo e apresentar agora uma proposta comum, em certo sentido, perante este Parlamento. Contudo, devo também alargar esta manifestação de agradecimento aos vários grupos da Assembleia, porque se não tivessem cooperado e representado em conjunto os valores que são importantes para o Parlamento e para os cidadãos da Europa, não teria sido possível, de todo, preparar o orçamento.

Há um ano, foi-me confiada a tarefa de ser o relator para o orçamento de 2010. Começámos imediatamente a formular expectativas e orientações políticas. Estas questões foram discutidas pelo Parlamento na Primavera deste ano. Foi extremamente importante, olhando também para o futuro, tomar uma decisão que permitiu retirar ensinamentos, porque nos antecipámos ao anteprojecto de orçamento em vários meses. Por outras palavras, a Comissão Europeia conhecia a opinião do Parlamento e, de certa forma, tomou-a também em consideração enquanto preparava o documento.

Penso que devemos adoptar o mesmo calendário nos anos subsequentes. O que pretendíamos alcançar? Sabíamos que a economia da Europa estava em crise. Entendíamos, e continuamos a entender, que este orçamento tem de desempenhar um papel determinante na gestão da crise. Discutimos este ponto com o Conselho porque outra solução evidente para a crise é gastarmos menos na Europa. Não é uma resposta definitiva, mas pode melhorar a situação. Se gastarmos os fundos de forma sensata e colocarmos uma tónica significativa na boa utilização dos recursos, o orçamento da UE pode surgir não como um encargo mas como uma parte da solução para a crise. Neste contexto, queríamos impulsionar a competitividade, utilizando programas de investigação e desenvolvimento como um meio para o conseguir. Pretendíamos também lançar as bases para uma política energética comum e contribuir para o seu desenvolvimento.

Mais de 11 mil milhões de euros destinam-se a estes objectivos. Queríamos estimular a economia, sobretudo através da política de coesão. Este mecanismo representa 36 mil milhões de euros. Ficou claro ao longo do ano que havia sérios problemas no sector do leite, por exemplo, que não eram uma consequência da crise económica geral. Contudo, o Parlamento achou necessário colocar-se ao lado dos agricultores, o que resultou na criação de um fundo de 300 milhões de euros para o sector do leite, que, apesar de não ser um fundo permanente, representa um aumento de 300 milhões de euros. Com um montante total disponível de aproximadamente 750 milhões de euros, é possível dar mais assistência ao sector do leite. No entanto, o Parlamento gostaria agora também de realçar que esta medida tem de ser acompanhada por uma revisão completa dos problemas do sector e pela sua reestruturação.

Ao mesmo tempo, enfrentámos também o facto de termos um espaço de manobra insuficiente. Algumas rubricas não têm qualquer margem, o que torna inevitável uma revisão intercalar do quadro financeiro plurianual. Esta acção é extremamente necessária, mas também é fundamental que os Estados-Membros utilizem os fundos que têm disponíveis de uma forma muito mais orientada e prudente a fim de incentivar o crescimento. Só assim poderemos encarar olhos nos olhos os cidadãos e os contribuintes europeus, dado

que é o seu dinheiro que estamos a gastar numa tentativa de tornar o funcionamento da UE mais eficaz e bem-sucedido.

Vladimír Maňka, *relator*. – (SK) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Secretário de Estado, caros Colegas, hoje, não tenho de me preocupar com a possibilidade de não mencionar algum aspecto importante do meu relatório. Todos os documentos que foram elaborados durante um ano inteiro com colegas e outros funcionários já foram amplamente discutidos na Comissão dos Orçamentos, nas sessões plenárias e nos processos de concertação ou em reuniões tripartidas. Mais importante ainda, existe apoio suficiente a todos os pontos nesta Câmara.

Quando começámos o nosso trabalho de redacção do orçamento, no início do ano, eu tinha curiosidade em saber até onde me deixariam ir os meus conselheiros e coordenadores e o meu grupo político, por me ter sido dito que já tinha ido longe demais. Vi muitas oportunidades não aproveitadas e limitações que queria resolver. Surgiram mais oportunidades e sugestões para melhorias em dezenas de discussões com os principais representantes das instituições, directores de departamento e outros trabalhadores.

Os próprios funcionários das instituições começaram a apresentar-me informações e sugestões. Tenho a sensação de que esperam e acreditam que podemos resolver a situação. Por um lado, congratulei-me por terem revelado tanta confiança em mim e me terem abordado, mas, por outro lado, agradecer-me-ia muito mais que os seus superiores pudessem ouvir as suas opiniões e resolver os problemas.

Entendo, naturalmente, que a maioria destas unidades desenvolve um trabalho profissional e de elevada qualidade mas, neste momento, e neste local, gostaria de salientar a importância do trabalho pessoal. Com base nas limitações documentadas, conseguimos aplicar medidas mais sistémicas. Contudo, não cabe ao relator, mas ao Secretário-Geral do Parlamento Europeu ou ao principal representante da instituição europeia em causa descobrir e resolver as questões.

Por conseguinte, saúdo calorosamente o acordo alcançado nos processos de concertação com a gestão do Parlamento Europeu relativamente à execução de uma auditoria organizacional. Pela primeira vez na história do Parlamento Europeu, terá lugar no próximo ano uma auditoria ao funcionamento de dois dos seus departamentos mais importantes, a Direcção-Geral INLO e o serviço de segurança. O objectivo é promover uma utilização mais eficaz dos recursos.

No passado, o Tribunal de Contas era a única instituição a aceitar inspecções externas ao seu trabalho. O resultado foi benéfico. O Tribunal conseguiu reduzir os seus custos administrativos e alcançou níveis de produtividade mais elevados.

Quero aplaudir o grande profissionalismo da Presidência sueca. Já em Abril, antes de o nosso mandato entrar efectivamente em vigor, reunimo-nos com o senhor Ministro Hans Lindblad e com os seus colegas. Chegámos rapidamente a acordo sobre as prioridades e, em conjunto, conseguimos introduzir elementos e pontos de partida racionais.

Apresentamos uma declaração conjunta na sessão plenária de hoje relativa à política imobiliária, que constitui uma rubrica significativa nos custos administrativos das instituições. Penso que conseguimos, em conjunto, iniciar um processo que vai proporcionar economias neste domínio.

Caros Colegas, só com esforços conjuntos a nível europeu poderemos enfrentar os maiores desafios do século XXI: alterações climáticas, os riscos e o custo das matérias-primas e da energia, globalização económica e ameaças à nossa segurança. Se a Europa pretende ultrapassar estes problemas, deve ter à sua disposição instrumentos eficazes e complexos. O Tratado de Lisboa vai trazer-nos esses instrumentos. Na fase inicial da entrada em vigor do Tratado, a UE precisará de ter recursos financeiros adequados ao seu dispor a fim de executar novas políticas.

Mesmo que a discussão de hoje sobre o orçamento da UE para 2010 venha a ser a última deste ano, o trabalho de ambos os relatores no âmbito do orçamento de 2010 não vai terminar, antes irá prosseguir durante, pelo menos, três meses, por motivos associados à aplicação do Tratado de Lisboa. Creio que este trabalho produzirá bons resultados.

Jutta Haug, *relatora*. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, quando debatemos o orçamento deste ano, em Dezembro do ano passado, já sabíamos – e eu, enquanto relatora geral para o orçamento de 2009, afirmei-o na discussão – que o impacto da crise dos mercados financeiros e as suas repercussões na economia seriam sentidos em todos os Estados-Membros. Foi exactamente o que aconteceu.

Em Abril de 2009, o Parlamento e o Conselho chegaram a acordo sobre o financiamento da primeira parte do estímulo económico proposto pela Comissão. Para disponibilizarmos os 2,6 mil milhões de euros, necessitávamos de uma revisão, considerada pequena, das perspectivas financeiras. Se assim não fosse, como conseguiríamos encontrar estes fundos, tendo em conta as nossas fortes limitações orçamentais? Os restantes 2,4 mil milhões de euros, que faltavam no total de mil milhões de euros, deveriam ser encontrados este Outono. É neste ponto que nos encontramos agora. O Outono chegou e, uma vez que o Parlamento e o Conselho alcançaram um acordo sensato em relação ao orçamento de 2010, temos uma solução. O orçamento de 2009 presta um contributo significativo para este resultado.

O orçamento rectificativo e suplementar de 2010 diminui as dotações de pagamento em mais de 3,4 mil milhões de euros. Consequentemente, as margens das secções não utilizadas presentes nas diferentes rubricas serão reduzidas em quase 1,5 mil milhões de euros. Tudo isto se aplica ao orçamento de 2009, composto por 133,8 mil milhões de euros em dotações de pagamento e 116,1 mil milhões de euros em dotações de autorização, o que não constitui propriamente uma escala faustosa. Se olharmos para as rubricas orçamentais em que a Comissão encontrou os montantes necessários, torna-se perfeitamente claro que a Comissão simplesmente não leva a sério as resoluções da autoridade orçamental.

Gostaria de recordar ao Parlamento que, em 2008, quando adoptámos o orçamento de 2009, as nossas prioridades eram também a competitividade da União Europeia, o crescimento e o emprego. Foi por isso que atribuímos mais fundos do que os propostos pela Comissão a rubricas orçamentais que promoviam a dimensão social criando mais e melhores postos de trabalho e apoiando pequenas e médias empresas. Contudo, são precisamente estas rubricas que estão a ser espoliadas no âmbito de transferências ou de orçamentos rectificativos. Seria pedir demasiado à Comissão que aplique as resoluções do Parlamento e do Conselho e que faça um esforço para que o dinheiro chegue aos destinos previstos, onde terá um impacto positivo? O projecto de orçamento que nos foi apresentado pela Comissão não foi calculado com rigor nem avaliado cuidadosamente. Em 2009, tivemos mais de 50 transferências e 10 orçamentos rectificativos e suplementares. Não é possível falar de precisão e de clareza orçamentais neste contexto, e a situação tem de melhorar.

Os nossos colegas nas comissões especializadas devem prestar mais atenção aos relatórios de execução ao longo do exercício, e a Comissão tem, finalmente, de fazer jus à boa reputação que ainda possui de ser um órgão administrativo europeu eficaz. Espero que todos trabalhemos nesse sentido.

Reimer Böge, relator. – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, após o acordo sobre o orçamento de 2010, estão em causa 141,4 mil milhões de euros em autorizações e 122,9 mil milhões de euros em pagamentos.

Em primeiro lugar, agradeceria muito calorosamente a ambos os relatores pela sua dedicação e gostaria também de dizer neste momento que a senhora deputada Haug tem toda a razão no que acabou de referir sobre o orçamento de 2009.

Se analisarmos estes números, podemos ver que 11,2 mil milhões de euros permanecem abaixo do limite máximo para os pagamentos do quadro financeiro plurianual. Quer isto dizer que, se for necessário e se houver vontade política, o quadro financeiro plurianual dá-nos alguma liberdade de acção dentro dos limites acordados.

Nos últimos anos, encontrámos, em várias ocasiões, a solução para alterações necessárias no ambiente político e económico utilizando a reafecção, o repetido aproveitamento máximo das margens e múltiplas revisões. Estes instrumentos estão em vigor mas, devido às nossas acções em 2010, estão claramente a atingir os limites das suas possibilidades. Isto aplica-se também à rubrica 2, em que, depois de 2010, e em função das margens possíveis, haverá muito menos espaço para respirar, ou mesmo nenhum.

Agora integrámos a segunda fracção de fundos no valor de 2,4 mil milhões de euros para o chamado pacote de relançamento da economia nestes acordos. Foi sensato financiar a segunda metade, que consiste em 2,4 mil milhões de euros, em 2010 e não adiar uma parte até 2011. É claro que não se tratou de um pacote de relançamento da economia. De facto, implicou a correcção de prioridades políticas suplementares no que respeita à energia e ao fornecimento de banda larga em zonas rurais.

A utilização do instrumento de flexibilidade permitiu-nos obter 120 milhões de euros adicionais para projectos no domínio da energia e 75 milhões de euros para a central nuclear de Kozloduy. Gostaria de recordar à Comissão que a forma como este assunto foi tratado é muito estranha e devo também dizer claramente, a este respeito, que a questão não termina aqui. Contamos com um total de 300 milhões de euros. Nesse contexto, esperamos igualmente que os senhores incluam os fundos que ainda não foram

encontrados para o desenvolvimento da central nuclear na revisão intercalar em vez de o financiar através de mais reduções na categoria 1B. É importante que isto seja dito com muita clareza.

Além disso, levámos a cabo uma revisão de fundos não utilizados a partir de 2009, que indica que é possível accionar um total de 1,9 mil milhões de euros para a energia e mais 420 milhões de euros para a Internet de banda larga na categoria II.

Neste momento, direi que esta decisão sobre o montante total foi a mais correcta, mas, naturalmente, temos também de deixar claro hoje que a nossa próxima tarefa é a execução orçamental no âmbito do Tratado de Lisboa. Não podemos, seguramente, esperar até 2014, porque nesse período seremos confrontados com mais prioridades políticas, a que a União Europeia tem de responder no quadro do processo de globalização, e com outras novas missões.

A resolução a apresentar na quinta-feira indica claramente que apelamos à nova Comissão para que publique, logo que possível, um relatório sobre o funcionamento do Acordo Interinstitucional, como prevêm os acordos. Ao mesmo tempo, e gostaria de realçar particularmente este ponto, a Comissão tem de se comprometer a adaptar, rever e modificar o presente plano financeiro plurianual, para 2007-2013, e alargá-lo até 2015-2016. Além disso, deve dar início ao processo relativo ao próximo quadro financeiro plurianual, a fim de poder realizar um debate público e aberto sobre o quadro financeiro seguinte.

Esta é a tarefa da nova Comissão e nós utilizaremos, como é evidente, as audições e os debates durante o próximo trimestre para instar energicamente a Comissão e o Conselho a adoptarem estas prioridades políticas. Temos um período entusiasmante à nossa frente.

Hans Lindblad, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, é uma honra enorme para mim estar aqui hoje a participar no vosso debate. O processo orçamental relativo a 2010 foi exigente e congratulo-me com o acordo que foi alcançado entre as nossas instituições durante a reunião de concertação em meados de Novembro. Este acordo tem dois objectivos diferentes, mas igualmente importantes.

Por um lado, define o quadro para criar o orçamento de 2010 com a finalidade de permitir à União Europeia funcionar tão harmoniosamente quanto possível e de aplicar a política da forma que a queremos ver aplicada, assegurando, ao mesmo tempo, um aumento controlado dos pagamentos, particularmente na fase que os nossos Estados-Membros enfrentam neste momento. Por outro lado, proporciona, entre outras coisas, o financiamento completo da segunda parte do plano de relançamento. É um contributo significativo por parte da União Europeia para fazer face à actual situação económica e financeira.

Gostaria de exprimir a satisfação do Conselho com o acordo obtido a respeito da Política Externa e de Segurança Comum. Entendo que o orçamento de 2010 no seu conjunto representa um compromisso equilibrado entre, por um lado, a necessária disciplina orçamental e boa gestão financeira e, por outro lado, o nosso dever de cumprir as expectativas dos nossos cidadãos. O orçamento revela ainda um compromisso entre os diferentes grupos políticos, os diferentes Estados-Membros e os diferentes interesses no Conselho e no Parlamento.

Este não é exactamente o orçamento que o Conselho desejaria no início, nem é exactamente o orçamento que o Parlamento desejaria no início. Contudo, penso que constitui um bom compromisso que equilibra os nossos objectivos e prioridades da melhor forma possível. A este respeito, queria dizer como me orgulha o facto de nós, por outras palavras, o Parlamento e o Conselho como autoridade orçamental, com uma grande ajuda da Comissão, termos conseguido demonstrar a liderança e o sentido de responsabilidade necessários e alcançar o acordo geral que encontrámos em Novembro. Penso que enviamos assim o sinal mais correcto no que toca à entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Esta conquista não teria sido possível sem os nossos esforços conjuntos, porque todos os intervenientes desempenharam o seu papel. Também não teria sido viável sem a atmosfera excelente e construtiva que, na nossa opinião, caracterizou todo o processo. Aproveitaria, pois, esta oportunidade para agradecer ao Presidente da Comissão dos Orçamentos, senhor deputado Lamassoure, pela sua força e abertura e pelas suas competências como negociador. Gostaria também de saudar os dois relatores, senhores deputados Surján e Mañka, pela sua cooperação proveitosa e manifestar a minha gratidão aos meus colegas do Conselho Ecofin. Agradeço, em particular, ao senhor Comissário Šemeta, que cumpriu plenamente a sua função de mediador honesto.

Por último, mas não menos importante, queria agradecer a todo o pessoal nas três instituições que, de um modo muito profissional, ajudou a tornar isto possível.

Algirdas Šemeta, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, regozijo-me com a oportunidade de me dirigir ao Parlamento Europeu antes de este finalizar a sua segunda leitura, com a votação de quinta-feira relativa ao orçamento de 2010 e ao orçamento rectificativo n.º 10/2009, que contribuiu, em parte, para o bom resultado do processo orçamental anual.

As negociações sobre o orçamento de 2010 exigiram compromissos e – atrevo-me a dizer – alguns sacrifícios de todas as partes, para realizarmos o nosso objectivo comum. Isto não teria sido possível sem o papel construtivo e responsável desempenhado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho ao longo das negociações.

Gostaria de salientar quatro pontos principais.

Em primeiro lugar, permitam-me que assinale alguns elementos essenciais do resultado da concertação. Desde a declaração comum acordada em Abril passado, sabíamos que tínhamos de atingir um equilíbrio delicado a fim de encontrar uma fonte de financiamento para os 2,4 mil milhões de euros ainda pendentes do Plano de Relançamento da Economia Europeia. Só seria possível cumprir essa meta através de um mecanismo de compensação e utilizando todos os recursos orçamentais existentes no quadro financeiro plurianual. Esta era, com efeito, uma restrição difícil.

Apesar deste limite tão difícil, pudemos financiar inteiramente o plano de relançamento em 2010 e, como recorda o relator geral, chegar a acordo sobre um orçamento da UE que pode ser um instrumento para ajudar a ultrapassar a crise económica.

Em período de dificuldades, penso que a mensagem enviada aos cidadãos é ainda mais forte porque também conseguimos responder, ao mesmo tempo, às necessidades específicas imprevistas dos produtores de leite, com o apoio considerável do Parlamento.

Por último, mas não menos importante, os dois ramos da autoridade orçamental reconheceram a necessidade de mais ajuda, em 2010, aos esforços da Bulgária para o desmantelamento da central nuclear de Kozloduy, através da utilização do instrumento de flexibilidade.

Em segundo lugar, no tocante às reservas, permitam-me que agradeça ao Parlamento e em particular ao relator geral, senhor deputado Surján, por tomar em consideração as respostas dadas pela Comissão em reacção à primeira leitura, na chamada “carta de exequibilidade”.

Esta medida conduziu a uma redução importante nas reservas introduzidas no projecto de orçamento de 2010 durante a primeira leitura do Parlamento.

Em terceiro lugar, quero sublinhar a importância de uma transição harmoniosa para o Tratado de Lisboa. Estamos agora definitivamente alicerçados no Tratado de Lisboa no âmbito do processo orçamental. Apesar das incertezas relativas à entrada em vigor do novo Tratado, conseguimos assegurar uma transição sem problemas para o novo quadro jurídico.

O período que se segue constituirá um desafio para todas as instituições, visto que implicará uma modificação da sua abordagem, com a necessidade de um diálogo reforçado logo desde o início do processo orçamental. A Comissão está preparada para cumprir a sua função e conciliar posições no novo Comité de Conciliação, respeitando, ao mesmo tempo, os dois ramos da autoridade orçamental em pé de igualdade.

Hoje, sabemos que ainda são necessários esforços para pôr em prática os novos instrumentos jurídicos decorrentes da entrada em vigor do Tratado. Todavia, tirando partido da colaboração interinstitucional leal desenvolvida ao longo das últimas duas décadas, conseguimos chegar a acordo sobre um conjunto de medidas transitórias que permitirão ao orçamento de 2010 funcionar eficazmente.

Finalmente, temos o orçamento rectificativo n.º 10/2009, uma revisão do quadro financeiro plurianual e a mobilização do instrumento de flexibilidade. Registo que o Parlamento aceitou adoptar as propostas referentes à revisão do quadro financeiro plurianual e, como já foi mencionado, ao instrumento de flexibilidade e ao orçamento rectificativo n.º 10.

Gostaria de agradecer ao relator, senhor deputado Böge, por apoiar os resultados da concertação. Fica demonstrado que, para atingirmos o nosso objectivo, temos de aproveitar ao máximo os instrumentos proporcionados pelo Acordo Interinstitucional em vigor.

Quero também expressar o meu agradecimento à relatora para o orçamento de 2009, senhora deputada Haug, pelo seu trabalho ao longo do ano no âmbito da execução do orçamento de 2009 e pelo seu apoio ao

orçamento rectificativo n.º 10/2009, que faz parte do “pacote” associado à revisão do quadro financeiro plurianual e ao financiamento do plano de relançamento.

Também tomei nota das vossas observações críticas dirigidas à Comissão sobre a necessidade de melhorar o seu desempenho em termos de execução orçamental.

O orçamento rectificativo deste ano prevê uma redução de 3,2 mil milhões de euros em dotações de pagamento, o que é significativamente inferior à redução de 4,9 mil milhões de euros do ano passado e indica uma melhoria na execução de um orçamento que, após a redução proposta, se situa nos 113 mil milhões de euros para 2009.

Contudo, ainda há margem para mais melhorias, e posso assegurar-vos que a Comissão fará tudo o que estiver ao seu alcance para tirar o máximo partido das dotações orçamentais autorizadas em 2010.

No tocante à questão da simplificação dos procedimentos a fim de acelerar a concretização das despesas, embora esse caminho possa ser explorado, entendo que é necessário encontrar um equilíbrio cauteloso entre a simplificação real e a necessidade de cumprir as regras para salvaguardar os interesses financeiros da UE.

Mais uma vez, gostaria de agradecer à equipa negociadora do Parlamento e, em particular, ao Presidente da Comissão dos Orçamentos, senhor deputado Lamassoure, e aos relatores para o orçamento de 2010, senhores deputados Surján e Maňka.

Quero igualmente agradecer à equipa negociadora do Conselho e, em particular, ao senhor Secretário de Estado Lindblad, pelo trabalho proveitoso realizado durante o processo orçamental.

Espero que o debate de hoje seja construtivo e produtivo e resulte na aprovação do orçamento de 2010, nesta quinta-feira.

José Manuel Fernandes, *em nome do Grupo PPE*. – Senhor Presidente, caros Colegas, este orçamento consubstancia uma resposta à crise económica, tendo como objectivo central os cidadãos europeus. Assim, este é um orçamento que servirá para combater o desemprego e relançar a economia. Por conseguinte, conferimos prioridade ao plano de relançamento da economia europeia, cuja dotação é de 2,4 mil milhões de euros para o próximo ano. Registe-se ainda que favorecemos o relançamento da economia ao aumentarmos as dotações para pagamentos das principais rubricas orçamentais.

Ainda no combate ao desemprego e ao desemprego juvenil, realço a proposta de revisão do programa Erasmus. Congratulamo-nos com a concessão de um apoio adicional ao sector da produção do leite no valor de 300 milhões de euros, mas, insisto, deve-se criar uma rubrica orçamental que estabeleça um fundo permanente para este sector.

Consideramos ainda de grande importância que, tal como propomos, se proceda à revisão do actual quadro financeiro plurianual 2007-2013 e à sua prorrogação para os exercícios 2015-2016. Recordo que a luta contra as alterações climáticas, a par da segurança energética, são prioridades da União Europeia que não estão suficientemente reflectidas neste orçamento. Quanto ao orçamento do Parlamento e das outras instituições, propostos agora para segunda leitura, são os mesmos que já tínhamos aprovado em primeira leitura.

O partido Popular reafirma a prioridade do rigor e da transparência e, por isso, defende uma política imobiliária de longo prazo, a implementação de um orçamento base zero no início de cada legislatura e a análise custo/benefício de políticas como, por exemplo, a comunicação do Parlamento. Quanto às novas exigências, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, nós defendemos a excelência legislativa e a exigência dos meios necessários para que este objectivo seja atingido.

Göran Färm, *em nome do Grupo S&D*. – (SV) Senhor Presidente, gostaria de dirigir um caloroso agradecimento a todos os intervenientes. Estas negociações produziram resultados. Restam poucos problemas por resolver antes da segunda leitura, e todas as partes interessadas contribuíram de modo construtivo para conseguir este resultado.

Apesar de ter demorado bastante tempo, foi decididamente importante para nós conseguir financiar o plano de relançamento da economia sem adiar as soluções para uma data posterior. Congratulamo-nos com o facto de o Conselho ter finalmente aceiteado a nossa ideia de que a solução exigia novos fundos e a utilização do “instrumento de flexibilidade”, como no caso de Kozloduy.

Contudo, ainda me surpreende a posição do Conselho e da Presidência sueca em alguns pontos. Por exemplo, não pensava que a proposta do Parlamento para que a nova Estratégia para a Região do Mar Báltico receba mais fundos próprios encontrasse oposição. Saúdo, todavia, o facto de os senhores terem cedido também neste ponto. O segundo aspecto que me surpreende – e que ainda não está totalmente resolvido – é o programa Progress e o novo instrumento para os microcréditos. Do ponto de vista do Parlamento, a ideia é que a UE deve aumentar o investimento em inovação a fim de combater a exclusão social e o desemprego. Este ponto afigura-se particularmente importante, dado que 2010 é o ano europeu da integração social. É difícil, portanto, entender por que motivo o Conselho e a Presidência sueca parecem lutar tão afincadamente, mesmo até ao final, para que o financiamento do novo instrumento para microcréditos seja encontrado em reduções no programa Progress.

A este respeito, tenho uma pergunta directa para a Presidência sueca.

Tendo em conta a elevada taxa de desemprego, um grau de exclusão social cada vez maior, enormes problemas de integração e um programa Progress que funciona excepcionalmente bem, porque insiste o Conselho em exigir reduções neste programa?

As negociações relativas ao orçamento deste ano implicam que quase todas as prioridades tenham de ser financiadas por meio de alterações aos limites máximos do quadro a longo prazo e utilizando o instrumento de flexibilidade. Praticamente já não existem margens. Este quadro vai aplicar-se ainda durante mais três anos, mas viver nestas condições durante tanto tempo será totalmente inaceitável. Tenho, pois, outra pergunta a fazer à Comissão e ao Conselho.

Qual é a vossa posição relativamente ao pedido do Parlamento para uma revisão rápida e enérgica do quadro financeiro para o período 2011-2013?

Entendemos que as negociações relativas ao orçamento para os três anos restantes serão problemáticas se não houver alterações, particularmente se tivermos em conta o facto de estarmos prestes a iniciar uma nova fase de alargamento e de enfrentarmos novos compromissos importantes no domínio do clima. Na minha opinião, o princípio deve estipular que novos fundos sejam adequados a novas tarefas. Este princípio aplica-se normalmente a nível nacional e deve aplicar-se também à UE. Teria muito gosto em ouvir as vossas ideias sobre esta matéria.

Anne E. Jensen, em nome do Grupo ALDE. – (DA) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao senhor deputado Surján pelo resultado positivo das negociações. Como outros oradores, congratulo-me com o facto de nós, no Parlamento, termos conseguido manter as nossas importantes prioridades também na segunda leitura, apesar de termos sido obrigados a fazer algumas reduções em relação ao acordo que tínhamos com o Conselho. Além dos investimentos no sector da energia incluídos no plano de relançamento, pudemos igualmente atribuir montantes suplementares a rubricas orçamentais destinadas à investigação e à inovação no domínio da energia. Lográmos salvaguardar os nossos projectos-piloto e as nossas acções preparatórias, que são novas iniciativas que estão a ser instigadas pelo Parlamento e, a título pessoal, direi que nós, no Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, nos congratulamos por termos assegurado financiamento da Estratégia para a Região do Mar Báltico.

Tal como outros intervenientes, queria sublinhar dois aspectos. Em primeiro lugar, a falta de flexibilidade, a respeito da qual peço ao senhor Comissário Šemeta, que, como se sabe, permanece na Comissão desempenhando outro cargo, que tome nota do facto de necessitarmos efectivamente desta revisão intercalar e gostaria que a Comissão – a nova Comissão – leve a sério este tema. Em segundo lugar, precisamos de olhar mais atentamente para a situação e de nos questionarmos sobre se existem novas prioridades que tenhamos de definir neste quadro. Há programas que não estejam a funcionar muito bem? É possível alterar as prioridades no quadro existente, ou temos de rever o próprio quadro? Estamos, evidentemente, numa posição em que tivemos recursos graças à atribuição inicial de montantes significativos à agricultura no âmbito do quadro financeiro plurianual. Todavia, esses fundos já não estão disponíveis, e agora a situação será difícil, como assinalou o senhor deputado Böge. É chegado o momento da verdade. Os próximos anos, em que necessitaremos de ser flexíveis, serão extremamente difíceis se não convenceremos os ministros das Finanças a disponibilizarem mais fundos, e penso que isto será mais difícil do que é habitual no presente clima económico.

Há outra questão que gostaria de levantar e que também gostaria que tomasse em consideração no seu trabalho futuro, Senhor Comissário Šemeta. O senhor deputado Maňka fez um excelente trabalho relativamente às despesas administrativas, e nós vemos agora políticos muito populistas dizerem que não podemos dar ao pessoal da UE os aumentos a que têm pleno direito. No meu grupo, não defendemos a

violação dos acordos existentes. Se as pessoas estão insatisfeitas com o sistema, têm de o alterar. Não basta simplesmente estar insatisfeito com o resultado do sistema instituído. Penso que há bons fundamentos para examinar as condições dos funcionários da UE e, antes de mais nada, determinar se as regras que temos em vigor para o pessoal no sistema da UE também proporcionam as oportunidades de liderança de que necessitamos para uma aplicação eficaz das políticas da UE. Já passaram vários anos desde a reforma Kinnock. Passaram cinco anos desde o alargamento. É chegado o momento de rever novamente a situação. É apenas um ponto em que deve reflectir, Senhor Comissário Šemeta.

Helga Trüpel, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Presidente em exercício do Conselho Lindblad, caros Colegas, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia também considera que o orçamento para 2010 que negociámos e acordámos é um compromisso razoável. No início das discussões sobre o orçamento, havia ainda várias questões em aberto e lacunas que não tinham sido colmatadas. Agora, resolvemos, em certa medida, esses problemas. O Parlamento pagará um terço e o Conselho dois terços para suprir as lacunas, pelo que, na nossa perspectiva, este é um compromisso razoável e estamos preparados para começar o novo ano.

Contudo, eu gostaria de começar por olhar para os problemas relacionados com a estrutura e a inflexibilidade do orçamento europeu. Já tínhamos ouvido falar dos sintomas políticos. O facto de ter havido 50 transferências e 10 orçamentos rectificativos em 2009 deve tornar evidente para todos que os objectivos deste orçamento, com as suas fortes restrições e a sua estrutura rígida, já não estão, claramente, actualizados. Temos todos de trabalhar em conjunto para alterar esta situação se pretendemos fazer melhor as coisas no futuro.

Por conseguinte, passo agora às questões referentes à próxima revisão. O orçamento que adoptamos neste momento é um orçamento para um período de crise. Este foi um lema criado pelo senhor deputado Surján. Neste contexto, crise refere-se à crise financeira e à crise económica. Todavia, enquanto a conferência em Copenhaga continua a decorrer, gostaria de sublinhar o seguinte ponto. Enfrentamos, evidentemente, uma crise que ameaça a nossa própria existência, por outras palavras, está em causa saber se nós, isto é, as pessoas em todo o mundo, conseguiremos salvar o nosso planeta e limitar o aquecimento global a 2 °C. Para cumprir esta meta, temos todos de actuar em conjunto no que respeita aos nossos orçamentos, à nossa gestão de recursos e ao modo como vivemos e gerimos as nossas finanças. Temos de fazer a transição para as fontes de energia renováveis. Temos de reduzir drasticamente as nossas emissões de CO₂. Temos de passar a ser uma economia de baixo carbono. É claro que temos igualmente de gastar muito mais em investigação sobre sustentabilidade, novos materiais e novos produtos. Esta é a única forma de criar novos postos de trabalho.

Devemos fazer tudo isto de uma forma que beneficie o mercado interno europeu e que nos permita abrir novas oportunidades à União Europeia no mercado mundial com tecnologias ecológicas e produtos respeitadores do ambiente. Esta é a nossa única esperança para convencer os cidadãos da Europa de que o projecto europeu tem futuro. Isto significa também que nós – os Estados-Membros e a União Europeia – temos de investir mais, em conjunto, na educação. Este é o principal recurso que temos na União Europeia. Devemos oferecer-lhe apoio de maneira muito diferente para que os nossos jovens tenham oportunidades na Europa e também em todo o mundo.

Há um ponto que quero acrescentar. Nós temos de mudar drasticamente a nossa política agrícola e as nossas subvenções às exportações no sector agrícola e centrar-nos nos Fundos Estruturais. Estes devem igualmente ser sujeitos a uma mudança significativa no que respeita à restauração de edifícios antigos e a uma política de transportes sustentável. O que pretendo dizer? O orçamento de 2010 representa um passo na direcção certa mas não é, de modo algum, suficiente. Nós, no Grupo Verts/ALE criámos o termo “novo acordo verde”, porque estamos convencidos de que apenas um esforço comum por parte dos Estados-Membros, da Comissão e do Parlamento Europeu poderá gerar a força política e a convicção necessárias para produzir alterações importantes, transformar a nossa economia e criar novos postos de trabalho.

Só quando conseguirmos gerar a força política necessária para promover mudanças reais poderemos modificar o orçamento europeu e os orçamentos nacionais da mesma forma. Quanto a Copenhaga, nos próximos anos, poderemos, assim o espero, disponibilizar fundos que permitam aos países pobres e, em particular, aos da África Subsariana, pôr em prática novos modelos de crescimento. É importante que eles não copiem os nossos erros e que, pelo contrário, todos cooperemos – as nações industriais, as economias emergentes e os países em desenvolvimento – para seguirmos um novo trajecto de convivência e um novo tipo de economia. Este é o único caminho de sucesso em toda a Europa e numa escala global.

Lajos Bokros, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, o orçamento da UE tem sido afectado por um conjunto de problemas estruturais. É demasiado grande e continua a crescer. Existem aumentos

automáticos em muitas rubricas, em especial para os custos operacionais da burocracia, sem qualquer benefício visível no desempenho real.

Todos os orçamentos devem espelhar algumas considerações económicas. O orçamento da UE é uma excepção. Não reflecte qualquer conjunto consistente de regras comuns. Ao invés, tenta justificar uma política à escala da UE de gestão nekeynesiana da procura, gastando mais numa grande maioria de rubricas sem reformas estruturais subjacentes.

Pensemos no exemplo do Fundo de Ajustamento à Globalização. Este instrumento prevê a utilização de 500 milhões de euros para mitigar os efeitos negativos da globalização. Ora os Estados-Membros encontram dificuldades em coordenar propostas relativas a duas ou três dezenas de milhões. Por um lado, é um desperdício tremendo de recursos escassos; por outro lado, é um exemplo perfeito de distorção das regras de destruição criativa no capitalismo.

A Comissão dos Orçamentos ficou descontente com a nova rubrica – o custo do desmantelamento da central nuclear de Kozloduy – incluída à última hora. Tratou-se de um sinal de mau planeamento. Todavia, não apenas o desmantelamento de Kozloduy, mas mesmo o apoio à construção de uma nova central seriam mais importantes do que gastar dinheiro no fundo para o sector do leite com este aumento inoportuno e ineficaz.

Em nome de um suposto impulso benéfico para a procura, a burocracia da UE recebe aumentos salariais imerecidos e desnecessários. Num momento em que a UE enfrenta uma profunda recessão, única na nossa vida, não é adequado que procuremos proteger-nos, a nós e à nossa administração, contra as consequências negativas. Não seria porventura mais apropriado aceitar uma redução nominal dos salários e estimular, dessa forma, o emprego em nome de uma solidariedade europeia?

Encontramos também um sinal preocupante de planeamento inadequado no facto de a disparidade entre dotações de autorização e dotações de pagamento crescer no caso de muitas rubricas. Uma vez que não podemos incorrer num défice, adiamos cada vez mais autorizações para o futuro. É o equivalente a hipotecar o futuro da UE e a assumir eventuais custos discricionários sem solução.

Muitos eurodeputados concentram-se em projectos de estimação e em despesas para agradar aos eleitores. O orçamento não deve ser utilizado como um instrumento retrógrado para preservar o *status quo*, mas como um instrumento progressista para aperfeiçoar o quadro normativo institucional da UE, que, por sua vez, deve visar o reforço do mercado único. Uma menor protecção de interesses adquiridos é a chave para a UE evitar cair na irrelevância no palco mundial.

Miguel Portas, em nome do Grupo GUE/NGL. – Senhor Presidente, caros Colegas, eu não creio que possamos falar das árvores deste orçamento esquecendo a floresta. E a pergunta que vos faço, muito francamente, é esta: sem crise, este orçamento seria muito diferente daquilo que é? Todos sabemos que não. E esta é a questão decisiva. Aliás, é por isso que o próprio relatório que vamos votar na quinta-feira reconhece que o Conselho não está disposto a aumentar o financiamento para enfrentar a crise, que reduz as dotações para os Fundos Estruturais e de Coesão no momento em que a crise existe e é forte, e que não reflecte, cito de novo, suficientemente a prioridade das alterações climáticas.

O próprio relatório faz mais críticas, como as que fez Jutta Haug: que há uma enorme disparidade entre o nível das despesas autorizadas e dos pagamentos, que se fica abaixo dos limites previstos e, fundamentalmente, que nem sequer sabemos se se gasta bem o que se gasta. Ante um exame tão severo, como pode esta casa votar um tal orçamento? Só há uma explicação: o Parlamento é o elo fraco da autoridade orçamental. Até as crianças sabem que manda quem paga e quem paga são os Estados.

Caros Colegas, hoje também falamos do futuro, porque, dentro de um ano, os europeus vão ser confrontados com o maior programa de ajustamento orçamental de que há memória em cada um dos nossos Estados. É muito simples para o cidadão comum: depois da crise, de novo a crise, agora em nome do saneamento das contas públicas. É irresponsável, esta política, que entretanto mantém o défice zero no orçamento europeu. As dificuldades não podem continuar a suportadas pelos mesmos de sempre, pelos desempregados e desempregadas, pelos precários e precárias ou pela diminuição das pensões.

A União só deixará de ser parte do problema quando começar a enviar as facturas às moradas certas. Sem fechar *offshores*, sem taxar transacções financeiras, sem emitir obrigações, nós não conseguiremos atacar a crise com aquilo que é a única resposta que a pode debelar: a justiça social. Portanto, contem com a esquerda para uma revisão robusta, radical e redistributiva das Perspectivas Financeiras até 2016, não contem com a esquerda para maquilhar um orçamento medíocre que não responde à urgência social nem à ousadia que precisamos para combater as alterações climáticas.

Marta Andreasen, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, a proposta de orçamento de 2010 para segunda leitura ainda representa um aumento de 6% relativamente a 2009. A proposta parece ter vindo de outro planeta – um planeta onde não há crise financeira. Após a reunião de concertação em Novembro, o Parlamento continua a deplorar a recusa do Conselho em aumentar o financiamento de programas abrangidos pela enorme rubrica intitulada “Competitividade para o crescimento e o emprego”. O Conselho deve saber muito bem como são utilizados esses fundos.

O Parlamento critica também o Conselho pela redução nos pagamentos, alegando que esta medida não contribui para reduzir a disparidade entre autorizações e pagamentos. O Conselho deve saber muito bem que esta disparidade se deve à falta de inteligência e à ausência de consultas que caracteriza o processo orçamental. O Tribunal de Contas chamou recentemente a nossa atenção para o facto de o montante de autorizações de liquidação pendente se situar actualmente nos 155 mil milhões – ou 126% do presente orçamento anual. Este facto não vos diz nada?

O Parlamento saúda o aumento das despesas administrativas – um acréscimo que também inclui os salários dos deputados. É obscuro votarmos um aumento dos nossos próprios salários, que serão pagos na sua totalidade pelos contribuintes que perdem os seus empregos e benefícios sociais devido à restrição dos orçamentos nacionais. Nas actuais circunstâncias, devemos renunciar a quaisquer aumentos. O Parlamento Europeu rejeita as reduções de dotações introduzidas pelo Conselho nos Fundos Estruturais e de Coesão. Caros Colegas, têm consciência de que estes são os domínios em que o Tribunal de Contas encontrou níveis mais elevados de erros? Considera o Parlamento Europeu que devemos injectar mais dinheiro em programas que sabemos marcados por abusos?

Além disso, o público deve saber que este orçamento não abrange os custos da aplicação do Tratado de Lisboa, que serão adicionados através de orçamentos rectificativos – ou seja, pela porta das traseiras. Podemos perguntar qual será o valor desta despesa. “Quem quer saber?” chega a resposta, “É dinheiro dos contribuintes”. Como alertei em Outubro, a contribuição dos cidadãos britânicos aumentará de 45 milhões de libras para 50 milhões de libras por dia, enquanto o Governo britânico vai diminuir os serviços públicos a fim de permitir uma redução de 12 mil milhões de libras no orçamento nacional. É quase o mesmo montante com que o Reino Unido contribui para a União Europeia. Não há dúvidas de que este orçamento é um encargo e não uma solução para a crise.

Caros Colegas, ouçam a vossa consciência e votem contra este orçamento.

PRESIDÊNCIA: MR MARTÍNEZ MARTÍNEZ

Vice-Presidente

Angelika Werthmann (NI). – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, independentemente de vivermos em regiões urbanas ou zonas rurais, todos fazemos parte de uma sociedade da informação e do conhecimento. As pessoas, empresas e organizações que são capazes de utilizar mais eficazmente tecnologias da informação modernas possuem uma vantagem competitiva importante. Contudo, esta realidade exige também a disponibilização do financiamento necessário para desenvolver e ampliar as infra-estruturas tecnológicas sob a forma de Internet de banda larga, em particular nas zonas rurais. É neste contexto que surge a segunda parte do Plano de Relançamento da Economia Europeia e, logicamente, este instrumento também apoia a Estratégia de Lisboa.

A segurança energética, agora e no futuro, é uma questão importante a nível europeu. A Bulgária decidiu encerrar imediatamente a central nuclear de Kozloduy. Esta medida vai custar centenas de milhões de euros, mas os resíduos radioactivos permanecerão como um factor de risco para a saúde e a segurança das gerações futuras. Interessa-me conhecer os custos reais e externos da utilização da energia nuclear e saber como devem ser calculados.

É chegado o momento não apenas de investigarmos e promovermos tecnologias alternativas e renováveis no sector da energia, mas também de as aplicarmos de forma mais generalizada. A declaração comum relativa à política imobiliária salienta a importância de uma abordagem da construção a médio e longo prazo. A meu ver, há três pontos importantes neste domínio. Em primeiro lugar, edifícios eficientes do ponto de vista energético podem originar uma redução até um terço das emissões de CO₂. Em segundo lugar, a utilização de materiais de construção que sejam prejudiciais à saúde, como o amianto, tem de ser evitada a todo o custo. Em terceiro lugar, sou favorável, como sempre, a uma política transparente e viável, o que também se aplica à concepção e planeamento dos edifícios.

Alain Lamassoure (PPE). – (FR) Senhor Presidente, pela minha parte, quero congratular-me com o acordo alcançado na concertação. Foi necessário recorrer à inteligência da Presidência sueca, ao contributo eficaz da Comissão, à competência de todos os nossos relatores e ao sentido de compromisso dos representantes dos grupos políticos. Devemos agradecer a todos.

Contudo, do meu ponto de vista, a grande notícia do dia não é este acordo. No que respeita ao futuro do orçamento europeu, o mais importante acontecimento da semana não teve lugar aqui em Estrasburgo, mas em Copenhaga. Lá, os nossos grandes líderes nacionais aceitaram, em dois dias, encontrar 2 400 milhões de euros para financiar a chamada ajuda da UE aos países desfavorecidos afectados pelas alterações climáticas, e isto apenas para 2010. Nós, eurodeputados, teríamos sido considerados irresponsáveis se não conseguíssemos acumular 81 milhões de euros em reduções no orçamento da UE e agora vemos 2 400 milhões de euros caídos do céu.

Saúdo este desfecho, mas nenhum democrata pode aceitar um procedimento tão obscuro, tão destituído de qualquer controlo democrático – todos os parlamentos, o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais, vão ser confrontados com um facto consumado – e que tem consequências muito injustas para determinados Estados-Membros, dado que alguns vão pagar duas ou três vezes mais do que outros países com a mesma riqueza.

Contudo, saudemos primeiro o seguinte: os nossos Chefes de Estado ou de Governo reconhecem que as políticas comuns da UE não podem continuar a avançar com um orçamento limitado a 1% do produto interno bruto. Estão a reinventar o orçamento europeu, mas numa espécie de forma paralela. Conto com a nova Comissão Europeia e com a Presidência espanhola para nos ajudarem a lançar as bases da nova Europa orçamental, cuja necessidade não é agora contestada por ninguém.

Francesca Balzani (S&D). – (IT) Senhor Presidente, caros Colegas, quando chegarmos ao fim do processo orçamental e for possível avaliar o trabalho realizado no seu conjunto, penso que devemos fazer uma pergunta muito honesta e simples: este é um orçamento útil?

Este orçamento é um documento de transição, que assinala a mudança para a Europa de Lisboa, no quadro de uma grande crise económica e financeira que afectou o mundo inteiro. Por conseguinte, este orçamento é delicado em dois aspectos. Necessita de responder à crise, mas reflectir a consciência de que, durante uma crise, os recursos disponíveis são escassos. Precisa de dar um contributo positivo para a recuperação económica, mas também cortar, reduzir e conter os gastos onde for possível.

O orçamento disponibilizará 141 mil milhões de euros para o próximo ano. Não é um montante muito superior ao que existia em 2009, mas foram envidados esforços importantes e foi realizado muito trabalho no âmbito das prioridades e da canalização dos recursos disponíveis para as prioridades actuais. A tónica é colocada em duas rubricas orçamentais: a competitividade e o ambiente. A competitividade, porque inclui políticas sociais, políticas de emprego e o desafio complexo representado pelos Fundos Estruturais, que ainda constituem a pedra angular das políticas redistributivas na Europa. Esta rubrica orçamental receberá cerca de 65 mil milhões de euros no próximo ano.

Também ao ambiente, que abrange a política agrícola, serão atribuídos aproximadamente 60 mil milhões de euros. Contudo, este orçamento de 2010 está relacionado, acima de tudo, com o plano de relançamento da economia. Este plano atraiu um forte apoio no passado, mas não foi plenamente financiado em 2009. Hoje, graças a esforços significativos para reafectar recursos, é possível finalmente investir 2,5 mil milhões de euros em infra-estruturas de energia e na banda larga.

Todavia, foram igualmente envidados esforços substanciais para moldar este orçamento em conformidade com a Estratégia de Lisboa e disponibilizar ainda mais recursos do que os previstos pela Comissão no projecto de orçamento para o programa Erasmus, para a aprendizagem ao longo da vida, porque há uma questão que nos devemos colocar com honestidade, nomeadamente a de saber se este é um orçamento útil, mas, em primeiro lugar, temos um critério fundamental: a utilidade do orçamento tem de ser avaliada em função dos cidadãos da Europa.

É necessário que este seja um orçamento útil a todos os cidadãos que constituem a Europa, e é com base nesta utilidade, determinada em função das pessoas, que penso devermos iniciar e prosseguir um debate sensível sobre a revisão das margens de disponibilidade e dos recursos que pretendemos atribuir à Europa para as suas políticas.

Ivars Godmanis (ALDE). – (LV) Senhor Presidente, gostaria de falar sobre os Fundos Estruturais europeus. Eles representam aproximadamente 35,5% do orçamento total da Europa. Especificamente, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão Europeu totalizam, entre 2007 e 2013, 308 mil milhões de euros. Em 2010, são responsáveis por 39 mil milhões de euros em autorizações e cerca de 31 mil milhões de euros em pagamentos. Que riscos e problemas se podem detectar? A informação mais recente é de 1 de Outubro de 2009: estamos no final do segundo ano, a execução linear poderá ser de 28,5%, a taxa de pagamento situa-se nos 24,35%, e aqui encontramos os primeiros problemas. 55% dos Estados-Membros estão dentro desta média. O indicador mais negativo é 40% inferior à média, e a diferença entre o melhor e o pior resultado na absorção de fundos é de 370%, ou seja, um factor de 3,7. Se olharmos para cada um dos fundos, no âmbito da reconstrução e do desenvolvimento regional, 22% dos Estados-Membros situam-se abaixo da média, no caso mais grave, 50% abaixo desse valor, e existe uma diferença de 500% entre o melhor e o pior. Há países onde a absorção de recursos é cinco vezes pior do que nos Estados com as melhores taxas de absorção! No Fundo Social Europeu, 22% dos países apresentam valores inferiores à média, com o mais negativo 43% abaixo da média e diferenças de um factor de 3,7. No que respeita ao Fundo de Coesão Europeu, o pior país encontra-se 68% abaixo da média e a diferença entre o melhor e o pior é de 300%. Onde está o risco? Se analisarmos estes dados em comparação com o período 2000-2006, em que não havia crise, podemos ver que os Estados que agora perdem terreno na absorção de recursos fazem parte dos países que não absorviam fundos anteriormente. Em concreto, temos montantes de liquidação pendente cifrados em 16 mil milhões de euros do fundo antigo para o período 2000-2006. Quanto aos fundos no âmbito da reconstrução e do desenvolvimento, perdeu-se um total de 2,4 mil milhões de euros. Isso significa que 20% dos Estados-Membros não absorveram este dinheiro e não o vão receber. No caso do Fundo Social Europeu, este número situa-se em 1,9 mil milhões de euros, visto que 16% dos Estados-Membros não aplicaram inteiramente os montantes. Em conjunto, isso implica que estava planeada a utilização de 4,3 mil milhões de euros...

James Nicholson (ECR). – (EN) Senhor Presidente, temos conhecimento dos 2,4 mil milhões de euros adicionais para o Plano de Relançamento da Economia Europeia que foram afectados no orçamento de 2010, e eu saúdo a tentativa, neste contexto, de permitir à Europa ultrapassar o clima económico difícil. Penso que a tónica deste plano devia ser colocada na inovação e no desemprego e, essencialmente, em limitar as perdas de postos de trabalho. Espero que estes fundos sejam bem aplicados e não desperdiçados. Estes recursos têm de ser devidamente atribuídos e utilizados de uma forma eficaz e eficiente pelos Estados-Membros.

Congratulo-me com a circunstância de os 420 milhões de euros prometidos para a banda larga em zonas rurais terem sido assegurados. Tratar-se-á de uma iniciativa muito importante em numerosas zonas rurais e, se for correctamente aplicada, deverá incentivar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas nessas regiões.

Saúdo o facto de ter sido criado o fundo para o sector do leite. Penso que era extremamente necessário e que constitui um bom exemplo desta conquista do Parlamento na preparação do orçamento, recorrendo a fundos que, digamos assim, não estavam a ser utilizados noutros domínios.

Quero referir alguns pontos que gostaria de ver incluídos em futuros orçamentos. Pretendo que as pessoas apoiadas pelo orçamento sejam as vítimas da violência, as vítimas do terrorismo, porque penso que podemos fazer mais neste domínio. Estas pessoas não foram ajudadas. Não recebem o que precisam nem obtêm assistência suficiente dos seus governos nacionais. Na minha região de origem, há muitas zonas em que estas pessoas estão a ser apoiadas actualmente através de fundos existentes, mas há outras regiões onde poderíamos fazer algo mais. Depois de 2014, deixará de haver fundos disponíveis para lhes atribuir, e eu apelo a esta Assembleia para que comece a estudar formas de ajudarmos realmente as vítimas da violência e do terrorismo. Espero que a próxima Presidência espanhola me possa ajudar neste domínio.

Aproveitaria esta oportunidade para exprimir sucintamente as minhas preocupações relativas à administração de 60 milhões de euros em fundos na Irlanda do Norte. Espero que o senhor Comissário responsável pelos orçamentos, que está aqui presente, aceite este argumento em particular. A Assembleia da Irlanda do Norte tem a responsabilidade de administrar os fundos. Os seus serviços estão quase 18 meses atrasados na distribuição destes fundos. Peço-lhes que, se tencionam administrar estes fundos, o façam de uma forma eficiente, eficaz e sensata num período em que as pessoas têm de trabalhar.

Jacky Hénin (GUE/NGL). – (FR) Senhor Presidente, na nossa União, o acesso a um fornecimento de electricidade fiável e de baixo teor de carbono deve ser reconhecido como um direito fundamental de cada cidadão europeu. Para esse efeito, a nossa União tem de promover uma verdadeira política pública em matéria

de energia na Europa, e não financiar, através de um procedimento orçamental, o desmantelamento de uma central nuclear na Bulgária.

Construir uma Europa da energia para todos implica reconhecer que a energia é um direito público da humanidade, não uma mercadoria. Implica revogar todas as directivas relativas à desregulamentação e à liberalização da concorrência no sector público, assegurar a regulação e a propriedade públicas de todo o sector nuclear, nomeadamente em questões relacionadas com desmantelamento e subcontratação. Implica criar uma agência europeia da energia que coordene e reúna todos os esforços dos Estados-Membros no contexto da investigação e da segurança no sector da energia e garantir igualdade de acesso de todos os cidadãos da UE à energia e criar um grupo de interesses económicos que agrupe todas as empresas europeias, públicas e privadas, que operam no sector da energia.

Esta AIE permitiria a realização de grandes projectos – relativos a redes de distribuição, a produção de energia de baixo teor de carbono, à investigação e à segurança – num contexto de cooperação. Desta forma, o dinheiro dos europeus poderia ser bem utilizado, promovendo o desenvolvimento e não servindo apenas para aumentar a rentabilidade do capital investido.

Bastiaan Belder (EFD). – (NL) Senhor Presidente, o orçamento de 2010 é adoptado no cenário da crise económica, e é necessária cautela adicional quando se gerem fundos da UE. Neste contexto, o Conselho obrigou o Parlamento a definir prioridades. A economia débil e o investimento na sustentabilidade foram colocados, correctamente, no topo da agenda. No seu relatório, o senhor deputado Surján manifesta coerentemente as prioridades do crescimento económico e do desemprego.

Estas prioridades reflectem-se nas mudanças entre as várias rubricas do quadro financeiro plurianual e podem igualmente ser encontradas no financiamento do Plano de Relançamento da Economia Europeia, que atribui forte relevo às novas tecnologias. Especialmente pertinente nesse contexto é o apoio a projectos que incluem fontes de energia sustentáveis e a melhoria das ligações das redes energéticas com países terceiros. Para este efeito, devemos ajudar a promover a tão necessária diversificação de fornecedores de energia. Este é um conjunto de prioridades bem-sucedido.

Contudo, gostaria de fazer uma observação a este respeito. Deveríamos ter sido muito mais rigorosos. Se a União Europeia pretende que o seu trabalho seja credível, deve limitar-se às suas funções principais em vez de exagerar o seu papel no combate à crise. As questões que não pertencem ao domínio europeu incluem a educação, a cultura e a cidadania. Contudo, o pedido de mais fundos disponíveis, que se repete todos os anos, é contrário a este princípio. Não deveria ser necessário mobilizar o instrumento de flexibilidade para compensar a escassez de fundos.

Em contraste, um conjunto forte de prioridades tornar-nos-ia num parceiro construtivo para o Conselho, particularmente num período de crise económica, em que os Estados-Membros são afectados por insuficiências e têm de fazer reduções drásticas. Em suma, gostaria de agradecer ao relator, senhor deputado Surján, por dar este passo na direcção certa e colocar a tónica na recuperação económica, mas sem perder de vista os aspectos sociais da política da UE como os cuidados prestados a crianças em instituições sociais, particularmente na Bulgária.

Frank Vanhecke (NI). – (NL) Senhor Presidente, com um minuto para falar sobre um orçamento de 141 mil milhões de euros, temos, evidentemente, de nos limitar ao essencial, ou seja, ao facto de, a todos os níveis – comunitário, nacional, regional e mesmo em domínios inferiores – o chamado “dinheiro” europeu ser realmente gasto de forma menos eficiente e menos cuidadosa do que os fundos de níveis mais próximos dos contribuintes. Para dar um exemplo, o próprio Tribunal de Contas Europeu comunicou que, até há pouco tempo, cerca de 11% do enorme Fundo de Coesão eram desembolsados de modo totalmente injustificado. Para 2010, este número situar-se-ia aproximadamente nos 4 mil milhões de euros; não é uma quantia insignificante. Esta situação é censurável e inaceitável. Agora, atribuímos mais 2,4 mil milhões de euros no orçamento de 2010 ao plano de relançamento da economia. Não me oponho a esta medida, mas continuo a questionar-me sobre se o nível europeu é verdadeiramente adequado e se não seria melhor para a Europa limitar-se à coordenação eficaz de acção tangível e determinada a nível nacional.

Finalmente, continuo a opor-me ao desperdício colossal que é vulgar em todas as instituições europeias.

Salvador Garriga Polledo (PPE). – (ES) Senhor Presidente, quero, naturalmente, felicitar os dois relatores, o senhor Ministro Lindblad, em nome do Conselho, e particularmente o senhor Comissário Šemeta, que é responsável pelo orçamento há apenas alguns meses. Acredito sinceramente que ele fez um excelente trabalho

e alcançou um consenso significativo para a concertação em Novembro. Por este motivo, felicito particularmente o senhor Comissário.

Este é o último ano em que elaboramos orçamentos através deste método. Penso que o sistema atingiu o seu limite e que os grupos políticos têm de pensar muito seriamente, ao longo dos próximos meses, sobre como vamos conseguir um novo processo orçamental que seja conforme às realidades de Lisboa.

Dou-vos um exemplo. Este ano, tivemos discussões no domínio da agricultura, que foram apenas virtuais, mas produziram um resultado real. No próximo ano, as discussões serão reais desde o início na medida em que teremos o processo legislativo ordinário e, conseqüentemente, tratar-se-á de um exercício de responsabilidade para todos os eurodeputados.

Finalmente, será um orçamento real e, como referiu há pouco o senhor deputado Lamassoure, será um orçamento em que não é possível ao Conselho tome brilhantemente decisões sobre novas rubricas orçamentais em algumas cimeiras fora do Parlamento, após as quais a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu têm de fazer alguns truques de magia financeira a fim de poder introduzir no orçamento estas novas e brilhantes promessas feitas pelo Conselho. Isso chegou ao fim, e o que esperamos, a partir de 1 de Janeiro do próximo ano, é que todas as pessoas nas instituições exerçam as suas responsabilidades de modo a elaborar orçamentos que reflectam verdadeiramente a realidade política e a situação económica e financeira da Europa.

Eider Gardiazábal Rubial (S&D). – (ES) Senhor Presidente, entendo que nos devemos congratular com o resultado das negociações entre o Parlamento e o Conselho para a adopção final do orçamento da União para 2010.

Devemos também saudar o facto de termos conseguido manter o financiamento para o sector do leite aprovado pelo Parlamento em primeira leitura, que pode ajudar os nossos agricultores a superar este período de crise. Espero que encontremos uma solução permanente e que eles possam em breve ver uma luz ao fundo do túnel.

Podemos igualmente congratular-nos com o acordo alcançado para financiar um mecanismo microfinanceiro para a União Europeia com novos recursos. É também motivo de satisfação um facto que parece evidente mas de que pouco se fala: as despesas agrícolas e as despesas de coesão, que são as duas políticas mais importantes da União Europeia, não foram questionadas. A verdade é que hoje consideramos isto um êxito.

Podemos, em especial, saudar o facto de termos encontrado 2,4 mil milhões de euros em novos fundos para financiar a segunda parte do Plano de Relançamento da Economia Europeia.

Porém, todo este regozijo esconde uma realidade muito menos agradável. Não há dinheiro para financiar as políticas que todos atribuímos à União, ou melhor, existe dinheiro, mas parece haver um dogma inabalável no Conselho: nem mais um euro do que foi aprovado em 2006 para o actual quadro financeiro plurianual. Senhor Presidente em exercício do Conselho, isto não é austeridade orçamental, é falta de visão económica e política.

Há pouco mais de um ano, a Comissão Europeia propôs um plano de relançamento da economia à União Europeia. Tratava-se de um plano relativamente modesto quando comparado com os que existiam nos Estados-Membros, mas centrado em impulsionar os sectores de futuro das nossas economias.

O Conselho opôs-se inicialmente, porque propunha que o quadro financeiro fosse aumentado em 5 mil milhões de euros. Após longas negociações e discussões, os senhores aceitaram o plano, mas tivemos de o concretizar em dois anos. Os senhores obrigaram a Comissão Europeia a alguns exercícios de contabilidade criativa para que este montante pudesse ser utilizado sem ser praticamente notado no quadro financeiro.

Apenas sabemos falar de transparência e de simplificação, mas foi preciso a Comissão elaborar um magnífico diagrama para que nós, que trabalhamos no orçamento, pudsémos entender a sua proposta. Desafio-o, Senhor Presidente em exercício do Conselho, a explicar este acordo a um cidadão que ainda esteja interessado no que fazemos no Parlamento Europeu.

Isto significa que não estamos a criar a Europa próxima dos cidadãos que todos desejamos. Não o digo por querer criticar, mas porque, enquanto o Conselho não mudar a sua política, a integração europeia será frágil.

Acabámos de assinar o Tratado, mas necessitamos de um novo espírito. Ou deixamos de pensar que cada euro gasto na Europa é um desperdício, ou nos juntamos aos eurocépticos.

Na quinta-feira, vamos aprovar uma resolução que solicita uma revisão do quadro financeiro a fim de atender às novas necessidades da União. Concorde inteiramente com este ponto de vista, mas alerto-vos para o facto de uma revisão do quadro financeiro ter de consistir num aumento. As novas necessidades não podem ser financiadas através de reduções nas prioridades actuais. Para ser mais clara – e termino agora – não aceitaremos reduções nas políticas de coesão nem na política agrícola.

Gerben-Jan Gerbrandy (ALDE). – (NL) Senhor Presidente, estamos a discutir o último orçamento elaborado ao abrigo do Tratado de Nice. No próximo ano, tudo será diferente: pela primeira vez, o Parlamento poderá ter uma palavra a dizer nas despesas relativas à política agrícola e às pescas, por exemplo. Esta parte do orçamento ficará finalmente ao alcance do Parlamento, e posso assegurar-vos que aguardo esse momento com expectativa. De qualquer forma, agora discutimos o orçamento de 2010. Gostaria de fazer algumas breves observações.

Os fundos adicionais para a energia e a investigação e para o desmantelamento da central nuclear de Kozloduy, na Bulgária, representam aspectos positivos, mas o que contesto são as linhas gerais do orçamento da UE. As contribuições europeias vão mesmo preparar a nossa economia para o futuro? A resposta é “não”. Não nos devemos iludir. Devemos utilizar a próxima revisão das perspectivas financeiras para olharmos para o futuro. Apelo ao Conselho e à Comissão para que levem a sério esta revisão, em vez de a encararem como uma espécie de brincadeira. O actual orçamento ainda investe demasiado na economia de ontem: há muito apoio desactualizado à agricultura e às regiões e muito pouco investimento no que é verdadeiramente importante, nomeadamente a sustentabilidade e a inovação. Estamos num ponto de viragem. Queremos transformar a Europa num museu ao ar livre onde americanos, chineses e indianos podem desfrutar de alta cultura e boa comida, ou pretendemos torná-la uma região dinâmica, progressista, que o resto do mundo olha com inveja? Por outras palavras, escolhemos a estagnação ou o progresso? Nem é necessário responder.

Analisemos mais atentamente o financiamento da União Europeia. Teremos de evoluir para um sistema de recursos próprios, aconteça o que acontecer. Em resposta a um pedido do nosso grupo, o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, a Comissão irá apresentar uma proposta nesta matéria. Aguardo-a com optimismo. O actual sistema confere à União pouca margem de manobra, e este facto tem o efeito perverso de deixar os Estados-Membros mais interessados no que podem recuperar do que em saber se a contribuição europeia é realmente eficaz. Também sou de opinião que precisamos de fazer muito mais para travar o declínio da biodiversidade no mundo.

Takis Hatzigeorgiou (GUE/NGL). – (EL) Senhor Presidente, não concordamos com a abordagem política deste orçamento, porque aumenta as despesas militares e porque, lenta mas sistematicamente, funde a sua política com a política da NATO. No essencial, este facto elimina permanentemente o potencial para uma política externa da UE que seja independente. O quadro financeiro para cinco anos reduz as despesas agrícolas e não apoia a economia familiar, a coesão e a luta para preservar o clima.

Pretendemos uma União Europeia que aprove legislação destinada a proteger os consumidores da especulação e os cidadãos do olhar indiscriminado das autoridades. Fomos todos transformados em suspeitos *prima facie*.

Quero deixar um ponto bem claro: estamos contra o orçamento, mas os nossos argumentos são totalmente contrários aos que ouvimos anteriormente dos deputados não-inscritos do Reino Unido. Acreditamos na união dos interesses nacionais e não consideramos correcto que cada nação se meta na sua concha. Isso apenas provoca hostilidade e, em última análise, conflitos.

Zoltán Balczó (NI). – (HU) A Comissão Europeia tenciona desviar recursos consideráveis para dois domínios na rectificação do orçamento de 2009. Um deles é a competitividade, que inclui os programas-quadro de investigação e desenvolvimento, apesar de este domínio ter sido encarado como uma prioridade até agora. Se responsabilizarmos os candidatos neste sector, estaremos a tornar a redução da burocracia num requisito ainda mais categórico. O outro domínio é o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, que sofreu uma redução de 1,6 mil milhões de euros. Este fundo destina-se a ser utilizado em zonas rurais a fim de manter ou repor a sua população. A Hungria é particularmente afectada por este problema. A agricultura húngara é dominada por grandes explorações. São elas que recebem os pagamentos destinados à região, embora a sua utilização de mão-de-obra seja bastante reduzida. O relator utilizou algumas palavras duras a propósito da rectificação. Afirmou que a Comissão estava a prejudicar os principais domínios. A minha questão é a seguinte: porque continua a apoiar a aprovação desta rectificação?

Ingeborg Gräßle (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Presidente em exercício do Conselho Lindblad, caros Colegas, gostaria de retomar o apelo lançado pelo senhor deputado Garriga a orçamentos realistas. Quais são os custos do Tratado de Lisboa? Este problema tornou-se muito urgente.

Porque não podemos ser mais realistas no que toca aos Fundos Estruturais? Estes passaram a ser as nossas vacas sagradas. Já temos dotações pendentes relativas a um período de dois anos e meio que não foram liquidadas e estamos a acrescentar pelo menos 30 mil milhões de euros a essas dotações.

Temos um problema nos Balcãs, onde alguns países se prepararam para aderir à União Europeia. Em resultado de resoluções negativas dos socialistas e dos liberais, temos pouco interesse em perceber o que se passa efectivamente nos Balcãs. Como trabalham em conjunto as diferentes instituições da UE no Kosovo, por exemplo, onde estão presentes agora em grande número? Estavam em causa todas estas alterações importantes que a Assembleia rejeitou e que, a meu ver, devemos todos acompanhar, porque temos uma missão a cumprir naquela zona.

Onde está a evolução nos relatórios de progresso? Votámos a favor do relatório do Tribunal de Contas que solicitava um sistema semelhante a um semáforo, mas a Comissão dos Orçamentos recusou-se mais tarde a legitimar este sistema com as reservas correspondentes. Todos estes aspectos são contradições e, na minha opinião, a Assembleia ainda não está preparada para ser realista nem para legitimar as suas próprias resoluções.

Quero instar a uma abordagem realista de Kozloduy. O relatório especial da Comissão sobre a utilização de fundos da UE na Bulgária até ao Verão passado não mencionou esta central nuclear, apesar de ela ter recebido fundos do PHARE. Até ao final de 2009, foram gastos pelo menos 602 milhões de euros em Kozloduy. Procurei saber o que tinha acontecido a este montante e descobri que ainda nada tinha sido encerrado. Foram apenas elaborados planos para gerir o processo de desmantelamento. Kozloduy mostrou-me como a Comissão sabe pouco sobre o que se passa com o nosso dinheiro. Demonstrou igualmente que os numerosos orçamentos suplementares que foram criados dificultam o controlo da situação e também levam a que a Comissão perca a visão de conjunto. Por conseguinte, deveríamos pelo menos parar de insistir nos orçamentos suplementares, porque o resultado é perceberemos que já não fazemos ideia do que se passa.

Edit Herczog (S&D). – (HU) Senhor Comissário, caros Colegas, durante a actual crise financeira e económica, deve ser dedicada particular atenção ao crescimento, à competitividade, aos empregos e a uma aplicação mais eficaz e mais simples dos Fundos Estruturais e de Coesão. Outros objectivos prioritários, além destes, incluem o aumento da segurança do aprovisionamento energético e do seu transporte, a segurança interna, os desafios demográficos e a questão das alterações climáticas.

É precisamente por este motivo que louvamos os importantes sucessos parlamentares alcançados no projecto de orçamento que nos foi apresentado, em ligação com o plano de relançamento da economia e com o apoio a investimentos no sector da energia. Saudamos também os êxitos menos significativos, como o apoio concedido aos produtores de leite ou ao instrumento microfinanceiro para as PME, obtido após um longo debate. Gostaria ainda de mencionar os projectos inteligentes em matéria de energia e o apoio à aprendizagem ao longo da vida. Devemos salientar que o facto de termos conseguido encontrar os 2,4 mil milhões de euros para a recuperação da economia é um verdadeiro resultado. Congratulo-me também por termos assegurado a confirmação do orçamento para o Galileo.

Foram atribuídos quase 2 mil milhões de euros a projectos no domínio da energia, o que constitui porventura o resultado mais significativo que o Parlamento Europeu pode tomar como seu. Conseguimos igualmente incluir apoio para o encerramento seguro da central nuclear de Kozloduy, na Bulgária, e eu realçaria, em particular, o aspecto da segurança nesta matéria. Lográmos incluir apoio para os produtores de leite no orçamento a pedido do Parlamento Europeu. Importa também salientar que o Parlamento tomou decisões responsáveis e reconhecer que atribuímos as margens do orçamento de forma sensata.

Contudo, as nossas margens estão a diminuir. O Parlamento pode orgulhar-se do orçamento de 2010. Queria, pois, felicitar os relatores, senhores deputados Surján e Maňka. A nossa tarefa para o futuro é assegurar não apenas que o Tratado de Lisboa reforce as competências do Parlamento, mas também que o orçamento da UE, graças à sua reforma, facilite a vida aos empresários e aos cidadãos da Europa. Para esse efeito, desejo que tenhamos muita força e perseverança nos próximos anos. Obrigada pela vossa atenção.

Nathalie Griesbeck (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, caros Colegas, é a minha vez de prestar homenagem à imaginação demonstrada e aos esforços empreendidos pelas nossas instituições a fim de desbloquear – recorrendo a algumas técnicas orçamentais, como referiu o senhor deputado Lamassoure, como por milagre – os montantes muito substanciais que correspondem à segunda fase do plano de relançamento da economia, ou seja, 2 400 milhões de euros. Quero também congratular-me com os 300 milhões de euros que conseguimos encontrar para responder, a curto prazo, à crise muito grave que afecta hoje os agricultores. Espero que esta quantia e estas dificuldades nos levem a adoptar uma abordagem

mais pragmática no que respeita ao seu futuro. Devemos igualmente saudar os projectos-piloto e as acções preparatórias que, como sublinhou a senhora deputada Jensen, dão nova vida ao nosso orçamento.

Além destas observações, que foram muito bem formuladas, gostaria de realçar dois pontos. Irei, em primeiro lugar, fazer uma pergunta e, em segundo lugar, adoptar uma posição política. A pergunta é a seguinte: gostaria de obter uma explicação oficial sobre a postura que a nossa União vai assumir face à política de coesão e aos Fundos Estruturais, elementos que parecem ter sido apanhados pela tempestade que afecta alguns parceiros da UE. Entendo que esta é uma prova do que está acontecer na Europa.

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Elisabeth Jeggle (PPE). – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, o Parlamento Europeu teve um bom desempenho nestas negociações. Agradeço a todos os meus colegas que participaram nas negociações e manifestaram claramente a sua opinião à Comissão e ao Conselho.

Agora, é importante que todos façamos justiça a todas as questões relativas ao Tratado de Lisboa, incluindo o domínio orçamental no seu conjunto. Demonstrámos que o Parlamento tem de ser levado a sério e que faz sentido levá-lo a sério. Estas negociações orçamentais deixaram esse ponto bem claro. Muitos dos meus colegas já mencionaram o facto de termos realizado os nossos objectivos mais importantes.

Na qualidade de relatora para o orçamento da agricultura na Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, posso dizer que, apesar de o nosso orçamento – a secção dedicada à agricultura – ter sido muito fortemente contraído, ainda estamos dentro das nossas margens. Moderámos os nossos gastos. Fomos nós que o conseguimos fazer, na nossa comissão, e eu atribuo grande importância a esta conquista. É um êxito para o Parlamento assegurar 300 milhões de euros para o fundo destinado ao sector do leite face a todos os argumentos contrários apresentados pela Comissão ao longo dos anos e pelo Conselho, especialmente tendo em conta a situação difícil em que se encontram os produtores de leite.

Outros sectores da produção agrícola também enfrentam problemas neste momento. Isto afecta não apenas a agricultura e os agricultores, mas também muitos postos de trabalho em domínios a jusante. Na situação actual, este facto cria ainda mais dificuldades. Necessitamos de uma rubrica orçamental permanente para o fundo do sector do leite e pretendemos assegurá-la no futuro. Atribuimos mais fundos ao orçamento em 2010 do que em 2009. Este facto é o resultado da actual situação e nós estamos cientes disso. Agiremos em conformidade e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para assegurar que a nossa política agrícola seja sustentável e inovadora.

Estelle Grelier (S&D). – (FR) Senhor Presidente, na sua essência, a votação do orçamento é um acto profundamente político, e nós temos de retirar um ensinamento político – um ensinamento significativo, fundamental – do orçamento que nos é proposto.

O orçamento da União Europeia e, em particular, este que agora discutimos reflecte a falta de um projecto europeu apesar de, num cenário de crise e no início dos nossos novos mandatos, os cidadãos europeus necessitarem mais do que nunca desse projecto. Este orçamento evidencia a ausência de uma visão global para a Europa.

O Conselho e a Comissão optaram por deixar os Estados-Membros desenvolver o planos de recuperação próprios, muitas vezes concorrentes, e abandonaram os esforços para coordenar um relançamento económico, social e ambiental a nível da UE. Não houve tentativas de encorajamento nem incentivos à solidariedade europeia.

O Conselho e a Comissão aliviam a consciência aplicando pouco a pouco um plano de relançamento. Na verdade, o orçamento de 2010 prevê o financiamento da segunda parte deste plano, num total de 5 mil milhões de euros, uma quantia irrisória. É verdade que vai atribuir 300 milhões de euros ao fundo para o sector do leite, mas este valor é insuficiente quando sabemos que, em França, por exemplo, o rendimento líquido dos agricultores desceu 34% em 2009.

O orçamento de 2010 reserva 25 milhões de euros para o microfinanciamento e, contrariando a advertência do Conselho, permite manter o projecto de orçamento relativo a intervenções do Fundo de Coesão.

Consequentemente, é de alguma forma devido à falta de alternativa e por omissão que vamos votar a favor deste orçamento, pois a Europa – os cidadãos – não podem sobreviver sem as suas intervenções, por inadequadas que sejam. Todavia, devemos, conjuntamente, questionar-nos – e é urgente que o façamos –

sobre os métodos que utilizaremos para financiar as políticas ambiciosas de que a Europa se deve dotar e para retirar o orçamento da UE do seu actual quadro restrito e inadequado.

Para além de grandes declarações políticas, o Presidente da Comissão, senhor Barroso, tem de nos dizer como tenciona financiar as futuras políticas europeias de que tanto fala, particularmente as que se referem à nova estratégia em matéria de crescimento e de alterações climáticas. Essas políticas já não poderão ser financiadas com um orçamento tão modesto como o que nos é apresentado.

Pat the Cope Gallagher (ALDE). – (GA) Senhor Presidente, apoio inteiramente a decisão do Parlamento europeu de dar prioridade ao financiamento do Plano de Relançamento da Economia Europeia. Um plano de recuperação desta natureza é necessário para aumentar a procura económica e recuperar a capacidade competitiva da região.

Em resultado da crise económica, os níveis de desemprego aumentam na Europa, o que afecta gravemente a economia europeia. Infelizmente, os jovens que procuram emprego pela primeira vez são os mais afectados. É essencial tomar medidas para proteger quem está numa posição de maior desvantagem.

Temos de criar planos de reconversão para que as pessoas que perdem os seus postos de trabalho possam rapidamente encontrar outro emprego no futuro

Estes planos são concebidos para funcionar no quadro do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Desde 1973, quando a Irlanda aceitou participar na Comunidade Económica Europeia, a União Europeia assumiu repetidamente um papel central – sempre que necessário – no combate ao problema de desemprego do país através do Fundo Social Europeu.

A União adoptou novamente este papel positivo na Irlanda e o plano de relançamento é vital neste contexto.

Presidente. – Obrigado, Senhor Deputado Gallagher. Como Vice-Presidente responsável pelo multilinguismo, quero dizer que é para nós um prazer ouvi-lo falar gaélico no Parlamento.

Danuta Maria Hübner (PPE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de abordar quatro pontos.

Permitam-me que comece por salientar a necessidade de utilizar o nosso orçamento de 2010 e, em particular, os instrumentos financeiros europeus em matéria de política de coesão, com a máxima celeridade, a fim de estimular a actividade económica em todas as regiões e cidades da União e criar o impulso necessário para revitalizar as economias dos Estados-Membros. A política de coesão cria uma ponte forte e necessária entre a recuperação da crise e a transformação estrutural a longo prazo da economia europeia.

Em segundo lugar, foi por este motivo que a Comissão do Desenvolvimento incentivou a Comissão e os Estados-Membros não só a utilizarem todos os recursos financeiros disponíveis para investir no que são as prioridades da Política de Coesão 2007-2013 – alterações climáticas, conhecimento e inovação, eficiência energética, energias renováveis, banda larga, transportes urbanos sustentáveis e renovação de competências – como também a promoverem a função instigadora da política de coesão; ela consiste em utilizar eficazmente todos os instrumentos de engenharia financeira que a política de coesão criou em colaboração com o Banco Europeu de Investimento, a fim de ajudar pequenas e médias empresas a sobreviverem a este período difícil e, sobretudo, a progredirem, a adaptarem-se ao cenário em mudança da economia global, que se transforma, e estar à altura do desafio – e da oportunidade – das alterações climáticas.

Em terceiro lugar, quero informar os deputados de que todos os pedidos de pagamento no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão relativos ao orçamento de 2009, que totalizam 25,5 mil milhões de euros, foram plenamente utilizados, contribuindo assim para a recuperação, a mudança estrutural, o crescimento, o emprego e a eficiência energética no quadro das alterações climáticas.

Finalmente, neste contexto, lamento as reduções no apoio a países candidatos, nomeadamente no IPA, que abrange o desenvolvimento regional e os recursos humanos e aborda domínios como o desemprego, a exclusão social e o investimento na educação – uma redução de 7 milhões de euros, que constituem 0,5% das dotações operacionais dirigidas para a administração – sem prestar atenção à necessidade de assegurar uma boa administração local e aos princípios básicos de boa gestão financeira que são tão caros a esta Assembleia.

Cătălin Sorin Ivan (S&D). – (RO) Começaria por felicitar os relatores pelos resultados que alcançaram nas negociações sobre o orçamento de 2010. Os cidadãos da Europa necessitam mais do que nunca de um orçamento europeu substancial para fazerem face à crise económica e aos seus problemas.

Os orçamentos dos Estados-Membros encontram actualmente grandes dificuldades para enfrentar a crise económica, especialmente tendo em conta que muitos dos problemas com que se confrontam ultrapassam o âmbito nacional. Trata-se de dificuldades globais, que exigem respostas coordenadas ao mais alto nível. Por este motivo, regozijo-me com o facto de podermos apresentar hoje nesta Assembleia um orçamento que irá financiar na totalidade a segunda fase do Plano de Relançamento da Economia Europeia, que ascende a 1 980 milhões de euros. É provável que vejamos os primeiros sinais de recuperação económica em 2010, mas os orçamentos nacionais serão extremamente afectados pelos esforços que foram empreendidos durante o último ano. Além disso, prevê-se que o desemprego atinja um máximo histórico nos Estados-Membros.

A futura Comissão terá a enorme responsabilidade de ajudar os Estados-Membros e os cidadãos da União Europeia a ultrapassarem estas dificuldades. Contudo, quero chamar a atenção dos Estados-Membros para a sua responsabilidade no acesso a fundos europeus. É inútil desenvolvermos todo este esforço para negociar a obtenção de recursos para as políticas de coesão se eles não forem utilizados. Junto-me aos meus colegas no apelo a que o quadro financeiro plurianual de 2007-2013 seja revisto com a maior urgência possível, caso contrário não conseguiremos voltar aqui com um orçamento para 2011.

Gostaria de salientar um último aspecto. O orçamento de 2010 vai introduzir ainda uma componente inovadora, que pode parecer menor, mas não é. Refiro-me ao lançamento dos preparativos para criar um quadro europeu comum para o Mar Negro. Esta acção representa o reconhecimento do Mar Negro como uma questão europeia importante e atenua a discrepância entre o modo como o Mar Negro e o Mar Báltico são tratados no contexto das políticas da União Europeia.

Jean-Pierre Audy (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Ministro, queria felicitar os relatores e o nosso Presidente da Comissão dos Orçamentos e meu amigo, senhor deputado Lamassoure.

Tenho cinco observações a fazer. A primeira diz respeito à investigação, em particular ao sexto e sétimo programas-quadro. A bem da segurança jurídica, nós, na Comissão do Controlo Orçamental, reiteramos o nosso desejo de que a Comissão Europeia se abstenha de calcular, através de novas interpretações dos critérios de elegibilidade, demonstrações financeiras para projectos concluídos que já tenham sido aprovados e pagos. Repetimos o nosso pedido para que a Comissão não se desvie das normas internacionais de contabilidade e auditoria.

O segundo ponto é a inclusão das pensões do pessoal da UE no orçamento. Propomos que os créditos sobre Estados-Membros no âmbito das pensões do pessoal – 37 mil milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, um aumento de 4 mil milhões desde 2007 – sejam contabilizados como um activo e sugerimos um estudo sobre a criação de um fundo de pensões da UE.

A terceira questão é o facto de o Organismo Anti-Fraude dever ser apoiado. É importante reforçá-lo para que possa fazer melhor o seu trabalho, particularmente quando estão em causa intervenções fora da UE.

O quarto ponto é o nosso desejo de que a Comissão proporcione os recursos necessários para nos permitir realizar uma conferência interinstitucional destinada a obter uma declaração de fiabilidade positiva do Tribunal de Contas Europeu. Esta conferência reuniria os tribunais de contas nacionais, o Tribunal de Contas Europeu, os parlamentos nacionais e as administrações em questão.

Por último, a União Europeia não investe o suficiente, e apresento uma proposta pessoal: não será chegado o momento de incluirmos uma secção sobre investimentos no nosso orçamento e de, em associação com o Banco Europeu de Investimento – do qual proponho que a União Europeia, por ter personalidade jurídica, se torne também parceira, a par dos Estados-Membros –, termos um plano de investimento, sobretudo em matéria de redes transeuropeias? Este plano inclui a energia, auto-estradas, ligações ferroviárias de alta velocidade, vias navegáveis, universidades, educação, banda larga, saúde, espaço, entre outros aspectos.

Derek Vaughan (S&D). – (EN) Senhor Presidente, este é o meu primeiro orçamento neste Parlamento, e fiquei bem impressionado com o consenso sobre as prioridades do Parlamento e pela ideia consensual de que devemos protegê-las. Quero agradecer a todos os intervenientes neste processo.

Conseguimos muito. Não cumprimos tudo, mas congratulo-me por termos conseguido tanto. Em particular, agradaram-me as declarações relativas aos Fundos Estruturais e à política de coesão. Espero que essas declarações sejam recordadas quando tomarmos decisões sobre a política pós-2013. Todavia, continua a

haver decisões difíceis para o Parlamento, como as que dizem respeito às despesas do instrumento de microfinanciamento – espero que os deputados ainda o considerem uma prioridade –, à garantia de disponibilidade dos fundos necessários para Kozloduy nos próximos três anos e ao financiamento de novas prioridades: prioridades saídas de Copenhaga, prioridades decorrentes da aplicação do Tratado de Lisboa e prioridades inerentes à nova Estratégia 2020, que iremos discutir no próximo ano.

Temos de resolver todos estes problemas sabendo que as margens são apertadas e que o Conselho se mostrará relutante em conceder fundos suplementares. É por isso que uma futura revisão fundamental do orçamento é absolutamente necessária. Importa assegurar que, no futuro, o orçamento corresponda às nossas prioridades.

Devemos também estudar uma nova rubrica orçamental para o Fundo de Ajustamento à Globalização, em vez de continuarmos a retirar dinheiro de outras rubricas. Do mesmo modo, é fundamental assegurar um montante suficiente para o instrumento de flexibilidade, a fim de podermos responder às nossas prioridades e alterá-las. Neste momento, essa quantia não é suficiente. Se conseguirmos fazer tudo isto, concretizaremos as nossas prioridades e, mais importante ainda, poderemos mostrar aos cidadãos da Europa que este Parlamento é relevante.

O orçamento deve seguir as nossas prioridades, mas deve também seguir as prioridades dos nossos cidadãos. Essa é a mensagem determinante para nós enquanto Parlamento, mas também uma mensagem decisiva para a Comissão e para o Conselho.

Csaba Óry (PPE). – (HU) Talvez não seja coincidência que a preparação do orçamento de 2010 atraia tanta atenção. Todo este interesse é plenamente justificado pelo agravamento do desemprego e pelas dificuldades provocadas pela crise económica. Na qualidade de relator do parecer da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, quero exprimir o meu agradecimento ao relator, senhor deputado Surján, pela forma profissional como tratou os dossiês em questão.

Especificámos anteriormente algumas prioridades no parecer que apresentei na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais. Naturalmente, demos prioridade máxima a instrumentos destinados a mitigar os efeitos da crise financeira e económica para os cidadãos da Europa. Apoiámos todas as propostas, incluindo o aumento de 8,4% que visa impulsionar a competitividade e que, assim o esperamos, vai manter ou criar postos de trabalho e contribuir para o plano de relançamento da economia, para a Estratégia de Lisboa renovada, bem como para o programa de aprendizagem ao longo da vida.

Sublinhámos também as tarefas associadas ao Fundo Social, à formação profissional, à obtenção de qualificações técnicas e à aprendizagem ao longo da vida. Considero particularmente importante o facto de termos reservado fundos no valor de 25 milhões de euros para o futuro instrumento de microfinanciamento em 2010. Ontem, debatemos este novo mecanismo. Se tudo correr bem, conseguiremos também chegar a acordo rapidamente sobre os outros pormenores relativos ao financiamento.

Penso que é importante que o orçamento saliente o significado do financiamento para as actividades e políticas abrangidas pela rubrica orçamental 1a. Ele vai contribuir para o desenvolvimento sustentável e para criação de postos de trabalho. Saúdo em especial as rubricas destinadas a melhorar a situação das pequenas e médias empresas, bem como o apoio concedido ao programa Progress, à consultoria e à rede de informações do serviço EURES e a projectos-piloto como o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Considerando todos estes elementos em conjunto, penso que os objectivos definidos pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais podem desempenhar um papel de relevo no orçamento, pelo que devemos estar gratos aos relatores.

Gay Mitchell (PPE). – (EN) Senhor Presidente, na última legislatura, foi dedicada bastante atenção aos estatutos dos deputados e dos assistentes e, a meu ver, como toda a legitimidade. Agora, no início deste Parlamento e da nova Comissão, é chegado o momento de concentrarmos a nossa atenção noutros elementos do pessoal das três instituições e examinar o seu papel.

É para nós um grande privilégio ter pessoas muito profissionais e empenhadas a trabalhar para o Parlamento, o Conselho e a Comissão, mas a verdade é que, no Parlamento, não temos uma noção exacta do que fazem muitas dessas pessoas. Fazem o mesmo há anos.

Quando há 27 Estados-Membros representados neste Parlamento, 27 comissários que chegam em simultâneo daqueles Estados-Membros para integrarem a Comissão e ministros do Conselho que voltam aos seus parlamentos e viajam até aqui, é fácil o pessoal eleito para nos servir ocupar um lugar importante na ordem do dia.

O que peço desde o início deste Parlamento é que a próxima Comissão – a propósito, não sei qual a percentagem do orçamento dedicada ao pessoal, mas sei que é substancial – solicite um estudo sobre as funções do pessoal das três instituições, verifique a eficácia e eficiência do seu trabalho e, acima de tudo, assegure transparência e responsabilidade nas actividades dos funcionários. Penso que este seria um importante serviço prestado ao público.

De certo modo, há uma convicção cada vez mais generalizada de que existe uma burocracia sem rosto. Discordo dessa opinião, e não digo isto em tom de elogio forçado, porque temos pessoal muito bom, mas não é dessa forma que se mede a eficiência e a eficácia. Temos de saber o que faz o pessoal e, se formos sérios quanto a uma agenda de Lisboa com uma economia eficiente e eficaz, devemos zelar por que os funcionários que trabalham para as nossas três instituições sejam aproveitados com eficácia, eficiência e responsabilidade. Entendo que, em cada uma das instituições, deve haver um secretário-geral adjunto que a informe periodicamente sobre a eficiência e a eficácia do pessoal.

Pediria à Comissão que analisasse esta proposta de forma independente e justa no período inicial da nova Comissão.

Tadeusz Zwiefka (PPE). – (PL) Senhor Presidente, parece valer a pena assinalar, também durante o debate orçamental, que a lei é um elemento fundamental para a vida da sociedade e que a sua coesão une o nosso continente. O Tribunal de Justiça da União Europeia desempenha um papel essencial neste domínio, e foi por isso que a Comissão dos Assuntos Jurídicos propôs uma série de alterações destinadas a recuperar recursos previstos no projecto de orçamento inicial, que mal vão permitir ao Tribunal satisfazer as suas necessidades mais fundamentais.

Um dos problemas mais urgentes é a necessidade de aumentar os recursos orçamentais para 2010 destinados à tradução de perguntas remetidas para decisões prejudiciais, que constituem um instrumento básico utilizado pelos nossos tribunais nacionais para poderem adaptar a jurisdição nacional à jurisdição europeia. O TJCE não tem meios suficientes para aumentar os seus recursos em termos do pessoal que trabalha no seu serviço de tradução, e este facto provoca atrasos nos processos judiciais. Afectar recursos adicionais ao Tribunal contribuirá para um aumento da eficiência operacional neste domínio, bem como para uma redução dos atrasos em processos judiciais nos Estados-Membros. A redução de recursos pelo Conselho afecta projectos estratégicos em matéria de tecnologia da informação, já bastante restringidos, propostos pelo Tribunal para 2010 a fim de melhorar a qualidade do serviço com uma redução simultânea do número de trabalhadores empregados. É imperativo que os recursos previstos no projecto de orçamento comum sejam reintegrados. A tecnologia da informação constitui um domínio fundamental que permite enfrentar os desafios do nosso tempo, proporciona economias a longo prazo e oferece um melhor serviço aos cidadãos.

Gostaria também de realçar a necessidade de apoiar os projectos de quadros de referência. Em Fevereiro de 2009, um grupo de académicos apresentou a versão final de um resumo destes projectos que as instituições europeias poderão utilizar como base para a criação de legislação contratual europeia. Nesta fase, é extremamente importante disponibilizar os quadros disponíveis no maior número possível de línguas oficiais, a fim de permitir que grupos políticos e jurídicos e outras partes interessadas realizem uma discussão aprofundada sobre o tema do futuro da legislação contratual europeia. Congratulo-me com a acção do Parlamento Europeu para corrigir estes erros do Conselho e permitir ao Tribunal funcionar melhor.

PRESIDÊNCIA: ROUČEK

Vice-Presidente

György Schöpflin (PPE). – (EN) Senhor Presidente, como todos os outros oradores, penso que este é um orçamento extremamente positivo. É o resultado de muito trabalho, e eu felicito todos os que nele participaram.

O que eu gostaria de fazer neste período do debate é tentar ver o panorama completo. Houve contributos muito importantes relativamente a questões particulares, mas temos de olhar para o contexto europeu mais amplo, de modo a entender o significado do que estamos a debater. Parece-me que, numa democracia, cada instituição deve ter um orçamento e ser responsável pelo que gasta perante quem envia as contribuições e quem fornece os recursos.

Consequentemente, este orçamento, em particular, traz consigo uma enorme responsabilidade. De facto, traz consigo a responsabilidade de ser o orçamento de uma instituição que está particularmente empenhada na transparência e na prestação de contas. Tendo em conta, nomeadamente, o nosso compromisso com a

transparência e com a prestação de contas, esta medida reforçará a boa governação e, num mundo ideal, aumentará a confiança entre quem gasta e quem suporta. Talvez deva sublinhar que isto se passa num mundo ideal; a realidade é muitas vezes diferente. O significado particular desta transparência reside no facto de poder ajudar a ultrapassar a distância que existe entre os indivíduos e quem exerce o poder. Esta distância – penso que todos concordamos neste aspecto – é uma componente inevitável da vida moderna, pelo que todas as instituições devem fazer o que puderem para a reduzir.

Além disso, segue-se um período difícil na Europa, e eu penso que esse facto aumenta a insegurança entre os cidadãos. O que podemos fazer neste contexto é esclarecer as questões promovendo debate e discussão, que, a propósito, devem incluir desacordo. Nesta perspectiva, creio que o orçamento é um excelente passo na direcção certa, e eu dar-lhe-ei o meu forte apoio.

Peter Šťastný (PPE). – (EN) Senhor Presidente, o orçamento de 2010 está longe de ser generoso – à semelhança de qualquer outro orçamento. Dadas as circunstâncias, precisamos de trabalhar com o que temos, e o que temos é o impacto de uma grande crise global como prioridade. Tudo o resto passa para segundo plano.

Na qualidade de relator para a Comissão do Comércio Internacional, eu gostaria que os montantes acrescidos no âmbito da rubrica 4 (“A UE como protagonista global”) fossem bem investidos e devidamente controlados a fim de estimularem fluxos comerciais maiores e, em conjunto com a eliminação de barreiras, devemos conseguir reforçar o PIB e o crescimento do emprego.

A Agenda de Desenvolvimento de Doha da OMC é a melhor plataforma para cumprir esta tarefa, particularmente nos países em desenvolvimento. Existe, portanto, um forte incentivo à materialização desta longa saga numa resolução bem-sucedida, uma vez que estaremos em posição de combater o impacto nefasto da globalização com um instrumento verdadeiramente poderoso.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Caros Colegas, o orçamento para 2010 é um compromisso difícil. Por outro lado, espera-se que actue de modo a limitar a crise económica e, ao mesmo tempo, financiamos esforços destinados a combater as alterações climáticas, sobretudo reduzindo as emissões de CO₂. Esta acção é positiva mas, a curto prazo, compromete o desenvolvimento, um domínio em que continuamos a investir muito pouco.

O aumento das despesas com investigação e inovação justifica-se. Vai melhorar a nossa competitividade. Afigura-se que gastamos muito pouco em educação, nomeadamente no programa de intercâmbio Erasmus. É positivo que tenham sido encontrados recursos – embora insuficientes – para o fundo do sector do leite, porque o ano passado foi difícil para os agricultores europeus. Se pretendemos estimular as condições económicas e reduzir o desemprego e a exclusão social, devemos aumentar os fundos destinados ao mecanismo de microfinanciamento. Apoiar a Internet de banda larga em zonas rurais é importante para o desenvolvimento mas, naturalmente, como eu disse, este orçamento é um compromisso.

Nathalie Griesbeck (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, gostaria de tomar a palavra ao abrigo do procedimento “catch-the-eye”, dado que, há pouco, tive apenas um minuto para usar da palavra quando a ordem do dia indicava que tinha dois. Acrescentaria apenas um ponto: embora eu vá acompanhar o meu grupo e aprovar, na quinta-feira, o orçamento que estamos a debater, quero sublinhar que vivemos não apenas uma crise económica, financeira e ambiental – como foi recordado há pouco – mas também uma crise social muito profunda associada ao aumento do desemprego.

Apesar de o orçamento representar um equilíbrio delicado, pela minha parte, lamento que os Estados-Membros não tenham tomado em consideração sinais políticos fortes enviados precisamente pelas pessoas que enfrentam dificuldades. Foi manifestada a vontade de afectar fundos adicionais ao plano para ajudar os cidadãos mais pobres, mas, infelizmente, nada foi feito. Lamento-o, porque teria sido enviado um sinal forte de que caminhamos para uma Europa mais social.

Zigmantas Balčytis (S&D). – (LT) Obrigado, Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, caros Colegas, o orçamento de 2010 é realmente um exemplo de um bom compromisso. Não concordo, decididamente, com os colegas que afirmaram que o orçamento de 2010 é um orçamento de crise. Nós, representantes de alguns Estados, sabemos muito bem o que é um orçamento de crise, quando as receitas orçamentais diminuem 30% ou mais em dois anos.

Devemos felicitar a Comissão por algumas prioridades; conjuntamente com o Conselho e com o Parlamento, mobilizou fundos adicionais, em particular para financiar o plano de relançamento da economia, por exemplo,

para aumentar o acesso à Internet de banda larga e também para financiar o Plano SET. Gostaria ainda de referir que há alguns domínios problemáticos.

Contudo, chamaria a atenção para a intervenção do meu colega, senhor deputado Godmanis, que mencionou o facto de, há mais de um ano, alguns Estados não gerirem o apoio financeiro. Por conseguinte, penso que este é um bom orçamento, que deve ser apoiado, e felicito a Comissão.

Ivars Godmanis (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, quero realçar sucintamente um aspecto, aproveitando a presença do senhor Comissário.

Temos um problema: na Comissão do Desenvolvimento Regional, ainda trabalhamos nas propostas de alterações, pelo que, em 2009-2010, a Comissão Europeia não vai pedir aos Estados-Membros um co-financiamento. O total dos fundos ascende a mais de 6,6 mil milhões de euros. Adoptámos o orçamento de 2010, mas não há recursos neste orçamento para dar resposta a essas necessidades; o orçamento de 2009 está concluído.

A Comissão do Desenvolvimento Regional ainda aguarda a nova proposta da Comissão Europeia porque a proposta anterior foi rejeitada pelo Conselho. Temos de ser muito claros quanto ao que devemos fazer a seguir. Na minha perspectiva, não há margem para esta proposta, mas a situação tem de ser qualificada. Caso contrário, a Comissão do Desenvolvimento Regional trabalhará numa direcção e nós, na Comissão dos Orçamentos, não saberemos o que podemos fazer porque não teremos mais fundos para estas propostas no próximo orçamento de 2010.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). - Senhor Presidente, lamento que, em plena crise económica e social, com efeitos dramáticos no emprego e nas condições de vida das populações, esta proposta de orçamento comunitário para 2010 fique muito aquém do que era necessário e, por exemplo, nem sequer tenha em conta, quer as Perspectivas Financeiras que apontavam para 1,1% do Rendimento Nacional Bruto comunitário, quer a própria proposta apresentada e aprovada em primeira leitura neste orçamento, que era de 1,08% do Rendimento Nacional Bruto comunitário.

Esta proposta, que agora está aqui em votação, dá continuidade a um orçamento que privilegia e financia as orientações neoliberais e militaristas da União Europeia. Registe-se que é o primeiro orçamento do Tratado de Lisboa em detrimento da apregoada coesão económica e social que, aliás, vê aqui diminuída a sua participação, dado que no total de pagamentos o corte nas despesas de coesão é de cerca de 2500 milhões relativamente ao que foi aprovado em primeira leitura.

Por tudo isto, nós não podemos estar de acordo com esta proposta de orçamento que é inferior em mais de 11000 milhões de euros ao previsto no Quadro Financeiro Plurianual para 2010.

Hans Lindblad, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhor Presidente, penso que este foi um debate empolgante. Tivemos opiniões diferentes, e é assim que deve ser. Algumas pessoas pretendem reduzir o orçamento. Contudo, afigura-se que muitas pessoas não ficarão totalmente satisfeitas enquanto todos os orçamentos nacionais não forem transferidos para a UE. Felizmente, transferir todo o poder para o Parlamento Europeu não é, provavelmente, a vontade dos nossos eleitores.

Recebi uma pergunta directa do senhor deputado Färm. A acreditar no senhor deputado Färm, pareceria que não temos qualquer política de emprego na Europa sem o recurso aos microcréditos. Não é esse o caso, evidentemente. Os vários Estados-Membros investem enormes quantias no apoio à economia e ao emprego. Além disso, a Europa promove aumentos gerais substanciais no orçamento, incluindo a atribuição de 5 mil milhões de euros através de um plano de relançamento. Finalmente, temos também a política muito expansionista do Banco Central Europeu. Assim, não duvidamos de que temos uma política muito forte em matéria de emprego e de crescimento.

Se o senhor deputado Färm entende que a principal prioridade deve ser atribuída aos microcréditos, outro domínio terá, naturalmente de ser menos prioritário. É uma questão de escolhas. Todavia, querer simplesmente ter mais e enviar a factura aos Estados-Membros não é, evidentemente, uma solução aceitável.

Vladimír Maňka, relator. – (SK) Caros Colegas, obrigado pelas vossas palavras inspiradoras. Gostaria de agradecer aos representantes das instituições europeias, à Presidência do Parlamento Europeu, aos relatores-sombra, aos coordenadores e a todos os colegas.

Tudo aconteceu este ano sob a liderança de dois presidentes da Comissão dos Orçamentos. Na primeira metade do ano, foi o senhor deputado Böge e na segunda, o senhor deputado Lamassoure. Senhores Deputados

Böge e Lamassoure, não sou certamente o primeiro a dizer-vos que ambos deram um grande contributo geral para o trabalho da comissão e para todo o processo orçamental.

Valorizo a cooperação da Presidência sueca e do senhor Comissário. As mulheres e os homens que não aparecem oficialmente são nossos conselheiros, assistentes e elementos do pessoal administrativo. Contudo, são pessoas fundamentais. Sem elas, não teríamos alcançado o resultado de hoje. Quero agradecer a todas.

Caros Colegas, o Tratado de Lisboa terá impacto em todo um conjunto de serviços do Parlamento Europeu e de outras instituições. Para o Parlamento Europeu, o trabalho no âmbito da co-decisão vai aumentar drasticamente, abrangendo até 95% da legislação em domínios como a liberdade, segurança e justiça, a agricultura, as pescas, a investigação e os Fundos Estruturais. Haverá uma maior utilização do voto por maioria qualificada no Conselho e serão criadas várias bases jurídicas novas em sectores como o turismo, o desporto, a energia, a protecção civil e a cooperação administrativa. Isto vai aumentar as actividades legislativas da UE em geral, com um impacto significativo nos poderes do Parlamento Europeu e nas suas actividades, bem como, consequentemente, na necessidade de impulsionar a administração.

Nos próximos meses, vamos examinar e quantificar os recursos financeiros essenciais para executar as novas políticas da UE associadas ao Tratado de Lisboa. Penso que, em conjunto, teremos êxito na organização do próximo processo orçamental.

Jutta Haug, relatora. – (DE) Senhor Presidente, gostaria de agradecer a todos os meus colegas. Conseguimos encontrar uma posição comum no que respeita ao Conselho. Todavia, quero também agradecer muito calorosamente ao Conselho e à Presidência do Conselho neste ponto. Qualquer pessoa que me conheça sabe que sou normalmente muito moderada nos elogios e nos agradecimentos. Contudo, queria manifestar a minha sincera gratidão à Presidência sueca e, em particular, ao senhor Ministro Lindblad, pelo seu trabalho e pela sua presença constante nas discussões sobre matérias orçamentais. Verificou-se um agradável contraste com as outras presidências do Conselho que conheci durante a minha longa carreira enquanto deputada do Parlamento. Muito obrigada.

Esta manhã, vários colegas participaram na discussão e creio que, nesta ocasião, participaram muito mais deputados do que habitualmente. A maioria referiu-se às limitações do orçamento e à sua estrutura. Caros Colegas, podemos presumir com segurança que o orçamento de 2010 será o último deste tipo, o último com esta estrutura, o que nos leva a acreditar que podemos financiar desta forma as políticas necessárias da União Europeia e os seus novos desafios e missões.

Esperamos que a nova Comissão prepare rapidamente a revisão intercalar, dado que, nos termos dos acordos obtidos em 2006, ela deveria ter sido apresentada o mais tardar até 2009, por outras palavras, até ao final deste ano. Para ser mais clara, esperamos igualmente uma proposta de revisão para as actuais perspectivas financeiras. Não podemos esperar até 2014 por esta reforma. Precisamos de instrumentos sustentáveis já, para que a União Europeia possa enfrentar os desafios do futuro imediato com legitimidade democrática, como o Presidente da Comissão dos Orçamentos, senhor deputado Lamassoure, acabou de pedir em nome de todos nós.

Reimer Böge, relator. – (DE) Senhor Presidente, agora que todos chegámos a acordo sobre o orçamento de 2010, em conformidade com as realidades políticas, devemos hoje, como é evidente, centrar a nossa atenção no que nos aguarda durante os próximos meses.

Dado que o Conselho atribuiu a si mesmo 23,5 milhões de euros utilizando um processo bastante unilateral, teremos também de introduzir muito rapidamente os suplementos necessários ao orçamento parlamentar, a fim de manter o equilíbrio entre as instituições e assegurar a capacidade do Parlamento Europeu para responder aos desafios colocados pelo Tratado de Lisboa. Será igualmente necessário dedicarmos atenção suficiente à capacidade dos grupos, das comissões e, em particular, de cada um dos deputados, para actuar no âmbito das tarefas que nos aguardam.

Além disso, teremos de realizar discussões gerais ao longo dos próximos meses em matéria de ajustamentos, estudos e revisões. Está em causa ajustar, renovar e reforçar o acordo interinstitucional. Está em causa unir partes do acordo interinstitucional para criar um quadro financeiro plurianual, que tem um processo decisório diferente com base no Tratado de Lisboa. Está em causa o processo de co-decisão no Regulamento Financeiro. Além disso, essas discussões estão relacionadas, por exemplo, com o grande pacote destinado a desenvolver o Serviço Europeu para a Acção Externa, no que respeita à garantia dos direitos orçamentais do Parlamento e aos possíveis ajustamentos das bases jurídicas que possam ser necessários para os programas plurianuais do Serviço para a Acção Externa.

Por este motivo, gostaria de reiterar nesta fase que, sem ajustamentos, estudos e revisões, nada pode ser feito. Não podemos adiar indefinidamente o processo de introdução gradual dos desafios orçamentais do Tratado de Lisboa. Espero que a nova Comissão comece a trabalhar muito rapidamente e apresente propostas que garantam os direitos do Parlamento em todos os domínios e que não tentem modificar direitos individuais pela porta das traseiras, porque estas acções poderiam prejudicar o Parlamento. Sabemos como evitar que isto aconteça.

László Surján, relator. – (HU) Se pretendemos reforçar o sentimento de segurança dos europeus em 2010, temos de executar este orçamento de uma forma eficaz e prática. Foi exactamente por isso que aumentámos a segurança energética e estamos a apoiar a criação de postos de trabalho e a introduzir um instrumento de microfinanciamento. Também contribuímos para a investigação e o desenvolvimento, bem como a aprendizagem ao longo da vida. Queremos ajudar o sector do leite e atenuar, tanto quanto possível, os efeitos nocivos das alterações climáticas.

Alcançámos todos estes resultados gastando cada cêntimo dos recursos recebidos no âmbito do quadro financeiro plurianual. Contudo, isto significa que o orçamento se tornou totalmente inflexível, deixando de proporcionar a margem suficiente. Este é outro motivo para a grande urgência da revisão intercalar, que também reitero. A Comissão e os Estados-Membros partilham uma responsabilidade particular pelo sucesso futuro. Apenas podemos encarar os contribuintes olhos nos olhos se utilizarmos o quadro que temos ao nosso dispor, não apenas legalmente, mas também de forma objectiva.

Se houver recursos disponíveis para criar novos postos de trabalho, o número de empregos vai efectivamente aumentar. Se existirem outros recursos que permitam às regiões subdesenvolvidas alcançarem as restantes, o volume do PIB produzido localmente vai efectivamente crescer. Só quando controlarmos estas condições poderemos dizer que aplicámos bem o nosso dinheiro e que valeu a pena aos cidadãos da Europa fazerem o sacrifício, porque a actual contribuição para o orçamento da UE, de 1 23 mil milhões de euros, é certamente um sacrifício.

Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhor Comissário, espero que este Parlamento dê o seu apoio firme ao relatório que foi apresentado e que, na quinta-feira, proporcionemos aos cidadãos da Europa um bom orçamento que seja sólido do ponto de vista jurídico mas também moral.

Presidente. – Está encerrado o debate conjunto.

A votação do relatório Haug terá lugar amanhã.

A votação dos relatórios Surján, Maňka e Böge terá lugar na quinta-feira.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Ádám Kósa (PPE), por escrito. – (HU) O meu colega do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), senhor deputado Surján, e o senhor deputado Maňka concluíram uma tarefa importante. Como sucede no debate orçamental em qualquer parlamento nacional, também nós temos de deixar bem claro nesta Assembleia o que contém especificamente um projecto de orçamento e a mensagem que ele transmite à sociedade. Apesar de não haver qualquer menção à acessibilidade no relatório, gostaria de chamar a vossa atenção para o seguinte: com base na decisão tomada pelo Conselho Assuntos Gerais em 26 de Novembro, a UE aderiu à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na qualidade de organização regional. Tendo em conta este facto, e em conformidade com o n.º 43 e com as disposições contidas no Anexo 2 do relatório, devemos saudar a declaração comum relativa à política imobiliária.

Contudo, é importante que a acessibilidade seja incluída no caso da construção e também de outros investimentos em infra-estruturas, além de cumprir os outros requisitos importantes (por exemplo, economias de energia). As despesas suplementares em matéria de acessibilidade são sempre muito superiores. Neste contexto, reveste-se de importância fundamental que o Parlamento Europeu também tenha em consideração as pessoas com deficiência visual no âmbito dos requisitos de segurança. Por exemplo, ao conceber edifícios e ao prepará-los para utilização, devem ser utilizados sinais claramente visíveis, bem como marcações tácteis no solo para ajudar as pessoas com deficiência visual a encontrarem o seu caminho. Além disso, em termos de direitos linguísticos, eu considero importante que, além de tornar os edifícios acessíveis, os documentos (incluindo as versões electrónicas) contenham igualmente informação adequada sobre a forma de as pessoas com deficiência visual lhes acederem (com os pacotes de aplicações informáticas recomendados).

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) Durante uma crise económica, em que os cidadãos são sujeitos a vagas de despedimentos e de reduções nos serviços sociais, a União Europeia também tem de fazer economias. No próximo ano, a UE tenciona gastar aproximadamente 123 mil milhões de euros, mais sete mil milhões do que este. Em períodos económicos difíceis, são obviamente necessárias medidas que estimulem a economia, mas é duvidoso que instrumentos como o Plano de Relançamento da Economia Europeia o possam conseguir. No passado, programas da UE muito elogiados acabaram por ser tigres de papel. Além disso, várias subvenções da UE revelaram-se um convite a abusos de muitos tipos diferentes. Há vários anos que o Tribunal de Contas Europeu identifica, nos seus relatórios anuais, erros flagrantes nos fundos agrícolas e estruturais. Isto significa que o dinheiro ganho com esforço pelos contribuintes desaparece lentamente em canais misteriosos. Os regulamentos complicados que mesmo os eurocratas de Bruxelas muitas vezes acham confusos estão entre os maiores responsáveis pela natureza irregular do sistema. A UE não controla sequer a recuperação de fundos que foram pagos indevidamente. Assim, continuar a inflacionar o orçamento da UE é o caminho errado. Ao invés, os erros devem ser eliminados do sistema por meio de medidas de vasto alcance de renacionalização, por exemplo, no sector agrícola. Estas medidas permitiriam aos Estados-Membros decidir autonomamente que domínios querem subvencionar. Quanto às medidas de estímulo à economia, devem fazer parte de uma abordagem coordenada por parte dos Estados-Membros.

Siiri Oviir (ALDE), *por escrito*. – (ET) Em Março de 2009, com o plano de relançamento da economia que foi aprovado pelo Conselho Europeu, pretendia-se que, em 2009 e 2010, 5 mil milhões de euros em fundos orçamentais não utilizados fossem atribuídos a investimentos em projectos relativos à ligação de redes de energia e ao desenvolvimento de redes de banda larga. Muito me apraz registar que, em relação ao segundo ano (2010) de financiamento do Plano de Relançamento da Economia Europeia, tenha sido alcançado um resultado no Comité de Concertação, através da análise do quadro financeiro para 2007-2013, que assegura montantes que ascendem a 2,4 mil milhões de euros para o próximo ano e que possibilita igualmente o cumprimento dos objectivos especificados no plano de relançamento da economia. Se as alterações efectuadas no quadro financeiro no contexto do Plano de Relançamento da Economia Europeia deixarem muito poucos fundos em 2010 para fazer face às necessidades financeiras esperadas, concordarei com a posição do relator quando afirma que o quadro financeiro plurianual actualmente em vigor não dá resposta às necessidades financeiras da União Europeia e também que a Comissão Europeia deve apresentar de imediato uma proposta relativa a um resumo provisório do quadro financeiro plurianual presentemente em vigor.

Pavel Poc (S&D), *por escrito*. – (CS) Começaria por manifestar a minha admiração por todos os que trabalharam no orçamento. Preparar um orçamento da UE em condições de crise económica e no período de transição de Nice para Lisboa foi uma missão muito difícil. O orçamento para 2010 é o último com esta estrutura. O Tratado de Lisboa está, todavia, em vigor, e será difícil trabalhar no quadro de um orçamento cuja estrutura não reflecte as novas condições. Por muito complicada que tenha sido a ratificação do Tratado de Lisboa no final, esse facto não pode servir de desculpa à Comissão, que não apresentou atempadamente o projecto da nova estrutura do orçamento. A Comissão tem de concluir essa tarefa sem demora. O orçamento de 2010 denota um equilíbrio prudente, tirando partido de todas as oportunidades para repartir despesas. Por este motivo, e em resultado das flutuações económicas provocadas pelo período turbulento de crise económica, o orçamento pode tornar-se muito frágil. Este orçamento tem de ser apoiado na presunção de que talvez seja demasiado elaborado para o período actual de insegurança, e trabalhar com ele em 2010 exigirá uma certa flexibilidade.

Georgios Stavrakakis (S&D), *por escrito*. – (EL) Senhor Presidente, caros Colegas, também eu gostaria de me congratular com o acordo obtido a respeito do orçamento para 2010. Contudo, ao mesmo tempo, deve notar-se o facto de as margens disponíveis serem extremamente limitadas para os próximos anos. Este facto deixa pouco espaço de manobra para o caso de a UE ter de responder a necessidades imprevistas ou reagir a novos desafios políticos, como a estratégia da UE para 2020, ou novas medidas de combate às alterações climáticas.

Regozijo-me em especial com o facto de termos conseguido, graças à persistência do Parlamento Europeu, salvaguardar o financiamento para redes e infra-estruturas de energia no contexto do plano de relançamento da economia, salientando as “tecnologias ecológicas”, a inovação, a investigação e a criação de redes de banda larga nas zonas rurais.

É também extremamente importante conseguirmos salvaguardar a viabilidade das infra-estruturas comunitárias existentes e de instrumentos no sector da protecção civil, reforçando, em particular, a capacidade de resposta rápida da União Europeia no caso de catástrofes naturais e abrindo assim caminho à futura criação de uma força europeia de protecção civil.

Finalmente, penso que todos concordamos que não podemos falar de uma Europa melhor, de uma Europa que esteja mais próxima dos seus cidadãos, sem um financiamento proporcional.

Silvia-Adriana Țicău (S&D), *por escrito*. – (RO) O orçamento da UE para 2010 é o último orçamento a ser aprovado em conformidade com o Tratado de Nice. O novo Tratado atribui maior poder e a última palavra ao Parlamento no que respeita à aprovação do orçamento. O Parlamento e o Conselho terão poderes iguais enquanto legisladores em domínios como a agricultura, energia, imigração, justiça e assuntos internos, saúde e Fundos Estruturais, o que inclui, naturalmente, os respectivos orçamentos. O orçamento de 2010 atribui percentagens significativas dos seus fundos à conservação e gestão de recursos naturais, coesão social e económica, crescimento e emprego, competitividade e inovação, desenvolvimento regional, agricultura e desenvolvimento rural. O Plano de Relançamento da Economia Europeia consta do orçamento da UE relativo a 2010, com 2,4 mil milhões de euros disponíveis para financiar projectos estratégicos relativos à energia, transportes, desenvolvimento de redes de banda larga em zonas rurais e apoio a comunidades rurais. Saúdo o facto de o Parlamento Europeu ter conseguido afectar um montante de 300 milhões de euros para apoiar os produtores de leite. A crise económica afectou o PIB dos Estados-Membros e vai influenciar a sua contribuição para o orçamento da UE. Espero que a revisão intercalar em 2010 do quadro financeiro para 2007-2013 permita aos Estados-Membros absorver melhor os Fundos Estruturais, particularmente no domínio dos transportes e da eficiência energética em edifícios residenciais.

(A sessão, suspensa às 11H25, é retomada às 12H00)

PRESIDÊNCIA: PITTELLA

Vice-Presidente

8. Período de votação

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

8.1. Instrumento europeu de microfinanciamento para o emprego e a inclusão social (Progress) (A7-0050/2009, Kinga Göncz) (votação)

9. Declarações de voto

Declarações de voto orais

- Relatório: Kinga Göncz (A7-0050/2009)

Aldo Patriciello (PPE). – (IT) Senhor Presidente, caros Colegas, saúdo o excelente trabalho realizado pela relatora e por todos os deputados que envidaram esforços para criar este novo instrumento que permitirá conceder microcréditos a pequenas e médias empresas e a pessoas que perderam o emprego nos últimos anos.

Tendo em conta a perda de 3 milhões de postos de trabalho apenas na UE e as dificuldades dos bancos em alargar o crédito, este instrumento vai proporcionar um acesso mais fácil aos recursos necessários para quem pretende abrir uma nova empresa.

Estou certo de que esta nova iniciativa vai ajudar a criar empregos, sobretudo se introduzirmos novas medidas de acompanhamento como o financiamento da formação, que ajudará os jovens a iniciar projectos de investimento.

Este instrumento, Senhor Presidente, tem de ser adoptado o mais rapidamente possível a fim de revitalizar as pequenas e médias empresas que representam a essência da economia europeia.

Dimitar Stoyanov (NI). – (BG) Obrigado, Senhor Presidente; votei a favor do relatório sobre as medidas financeiras. Penso que este instrumento é bastante adequado neste preciso momento e que terá um impacto muito positivo se for devidamente aplicado, como foi no meu país, a Bulgária. Actualmente, o clima é extremamente desfavorável a pequenos empresários que, com poucas oportunidades disponíveis, não têm a possibilidade de obter crédito junto dos bancos.

Todos os bancos seguem uma política que é essencialmente incompatível com o conceito subjacente às instituições bancárias. Tenho a sensação de que os bancos inventam deliberadamente um número cada vez maior de disposições adicionais apenas para evitar conceder crédito. Todavia, sem crédito, uma empresa não pode funcionar.

Contudo, quando o crédito é concedido, estas empresas são obrigadas a apresentar garantias de 100-150%, que as colocam em risco de falência. Por isso entendo que a União Europeia e o Parlamento, neste caso, tomaram medidas muito adequadas com este relatório, que contribuem realmente para o desenvolvimento da economia europeia e da economia búlgara.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhor Presidente, quero deixar claro que, embora considere que ajudar as pequenas empresas é uma boa ideia, que deve ser seguida, a sua aplicação deve ter lugar a nível dos governos nacionais. Tenho enormes preocupações relativamente a esta proposta, sobre a responsabilidade pelo dinheiro que será emprestado e pelo respectivo reembolso.

Eu incentivaria os governos nacionais a fazerem tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar as pequenas empresas, que são a espinha dorsal da nossa economia. A UE pode ajudar reduzindo a regulação e disponibilizando fundos a nível nacional.

Syed Kamall (ECR). – (EN) Senhor Presidente, apoiámos esta proposta. Penso que é muito importante ajudarmos os empresários em toda a Europa e nos Estados-Membros a criarem riqueza e empregos e a retirarem as pessoas da pobreza. Congratulo-me também por termos procurado os recursos no orçamento existente, em vez de adicionar novos gastos, utilizando-os para estimular ainda mais despesas do sector privado.

Contudo, devo assinalar que temos de ser muito cautelosos nesta matéria quando utilizamos fundos do Estado e dinheiro dos contribuintes. No meu círculo eleitoral, conheço alguns instrumentos de microfinanciamento, como o excelente Croydon Caribbean Credit Union, que ajudam comunidades desfavorecidas a sair da pobreza. Estes mecanismos foram afastados pela administração local e por outros instrumentos de microfinanciamento estatais. É importante, na promoção de mais acessibilidade ao microfinanciamento, que não afastemos as muitas e excelentes instituições privadas que já existem.

Alfredo Pallone (PPE). – (IT) Senhor Presidente, caros Colegas, penso que todos estamos de acordo na questão do microcrédito, mas devemos também discutir recursos financeiros. Entendo que deve ser nossa obrigação aumentar este recurso financeiro.

Devemos igualmente ter o cuidado de não alargar o microcrédito a mais partes interessadas nas pequenas e médias empresas, uma vez que o microcrédito foi criado para ajudar parceiros sociais menos favorecidos. Além disso, temos de discutir uma questão cultural: em muitos países, e penso que sobretudo em países onde a necessidade é maior, não existe uma abordagem cultural adequada para obter estes montantes. Acredito firmemente que estes instrumentos devem ser adoptados primeiro pelos governos em questão.

Há duas velocidades na Europa: a velocidade dos países que já aplicaram esta abordagem, como a França e a Alemanha, e a de outros países que, pelo contrário, ainda necessitam de adoptar uma abordagem cultural nesta questão. Em resumo, penso sinceramente que o verdadeiro problema, o que está realmente em jogo na Europa, é que esta não é apenas uma questão de procura de fundos como um fim em si mesmo; devemos tentar criar condições que permitam aos trabalhadores menos privilegiados trabalharem autonomamente.

Declarações de voto escritas

- Relatório: Kinga Göncz (A7-0050/2009)

Luís Paulo Alves (S&D), *por escrito.* – Votei favoravelmente à criação deste instrumento de microfinanciamento para o emprego, pois visa dar aos desempregados oportunidades e incentivar o empreendedorismo. Este instrumento, destinado às pessoas que querem iniciar ou desenvolver uma microempresa (menos de 10 empregados e volume de negócios inferior a 2 milhões de euros), irá abrir novos horizontes a vários desempregados. No quadro actual da economia, este é um importante programa que teria sido benéfico se tivesse sido lançado mais cedo, pois já há muito que as dificuldades no acesso ao crédito se fazem sentir.

Sendo que este instrumento se destina a entidades públicas e privadas estabelecidas a nível nacional, regional e local nos Estados-Membros da UE que concedem microcrédito a particulares e a microempresas, deverá ser acompanhado de perto pelos órgãos competentes, de modo a se certificarem de que o crédito está

efectivamente a chegar onde é mais preciso e a não se repetirem situações semelhantes às verificadas aquando da ultima crise financeira.

Andrew Henry William Brons (NI), *por escrito*. – (EN) Sou favorável a que o Estado conceda microfinanciamento a indivíduos que dele necessitem para criar pequenas empresas. Contudo, oponho-me a que essa função seja desempenhada pela União Europeia. Todavia, votei a favor de algumas alterações porque havia uma boa probabilidade de a resolução ser aprovada, e eu queria melhorá-la o mais possível. O “bloqueio” das votações de várias alterações impediu-me de votar separadamente algumas alterações.

David Casa (PPE), *por escrito*. – (EN) Uma das consequências mais prejudiciais da crise económica global é a ausência de crédito concedido pelos bancos, que impede indivíduos, bem como grandes empresas, de levarem a cabo as suas actividades económicas. A proposta apresentada pela Comissão Europeia prevê a criação de um instrumento de microfinanciamento que procure compensar a actual hesitação dos bancos e de outras instituições financeiras em conceder crédito. Foi por este motivo que decidi apoiar a relatora nesta questão e votar a favor do relatório.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Votei contra o relatório porque o desemprego, que aumenta constantemente na União Europeia, não pode ser combatido através de um programa de microfinanciamento. São necessários programas integrados, com financiamento adequado a título de uma rubrica orçamental separada, centrados no combate ao desemprego entre os jovens, que é extremamente elevado na Grécia, em particular, onde um em cada quatro jovens com menos de 25 anos não tem emprego.

Em geral, precisamos de políticas que requerem um aumento do orçamento comunitário capaz de inverter o quadro neoliberal do Pacto de Estabilidade e dos défices reduzidos. Entendo igualmente que o financiamento no contexto deste mecanismo deve ser puramente voluntário e não deve, de modo algum, obrigar ninguém a utilizá-lo sob pena de interrupção ou redução das prestações sociais. Infelizmente, as alterações apresentadas para esse efeito por mim próprio e pelos meus colegas do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde foram rejeitadas.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Atravessando a Europa uma grave crise económico-financeira, que levou a problemas sociais sérios, com o desemprego a crescer em todos os Estados-Membros, é importante que a UE crie mecanismos eficazes de combate à crise e também de apoio aos mais afectados, como sejam as pessoas em situação de desemprego e as empresas em dificuldade.

Por esse motivo, considero correcta a aposta num instrumento de microfinanciamento para o emprego que coloque o foco no empreendedorismo e na possibilidade de cada um criar o seu próprio posto de trabalho. O microfinanciamento europeu valerá para os casos em que seja negado ou dificultado o acesso a crédito bancário, através do apoio ao crescimento das microempresas com tutoria, coaching e bonificação de taxas de juro concedidas pelo FSE.

Considero também importante sublinhar que este instrumento deverá servir o propósito único de apoio ao empreendedorismo como forma de criação de novos empregos, viabilizando ideias de negócio sólidas, e não deve ser usado para o apoio social ou para o consumo.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – No contexto actual de crise económica e de aumento do desemprego é importante o fomento do crescimento do trabalho por conta própria, bem como a formação e o desenvolvimento de microempresas. O microcrédito ajudará a este objectivo. Regozijo-me, por isso, com a proposta feita pela Comissão e com o trabalho do Parlamento nesta matéria. Desta forma incentiva-se o empreendedorismo e aumenta-se o emprego e a inclusão social. Este instrumento de microfinanciamento é complementar a outros programas de apoio ao emprego e à inclusão. Considero, por isso, importante que o financiamento deste novo instrumento não seja feito à custa de programas já existentes, nem os ponha em causa.

Já tinha votado a favor deste instrumento na Comissão dos Orçamentos no contexto do processo orçamental para 2010, através do qual foram criadas duas novas rubricas orçamentais, uma para as despesas operacionais no valor de 37,5 milhões de euros e outra para as despesas administrativas no valor de 0,25 milhões de euros. Faço votos de que este programa entre rapidamente em funcionamento e que o processo de aprovação das candidaturas seja célere e desburocratizado.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Lamentamos que, uma vez mais, a maioria deste Parlamento tenha “dado o dito pelo não dito” e aprovado uma proposta que retira dinheiro ao Programa PROGRESS, o qual já era manifestamente baixo tendo em conta as suas áreas de intervenção no campo social.

Independentemente das considerações quanto aos objectivos do novo instrumento de microfinanciamento europeu, não é aceitável que este seja financiado à custa da diminuição de verbas de programas existentes, neste caso de um programa comunitário no domínio do emprego, inclusão social e igualdade de direitos, o programa PROGRESS.

O texto aprovado pela Comissão do Emprego e Assuntos Sociais claramente rejeitava o financiamento deste instrumento a partir do PROGRESS e propunha a criação de uma nova linha orçamental com meios próprios, isto é, com dinheiro "novo". Foram também nesta direcção as alterações apresentadas pelo nosso grupo político, hoje rejeitadas.

Tendo em conta o agravamento das condições sociais nos diversos Estados-Membros, é inaceitável que se diminuam verbas da área do emprego e inclusão social para as canalizar para outras prioridades entretanto definidas, mesmo que seja na área do microfinanciamento.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. – (FR) Graças ao relatório Göncz sobre o microcrédito e à controvérsia associada ao financiamento deste projecto, procurei saber o que é afinal este famoso programa Progress – a que a esquerda exige que não seja retirado um único cêntimo para financiar as microempresas e as iniciativas individuais. Na verdade, neste momento, para que serve efectivamente o Progress, definido como o “Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social”? Para criar burocracia e financiar estudos e relatórios. É que, por agora, os “destinatários” do Progress não são os desempregados nem os excluídos, mas os decisores políticos e os formadores de opinião.

Algumas pessoas recusam-se a retirar 100 milhões de euros para o microcrédito da quantia insignificante de 700 milhões de euros atribuída ao longo de sete anos. Um pouco menos de dinheiro para quem tira proveito do sistema, um pouco mais para os europeus, com um orçamento constante: é impossível não concordar! É chegado o momento de parar de observar a pobreza e as dificuldades dos nossos concidadãos e, ao invés, tomar medidas concretas. Tenho, contudo, uma reserva: o microcrédito apenas é necessário porque os banqueiros, muito rápidos a embolsar o auxílio estatal, não cumprem a sua missão: injectar dinheiro na economia.

Françoise Grossetête (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório Göncz sobre o instrumento de microfinanciamento europeu. O microfinanciamento diz respeito ao microcrédito (empréstimos de montante inferior a 25 000 euros) e às microempresas (empresas que empregam menos de 10 pessoas).

Neste período de crise económica e devido à diminuição considerável do número de empréstimos concedidos, é de importância crucial para a União Europeia criar um mecanismo destinado aos mais vulneráveis, nomeadamente os desempregados, os jovens e as pequenas empresas.

Quando estão em causa uma economia ou postos de trabalho, é crucial estimular o crescimento com investimentos significativos. O financiamento deste instrumento vai aumentar para 100 milhões de euros, sendo este montante retirado do orçamento para o programa Progress (Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social), e entrará em vigor em 1 de Janeiro de 2010 (para um período de quatro anos). O Conselho tem de ouvir esta mensagem para que seja possível obter um acordo nos próximos dias.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório da minha colega, senhora deputada Göncz, porque considero fundamental, especialmente no contexto de uma crise do emprego e de uma crise social, apoiar o microfinanciamento atribuindo-lhe uma rubrica orçamental específica. Este é um instrumento especial na luta contra a exclusão bancária e a pobreza. Ao contrário do que pede a Comissão Europeia, nós opomo-nos à ideia de reafectar dotações do programa Progress ao instrumento de microfinanciamento europeu, porque isso enviaria uma mensagem negativa aos operadores económicos. Devemos manter o programa Progress, que se destina aos grupos mais vulneráveis, e é da responsabilidade conjunta dos Estados-Membros e da União Europeia aplicá-lo eficazmente nas actuais circunstâncias.

Livia Járóka (PPE), *por escrito*. – (HU) Congratulo-me sinceramente com o facto de uma ampla maioria do Parlamento Europeu ter aprovado hoje o relatório sobre o instrumento de microfinanciamento. O sistema de microcrédito previsto pode contribuir significativamente para a criação de coesão social e de novos empregos, além de atenuar bastante os efeitos prejudiciais da crise económica e financeira. Durante a recessão global, é particularmente importante proporcionar novas oportunidades a cidadãos que tenham sido excluídos do mercado de trabalho e do mercado de crédito tradicional e abrir caminho a auto-emprego estável e a longo prazo. Além disso, é vital que exista um instrumento financeiro simples para as pessoas em regiões desfavorecidas que pretendem criar uma empresa e para os grupos mais vulneráveis, que, apesar do risco

elevado, das margens reduzidas e do perigo de incumprimento, ajude as empresas a arrancar e a prosperar. A esmagadora maioria dos trabalhadores na Europa são empregados por micro, pequenas e médias empresas.

É por este motivo que, a fim de que estas empresas não percam, antes aumentem efectivamente o seu potencial de criação de emprego, lhes deve ser prestado apoio que, em alguns casos, consiste num montante tão pequeno que o sector bancário não o pode conceder. Durante a votação de hoje, o Parlamento Europeu transmitiu a mensagem clara de que o processo de co-decisão deve ser concluído o mais rapidamente possível para que o instrumento de microfinanciamento possa estar disponível já a partir de 2010.

Eija-Riitta Korhola (PPE), *por escrito*. – (FI) Senhor Presidente, votei a favor do relatório sobre os instrumentos de microfinanciamento.

Há ainda muito que podemos fazer para incentivar os jovens na Europa a desenvolverem um espírito empreendedor. A crise financeira e económica trouxe consigo desemprego e uma crise social, e prevê-se, de facto, que haja mais 10 milhões de pessoas desempregadas na Europa no próximo ano. Este é, mais do que nunca, um momento para actuar rapidamente.

Com a actual contracção do crédito a agravar a presente situação, sou muito favorável à iniciativa incluída no relatório de conceder microcréditos aos desempregados ou às pessoas ameaçadas pelo desemprego que têm dificuldades em aceder a empréstimos comerciais para as empresas que idealizam. Contudo, temos igualmente de investir, por exemplo, em seminários e incubadoras de empresas para os jovens, bem como na educação para o empreendedorismo.

Uma abordagem geral do investimento destinado a melhorar os números do emprego e o espírito empreendedor é uma condição prévia para uma Europa próspera.

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Sou favorável ao financiamento de disposições sociais que visem ajudar os trabalhadores que perderam os seus postos de trabalho. Todavia, isto não deve significar que as empresas fiquem isentas das suas obrigações sociais e territoriais. Não cabe às autoridades públicas compensar este incumprimento inaceitável das obrigações de cada um. Por isso me vou abster.

Jörg Leichtfried (S&D), *por escrito*. – (DE) Voto a favor do relatório que estabelece um instrumento de microfinanciamento europeu, que vai ajudar as pessoas que têm o seu emprego em risco a criar ou desenvolver microempresas. Este termo define empresas com menos de 10 empregados e com um volume de negócios inferior a 2 milhões de euros. Esta oportunidade de financiamento estará disponível inicialmente durante um período de quatro anos, com início em 1 de Janeiro 2010.

Este mecanismo vai oferecer às pessoas que perderam os seus empregos em resultado da crise ou que têm dificuldades em aceder ao crédito para a sua empresa a oportunidade de receber formação, manter postos de trabalho existentes e, em alguns casos, criar mesmo novos empregos. Isto ajudará a estimular a economia e a contribuir para pôr fim à crise.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Votaremos contra a proposta de decisão que estabelece um instrumento de microfinanciamento europeu para o emprego e a inclusão social. Num período em que tantos cidadãos europeus são despedidos devido à crise do capitalismo e à total ausência de solidariedade demonstrada por quem continua a obter lucros à sua custa, é chegado o momento de a União Europeia mudar a sua abordagem liberal de soluções para os problemas encontrados.

Face aos apetites comerciais insaciáveis que o dogmatismo liberal da União Europeia criou, precisamos de uma política que proteja os trabalhadores europeus, os criadores da riqueza de que se vêem privados em nome do lucro. Mais uma vez, está em questão a Europa dos grandes lucros e das pequenas esmolas arbitrárias. As quantias insignificantes que foram prometidas, a falta de clareza no que respeita à sua atribuição e a lógica individualista subjacente ao veículo promovido confirmam esta ideia. Esta situação nada tem a ver com a Europa do interesse geral e da igualdade social de que as nossas populações necessitam.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Numa altura de crise, em que o crédito é escasso e o acesso ao mesmo é difícil, este tipo de instrumento é essencial para ajudar na concessão de microcréditos às pequenas empresas e às pessoas que ao perderem o seu emprego pretendem iniciar uma nova actividade por conta própria. Sem este tipo de mecanismo de apoio torna-se difícil a concretização desses objectivos. Para além do mais, na presente conjuntura de crise, a Banca não é sensível às necessidades de crédito das empresas em início de actividade, o que, na maioria das vezes, inviabiliza o seu aparecimento. Com a perspectiva da perda de cerca de mais vários milhões de postos de trabalho na UE é relevante haver incentivos a que esses desempregados

possam aceder na tentativa de refazerem as suas vidas, evitando crises sociais e reduzindo as despesas dos Estados, com medidas de apoio social.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) A crise financeira e económica provocada essencialmente por especuladores britânicos e americanos provoca agora um desemprego crescente na Europa em resultado da recessão económica. São sobretudo os jovens, que já se encontravam em sério risco de desemprego, os mais directamente atingidos pela nova situação. Por conseguinte, é especialmente importante dar-lhes uma oportunidade para começarem ou reiniciarem a sua carreira e abrir caminho a alguns deles para criarem empresas. Espero que o novo instrumento de microfinanciamento europeu para o emprego e a inclusão social – o Progress – lhes proporcione apoio suficiente a este respeito.

Este novo instrumento permite-nos também responder à persistente crise do crédito. Além de apoio em termos de taxas de juro, as pessoas que criam microempresas beneficiarão também de aconselhamento, formação, acompanhamento e medidas de reforço das capacidades. Apoio à iniciativa da comissão de aumentar o financiamento para o instrumento de microfinanciamento em 50% relativamente à proposta da Comissão, para 150 milhões de euros. Olhando para as enormes quantias que foram gastas para salvar os bancos, é importante que sejamos generosos com as pessoas que foram mais atingidas pela situação. Por todos estes motivos, votei a favor deste relatório.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D), *por escrito*. – (PL) Em 10 de Novembro de 2009, a Comissão Europeia publicou uma proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um instrumento de microfinanciamento europeu. Esta proposta está relacionada com um documento da Comissão relativo à aplicação do Plano de Relançamento da Economia Europeia e com as prioridades do Conselho, que são as seguintes: manter o emprego, criar postos de trabalho e promover a mobilidade, actualizar as competências e adequá-las às necessidades dos mercados de trabalho e aumentar o acesso ao emprego.

O instrumento de microfinanciamento deve facilitar o acesso a serviços financeiros aos desempregados e aos grupos de empresários que se encontram numa situação difícil. Diz respeito a pessoas de determinados grupos sociais que não têm a fiabilidade creditícia exigida pelos bancos comerciais para criarem uma empresa. A introdução deste tipo de mecanismo de apoio, que assenta em fundos da UE, tem um significado particularmente importante numa situação em que os níveis do crédito são actualmente reduzidos e em que diminuiu o valor dos empréstimos contraídos.

A situação no sector do crédito demonstra que a crise financeira e económica se transforma numa crise de desemprego e numa crise social. O relatório da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais contém alterações significativas à proposta da Comissão, incluindo a oposição à transferência dos fundos necessários do programa Progress para o instrumento de microfinanciamento europeu. A relatora propõe que o instrumento seja colocado numa rubrica orçamental separada e também que seja aumentado o orçamento deste instrumento para os próximos quatro anos em 50 milhões de euros. Tendo em conta estes aspectos, apoio o relatório.

Evelyn Regner (S&D), *por escrito*. – (DE) Votei a favor do relatório sobre a introdução do instrumento de microfinanciamento porque, a meu ver, a principal prioridade é adoptar rapidamente esta resolução. Este documento dará aos sectores desfavorecidos da sociedade a oportunidade de contraírem empréstimos e ajudarem-se a si mesmos. Todavia, apelo ao Conselho para que não retire o financiamento do programa Progress. É importante que este programa mantenha os seus fundos na totalidade. Particularmente nesta crise, o dinheiro da UE não deve ser redistribuído à custa dos membros mais fracos da sociedade.

Daciana Octavia Sârbu (S&D), *por escrito*. – (EN) Regozijo-me com o facto de o Parlamento Europeu ter aprovado hoje um regime para assegurar a concessão de empréstimos adicionais a pequenas empresas. Esta decisão vai permitir disponibilizar 100 milhões de euros a nível regional e nacional ao longo dos próximos quatro anos. Esta é uma evolução valiosa e oportuna que dará novas oportunidades às pessoas que sofrem os efeitos da recessão global. As medidas anunciadas vão apoiar as pessoas que querem criar novas empresas, bem como prestar-lhes formação profissional – aumentando assim o leque de competências em que os cidadãos podem assentar as empresas que são vitais para a economia europeia. Vemos cada vez mais consideração pelas pequenas e médias empresas na política e na legislação da União Europeia. Saúdo esta nova evolução e, em particular, o contributo do Parlamento Europeu para estimular o desenvolvimento de pequenas empresas num período económico difícil.

Czesław Adam Siekierski (PPE), *por escrito*. – (PL) O programa Progress foi iniciado para ajudar a realizar os objectivos da União Europeia nos domínios do emprego, dos assuntos sociais e da igualdade de oportunidades, definidos na Agenda Social. Os meios orçamentais disponíveis ao abrigo deste programa

devem constituir um estímulo ao processo de transformação e modernização nos cinco domínios, designadamente o emprego, a integração e protecção social, as condições de trabalho, o combate à discriminação e a igualdade de oportunidades para homens e mulheres.

Actualmente, a crise financeira e económica transforma-se numa crise social e numa crise de desemprego. Os desempregados e as pessoas de grupos sociais que se encontram em situação desfavorecida necessitam de apoio e aconselhamento activos para poderem tornar-se independentes. O programa Progress destina-se aos grupos mais expostos, e, neste contexto, penso que os Estados-Membros e a União Europeia são responsáveis por uma execução eficaz do programa. A União deve também envidar todos os esforços para aumentar o alcance do apoio financeiro orientado para os novos comerciantes individuais e os fundadores de microempresas sob a forma de acompanhamento, formação – incluindo formação prática – e desenvolvimento de competências.

O Progress deve servir o desenvolvimento de microempresas e a economia social. Na presente situação económica e financeira, que se caracteriza por uma oferta reduzida de empréstimos, o programa Progress amplia o alcance da ajuda financeira orientada para novos empresários. A principal responsabilidade em matéria de emprego e de política social pertence aos Estados-Membros, mas a União Europeia deve ser a promotora destas alterações. É necessário criar possibilidades reais de emprego para todos e aumentar a qualidade e a produtividade do trabalho.

Bart Staes (Verts/ALE), por escrito. – (NL) O microfinanciamento é um instrumento interessante para proporcionar às pessoas que estão desempregadas ou em risco de perderem os seus postos de trabalho, bem como a empresas na economia social, apoio financeiro em período de crise. Votei contra este relatório, porque não é certo que este instrumento venha a ser financiado com novos fundos. É possível que sejam utilizados recursos do actual programa Progress, um mecanismo que foi lançado em 2007 e que inclui acções relativas à redução da pobreza, à luta contra a discriminação, à inclusão social, à igualdade entre os géneros e ao emprego. Retirar dinheiro de programas que combatem a pobreza para combater a pobreza não é uma boa estratégia.

O Conselho, em particular, rejeita um orçamento separado. Aos Estados-Membros falta claramente coragem política. Para permitir que este programa se inicie no princípio de 2010, são libertados 25 milhões de euros do orçamento da UE relativo a 2010. Não há, neste momento, acordo entre o Parlamento e o Conselho quanto ao financiamento para os três anos seguintes (2011-2013). A Europa necessita de uma estratégia sustentável e não de uma injeção isolada como esta iniciativa. O instrumento de microfinanciamento não tem coerência nem visão a longo prazo. Além disso, já é possível atribuir os microcréditos no âmbito do Fundo Social Europeu e também do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Por conseguinte, digo um “não” categórico a este relatório.

Derek Vaughan (S&D), por escrito. – (EN) Esta é uma excelente iniciativa que vai permitir às pessoas que perderam, ou correm o risco de perder, os seus empregos obter crédito mais facilmente para criarem empresas. O instrumento de microfinanciamento europeu Progress irá disponibilizar até 25 000 euros para pessoas que pretendam iniciar ou desenvolver empresas muito pequenas e que não tenham conseguido obter crédito através dos mercados convencionais.

Congratulo-me com o facto de o Parlamento Europeu ter conseguido assegurar que o financiamento não seja retirado do programa Progress, que se destina a ajudar pessoas vulneráveis, e tenham sido utilizados fundos do orçamento de 2010 para o primeiro ano. O fundo de 100 milhões de euros, disponível a partir do início 2010, constitui exactamente o tipo de ajuda de que as pequenas empresas necessitam neste período de crise financeira, em que os bancos ainda hesitam em conceder crédito. Este instrumento vai ajudar empresas em todo o País de Gales, e desilude-me que os colegas do Partido da Independência do Reino Unido não tenham apoiado esta iniciativa progressista.

10. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 12H20, é retomada às 15H00)

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

11. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

12. Período de perguntas ao Presidente da Comissão

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o período de perguntas com o Presidente da Comissão.

Perguntas livres

Corien Wortmann-Kool, *em nome do Grupo PPE.* – (NL) Senhor Presidente, as expectativas em relação à Estratégia UE 2020 são elevadas, não apenas no nosso grupo, mas também entre os cidadãos europeus. Eles esperam prosperidade, empregos e uma economia social de mercado sustentável e inovadora até 2020, além de propostas específicas para PME fortes e um mercado único europeu, nomeadamente em termos de capital e da evolução do conhecimento. Esperam uma Estratégia 2020 com uma estrutura de governação europeia sólida e transparente, sem liberdade desproporcionada para os Estados-Membros.

Senhor Presidente da Comissão, o que o Parlamento quer não é apenas ser informado sobre propostas finalizadas da Comissão e do Conselho; o Parlamento quer participar efectivamente no desenvolvimento e na aplicação da Estratégia 2020. Como tenciona assegurar esta participação e que calendário propõe? O Presidente do Conselho anunciou que a sua intenção é chegar a conclusões já em Março. O senhor vai tomar a iniciativa? Podemos esperar um quadro específico num futuro próximo que contenha pontos e objectivos como base para a participação do Parlamento nesta discussão? Pode indicar-nos que calendário propõe e quem é o responsável? Considera-se o Sr. 2020?

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão* – (EN) Como Presidente da Comissão, serei responsável por essa matéria, em coordenação com os meus colegas na Comissão, porque esta será a tarefa central da próxima Comissão, como foi indicado nas minhas orientações políticas. Relativamente aos prazos, esperamos ter uma comunicação formal pronta a tempo do Conselho da Primavera, mas penso que seria melhor termos as conclusões formais apenas no Conselho de Julho. Essa será a minha proposta ao Conselho Europeu, para que possamos ter – e desejo muito que isso aconteça – participação e responsabilidade plenas do Parlamento na estratégia.

A nível do Conselho Europeu, houve igualmente uma discussão prévia muito interessante sobre a economia e, de facto, incentivei o Conselho Europeu a assumir também total responsabilidade no que lhe diz respeito e a reforçar os mecanismos de governação. Como os senhores sabem, há cinco anos, quando relançámos a Estratégia de Lisboa, houve resistência de alguns Estados-Membros a seguir determinadas recomendações do relatório Kok. Desta vez, existem condições para termos um sistema reforçado de governação nesta estratégia.

Hannes Swoboda, *em nome do Grupo S&D.* – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, 2009 aproxima-se do fim numa situação difícil, com um desemprego muito elevado e problemas económicos e orçamentais. Ao mesmo tempo, o período de cinco anos da Comissão Barroso está prestes a terminar. Que conclusões retira dos primeiros cinco anos pensando nos segundos cinco anos – contanto que a Comissão seja empossada –, em particular no que se refere a questões económicas e sociais? O que dirá aos nossos cidadãos e também aos seus Comissários sobre o que deve ser diferente neste novo período?

Devemos trabalhar em conjunto para definir novas prioridades no que respeita aos nossos objectivos económicos e sociopolíticos e evitar repetir a situação em que actualmente nos encontramos. Gostaria, pois, de lhe perguntar novamente que conclusões retira dos últimos cinco anos e o que pretende fazer de forma diferente e melhor, com mais clareza, nos próximos cinco anos a fim de cumprir a vontade dos cidadãos da Europa.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão.* – (EN) Em primeiro lugar, penso que o facto de este Parlamento ter votado novamente a favor de um mandato para eu liderar a Comissão constitui um sinal de que existe apoio às acções que temos empreendido. Dito isto, há questões que temos de alterar e melhorar.

A situação hoje é diferente. Há um sentido de urgência social muito maior do que antes. Como referi muito frequentemente, o problema mais importante que enfrentamos neste momento na Europa – e que, muito provavelmente, vamos continuar a enfrentar ainda durante algum tempo – é o desemprego. Temos não apenas de encontrar novas fontes de crescimento, mas também de analisar o que estava errado no anterior modelo de crescimento.

Ficou evidente que o anterior modelo se degradou. Apesar de ter criado alguns períodos de prosperidade artificial – não só no sector financeiro, como noutros sectores – não era sustentável, nomeadamente de um ponto de vista energético e climático. É essa a tónica da minha estratégia – a estratégia que apresentei a este

Parlamento e que espero desenvolver com a próxima Comissão, em associação muito estreita com esta Assembleia, naturalmente.

Hannes Swoboda, *em nome do Grupo S&D*. – (DE) Gostaria de fazer uma breve pergunta adicional, Senhor Presidente da Comissão Barroso. Se, durante as audições no Parlamento, considerarmos que a atribuição das pastas não cumpre inteiramente este objectivo e fizermos propostas para as alterar, o senhor está disposto, em princípio, a ter em conta as nossas objecções e a efectuar alterações? Rejeita, em princípio, quaisquer objecções ou está disposto a aceitá-las?

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) O Tratado de Lisboa estipula claramente que a organização interna do Colégio e dos Serviços da Comissão são da responsabilidade da própria Comissão.

Estou sempre disposto a ouvir as vossas sugestões e as vossas observações. Na verdade, algumas das inovações resultaram de determinados debates com o vosso grupo e com outros grupos. Conto com o vosso apoio ao pleno respeito das competências da Comissão, da mesma forma que eu respeitarei as competências do Parlamento.

Estou sempre disponível para ouvir as vossas sugestões, mas creio que nos devemos concentrar mais em questões de política, de substância. Quanto à organização da Comissão, entendo que, após cinco anos de trabalho quotidiano na Comissão, estou muito bem informado sobre os melhores métodos para atribuir recursos no seio da Comissão.

Guy Verhofstadt, *em nome do Grupo ALDE*. – (NL) Senhor Presidente, a minha pergunta diz respeito à situação na Grécia. Esta situação é, evidentemente, muito alarmante, com um défice orçamental de 12,7% e a dívida pública prestes a ultrapassar os 130%. Esta foi exactamente a realidade que encontrei na Bélgica quando, ainda jovem, assumi o cargo de Ministro do Orçamento, em 1985. Os números eram exactamente os mesmos – nunca os esquecerei –, designadamente 12,7% de défice orçamental. É claro, portanto, que a Grécia terá de trabalhar arduamente e executar reformas que ainda não executou até à data. Contudo, também nós podemos fazer alguma coisa, Senhor Presidente Barroso. Podemos permitir que os custos associados à dívida pública diminuam instituindo, finalmente, um mercado europeu de obrigações que abrangesse uma grande percentagem desta dívida. Pagamos actualmente várias centenas de milhares de milhões a mais em juros sobre a nossa dívida pública devido ao facto de não existir um mercado europeu de obrigações e de os mercados de obrigações permanecerem ainda segmentados, com uma enorme falta de liquidez. O que pergunto é se o senhor irá tomar a iniciativa nesta matéria e lançar, finalmente, esse mercado europeu de obrigações. Esta medida não evitaria a necessidade de a Grécia fazer um esforço autónomo, mas pode ajudar.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Fiquei bastante esperançado com o compromisso assumido ontem pelo Primeiro-Ministro Papandreou de diminuir o défice orçamental e reduzir a dívida pública através de cortes nas despesas e aumentos das receitas de natureza permanente. Entendemos que o actual orçamento para 2010, que está agora a ser discutido no Parlamento grego, e as declarações do Primeiro-Ministro constituem passos na direcção certa. Tenho seguido de muito perto a situação com este Governo e com o seu antecessor, nomeadamente a questão das finanças públicas.

Ficámos igualmente com uma impressão muito positiva sobre a apresentação sincera feita pelo Primeiro-Ministro da Grécia no último Conselho Europeu. Ele tem plena consciência do problema e mostrou-nos a sua determinação de o enfrentar. A Grécia apresentará à Comissão, em Janeiro, um programa de estabilidade actualizado, como prevê o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Acredito que este programa vai incluir medidas concretas para reforçar o reajustamento orçamental em 2010 e para assegurar uma consolidação duradoura das finanças públicas. Naturalmente, a Comissão continuará a acompanhar de muito perto a situação macroeconómica e orçamental e a aplicação das medidas na Grécia.

Dito isto, não considero adequado, nesta fase, explorar possíveis cenários. Entendemos que a Grécia está a adoptar neste momento medidas adequadas e que devemos apoiar o país na sua aplicação.

Guy Verhofstadt, *em nome do Grupo ALDE*. – (NL) Senhor Presidente, voltando ao que eu estava a dizer, um mercado europeu de obrigações pode ajudar a Grécia. Nunca evitaria a necessidade de aquele país levar a cabo reformas, mas ajudaria também todos os outros Estados-Membros, porque reduziria significativamente a taxa de juro a pagar pela dívida. Comparemos as taxas de juro a pagar na Alemanha e nos Estados Unidos. Os norte-americanos pagam 0,4% menos em taxas de juro sobre as suas obrigações do Tesouro do que os alemães, apesar de as finanças públicas da Alemanha estarem numa situação muito melhor. Isto prova que precisamos urgentemente de seguir esse rumo. Espero que a Comissão o faça.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Nesta fase, não colocamos a hipótese de introduzir as medidas sugeridas. Pessoalmente, acredito que não é muito adequado associar este tipo de proposta à presente situação da Grécia; na verdade, poderia enviar um sinal errado.

Sejamos sinceros a este respeito. A Grécia e os países da zona euro têm uma obrigação específica no que toca à aplicação das condições previstas no Pacto de Estabilidade e Crescimento. É muito importante para esses Estados e, acima de tudo, para a sua própria economia, mas também é importante para os outros países. Julgo que levantar esta questão neste momento e sugerir que poderia haver uma solução à margem dos próprios esforços da Grécia não é a melhor forma de ajudar os nossos amigos gregos a pôr em prática, com determinação, as medidas anunciadas pelo Primeiro-Ministro Papandreou.

Rebecca Harms, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Gostaria de lhe dirigir hoje uma pergunta sobre a estrutura da próxima Comissão. As responsabilidades das pastas que nos apresentou mostram uma forte marca presidencial. Na nossa opinião, o senhor está a organizar esta estrutura de uma forma que lhe atribua, pessoalmente, enquanto Presidente da Comissão, um enorme poder. Surpreende-nos que pretenda extinguir os grupos de trabalho dos membros da Comissão. Do nosso ponto de vista, estes grupos produziram bons resultados durante o ultimo mandato. Espanta-nos também que as responsabilidades em alguns domínios tenham sido fragmentadas de um modo que nos parece incompreensível. É para nós um mistério o modo como vai abordar a divisão de responsabilidades entre a Comissão Reding e a Comissão Malmström. Parece-nos que a Comissão Malmström vai criar uma espécie de gabinete de segurança do território. Não tenho rigorosamente nada contra a ideia de colocar o clima como uma responsabilidade separada. Contudo, se o senhor nomeia uma Comissão responsável pelo clima, também deve demonstrar que ela tem verdadeiro poder e terá acesso a domínios como a energia, a indústria, os transportes, o ambiente e a agricultura. Não acreditamos que seja esse o caso.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) São duas perguntas diferentes: uma relativa às pastas da justiça e da segurança, a outra referente ao clima. Quanto à justiça e à segurança, transmiti a sugestão apresentada por muitos dos senhores deputados deste Parlamento para a criação de uma pasta específica mais centrada nos direitos fundamentais. Assim, a Comissão Reding, se conseguir a vossa aprovação, será a Comissão responsável pela justiça, direitos fundamentais e cidadania.

Haverá também uma Comissão responsável pelos assuntos internos, que é essencialmente o que acontece na maioria dos países da Europa, se não em todos – há um ministro do Interior e um ministro da Justiça. Entendo que esta é uma solução muito mais eficiente, porque lhes permite trabalhar com os seus colegas nas correspondentes formações do Conselho. Será também muito melhor no que respeita à quantidade de trabalho porque, como os senhores sabem, acabámos de aprovar o Programa de Estocolmo. Este é um programa muito ambicioso, em que o Parlamento possui agora numerosas competências importantes, pelo que se justifica plenamente termos dois Comissários diferentes. Neste caso, não está em questão o papel do Presidente. Isto nada tem a ver com o papel do Presidente da Comissão. Tem a ver com a necessidade de existir uma divisão do trabalho num domínio tão importante. Gostaria que a Comissão responsável pelos direitos fundamentais tivesse em mãos preocupações relativas à segurança e gostaria que a Comissão responsável pela segurança cumprisse a sua função respeitando os direitos fundamentais e o espírito das liberdades na União Europeia.

Rebecca Harms, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Gostaria de repetir a minha pergunta anterior. Como pode a Comissão responsável pelo clima assumir uma posição forte e afirmar o seu estatuto se estes poderes, com base na segunda opção, não se reflectem nas estruturas? Em segundo lugar, há outra questão de pormenor que nos parece totalmente despropositada, designadamente, o facto de a engenharia genética ecológica, que o senhor defende, Senhor Presidente da Comissão, integrar agora a pasta da saúde e deixar de estar incluída na pasta do ambiente ou da agricultura. É preciso que nos explique este ponto.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Congratulo-me por ver que a senhora saúda a criação de uma pasta dedicada às alterações climáticas. A Comissão terá, de facto muito trabalho, porque, como agora verificamos, Copenhaga não vai ser o final do percurso. Haverá muito para fazer depois de Copenhaga.

A sua principal missão será integrar as alterações climáticas em todos os sectores da Comissão – não só os que a senhora mencionou, mas muitos outros. Quase não existe uma política na União Europeia que não tenha impacto na acção climática: da agricultura à investigação, das empresas e da indústria às questões marítimas. É essa a tarefa em causa.

A Comissão terá uma direcção-geral dedicada às alterações climáticas. Quero que a Comissão responsável por este domínio disponha de alguns instrumentos para aplicar a sua política, mas, naturalmente, terá de o

fazer em cooperação com outros Comissários – nomeadamente o Comissário responsável pelo ambiente, o Comissário responsável pela energia e outros –, porque esta é uma política tão importante que necessitará igualmente de uma dimensão externa muito significativa.

Michał Tomasz Kamiński, *em nome do Grupo ECR*. – (PL) Senhor Presidente, quero pedir-lhe uma análise à Cimeira UE-Ucrânia que teve lugar há quase duas semanas. Ao mesmo tempo, suscitaria duas questões. Quanto estive em Kiev, fiquei a saber que o lado europeu se recusou a aceitar uma referência na declaração final à identidade europeia da Ucrânia. Não escondo a minha surpresa com esta atitude, porque me parece que a questão da identidade europeia da Ucrânia não deveria ser motivo de discussão. Em segundo lugar, soube em Kiev que a nossa delegação europeia não aceitou depositar coroas de flores no monumento às vítimas da fome na Ucrânia, um gesto habitual em todos os diplomatas que visitam a Ucrânia, e tenho de dizer que estes dois factos me surpreendem bastante.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Penso que a reunião que tivemos com a Ucrânia foi bem-sucedida. Para ser sincero, os nossos amigos ucranianos têm de fazer mais se pretendem que os ajudemos mais.

Tenho passado mais tempo a trabalhar em questões relativas à Ucrânia do que em matérias referentes à maioria dos Estados-Membros da União Europeia, o que revela a atenção que dedicamos às preocupações ucranianas. Trata-se de um país que nos é muito próximo e quer sê-lo ainda mais. Foi por isso que lhes oferecemos um acordo de associação União Europeia-Ucrânia amplo e inovador. Este é o estatuto mais avançado que podemos conceder a um país, com excepção da adesão, que não é possível na situação actual.

Houve algumas discussões, mas se olharmos para as conclusões finais, vemos que é claramente reafirmado que a Ucrânia é um país europeu, que a Ucrânia partilha os mesmo valores europeus e que nós queremos estar mais próximos da Ucrânia. Queremos ajudá-los a estarem mais próximos de nós. Entendo que foi uma reunião produtiva, mas não podemos, sinceramente, esperar a criação de um novo estatuto para a Ucrânia sempre que se realiza uma cimeira.

A penúltima cimeira teve lugar em Paris. Oferecemos à Ucrânia a possibilidade da associação, mas não podemos avançar para um novo estatuto sempre que há uma cimeira, e tivemos uma discussão muito franca, aberta e amigável sobre este tema com o Presidente Yushchenko e os outros interlocutores.

Lothar Bisky, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (DE) Senhor Presidente, tenho uma pergunta para lhe fazer a propósito da taxa Tobin. Esta taxa constitui uma proposta pertinente, mas, até ao momento, ainda ninguém a introduziu. Todos afirmam que nunca será introduzida a não ser que todos os Estados-Membros o façam em simultâneo. Receio agora que, após a decisão na cimeira europeia, que saúdo, esta medida seja mais uma vez adiada, porque não começamos todos ao mesmo tempo.

Gostaria de conhecer a sua opinião sobre esta matéria e saber o que pensa sobre as hipóteses de a taxa Tobin ser introduzida.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Se existe uma taxa comum global para as transacções financeiras, devemos apoiá-la. De facto, apoiei-a nestas discussões no Conselho Europeu. O Conselho pediu à Comissão que apresentasse algumas ideias a esse respeito, e nós estamos a prepará-las.

Também no contexto do financiamento inovador, acredito, pessoalmente, que para cumprirmos as nossas obrigações em matéria de combate às alterações climáticas não podemos utilizar apenas os fundos dos nossos orçamentos. É evidente que os nossos orçamentos estão sob uma pressão tal que não conseguirão, durante os próximos anos, proporcionar os recursos suficientes para a luta contra as alterações climáticas. Temos de pensar em formas de financiamento inovadoras. Uma taxa global sobre as transacções financeiras parece-me uma boa ideia, e estamos a trabalhar nesse âmbito a fim de apresentarmos propostas num momento adequado. Espero que a nova Comissão avance com novas propostas neste domínio.

Paul Nuttall, *em nome do Grupo EFD*. – (EN) Senhor Presidente, ouvimos recentemente que está previsto o encerramento da produção de aço da empresa Corus, em Teesside, no Norte de Inglaterra. Isto deve-se ao objectivo da UE de reduzir em 20% as emissões de carbono. Graças ao crédito de carbono, a Corus não pode continuar a empregar mais de 5 000 trabalhadores siderúrgicos, incluindo fornecedores. Além disso, temos o espectáculo de o Governo britânico admitir que tem as mãos atadas nesta questão devido à punitiva legislação comunitária em matéria de concorrência.

Para a Corus, o ganho efectivo da cessação da produção em Teesside será a economia de licenças de emissão de carbono atribuídas pela UE no quadro do seu regime de comércio de licenças de emissão, num valor até

600 milhões de libras nos próximos três anos. Mas, surpresa das surpresas, sabem que mais? O presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, é também o presidente do grupo Tata, pelo que a pergunta que deve ser feita é: *cui bono*? Porque a Tata é proprietária da Corus.

(Protestos da Assembleia)

A pergunta que quero fazer é a seguinte: é agora política oficial da UE oferecer incentivos às empresas para encerrarem fábricas, como a unidade de Teesside, para que possam externalizar as suas actividades para países como a Índia, ou está aqui em jogo um interesse mais pessoal?

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Relativamente à insinuação que está a fazer, francamente não posso comentar. Se eu fosse a pessoa visada, levaria o assunto a tribunal.

Fórmu-la preferível.

Quanto à questão em causa, o Senhor Deputado afirmou que o Governo britânico disse ser esta a posição da União Europeia. Não tenho conhecimento dessa declaração, mas permita-me que lhe diga que se há um governo que tem pressionado a União Europeia para fixar objectivos ambiciosos na luta contra as alterações climáticas, é precisamente o Governo do seu país, quer isso lhe agrade ou não.

Com efeito, a actual agenda comum na União Europeia é a redução das emissões globais de gases com efeito de estufa. É verdade que isto tem algumas consequências na adaptação da nossa indústria. Queremos que a indústria se mantenha na Europa, mas queremos outro tipo de indústria que consuma menos energia e que seja mais respeitadora do ambiente.

Paul Nuttall (EFD). – (EN) Não respondeu à minha pergunta, porque a pergunta era: é política oficial da UE oferecer incentivos às empresas para encerrarem fábricas, como a unidade de Teesside, e externalizarem as actividades para países como a Índia? Não respondeu à pergunta. Poderia fazer o favor de responder?

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Responderei dizendo "não".

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, o procedimento "cartão azul" não é aplicável neste período de perguntas porque se trata de debates entre duas pessoas. É muito difícil utilizar agora o cartão azul para uma pergunta suplementar porque não sei a qual das duas pessoas se destina. Lamento. Evidentemente, será aplicável noutros debates.

Marine Le Pen (NI). – (FR) Senhor Presidente, a Comissão Europeia, em resposta ao referendo suíço sobre os minaretes, foi ao ponto de emitir uma declaração que é, no mínimo, inquietante e ambígua. A Comissão sentiu que era necessário reafirmar, à atenção dos Estados-Membros que pudessem estar tentados a tomar decisões semelhantes, a necessidade de respeitar os direitos fundamentais, como a liberdade de religião. Esta ameaça mal velada exige esclarecimentos da sua parte, quando as sondagens de opinião indicam que a grande maioria dos europeus teria votado num tal referendo, se tivesse sido proposto nos seus países.

Senhor Presidente Barroso, os Estados-Membros da UE têm ou não o direito de realizar um referendo para os seus cidadãos idêntico em todos os aspectos ao realizado em 29 de Novembro na Suíça? Opor-se-ia ou não a Comissão à decisão soberana destes povos, se votassem como o povo suíço? Se, como pensamos, a União Europeia é hoje mais totalitária do que democrática, já é tempo de o reconhecer.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (FR) É um direito soberano dos Estados-Membros decidir, em conformidade com as suas normas constitucionais, sobre as formas de consulta directa do povo. Não vou fazer afirmações hipotéticas sobre referendos hipotéticos. O que lhe posso dizer é que os Estados-Membros decidem como entendem nesta matéria. Portanto, não vou fazer juízos antecipados sobre o referendo num país ou sobre a reacção a um referendo organizado pela Comissão.

A Comissão dispõe de competências em matéria de verificação das medidas e das decisões adoptadas pelos Estados-Membros no que diz respeito à aplicação do direito comunitário. Neste caso, a Comissão não só tem o direito, como também tem o dever de se pronunciar.

Marine Le Pen (NI). – (FR) Senhor Presidente Barroso, a pergunta era clara, no entanto. Não lhe fiz uma pergunta sobre um referendo hipotético, mas sim sobre um referendo idêntico em todos os aspectos ao que foi dado ao povo suíço.

Se um dos Estados-Membros da UE, num referendo absolutamente idêntico, fizesse a pergunta que foi colocada ao povo suíço, qual seria a reacção da Comissão? Têm os Estados-Membros o direito de o fazer? E

opor-se-ia a Comissão à decisão do povo soberano, se este decidisse votar como os suíços? A pergunta é clara.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (FR) Senhora Deputada Le Pen, está a fazer uma pergunta hipotética. O meu francês não é tão bom como o seu, mas, quando diz "se", é uma pergunta hipotética. "Se houvesse um referendo" é uma pergunta hipotética.

(Aplausos)

Não tenho o hábito de responder a perguntas hipotéticas. A realidade já é suficientemente complexa. Por isso, o que lhe posso dizer é que a Comissão se opõe a todas as formas de discriminação, incluindo todas as formas de discriminação religiosa. Esta é a nossa posição e é clara. Não é só a posição da Comissão; é a posição de todos os Estados-Membros democráticos da União Europeia.

Dito isto, não me vou pronunciar sobre um referendo hipotético.

Europa 2020

David Casa (PPE). – (MT) Tencionava fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Comissão sobre a instituição que chefia. Contudo, o Partido Socialista fez hoje uma intervenção sobre a futura audição dos Comissários no Parlamento. Espero que o Partido Socialista não comece a disparatar com as pastas atribuídas aos Comissários indigitados. Não temos competência para redistribuir as pastas dos comissários, uma vez que esta matéria é da competência exclusiva do Presidente da Comissão. Os candidatos escolhidos do nosso Partido, do Partido dos Liberais e do Partido Socialista são todos muito idóneos, e nós não deveríamos ter competência para começar já a debater, antes da audição, se podemos redistribuir as pastas dos Comissários. Sei que não era este o tema, mas, dada a intervenção do Partido Socialista, senti que tinha de intervir a este respeito.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Não foi uma pergunta, pelo que não tenho de responder, mas, já que tenho oportunidade, direi apenas o seguinte.

O princípio da lealdade entre as várias instituições é muito importante. Além disso, agora que temos um novo tratado, é preciso respeitar as competências de cada instituição. Disse-vos como é importante que haja uma relação especial entre a Comissão e o Parlamento, e trabalharei nesse sentido. Isto, evidentemente, implica o respeito do domínio de competências de cada instituição, em conformidade com os Tratados.

Liisa Jaakonsaari (S&D). – (FI) Senhor Presidente, no início da sua alocução, o senhor Presidente da Comissão identificou os problemas dos modelos anteriores. O problema, sem dúvida, é que a Comissão tem preparado bons programas, mas os Estados-Membros só fazem o que querem. Por outras palavras, a abordagem do pau e da cenoura não é suficiente para guiar os Estados-Membros.

Também constatei que o documento de consulta da Comissão sobre a futura Estratégia UE 2020 não continha ideias inovadoras sobre a forma como os Estados-Membros poderiam ser guiados. Gostaria de perguntar se a Comissão tenciona fazer uso das advertências previstas no artigo 121.º do Tratado de Lisboa no caso de um Estado-Membro não respeitar ou não quiser respeitar as orientações da Estratégia UE 2020.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Agradeço a sua pergunta e a intenção a ela subjacente.

Tenciono propor aos Estados-Membros o reforço da governação económica na Europa. Penso que temos agora uma oportunidade de o fazer. Francamente, isso já foi recusado várias vezes. A Senhora Deputada provavelmente leu uma entrevista recente de um dos meus antecessores, Sr. Jacques Delors, que disse que a sua proposta de coordenação reforçada das políticas sociais fracassou em 1993. Foi recusada pelos Estados-Membros.

Achei interessante e fui investigar o que disse na altura, quando era ministro dos negócios estrangeiros do meu país. Fui um dos que apoiaram uma cooperação reforçada dos Estados-Membros naquele domínio. Infelizmente, não foi possível.

Quando a Estratégia de Lisboa estava a ser revista, apresentámos uma proposta baseada no relatório de Wim Kok, que foi recusada pelos Estados-Membros. Tendo em conta a crise actual, penso que há agora uma maior sensibilização quanto à necessidade de haver uma coordenação efectiva na resposta à crise. Vou lutar por isso, mas, evidentemente, precisamos do apoio dos Estados-Membros para o conseguir. Precisamos dos Estados-Membros porque algumas dessas políticas são definidas a nível nacional e outras são definidas a nível comunitário.

Sinto-me encorajado pela primeira troca de opiniões com o Conselho Europeu. Com efeito, o novo Presidente do Conselho, Herman Van Rompuy, já anunciou que pretende realizar uma troca de opiniões informal no início de Fevereiro. Espero que resulte num maior compromisso do Conselho Europeu com um mecanismo reforçado de governação da Estratégia UE 2020.

Frédérique Ries (ALDE). – (FR) Senhor Presidente Barroso, a Estratégia de Lisboa já teve a sua época. A União Europeia não será, portanto, a economia mais competitiva a partir de 1 de Janeiro. Perdoe a dureza das minhas palavras, mas isso quase se pode considerar uma miragem. O que é preciso agora é velar por que nos anos que se seguem a 2010 a UE pareça mais um oásis de estabilidade para os empresários e os cidadãos da Europa.

A este propósito, li no documento que nos apresentou que fala em internacionalizar as PME, principais geradoras de emprego na UE. Não considera, Senhor Presidente, que, neste momento, a necessidade urgente é estabilizar a situação, tranquilizar as pessoas? Além disso, pode o Senhor Presidente garantir hoje que a Comissão se oporá a todo o frenesim regulamentar e aplicará diariamente e em todas as suas políticas o princípio, a estratégia *"Think Small First"* (pensar primeiro em pequena escala)?

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (FR) Obrigado, Senhora Deputada Ries. Essa era uma das prioridades da minha Comissão, mas é também uma prioridade do actual executivo e sê-lo-á, certamente, da próxima Comissão, também. São as pequenas e médias empresas que criam emprego. Elaborámos o *"Small Business Act"* precisamente com base no princípio *"Think Small First"* de que fala, e estamos a iniciar um programa para reduzir os encargos administrativos, sobretudo para as pequenas e médias empresas. Foi por este motivo que colocámos a realização do mercado interno no centro das nossas prioridades, uma vez que existe potencial e uma dimensão internacional a explorar, porque a verdade é que as nossas pequenas e médias empresas ainda deparam com numerosos obstáculos quando tentam trabalhar com outros mercados. Por conseguinte, acredito que esta é uma das prioridades da nova estratégia, da Estratégia UE 2020. É justamente uma estratégia que está ligada de forma mais estreita à dimensão internacional, porque os efeitos da globalização estão a fazer-se sentir, e só adoptando uma posição ofensiva e pró-activa poderemos vencer a batalha da competitividade.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, quero fornecer uma explicação em resposta a uma pergunta muito importante da senhora deputada Ries. Começámos a preparar a lista de oradores às 15H00, quando demos início ao presente ponto da ordem do dia. Tenho cerca de 30 pessoas na lista, pela ordem em que apresentaram os cartões azuis. Evidentemente, podemos adicionar outros oradores à lista, mas será impossível falarem durante este ponto.

Se assim entenderem, podem manter os vossos cartões, por enquanto, e a senhora deputada Durant será a próxima a intervir durante um minuto. Podemos tentar juntar à lista os senhores deputados que pretendem falar, mas posso dizer, muito sinceramente, que não é possível ter tantos oradores; são já cerca de 30.

Começámos com a lista às 15H00. Se mais colegas querem adicionar os seus nomes, cinjam-se a um minuto, por favor.

Isabelle Durant (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, gostaria de lhe perguntar, no quadro da Estratégia UE 2020 e, em particular, do sistema de governação reforçada, como tenciona tratar a questão dos lóbis. O Senhor Presidente sabe, como eu, que, se elaborarmos uma estratégia para 2020, haverá inevitavelmente *lobbying* a todos os níveis. O *lobbying* acontece um pouco por toda a parte: junto da Comissão, junto do Parlamento, junto do Conselho.

Como também é do seu conhecimento, está a decorrer um debate interinstitucional sobre a questão dos lóbis. O senhor Comissário Siim Kallas teve esta pasta a seu cargo na anterior Comissão. Gostaria que me dissesse quem será o comissário responsável pela questão dos lóbis e qual será o seu mandato. Tenciona avançar – como eu e outros membros deste grupo interinstitucional esperamos – para um sistema de registo obrigatório dos lóbis?

Essa é a condição da transparência e também, no meu entender, do apoio dos cidadãos. Estes devem poder compreender como são tomadas as decisões a nível europeu, pela Comissão, pelo Conselho e pelo Parlamento.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (FR) Senhor Presidente, este é um problema sobejamente conhecido, um problema muito importante, e orgulho-me de termos realizado progressos durante o mandato desta Comissão. Como referiu, o senhor Comissário e Vice-Presidente Kallas desenvolveu muitos esforços neste domínio e conseguimos avançar a nível do sistema de registo dos lóbis.

Em minha opinião, contudo, devemos reconhecer que a melhor solução para este problema é a transparência, é não ocultar informação. É natural! É natural que, numa sociedade aberta e numa economia aberta, se manifestem interesses diferentes, por vezes contraditórios.

É neste sentido que a Comissão irá trabalhar: mais transparência nos contactos que mantém com os representantes dos vários interesses – interesses empresariais, interesses sindicais, interesses de causas específicas, por vezes.

O responsável por esta matéria no seio da Comissão, caso obtenha o apoio do Parlamento, será o senhor Comissário e Vice-Presidente Maroš Šefčovič. Será ele o nomeado pela administração para desempenhar estas funções na nova Comissão.

Vicky Ford (ECR). – (EN) Senhor Presidente Barroso, congratulo-me com a sua visão para 2020. O Senhor Presidente demonstra que mesmo nos dias negros de recessão é possível sonhar com a Utopia. Saúdo os seus comentários sobre os espaços europeus de investigação. Represento Cambridge, que acolhe o principal pólo de investigação europeu, com resultados muito positivos nos domínios da alta tecnologia, da tecnologia verde e da biotecnologia. Para transformarmos os nossos sonhos em realidade, deveríamos ouvir e aprender com a experiência de Cambridge. A investigação requer financiamento; as empresas inovadoras requerem financiamento; a inovação de craveira mundial requer financiamento de envergadura mundial.

Na semana passada, reuni com representantes do Wellcome Trust, a maior instituição de beneficência do Reino Unido, que no ano passado doou 750 milhões de euros à investigação médica. Vieram a Bruxelas dizer a este Parlamento que, se aprovarmos a legislação relativa aos investimentos alternativos, nos termos em que foi redigida, reduziremos em dois terços o financiamento da organização que representam. Por favor, não diga uma coisa e não faça outra.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Parabéns a Cambridge. Cambridge é uma das melhores universidades da Europa e do mundo. É precisamente por não existirem muitas Cambridges na Europa que temos trabalhado no sentido de criar um verdadeiro espaço europeu da investigação, porque Cambridge e outras universidades europeias muito importantes estão bastante internacionalizadas. Elas conseguem atrair financiamentos muito substanciais, mas noutros países, sobretudo nos pequenos países e em alguns países mais pobres, não existem recursos desse tipo. Por este motivo, não só precisamos de financiamento privado, como o que referiu, e naturalmente congratulo-me com todo o trabalho de fundações como as que mencionou, como também precisamos de financiamento público dos Estados e do orçamento da União Europeia. Esta será uma das rubricas que tenciono introduzir no próximo orçamento comunitário.

Quanto à relação com os gestores de investimentos alternativos, sinceramente não vejo qualquer ligação. Penso que a utilização de uma coisa não exclui a outra. Consideramos importante que haja regulamentação sensata para os produtos dos mercados financeiros, tendo em conta o que aconteceu, incluindo no seu país. Foi no seu país que o auxílio estatal atingiu o nível mais elevado da história da União Europeia, precisamente devido a problemas nos mercados financeiros.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL). – (EL) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, gostaria de dizer que, enquanto se debatem os ambiciosos objectivos da estratégia para 2020, existem certos países, como a Grécia, que irão aderir a essa estratégia em condições pouco favoráveis, com enormes problemas económicos e desemprego elevado.

Ontem, o Primeiro-Ministro anunciou medidas com vista a reduzir o défice. Atenas aguarda com a respiração suspensa a reacção dos mercados e uma avaliação de várias empresas. Ouvi a sua resposta a uma pergunta anterior e li as declarações de hoje do senhor Comissário Joaquín Almunia, pelo que gostaria de lhe perguntar, Senhor Presidente Barroso: além da supervisão do défice público na Grécia, como pode a Comissão ajudar a resolver este problema?

E, em segundo lugar, no quadro da estratégia para 2020, que tratamento é dado a estas especificidades nacionais, para que não surjam problemas deste tipo?

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Primeiro que tudo, na Estratégia UE 2020, a nossa ideia é precisamente ter programas nacionais, mas também programas horizontais europeus à escala comunitária.

Vamos pedir a todos os Estados-Membros que definam objectivos específicos e simplificados para cada país, tendo em conta as suas diferentes circunstâncias. Como referiu, a Grécia encontra-se hoje numa situação específica a que estamos muito atentos. A Grécia continuará, evidentemente, a beneficiar de fundos de coesão, pois é um dos países beneficiários dos fundos de coesão, o que nada tem que ver com a Estratégia UE 2020.

Todavia, é importante compreender por que razão países como a Grécia têm de corrigir o défice orçamental e a dívida excessiva. Os juros que os países pagam a título da dívida pública é dinheiro que não podem aplicar nos hospitais ou nas escolas para o futuro. Não é por estarmos agarrados a uma disciplina macroeconómica rígida que recomendamos aos Estados-Membros que não mantenham níveis muito elevados de dívida e de défice, mas sim porque estamos a pensar nas despesas sociais e na resposta às preocupações dos cidadãos.

Ivo Belet (PPE). – (NL) Senhor Presidente. Senhor Presidente Barroso, quero fazer-lhe uma pergunta a respeito do futuro do sector automóvel que, com efeito, continuará a ser um dos sectores industriais mais importantes mesmo após 2020. Algumas das jóias da nossa coroa estão prestes a ser vendidas à China, o que constitui uma evolução indesejável. No meu entender, não é, de forma alguma, demasiado tarde para evitar que isto aconteça, mas, para isso, nós – o senhor, Senhor Presidente, e a nova Comissão Europeia – temos de passar à velocidade superior com urgência. É necessário mobilizar mais recursos para a investigação e desenvolvimento, com especial destaque para o sector automóvel, e é necessário também, evidentemente, mobilizar mais recursos financeiros do Banco Europeu de Investimento. Em minha opinião, esta é a única forma de assegurar que a nossa dependência actual do petróleo não é substituída por uma futura dependência de baterias eléctricas chinesas, por exemplo. Daí a minha pergunta: estão o Senhor Presidente e a Comissão Europeia preparados para assumir um papel de coordenação a curto prazo, incluindo no que se refere ao dossiê da Opel, para nos podermos associar resolutamente no enfoque nas novas tecnologias respeitadoras do ambiente no sector automóvel?

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) No caso da Opel, como sabe, a Comissão tem mantido uma posição de relevo, promovendo os encontros necessários entre os vários países envolvidos e as várias empresas em causa.

Relativamente à questão da indústria automóvel, existe um problema de sobrecapacidade na Europa e no mundo. Por isso, o futuro é precisamente como a sua pergunta sugere: procurar novas vias e novas tecnologias, nomeadamente o desenvolvimento de veículos mais limpos. Temos apoiado este objectivo, não só em termos de ideias, mas também em termos de financiamento.

Com efeito, o Banco Europeu de Investimento, com o nosso pleno apoio, criou, como sabe, um mecanismo especial para este fim. Esta é uma das prioridades para o próximo mandato: desenvolver uma indústria automóvel mais respeitadora do ambiente e tecnologicamente mais avançada na Europa. Assim poderemos manter uma posição de liderança a nível mundial na indústria automóvel.

Stephen Hughes (S&D). – (EN) Senhor Presidente Barroso, a Rede Europeia Contra a Pobreza descreveu o seu documento de consulta sobre a Estratégia UE 2020 como um passo atrás relativamente aos compromissos assumidos por sucessivos Conselhos Europeus no sentido de reforçar a dimensão social.

O seu documento só menciona a flexigurança e a formação. Cumpre salientar que esta ala do Parlamento não pode aceitar uma estratégia desprovida de conteúdo social. 2010 será o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Não deveria o Senhor Presidente fazer da luta contra o flagelo da pobreza e da exclusão o cerne da Estratégia UE 2020?

Finalmente, reconhecendo que um terço de todos os postos de trabalho criados desde 2000 na União Europeia estão ligados aos serviços de saúde, sociais e de emprego, dando um duplo contributo para a redução da pobreza, para o fornecimento de serviços e para a criação de emprego, não deveria a Estratégia UE 2020 fixar objectivos para a prestação de serviços sociais de elevada qualidade?

Presidente. – Obrigado, Senhor Deputado, mas peço-lhe que não faça duas perguntas durante o seu minuto porque é muito difícil para o senhor Presidente Barroso responder a duas perguntas num minuto.

Que pergunta prefere, a primeira ou a segunda?

Colegas, isto é muito importante.

Stephen Hughes (S&D). – (EN) Senhor Presidente, na verdade coloquei três questões e três "sins" bastariam! (Risos)

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, muito obrigado pela sua compreensão. Tentarei escolher a melhor pergunta!

A resposta honesta é a seguinte: este é um documento de consulta; ainda não é uma estratégia, e agradeço muito o seu contributo.

Permita-me dizer-lhe a minha opinião pessoal. Sim, temos de fazer mais para combater a pobreza e a exclusão social, mas, para isso, precisamos do apoio dos nossos Estados-Membros. Posso dizer-lhe que propus várias vezes medidas concretas e recebi um "não" categórico com o argumento de que alguns Estados-Membros vêem os assuntos sociais como sendo da sua competência e não da competência da Europa.

É um debate interessante. Veremos se chegamos a acordo nesta matéria. Tenho as maiores esperanças de contar com o vosso apoio porque, como sabe, para combater a exclusão social e a pobreza, também são necessários instrumentos a nível europeu que complementem os instrumentos a nível nacional. Estou a dizer-lhe a posição que irei defender. Espero que todos os Estados-Membros estejam preparados para apoiar esta perspectiva.

Danuta Jazłowiecka (PPE). – (PL) Senhor Comissário, a execução da Estratégia de Lisboa não está a correr muito bem. Como tenciona alterar o documento relativo à Estratégia UE 2020 para que os seus objectivos sejam alcançados? Prevê a preparação de algo semelhante a um programa para a concretização da estratégia, um documento distinto para o mandato quinquenal da Comissão que estabeleça as acções a serem aplicadas? Penso que seria uma boa ideia. Poderíamos acompanhar a realização da estratégia e, simultaneamente, avaliar a Comissão com base nas medidas aplicadas.

Por último, permitir-me-ei um comentário: penso que o tempo concedido para as consultas sociais, e refiro-me ao prazo fixado em 15 de Janeiro, é insuficiente. Deveríamos tratar os nossos parceiros sociais com maior seriedade. São eles que irão concretizar a estratégia, pelo que deveriam ter mais tempo para participar nestas consultas.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) O prazo aplica-se à consulta com base neste documento, mas haverá outras oportunidades de consulta. Na verdade, realizam-se consultas sobre o futuro da Estratégia de Lisboa pelo menos desde 2008. O Comité das Regiões preparou um relatório muito interessante, assim como o Comité Económico e Social, e quero aproveitar esta oportunidade para dizer que estou preparado, se for esse o desejo do Parlamento Europeu, para realizar um debate sobre esta matéria – não apenas este período de perguntas com respostas de um minuto, mas um debate especial exclusivamente sobre este assunto – quando entenderem oportuno, porque acredito que é extremamente importante.

(Aplausos)

É da máxima importância que o Parlamento se aproprie deste processo e associe os parlamentos nacionais, uma vez que será o cerne da estratégia para o futuro. Quero sublinhar este ponto.

Relativamente ao assunto dos mecanismos de governação, é exactamente isso que estamos a preparar. Existem várias ideias. Uma delas é justamente munirmo-nos de meios para medir e acompanhar os progressos em determinados domínios com base em indicadores. É isto que estamos a preparar e que requer o apoio do Parlamento e, esperançosamente, o acordo dos nossos Estados-Membros.

Werner Langen (PPE). – (DE) No seguimento da pergunta que já foi feita, gostaria de regressar à estratégia climática para 2020. Senhor Presidente, confirma que o regime de comércio de licenças de emissão provisório atribui à maior empresa siderúrgica da Europa 90 milhões de toneladas de CO₂, quando esta recebeu 68 milhões no ano passado e 43 milhões para este ano? É possível que a maior empresa siderúrgica da Europa venha a encaixar mil milhões de libras até 2012 com as emissões, por lhe ter sido atribuído um número excessivo de licenças em resultado das suas actividades de *lobbying* junto, entre outros, da Comissão?

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Deputado Langen, não sei exactamente a que se refere, mas, se é das emissões na Europa que está a falar, sejamos honestos: as nossas emissões representam, grosso modo, 14% das emissões globais, valor que tende a baixar porque há grandes economias a crescer em termos de emissões.

Contudo, se considerarmos as emissões *per capita*, ainda estamos muito acima dessas economias e sejamos justos: também temos alguma responsabilidade histórica. Os americanos produzem mais emissões de gases com efeito de estufa *per capita* do que nós, mas nós produzimos muito mais do que a China e muito mais do que a Índia, por exemplo, se se está a referir ao caso indiano. Este é, com efeito, um problema que temos de enfrentar num espírito de justiça global. Se queremos resolver o problema e se acreditamos que existe uma ameaça ao nosso planeta – as alterações climáticas –, são necessários esforços de cooperação de todas as partes. Portanto, sim, impomos realmente condições mais exigentes do que outras regiões do mundo, mas

consideramo-lo uma oportunidade de desenvolver novas tecnologias para cumprirmos os nossos objectivos sem colocar em perigo a nossa economia, porque não queremos exportar as nossas empresas e os nossos empregos.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, durante o período de perguntas ao senhor Presidente Barroso, peço-lhes que não apresentem perguntas suplementares, uma vez que há muitos colegas à espera da sua primeira pergunta. Lamento imenso, mas preferiria avançar para uma nova pergunta.

Stavros Lambrinidis (S&D). – (EN) Senhor Presidente Barroso, como referiu, as taxas de juro são efectivamente afectadas pelo estado da economia. Elas reflectem a confiança numa dada economia e a comunidade económica internacional é por elas afectada. As taxas de juro são afectadas pela confiança da Comunidade numa dada economia e essa confiança é, por sua vez, frequentemente afectada por declarações a respeito da confiança que a Comissão Europeia deposita nas medidas tomadas pelos Estados-Membros. Nesse sentido, os especuladores também tentam especular com uma situação económica negativa e, por vezes, agravam-na.

Senhor Presidente Barroso, está preparado para hoje, neste Parlamento, declarar o seu apoio às medidas anunciadas ontem pelo Governo grego para inverter a situação económica na Grécia? Considera a Comissão que essas medidas constituem um passo na direcção certa e que, se forem aplicadas, poderão alterar a situação económica que o Senhor Presidente afirmou ter sido problemática no passado?

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Já afirmei a minha satisfação com o compromisso assumido ontem pelo Primeiro-Ministro Papandreou no sentido de reduzir o défice público e a dívida pública por meio da redução das despesas permanentes e de aumentos das receitas. Acrescentei até que o orçamento de 2010 actualmente em debate no Parlamento grego e a declaração do Primeiro-Ministro constituem passos na direcção certa. Naturalmente, a Comissão continuará a acompanhar de perto a situação macroeconómica e orçamental e a aplicação das medidas na Grécia. Isto está muito claro na minha declaração de apoio às medidas anunciadas. Penso que esta é a melhor forma de ajudarmos a Grécia na situação muito difícil em que se encontra em termos orçamentais e de dívida. Estou confiante de que essas medidas terão resultados importantes.

Malcolm Harbour (ECR). – (EN) Senhor Presidente, saúdo calorosamente a oportunidade de colocar uma pergunta ao senhor Presidente Barroso, porque a Conferência dos Presidentes das Comissões foi, pela primeira vez, antecipada uma hora para os presidentes das comissões poderem finalmente estar aqui presentes.

Quero questioná-lo sobre uma política destinada a melhorar as condições gerais da investigação e da inovação – que me decepcionou bastante por não constar desta primeira versão da estratégia para 2020, mas que espero venha a ser incluída futuramente –, ou seja, a explorar o enorme potencial dos contratos públicos, em toda a União Europeia, a incentivar produtos e serviços inovadores. Quero perguntar-lhe se acataria as recomendações apoiadas quase unanimemente por este Parlamento no meu relatório, em Novembro passado, que indicavam como isto poderia ser feito. Só para lhe dar uma ideia e para conhecimento da Assembleia, se 1% dos contratos públicos europeus fossem afectados aos produtos e serviços inovadores, o investimento na inovação na União Europeia aumentaria em não menos do que 15 mil milhões de euros.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Agradeço todos os seus comentários, mas permita-me que lhe diga que não existe uma primeira versão da nova estratégia. Existe um documento de trabalho da Comissão para consulta, mas ainda não chegámos à fase de apresentação de um projecto. Portanto, todas as suas observações são muito bem-vindas.

Não espere uma resposta conclusiva a uma questão tão importante como a que levantou em apenas um minuto. Estou a par do seu relatório. Estou a par de algumas das propostas interessantes que fez em termos de contratos públicos e, sim, essa também é a minha intenção, ela consta das orientações gerais. Apresentei esta questão ao Parlamento, como se recordará, numa referência à necessidade de aprofundar esses compromissos em termos de regras comunitárias aplicáveis aos contratos públicos mais adaptadas às necessidades dos mercados e mais inovadoras. Isto fará certamente parte da nossa futura estratégia, mas não posso, nesta fase, comprometer-me com precisão sobre a forma como será incorporado.

Carl Haglund (ALDE). – (SV) Senhor Presidente, um dos maiores fracassos da Estratégia de Lisboa, que, noutros aspectos, é um bom documento, foi, em certa medida, não termos conseguido que os Estados-Membros alcançassem os objectivos nela fixados.

O meu colega finlandês perguntou ao senhor Presidente Barroso como poderíamos, no seu entender, fazer com que os Estados-Membros seguissem melhor a estratégia. Um dos objectivos incluídos era o nível do investimento na investigação e desenvolvimento, em termos de percentagem do PIB, que cada Estado-Membro deveria realizar. Gostaria de saber se a Comissão tenciona definir objectivos semelhantes para os Estados-Membros, ou seja, quanto do seu produto nacional bruto cada Estado-Membro deve investir na investigação e desenvolvimento.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Estamos a avaliar as razões por que os objectivos e as metas não foram todos atingidos. Com a nova proposta, faremos uma avaliação – julgo que uma avaliação muito honesta e objectiva – do que correu bem e do que correu mal com a Estratégia de Lisboa.

Não me posso comprometer nesta fase sobre o que iremos propor; estamos precisamente neste momento a ponderar a via a seguir. Por este motivo, quando menciono os debates que gostaria de realizar com os senhores deputados, estou a falar de verdadeiros debates, porque o vosso contributo é muito importante.

Pessoalmente, creio que fixar um objectivo global comum a todos os Estados-Membros provavelmente não é muito realista. Penso que a próxima fase da Estratégia UE 2020 terá de ser mais aperfeiçoada e mais sofisticada, e de incluir objectivos específicos acordados, evidentemente, com os Estados-Membros para diferentes situações.

Esta é a minha opinião pessoal. Ainda não alcançámos a fase de apresentação de uma proposta ao Parlamento. Gostaria também que a nova Comissão assumisse plenamente a proposta, e apresentaremos um balanço da anterior Estratégia de Lisboa.

William (The Earl of) Dartmouth (EFD). – (EN) Senhor Presidente, até ao próximo ano, a contribuição líquida britânica terá duplicado comparativamente a 2008. Em 2020, haverá pelo menos entre quatro a sete novos Estados-Membros. Com base no seu desempenho económico actual, cada um dos novos Estados-Membros irá receber fundos de coesão – que são subsídios sob outro nome – a partir da data da sua adesão até 2020.

Pode, por conseguinte, o contribuinte britânico esperar uma nova duplicação da contribuição líquida britânica para a União Europeia até 2020, e, em caso negativo, porque não?

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Ainda não disponho de condições para debater as perspectivas financeiras e não posso antecipar qual será a contribuição britânica. Compreendo a sua preocupação, porque, neste momento, os contribuintes britânicos estão a pagar a contribuição mais elevada devido à situação que se verificou no sector financeiro na Grã-Bretanha. Em nenhum outro caso se verificaram níveis tão elevados de auxílio estatal como no seu país.

O ponto em que hoje estamos é o seguinte: acreditamos que é importante definir prioridades para o futuro, avaliar o que tem de ser gasto a nível nacional e o que tem de ser gasto a nível europeu, e depois debater qual a forma justa de repartir esse investimento. Contudo, acreditamos que, em alguns casos, faz mais sentido gastar um euro a nível europeu do que a nível nacional em razão dos eventuais benefícios do aproveitamento da dimensão europeia e do mercado interno europeu. Chegará o dia desse debate, e espero que no final alcancemos um acordo.

Presidente. – Este foi o nosso terceiro período de perguntas ao Presidente da Comissão Europeia. Muito obrigado, Senhoras e Senhores Deputados, por terem colocado perguntas para debate.

Relativamente às presenças, estiveram no Hemiciclo ligeiramente mais deputados no fim do período de perguntas do que no início, às 15H00. Lamento muito este facto: teríamos preferido contar com uma grande afluência.

Mais uma vez obrigado, Senhor Presidente Barroso.

John Bufton (EFD). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de observar que estão aqui hoje muitos deputados que não tiveram oportunidade de fazer perguntas ao senhor Presidente da Comissão. Tendo em conta o elevadíssimo salário auferido pelo senhor Presidente Barroso, não poderá ele conceder-nos regularmente mais 30 minutos para termos um período de perguntas de hora e meia?

Os primeiros 30 minutos couberam aos presidentes dos grupos políticos. Há 750 deputados nesta Assembleia. Penso que 30 minutos é ridículo. Não é possível termos hora e meia? Senhor Presidente Barroso, o seu salário é suficientemente bom. Conceda-nos 90 minutos, não 60.

Presidente. – O senhor Presidente Barroso está a sorrir muito cortesmente, mas veremos. Temos de decidir sobre essa possibilidade. Obrigado pela sua proposta.

PRESIDÊNCIA: Alejo VIDAL-QUADRAS

Vice-Presidente

13. Conclusões do Conselho "Negócios Estrangeiros" sobre o processo de paz no Médio Oriente, nomeadamente a situação em Jerusalém Oriental (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre as conclusões do Conselho "Negócios Estrangeiros" sobre o processo de paz no Médio Oriente, nomeadamente a situação em Jerusalém Oriental.

Cecilia Malmström, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Senhor Presidente, o conflito no Médio Oriente foi uma das questões que debatemos neste Parlamento mesmo no início da Presidência sueca. É bom poder estar de volta e comunicar-lhe o ponto da situação no final do nosso mandato.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt, esteve igualmente na Comissão dos Assuntos Externos na semana passada, onde apresentou um relatório e realizou longos debates, incluindo sobre o Médio Oriente. Na semana passada, o Conselho "Negócios Estrangeiros" debateu a situação no Médio Oriente e aprovou conclusões. Congratulamo-nos por os 27 Estados-Membros apoiarem estas conclusões que indicam claramente a posição da UE sobre o processo de paz no Médio Oriente.

Com estas conclusões, o Conselho e a Presidência pretendem enviar uma mensagem muito clara e forte da Europa, que esperamos que resulte no reatamento das negociações entre as partes a curto prazo. Preocupa-nos a ausência de progressos no processo de paz no Médio Oriente. Em consequência, declaramos claramente o nosso apoio aos esforços dos Estados Unidos para alcançar a paz. A UE está a instar as partes a aceitarem a responsabilidade e a iniciarem negociações sobre as questões relativas ao estatuto definitivo, incluindo Jerusalém, as fronteiras, os refugiados e a segurança. As nossas conclusões também reflectem a posição da UE relativa ao Médio Oriente, com base no direito internacional, que defendemos há muito tempo e que expressámos em muitas ocasiões.

A posição da UE é, entre outras coisas, que uma solução negociada de dois Estados deve basear-se nas fronteiras de 1967 e que os colonatos são ilegais. Jerusalém constitui uma questão relativa ao estatuto definitivo e deixámos claro que, para se obter uma paz genuína, o estatuto de Jerusalém enquanto futura capital de dois Estados deve ser estabelecido por via negocial. O reatamento das negociações israelo-palestinianas esteve ligado à questão dos colonatos durante grande parte do ano. Recentemente, o Governo israelita anunciou um congelamento parcial e temporário dos colonatos. O Conselho "Negócios Estrangeiros" congratula-se com esta decisão e espera que contribua para o reatamento de verdadeiras negociações.

Todavia, registamos com preocupação a surpreendente decisão tomada pelo Governo israelita em 13 de Dezembro no sentido de incluir, pela primeira vez, os colonatos no programa de áreas de prioridade nacional. Esta decisão é contrária ao espírito do congelamento da colonização e prejudica os esforços para a criação de uma atmosfera propícia à resolução duradoura do conflito. A minha colega Gunilla Carlsson, Ministra sueca da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, visitou a Comissão do Desenvolvimento do Parlamento Europeu no início de Setembro. Ela prometeu acompanhar os desenvolvimentos a nível local, prestar assistência e intervir nas áreas de que todos estamos a par: a situação em Jerusalém Oriental e em seu redor, os colonatos e questões como o acesso e a circulação, sobretudo no que se refere a Gaza. Cumprimos esta promessa.

Nos últimos meses, sob a liderança da Presidência sueca, a UE adoptou uma posição clara relativamente aos colonatos e ao bloqueio continuado de Gaza. A política de bloqueio é inaceitável e contraproducente. A UE continua a exigir a abertura imediata e incondicional dos postos de passagem à circulação da ajuda humanitária, das mercadorias e das pessoas. O Conselho também instou à aplicação integral da Resolução 1860 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao respeito pleno do direito internacional humanitário. Os raptores do soldado israelita Gilad Shalit devem libertá-lo de imediato.

Quero dizer mais algumas palavras a respeito de Gaza. Evidentemente, esperamos que os esforços de mediação levados a cabo pelo Egipto e pela Liga Árabe possam continuar. É importante evitar uma divisão permanente

entre a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, por um lado, e Gaza, por outro lado. O Conselho aguarda com expectativa a organização de eleições livres e justas assim que as circunstâncias o permitam. Uma coisa é clara: a paz entre Israel e os palestinianos só pode ser alcançada se houver uma reconciliação entre palestinianos.

Os nossos diplomatas na região têm seguido de perto a situação em Jerusalém Oriental. No seu entender, Israel está a enfraquecer a comunidade palestiniana na cidade. Isto preocupa-nos. A UE irá aumentar a sua assistência a Jerusalém Oriental, a fim de melhorar as condições de vida dos palestinianos. A mensagem forte relativa a Jerusalém Oriental constante das conclusões do Conselho constitui uma prova clara da nossa preocupação acerca da situação. É importante recordar que a resolução do conflito entre Israel e a Síria e entre Israel e o Líbano é uma condição necessária para a paz no Médio Oriente. A UE congratula-se com as recentes declarações de Israel e da Síria que confirmam a sua disponibilidade para fazerem avançar o processo de paz. Escusado será dizer que isto teria repercussões extremamente positivas em toda a região.

Catherine Ashton, *Vice-Presidente indigitado da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, o Conselho aprovou conclusões muito substantivas sobre o processo de paz no Médio Oriente na semana passada. Estas estabelecem uma posição de princípio numa série de questões fundamentais de forma clara e determinada. Não irei alongar-me sobre as conclusões nem vou repetir o que a Presidência disse. Limitar-me-ei a dizer que, ao reafirmarmos os nossos princípios, espero que tenhamos ajudado a restaurar a confiança e a vontade dos palestinianos de encetar o processo de paz. As conclusões, evidentemente, serão também uma grande ajuda para mim, ao fornecerem-me uma orientação clara para os próximos meses.

Convidaram-me a estar aqui hoje para falar do nosso trabalho político, mas também sobre a situação em Jerusalém Oriental. Este é um assunto de profunda preocupação. Jerusalém Oriental é um território ocupado, juntamente com o resto da Cisjordânia. A UE opõe-se à demolição de casas palestinianas, ao despejo de famílias palestinianas, à construção de colonatos israelitas e ao traçado da "barreira de separação". A UE está a tratar estas questões a nível político, através de canais diplomáticos e nas nossas declarações públicas. Estamos também a actuar por meio da prestação de assistência prática, a fim de apoiar a população palestiniana de Jerusalém Oriental. Por exemplo, há falta de 1 200 salas de aula para as crianças palestinianas na cidade, pelo que estamos a ajudar a reforçar as estruturas de ensino. Além disso, permitimos que os hospitais palestinianos de Jerusalém Oriental continuem em funcionamento e desenvolvemos muitas actividades com jovens palestinianos vítimas da elevada taxa de desemprego e de problemas psicológicos. Até à data, em Jerusalém Oriental, a UE está a executar actividades cujo montante se eleva a 4,6 milhões de euros.

Outro motivo de preocupação, evidentemente, é a situação em Gaza. Apelámos repetidamente à circulação da ajuda, das mercadorias e das pessoas. Estamos profundamente preocupados com as condições de vida diárias da população de Gaza: desde o conflito de Janeiro, os doadores não têm podido realizar o trabalho de reconstrução e persistem problemas graves, como a falta de água potável. Israel deveria reabrir os postos de passagem sem demora, o que permitiria reanimar o sector privado e reduzir a dependência de Gaza da ajuda internacional.

Agora é tempo de agir e de pôr as conclusões do Conselho em prática. Temos de equacionar como podemos reatar o processo político. Os dois lados parecem ter-se afastado ainda mais, no que se refere à participação num fim de jogo. Deslocar-me-ei à região em breve e o meu principal objectivo será reunir com os principais actores e avaliar, em primeira mão, de que forma a UE pode ser uma força de mudança. Creio que todos concordamos com a prioridade principal e máxima de um reatamento das negociações israelo-palestinianas – não negociações vazias, mas negociações para alcançar um acordo de paz e virar a página. Não podemos, e duvido que a região possa, tolerar outra ronda de negociações infrutíferas. As negociações realizam-se intermitentemente há vários anos, desde a Declaração de Princípios de Oslo, assinada em Setembro de 1993. Isso foi há 16 anos. As negociações devem assentar no direito internacional e na observância dos acordos anteriores. Todas as questões devem estar em cima da mesa, incluindo o estatuto de Jerusalém enquanto futura capital partilhada.

As negociações devem também ter lugar dentro de um calendário acordado e mediante uma mediação eficaz. Israel e a Palestina devem mostrar um compromisso sério e vontade política de tomar parte em negociações sérias e genuínas. A União Europeia está lá para ajudar ambas as partes a assumirem esse compromisso e para as apoiar no difícil caminho das negociações. Estou aqui para garantir que a Europa trabalha de forma eficaz e harmoniosa.

A UE tem prestado um apoio constante a Israel e aos palestinianos, concedendo-lhes tempo e espaço para negociarem bilateralmente. A nossa ajuda permitiu à Autoridade Palestiniana construir as instituições do futuro Estado da Palestina, para que possa fornecer serviços ao seu povo e ser um vizinho fiável na região.

Hoje, contudo, os palestinianos estão divididos política e fisicamente. Negociações credíveis requerem um parceiro palestino forte e unido. Israel tem a ganhar, e não a perder, com um parceiro palestino forte.

Israel deu um primeiro passo com o congelamento parcial e temporário dos colonatos. Esperamos que isso contribua para o reatamento de verdadeiras negociações.

Os EUA continuam a ser um actor indispensável e crucial no Médio Oriente. As condições para uma parceria UE-EUA eficaz a respeito do Médio Oriente raramente foram tão favoráveis. Está na hora de transformar essa parceria em realidade por meio da coordenação estreita das nossas posições e da nossa estratégia. A UE continuará a apoiar e a trabalhar estreitamente com os EUA por via do Quarteto. O Quarteto tem de ser revitalizado – o actual impasse no processo de paz exige-o. O Quarteto pode realizar a mediação prudente, mas dinâmica, que é necessária.

A paz no Médio Oriente requer uma solução ampla. Tanto a Síria como o Líbano têm um papel importante a desempenhar. Aguardamos com expectativa a aplicação da Iniciativa de Paz Árabe. Estes países devem fazer parte da solução. A nossa abordagem deve ser regional e inclusiva. Um quadro multilateral deve complementar o quadro bilateral israelo-palestino.

Nos próximos meses, tenciono continuar em contacto estreito com o Parlamento em todas estas questões. Estou ciente do papel activo desempenhado pelo Parlamento, nomeadamente na sua qualidade de autoridade orçamental. A nível político, as delegações do PE trabalham directamente com o Knesset israelita e com o Conselho Legislativo da Palestina (CLP). Na semana passada, a delegação ao CLP visitou os Territórios Palestinos Ocupados e descreveu com grande preocupação a situação no terreno.

Finalmente, congratulo-me com a continuação do grupo de trabalho do Parlamento sobre o processo de paz, que se reunirá novamente esta semana.

Ioannis Kasoulides, *em nome do Grupo PPE*. – (EN) Senhor Presidente, durante uma visita de jovens líderes israelitas e palestinianos ao Parlamento Europeu, foi realizado um debate exaustivo que definiu os contornos de um acordo de paz para o seu futuro: uma solução segura e reconhecida baseada em dois Estados, segundo as fronteiras de 1967, com Jerusalém como capital de ambos; desmilitarização do Estado palestino; reiteração da Iniciativa de Paz Árabe de 2007; garantias da NATO; e resolução da questão dos refugiados de forma que não altere o carácter demográfico do Estado hebraico.

Enquanto os jovens têm uma visão de um futuro comum, os mais velhos ainda discutem se devem iniciar as negociações. A iniciativa egípcia para a reconciliação interpalestina – para que haja um interlocutor – ainda está em dúvida e o acordo de segurança em Gaza, com a libertação de prisioneiros, como Gilad Shalit, faz-se esperar. Entretanto, os factos consumados no terreno, segundo o relatório do chefe de missão da UE em Jerusalém Oriental, tornam o Estado palestino cada vez menos viável.

Lamento que Israel, um país democrático, dê pouca atenção aos danos que algumas das suas acções causam aos olhos da opinião pública internacional e só posteriormente proceda a uma limitação desses danos.

Hannes Swoboda, *em nome do Grupo S&D*. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhora Vice-Presidente da Comissão e Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, em primeiro lugar, quero apresentar os meus sinceros agradecimentos à Presidência sueca por esta iniciativa. Foi uma boa iniciativa e quero felicitar a Presidência por isso. Quero também agradecer à senhora Baronesa Ashton por se ter sentado ao lado da Comissão na sua primeira comparência nesta Assembleia, apesar de ter falado principalmente na sua qualidade de Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. É justamente de uma política externa e de segurança comum que estamos a tratar. Em certa medida, pode não ser importante onde se senta. O importante é que está aqui e que representa uma política externa comum.

O meu segundo comentário é que a declaração aprovada pelo Conselho é boa e não é, de forma alguma, anti-israelita. Em vez disso, é no interesse de Israel e da sua segurança e estabilidade. É muito importante salientar isto. Se nós, como europeus, queremos desempenhar um papel activo a este respeito, é essencial que o continuemos a fazer. Peço-lhe, Senhora Baronesa Ashton, que leve isto muito a sério.

Há alguns dias, estivemos nos EUA a trocar opiniões com os nossos colegas do Congresso. Confrontado com a abordagem unilateral e com a falta de compreensão da situação dos palestinianos do Congresso, o Presidente Obama tem poucas opções. Estamos muito solidários com a situação em Israel. Opomo-nos também a qualquer forma de terrorismo e queremos que o soldado capturado seja finalmente devolvido à sua família. Contudo, estamos igualmente preocupados e solidários com a lamentável posição em que os

palestinianos se encontram no que diz respeito a todas as questões referidas nesta declaração e, em particular, às fronteiras de 1967, à situação difícil em Jerusalém e às actividades de implantação de colonatos. É perfeitamente incompreensível, embora seja uma continuação da política dos últimos anos, que esteja a ser adoptada uma abordagem altamente contraditória à extensão dos colonatos. Primeiro, foram congelados, depois foram incluídos no programa de áreas de prioridade nacional. Seguiu-se apenas a evolução natural das coisas e depois foram construídas estradas que atravessam os colonatos palestinianos. A forma como as terras estão a ser retiradas aos palestinianos todos os dias é totalmente inaceitável.

O que aconteceu a uma delegação do Parlamento também é totalmente inaceitável. O senhor deputado De Rossa irá igualmente comentar o sucedido. Os membros deste Parlamento devem associar-se ao Conselho e à Comissão para declarar claramente que os deputados ao PE têm o direito de viajar até Gaza e de observar pessoalmente a situação. Que tem Israel a esconder? Porque está a impedir os membros do Parlamento de irem a Gaza? Não devemos aceitar isto e espero que nos oponhamos em conjunto. Transparência e abertura, entre outras coisas, são as condições necessárias para uma política sensata no que respeita ao Médio Oriente. Devemos dar-lhe o nosso apoio inequívoco.

Annemie Neyts-Uyttebroeck, em nome do Grupo ALDE. – (NL) Senhor Presidente, Senhora Vice-Presidente da Comissão, Senhora Presidente em exercício do Conselho, em primeiro lugar, Senhora Ministra Malmström, quero felicitar toda a Presidência sueca pelas conclusões do Conselho sobre o conflito no Médio Oriente, em geral, e Jerusalém Oriental, em particular.

Creio que todos verão como um importante presságio o facto de um relatório conjunto dos chefes da delegação da UE em Jerusalém Oriental ter sido aprovado e adoptado por unanimidade pela primeira vez, e nesta altura em particular, depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Outro presságio é o facto de as conclusões propostas pela Presidência sueca também terem sido aprovadas por unanimidade, incluindo as conclusões sobre Jerusalém Oriental. Espero que as autoridades israelitas compreendam a importância deste desenvolvimento.

Senhoras e Senhores Deputados, debatemos o Médio Oriente com intervalos de apenas alguns meses, e não raro esses debates parecem a procissão de Echternach: um pequeno passo para a frente, depois sinais de um passo para trás, depois mais motivos de esperança. Infelizmente, também há motivos de desânimo, mas continuamos esperançosos, claro. É da máxima importância, evidentemente – incluindo para o meu grupo –, que israelitas e palestinianos possam viver lado a lado em paz, em dois Estados distintos, para beneficiarem de todas as oportunidades de desenvolvimento disponíveis e para garantirem a segurança do outro. Penso que todos estamos de acordo neste ponto. Também estamos de acordo quanto aos passos que, de preferência, conduziram a este objectivo e, evidentemente, estamos preparados para dar o nosso contributo.

Jerusalém é uma das mais belas cidades do mundo – é verdadeiramente um lugar extraordinário –, pelo que é absolutamente trágico que os povos que nela vivem lado a lado não consigam coexistir pacificamente. Para o bem-estar e a preservação de Jerusalém, espero que, nos poucos dias que antecedem o Natal, isto ainda possa ser alcançado.

Caroline Lucas, em nome do Grupo Verts/ALE. – (EN) Senhor Presidente, quero saudar as declarações do Conselho e da Comissão, mas a minha pergunta para as duas instituições é quando é que vamos além das palavras bonitas – com que concordo plenamente –, quando é que vamos realmente agir? Ouvimos repetidamente que é necessário assegurar acções de Israel neste ou naquele sentido, mas precisamos de verdadeira influência para que isso aconteça, caso contrário Israel limitar-se-á a ignorar-nos, como continua a fazer.

A minha pergunta é o que podem o Conselho e a Comissão fazer na prática para vermos verdadeiros avanços e progressos nesta matéria. No meu entender, a solução tem de passar por questões como a suspensão do Acordo de Associação UE-Israel.

Centrando-me na situação em Jerusalém Oriental, saúdo vivamente a iniciativa da Presidência sueca e a sua clareza acerca do papel de Jerusalém como capital de dois Estados, assim como a sua firmeza relativamente à importância de Israel congelar as suas actividades de implantação de colonatos em Jerusalém Oriental.

Louvo também os autores do relatório dos chefes de missão da UE sobre Jerusalém Oriental. Este relatório fala com uma clareza e com uma visão que estão demasiadas vezes ausentes nestes debates. Ele afirma que a política israelita de anexação ilegal de Jerusalém Oriental foi deliberadamente concebida para enfraquecer a comunidade palestiniana da cidade e impedir o desenvolvimento palestiniano. Mas os chefes de missão

instaram o Conselho a aprovar uma série de recomendações em resultado do relatório, e penso que o Conselho deve agir com urgência exactamente nesse sentido.

Se a UE encara com seriedade o seu compromisso com uma solução baseada em dois Estados, deve fazer tudo ao seu alcance para preservar e reforçar o carácter e a identidade palestinianos de Jerusalém Oriental. A declaração e o relatório dos chefes de missão indicam formas práticas de o fazer.

Peter van Dalen, *em nome do Grupo ECR*. – (NL) Senhor Presidente, sobretudo nesta altura do Advento, muitas pessoas estão a rezar pela paz no Médio Oriente, mas por vezes perde-se a coragem e pensa-se que a paz nunca virá. No entanto, é importante que todas as partes continuem a trabalhar para a paz, apesar de aí poder residir o principal problema. Estão todas as partes preparadas e dispostas a trabalhar para a paz? Israel já tomou medidas no sentido de trocar terra por paz no passado – estou a pensar na retirada de zonas da Faixa de Gaza –, mas, infelizmente, isso não conduziu à paz. Com efeito, os disparos de *rockets* aumentaram e, em 2009, Israel invadiu a Faixa de Gaza. Agora, Israel anunciou a interrupção temporária da construção na Cisjordânia. Vários bloqueios de estrada foram removidos. Este gesto teve como objectivo contribuir para o início de negociações de paz.

Esta acção do Governo de Netanyahu já tem um alcance bastante vasto para o que é habitual de Israel, mas continuo a ver pouco movimento do lado palestiniano. Diz-se frequentemente que as acções empreendidas por Israel não têm importância, mas não vejo um gesto palestiniano no sentido de facilitar as negociações. Está o lado palestiniano disposto e preparado para iniciar novas negociações? O Hamas parece estar enredado na sua luta com a Fatah e ser mantido em rédea curta pelo Irão. Mahmoud Abbas parece ser um tigre de papel que perdeu quase toda a sua influência. Penso que está na hora de também o lado palestiniano deixar claro que deseja a paz.

Kyriacos Triantaphyllides, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (EL) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, saudamos a decisão aprovada em 8 de Dezembro pelo Conselho da União Europeia. Ela confirma o apoio da União Europeia à criação de dois Estados com base nas fronteiras de 1967.

No entanto, tendo em conta o que pudemos constatar na nossa recente visita ao local, a situação que impera nos territórios visados torna a criação de um Estado palestiniano quase impossível. Refiro-me especificamente à construção do muro, à demolição de casas palestinianas e, acima de tudo, à implantação de colonatos em toda a Cisjordânia, sobretudo em redor de Jerusalém Oriental.

Cerca de 500 000 colonos vivem actualmente nestes colonatos. Mais importante ainda, em Jerusalém Oriental, estão a ser desenvolvidos esforços para erigir uma paliçada por meio da implantação de colonatos em redor da cidade, a fim de obrigar os palestinianos a abandonarem as suas casas. É agora evidente que o Governo israelita está a usar as negociações para ganhar tempo. De forma paulatina mas determinada, está a tentar impor a sua soberania em todos os Territórios Palestinos.

Além de defender a solução de dois Estados, a União Europeia deveria tomar medidas específicas contra Israel. A violação continuada dos direitos humanos é motivo suficiente para a União Europeia impor sanções com base no artigo 2.º do Tratado, porque se, por um lado, escolher apoiar o processo de paz, mas, por outro lado, continuar a aprofundar as relações económicas com Israel sem limitações, só estará a servir a política deste país, que consiste em obrigar os palestinianos a abandonarem as suas terras e em estender a soberania de Israel a toda a Palestina.

Bastiaan Belder, *em nome do Grupo EFD*. – (NL) Senhor Presidente, a Europa perdeu a razão? Esta pergunta retórica foi feita pelos Estados Unidos no início de Dezembro. O alvo destas fortes críticas do Congresso foi a designação unilateral de Jerusalém Oriental como capital do proposto Estado palestiniano num projecto de resolução do Conselho em circulação. Como presidente da Delegação para as Relações com Israel do PE, imaginava e esperava um início mais construtivo para o nosso diálogo transatlântico. Além disso, apresso-me a acrescentar que uma análise cuidadosa do projecto de resolução e da declaração final do Conselho me deixou, assim como aos nossos homólogos do Congresso, extremamente consternado. Dissocio-me veementemente da proposta de dividir Jerusalém, em particular. Considero a declaração do Conselho sobre o Médio Oriente um grave revés diplomático e político para o processo de paz, pelo que estou muito desapontado com os Ministros dos Negócios Estrangeiros por se terem deixado levar precisamente pela Presidência sueca, com as suas relações tensas com o Estado judeu.

Tenho várias objecções fundamentais à referida declaração do Conselho. Dificilmente é assim que se incentiva a Autoridade Palestiniana a reatar as negociações com Israel. Além disso, a declaração é contrária ao princípio do Quarteto, estabelecido em 9 de Novembro de 2008, de que terceiros não devem intervir nas negociações

bilaterais. A reacção oficial dos Estados Unidos à declaração do Conselho de 8 de Dezembro sublinhou mais uma vez este princípio. Resta-nos então resignar-nos ao impasse no processo de paz? Certamente que não! Na sequência de recentes visitas da delegação a Israel, estou firmemente convicto de que um processo gradual e sólido de aproximação entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestiniana é simultaneamente necessário e possível. A transferência gradual da administração na Cisjordânia, por exemplo na Área C, e o reforço da cooperação económica acompanhado pelo reforço e estabelecimento de instituições palestinianas fiáveis, irão efectivamente fazer avançar o processo de paz. Insto o Conselho e a Comissão, por conseguinte, a não emitirem declarações contraproducentes sobre o processo de paz e, em vez disso, a investirem em projectos específicos que envolvam a cooperação entre israelitas e palestinianos. Esta é uma fórmula europeia consagrada, ou não?

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhor Presidente, como membro da delegação parlamentar a Israel, ouvi com interesse os comentários do Conselho "Negócios Estrangeiros" sobre o processo de paz no Médio Oriente e a declaração da Comissão. Contudo, como o meu colega anterior, estou profundamente preocupada com essas declarações. Israel é a única democracia que funciona na região. As tácticas preferidas dos seus adversários têm sido o terrorismo contra o Estado. Penso que as declarações do Conselho e da Comissão não atribuem a devida importância às preocupações de segurança de Israel. Com efeito, não ouvi a Alta Representante referir essas preocupações na sua declaração perante esta Assembleia.

Além disso, penso que a declaração impõe um encargo demasiado pesado a Israel, quer em termos do fracasso do processo, quer em termos da resolução das questões pendentes, nomeadamente Jerusalém.

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra (PPE). – (ES) Senhor Presidente, a verdade é que este é um debate muito invulgar porque temos a senhora Ministra Malmström sentada na bancada do Conselho – esperamos vê-la em breve na bancada da Comissão – e a senhora Baronesa Ashton sentada na bancada da Comissão. Veremos onde se senta!

Em todo o caso, Senhor Presidente, as conclusões do Conselho não incitam exactamente ao optimismo. O Conselho expressou a sua profunda preocupação com a ausência de progressos no processo de paz no Médio Oriente e solicita o seu reatamento com base nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nas conclusões da Conferência de Madrid e no Roteiro. Nada de novo debaixo do sol.

Também diz que a União Europeia está preparada para contribuir de forma substancial para a resolução dos problemas que as duas intervenientes aqui apresentaram: o problema de Jerusalém Oriental, o problema da água, o problema da segurança e o problema das fronteiras.

Contudo, existe uma série de novos elementos sobre os quais gostaria que as nossas convidadas se pronunciassem. Em primeiro lugar, gostaria de saber se, no seu entender, a moratória de oito meses e os colonatos decididos pelo Governo israelita estão relacionados com o novo Governo dos Estados Unidos.

Gostaria de saber também o que pensam das declarações feitas ontem em Gaza pelo representante do Hamas, no vigésimo segundo aniversário da criação deste movimento, de que não tencionam fazer quaisquer concessões a Israel e de que não tencionam reconhecê-lo. Que opinião lhes merece a lei da continuidade que irá dar uma voz ao povo israelita por meio de um referendo sobre a ocupação dos Territórios Ocupados?

Por último, o que pensam do relatório Goldstone e da sua aprovação pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas? Consideram que irá ajudar o processo de paz ou que, pelo contrário, irá dificultá-lo ou travá-lo, como afirma Israel?

Proinsias De Rossa (S&D). – (EN) Senhor Presidente, há dois compromissos na declaração do Conselho que quero especificamente saudar e que têm o potencial de criar uma nova dinâmica: o apoio ao programa de dois anos da Autoridade Palestiniana para pôr termo à ocupação israelita e fundar o Estado palestiniano e a disponibilidade da União para reconhecer, quando oportuno, um Estado palestiniano.

Na semana passada, chefei uma delegação oficial do Parlamento Europeu aos Territórios Palestinos Ocupados onde, mais uma vez, vi com os meus próprios olhos o sistema de *apartheid* que está a ser aplicado por Israel contra os palestinianos, juntamente com o despejo e a destruição das suas casas, das suas terras, da sua água e dos seus locais de culto.

A algumas horas da publicação da declaração do Conselho, a autorização de entrada em Gaza da minha delegação foi rescindida. Este não é um acto de um Estado amigo. É certamente uma interferência no direito democrático deste Parlamento de ter relações dignas e democráticas com os nossos homólogos, eleitos pelo povo palestiniano.

Encontrámos um desânimo e um desespero generalizados entre as pessoas com quem falámos e nas zonas que visitámos em Hebron, em Jerusalém Oriental e em Ramala. Onde há desespero, haverá violência. Podemos fazer progressos agora ou podemos deixar a situação evoluir para uma violência mais acesa, o que afastará os políticos palestinos moderados da liderança. É esta a escolha que temos de fazer.

Apelo ao Conselho e à senhora Baronesa Ashton, a quem desejo felicidades, que reforcem o empenhamento da União neste processo – que não fiquem só à espera do empenhamento reforçado do Quarteto – e que fixem um calendário coincidente com o calendário de dois anos da Autoridade Palestiniana para a aplicação dos princípios que definimos muito corajosamente, em minha opinião, na semana passada.

Temos de defender vigorosamente os direitos humanos. Temos de agir. Temos de utilizar o acesso aos nossos mercados para incentivar Israel. Não estou a falar de sanções. Estou a falar em utilizar o acesso ao nosso mercado como incentivo a que Israel aja de acordo com as suas responsabilidades internacionais. Temos também, finalmente, de persuadir os Estados Unidos a reforçarem com urgência o seu empenhamento com base nos mesmos princípios definidos na semana passada.

Chris Davies (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, o relatório dos chefes de missão da UE sobre Jerusalém Oriental constitui uma leitura bastante desoladora. Deixemo-nos de rodeios. Este relatório deixa claro que o que está a acontecer em Jerusalém Oriental equivale a uma forma de limpeza étnica. Casas palestinianas estão a ser roubadas, pessoas estão a ser obrigadas a sair e as esperanças de paz estão a ser destruídas. Portanto, a pergunta é: o que vamos fazer quanto a isto?

As conclusões do Conselho são muito bem-vindas. Sabemos que são fortes porque o Governo israelita desvalorizou-as de imediato. Nada de novo, disseram. Estão habituados a desvalorizar as nossas palavras porque nunca as apoiamos com actos. Tratam-nos com desdém. Porque não o fariam? Somos tão ingénuos que até pagamos as contas da força de ocupação! Provemos às necessidades dos palestinianos quando deveria ser Israel a pagar a factura, não os nossos contribuintes.

Para as nossas palavras terem significado, devemos suspender ou ameaçar suspender o acordo de associação, mas nem um dos nossos Ministros dos Negócios Estrangeiros colocou essa possibilidade, segundo nos dizem. Portanto, a pergunta mantém-se: onde está a política? Bom, nós temos a política. Está nas conclusões. E a acção? Israel não cederá se não for pressionado.

Franziska Katharina Brantner (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, quero dar as boas-vindas à senhora Baronesa Ashton nas suas novas funções. Quero também agradecer à Presidência sueca a resolução e por ter reconhecido que não será possível aplicar a solução de dois Estados a longo prazo a não ser que consigamos resolver o problema dos colonatos. O relatório dos chefes de missão foi referido várias vezes e também nós consideramos que é muito bom. Nesta base, tenho duas perguntas. Qual é o estado actual deste relatório e onde será publicado? Em segundo lugar, que medidas tomarão a Comissão e o Conselho para aplicarem as recomendações do relatório? Gostaria agora de citar três recomendações do relatório. A primeira é:

(EN) “impedir, desencorajar as transacções financeiras de operadores dos Estados-Membros da UE que apoiam actividades de implantação de colonatos em Jerusalém Oriental por meio da aprovação de legislação comunitária adequada”; segunda, “assegurar que os produtos fabricados em colonatos de Jerusalém Oriental não são exportados para a UE ao abrigo do Acordo de Associação UE-Israel”; e terceira, “fornecer orientações sobre as denominações de origem dos produtos provenientes dos colonatos aos principais retalhistas da UE”.

(DE) As propostas apresentadas neste relatório são muito específicas e precisas. Que medidas tencionam tomar a curto prazo para as aplicar?

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhora Ministra, agradeço-vos e congratulo-me com as vossas palavras.

A Europa dispõe agora de dois documentos essenciais para exercer pressão com vista a novas iniciativas de paz. Em primeiro lugar, o corajoso relatório da Presidência sueca que a senhora acabou de mencionar, Senhora Ministra Malmström. Este relatório apela à progressão no sentido de dois Estados, um dos quais a Palestina, segundo as fronteiras de 1967, com Jerusalém Oriental como capital.

Em segundo lugar, o texto dos embaixadores, dos chefes de missão, que mostra que as autoridades israelitas estão a seguir uma estratégia de demolição de casas e de colonização contrária aos direitos humanos. Esta estratégia visa amputar Jerusalém da Cisjordânia para enterrar a própria ideia de um Estado palestiniano.

Todavia, as nossas palavras nesta Assembleia não terão qualquer efeito se não forem seguidas de actos concretos da nossa parte. É necessário actuar e, para isso, podemos suspender o Acordo de Associação UE-Israel até que o Governo israelita respeite o direito internacional. Portanto, temos de agir para assegurar o fim da colonização, o levantamento do bloqueio de Gaza, a destruição do muro da vergonha, o regresso dos refugiados e a libertação de todos os prisioneiros políticos.

Permitam-me que diga mais uma coisa. Falou-se aqui da libertação do soldado Gilad Shalit. Concorro com o que foi dito. Contudo, o nosso Parlamento deve pronunciar-se igualmente a favor da libertação de outro cidadão europeu, o jovem franco-palestiniano Salah Hamouri. Sim, liberdade para Gilad Shalit, mas também para Salah Hamouri!

Simon Busuttil (PPE). – (MT) Permitam-me que comece por felicitar o Conselho pelas conclusões corajosas a que chegou na semana passada. Em minha opinião, nunca tínhamos tido conclusões do Conselho tão claras, concretas e corajosas numa questão tão sensível como a que tratámos na semana passada. Por conseguinte, felicito o Conselho.

Gostaria, contudo, de acrescentar que temos agora de passar à acção, uma vez que a situação em Jerusalém se está a deteriorar de dia para dia e não pode continuar a ser tolerada. Existem problemas de flagrante violação do direito internacional, existem dificuldades que estão a causar grande sofrimento a muitas pessoas, incluindo a expulsão das suas casas, a destruição das suas habitações e a construção de habitações ilegais. Não podemos permanecer em silêncio perante tais injustiças porque, ao fazê-lo, estaríamos a enviar a mensagem de que a lei, a diplomacia e o muito estimado princípio da resolução pacífica dos conflitos nada valem. Penso que não teríamos permitido que isto acontecesse no nosso país. Por isso, temos de agir no sentido de criar um ambiente propício ao reforço da confiança entre as duas partes e à criação de dois Estados distintos e viáveis que possam coexistir em paz. Permitam-me que elogie o papel instrumental que a Jordânia está a desempenhar neste sentido. Uma última palavra à senhora Baronesa Ashton: o Tratado de Lisboa atribuiu-lhe um novo papel, um papel importante que nos concede uma oportunidade. Não desperdicemos esta oportunidade.

Rosario Crocetta (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estávamos em Ramala quando ouvimos a notícia de que a Europa tinha aprovado uma nova decisão sobre o processo de paz no Médio Oriente. Vimos os sorrisos esperançosos nos rostos dos representantes palestinianos.

Foram dias repletos de emoção e de sofrimento, gravado nas faces das crianças que agarravam os gradeamentos das janelas das suas casas na estrada de Hebron, a estrada deserta que nenhum palestiniano está autorizado a percorrer. Vimos o sofrimento de uma mulher de 85 anos de idade que foi obrigada a abandonar a sua casa ocupada, obrigada a dormir ao frio numa tenda montada no jardim do que foi a sua própria casa, e o sofrimento nos rostos dos palestinianos que tinham construído uma quinta com fundos europeus, destruída por soldados israelitas.

Israel tem direito a ser um Estado independente, mas os palestinianos também têm o direito de ter uma pátria, um Estado e um passaporte. A decisão do Conselho da Europa representa um considerável passo em frente, mas temos de agir de imediato. O conflito israelo-palestiniano é apenas a ponta do icebergue num conflito mais vasto. No último dia da nossa visita, as autoridades israelitas impediram-nos, a delegação do Parlamento Europeu, de visitar a Faixa de Gaza. Penso que a Alta Representante, senhora Baronesa Ashton, deveria intervir para protestar em nome da Europa democrática.

Quero agradecer ao senhor deputado De Rossa, que chefiou a delegação, e a todos os outros membros da delegação porque, durante os dias que passámos na Palestina, pessoas vulneráveis puderam ver e ouvir o rosto e as palavras de uma Europa que defende os direitos e que deseja e deve fazer mais.

Hannu Takkula (ALDE). – (FI) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhora Baronesa Ashton, penso que a nova Alta Representante deve estar atónita com a forma como o Parlamento Europeu fez o seu trabalho de casa. Que espécie de livros de história deve ter lido para não saber como o Estado de Israel foi criado em 1947? Esta interpretação que o Conselho aprovou sob a liderança sueca parece, por conseguinte, um pouco estranha.

É necessário lembrar que a União Europeia tem de defender os seus valores. Temos democracia, direitos humanos e liberdade de opinião, o que é importante. Além disso, Israel é o único país democrático do Médio Oriente. Não devemos criar na região antidemocracias, não democracias, porque estes regimes não respeitam os nossos valores.

É também muito importante lembrar que a ideia de dividir Jerusalém, fazendo dela uma cidade em dois países, é perfeitamente inconcebível. A União Europeia não proporia semelhante coisa para qualquer outro país democrático. Evidentemente, temos de velar por que Israel possa preservar o seu sistema democrático e os seus direitos na sua própria capital, e a União Europeia pode e deve estar envolvida no processo de paz, mas num papel diplomático e não como médica ou juíza.

É lamentável que Gilad Shalit, cidadão francês – cidadão da União Europeia –, e um soldado israelita não tenham sido libertados. Isto mostra o que a administração palestiniana e o Hamas pensam da União Europeia. Não têm qualquer respeito pelos nossos princípios nem pelos nossos valores. Temos de seguir em frente, e devaneios como estes, que em grande medida enformam a resolução do Conselho, devem ser abandonados.

Israel é uma democracia; os seus valores são os mesmos que os nossos. Temos de defender a democracia e o direito do povo de Israel a uma vida completa e segura e à paz, e essa paz poderá ser alcançada quando as organizações terroristas, o Hamas e as suas coortes, puserem termo aos ataques contra Israel e contra os cidadãos israelitas. Isto dá-nos a razão para combatermos o terrorismo em conjunto e para fazermos com que seja possível Israel existir como nação.

Frieda Brepoels (Verts/ALE). – (NL) Senhor Presidente, no seu relatório de 23 de Novembro, os chefes de delegação da UE a Jerusalém e Ramala deixaram muito claro que Israel está activamente empenhado na anexação ilegal de Jerusalém Oriental e no seu isolamento total do resto da Cisjordânia. Questiono-me, por isso, por que razão o Conselho "Negócios Estrangeiros" não está a retirar daí as conclusões certas. Por que motivo está simplesmente a ignorar as recomendações específicas, em particular, de um relatório factual tão importante – o seu próprio relatório, afinal –, sabendo que os actuais desenvolvimentos são irreversíveis e que, ao fazê-lo, lança sérias dúvidas sobre a possibilidade de se estabelecer um Estado palestiniano independente e viável ao lado do Estado de Israel? O processo de paz no Médio Oriente não precisa de declarações vagas. Já é tempo, e é o momento certo, de a União Europeia assumir um papel activo e visível na região, o que só é possível, evidentemente, se também mostrarmos a coragem de assumir uma posição clara e inequívoca, nomeadamente no que se refere a Jerusalém Oriental.

Charalampos Angourakis (GUE/NGL). – (EL) Senhor Presidente, a política da UE é apoiar o Governo israelita, juntamente com os Estados Unidos e a NATO, na sua política criminosa de genocídio do povo palestiniano. Esta é a conclusão a que chegaram os membros da delegação do Parlamento Europeu que as autoridades israelitas proibiram de entrar na Faixa de Gaza ocupada.

A política da UE e a recente decisão essencialmente concedem mais tempo aos governos israelitas, que se sobrecarregam com crimes de guerra, como sabemos pelo relatório da ONU sobre a guerra em Gaza, para prosseguirem os seus planos de ocupação.

A conversa dissimulada da União Europeia não está de acordo com o pedido global justo de um Estado palestiniano viável e independente nos territórios de 1967 com capital em Jerusalém Oriental. A União Europeia não está a tomar quaisquer medidas práticas nesta direcção. Em vez disso, está a reforçar as relações com Israel, que continua a implantar colonatos, sobretudo em Jerusalém Oriental, a construir o muro divisório e a isolar vergonhosa e criminosamente a Faixa de Gaza.

Rejeitamos os planos imperialistas para o Médio Oriente e unimo-nos ao povo palestiniano e a todos os povos na sua luta.

Monika Flašíková Beňová (S&D). – (SK) Devo dizer que os resultados da reunião do Conselho de Ministros da semana passada não foram totalmente equilibrados e, além disso, tenho a sensação, dado que trato desta questão há muito tempo, que os nossos esforços não promoveram progressos na coexistência pacífica destas duas nações.

Por conseguinte, temos de nos empenhar mais. Temos de ser não só mediadores, como também mediadores activos neste processo de paz, e temos de insistir para que a solução para esta situação catastrófica se afigure equitativa e seja equitativa e aceitável para os dois Estados, tendo ambos, a Palestina e o Estado de Israel, o mesmo a ganhar e a perder.

O Conselho tentou trazer os palestinianos de volta à mesa das negociações, apesar da oposição destes a algumas medidas israelitas, e nós também estamos a insistir em que os obstáculos desnecessários ao processo de paz sejam removidos logo que possível. A demolição de casas palestinianas em Jerusalém Oriental e a construção de colonatos e de barreiras de separação em território ocupado são inaceitáveis. Contudo, também

é inaceitável expormos Israel e não sermos capazes de defender activamente este Estado de todos os ataques e actividades terroristas levados a cabo contra os seus cidadãos.

Gostaria de salientar, evidentemente, que também é necessário respeitar o quadro jurídico internacional, sem o qual não pode haver esperança de desenvolvimento estável na região. No meu entender, nós, europeus, a UE e os cidadãos dos nossos Estados estamos preparados para ajudar, e espero que a senhora Baronesa Ashton seja bem-sucedida na sua missão à região e regresse com boas notícias.

Alexandra Thein (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhora Baronesa Ashton, Senhoras e Senhores Deputados, faço parte da delegação para as relações com o Conselho Legislativo Palestino, ou seja, o parlamento palestino. Na semana passada, Israel proibiu a entrada em Gaza da nossa delegação. A situação em Gaza é muito inquietante, sobretudo agora que chegou o Inverno. Apenas 10% da população consegue obter as provisões de que necessita por meio do contrabando de bens através dos túneis e é exactamente por esta razão que os túneis são tolerados por todos.

Antes da "Operação chumbo fundido", a situação era exactamente inversa e 90% da população de Gaza era auto-suficiente. Enquanto força de ocupação, Israel deveria ser responsável por prover às necessidades da população em todas as zonas ocupadas. Israel está a fugir às suas responsabilidades no âmbito do direito internacional, o que significa que a comunidade internacional e, acima de tudo, a UE têm de intervir.

Se fornecemos alimentos a 90% da população de Gaza, temos o direito de ver onde o dinheiro dos contribuintes europeus está a ser gasto, se está a ser utilizado correctamente e se está a chegar às pessoas que dele precisam.

Hélène Flautre (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, também eu gostaria de felicitar a senhora Ministra Malmström e a Presidência sueca pela excelência das suas conclusões. Elas renovam a expectativa que todos tínhamos, nomeadamente de que fosse confirmado que a UE é efectivamente responsável pela paz na região ao abrigo do direito internacional, o que penso ser crucial.

No entanto, surpreende-me que, um ano após a invasão militar de Gaza, não tenha sido feita referência nestas conclusões ao seguimento dado ao relatório Goldstone solicitado pelo Conselho. Qual o ponto da situação no que se refere ao seguimento dado ao relatório Goldstone, com que o Conselho se comprometeu, nomeadamente no que diz respeito às investigações internas junto das várias partes envolvidas?

Seguidamente, congratulo-me por Jerusalém Oriental ser considerada a capital do futuro Estado palestino, ou a Jerusalém dos dois Estados. No entanto, estas conclusões carecem de opções operacionais concretas. Em contrapartida, essas opções abundam no relatório de missão dos Chefes de Estado ou de Governo que visitaram Jerusalém Oriental.

Por conseguinte, solicito à Comissão e ao Conselho que especifiquem os métodos concretos pelos quais a União Europeia não irá reconhecer nem legitimar a anexação de Jerusalém Oriental que Israel está a tentar realizar por meio, entre outras coisas, da introdução de medidas económicas, mas também da deslocação em massa das comunidades palestinianas.

Richard Howitt (S&D). – (EN) Senhor Presidente, permita-me que saúde a presença da nova Alta Representante no Hemiciclo e também as fortes conclusões do Conselho sobre o Médio Oriente conduzidas pela Presidência sueca.

A respeito do relatório Goldstone, gostaria de felicitar o senhor Ministro Carl Bildt, em nome da Presidência, por ter elogiado a credibilidade e a alta integridade do relatório Goldstone. Penso que seria útil se a senhora Ministra Malmström pudesse repetir hoje no Parlamento Europeu o que o seu embaixador disse nas Nações Unidas – que a UE exorta Israel e os palestinianos a iniciarem investigações nacionais adequadas, credíveis e independentes das violações dos direitos humanos relacionadas com o conflito em Gaza.

Por último, se me permitem, pergunto à Presidência e à Alta Representante se têm conhecimento das orientações relativas à rotulagem dos alimentos aprovadas pelo Governo britânico na semana passada, com vista a distinguir entre as importações com origem nos territórios palestinianos e as importações com origem em colonatos israelitas ilegais, e que medidas tencionam tomar para estender estas orientações ao nível europeu. Enquanto eleitores, podemos escolher pagar os custos da paz. Enquanto consumidores, não queremos subsidiar o preço do conflito.

Ramon Tremosa i Balcells (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, penso que a recente posição da União Europeia sobre o Médio Oriente, liderada pela Presidência sueca, que reconheceria Jerusalém Oriental como

capital de um futuro Estado palestino independente, pode prejudicar os esforços da UE no sentido de desempenhar um papel significativo na mediação entre Israel e os palestinos. Pode ser contraproducente para o nosso objectivo comum de trazer paz a esta região já turbulenta.

Pessoalmente, penso que em vez de anunciar unilateral e inesperadamente uma capital independente para os Territórios Palestinos, seria preferível e mais útil que a União Europeia concentrasse todos os seus esforços no encorajamento e na pressão no sentido do estabelecimento de uma verdadeira democracia nos Territórios Palestinos, por exemplo através do apoio à oposição não violenta. Isto ajudaria o Estado israelita e a democracia, assim como a comunidade internacional, a encontrar um interlocutor credível e legítimo.

Como a senhora Ministra Cecilia Malmström disse hoje, o estatuto de Jerusalém deveria ser negociado bilateralmente pelos israelitas e pelos palestinos. Por conseguinte, considero que em vez de uma solução "dois Estados para dois povos" seria mais desejável uma visão "duas democracias para dois povos".

A democracia, caros colegas, é uma condição necessária para a paz.

PRESIDÊNCIA: Stavros LAMBRINIDIS

Vice-Presidente

Michael Gahler (PPE). – (DE) Senhor Presidente, em primeiro lugar, quero expressar a minha satisfação por a senhora Baronesa Ashton estar sentada na bancada da Comissão. Espero que continue a fazê-lo.

Tenho duas perguntas para a Presidência. Nas conclusões do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros não há referência ao Quarteto para o Médio Oriente. Não está o Conselho de acordo quanto ao papel do Quarteto para o Médio Oriente no processo de paz ou o que motivou essa omissão?

Em segundo lugar, o mesmo se aplica ao Hamas. Nas conclusões, não é feita referência a este grupo que, infelizmente, é importante do ponto de vista político. Porquê?

Frédérique Ries (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, uma vez que o senhor deputado Le Hyaric praticamente duplicou o seu tempo de uso da palavra, sinto-me no direito de não apressar demasiado o ritmo, mas mesmo assim irei directa ao assunto.

A Presidência sueca tinha-nos habituado a melhor, muito melhor. Senhora Ministra Malmström, perdoe a minha franqueza. Designar, decretar, como ela fez, Jerusalém Oriental como a capital do futuro Estado palestino – numa primeira fase apenas, eu sei – é, no meu entender, um erro diplomático pouco comum, eufemisticamente falando. O erro não está na substância – que ninguém interprete mal as minhas palavras –, mas sim na forma como esta declaração, que julga de antemão o resultado final das negociações, é condescendente ou mesmo desdenhosa em relação às partes em questão. Aliás, foram numerosos os Estados-Membros que assumiram uma posição e se dissociaram desta primeira versão do texto.

Portanto, sim, evidentemente, mil vezes sim a uma capital aberta, a uma capital partilhada, esta forma de partilha que, desde a década de 2000, faz parte dos Parâmetros Clinton para uma paz negociada, um princípio que foi aceite por Ehud Barak em Taba e por outros também. Recordamo-nos igualmente, neste mesmo Hemiciclo, da forma vigorosa como foi defendido por Avraham Burg e Ahmed Qurei. Jerusalém: cidade sagrada para três religiões, capital dos livros, capital aberta. Porém, a nossa função não é impor a partilha, o calendário ou os métodos, mas sim, como foi dito anteriormente, encorajar o diálogo para permitir às partes envolvidas, palestinos e israelitas, chegarem a uma conclusão.

Sarah Ludford (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, a conclusão do Conselho é efectivamente uma declaração vigorosa e bem-vinda da posição da UE e da sua intenção de desempenhar um papel muito mais importante num empenhamento reforçado do Quarteto. Estão a Comissão e o Conselho de acordo, por conseguinte, em que a abordagem defendida por alguns, ou seja, boicotar Israel, é o caminho totalmente errado para esse empenhamento? Não é possível boicotar e reforçar o empenho ao mesmo tempo.

Com efeito, a abordagem correcta é aquela que é também sublinhada pelas conclusões do Conselho, nomeadamente a reiteração do aprofundamento das relações bilaterais com Israel. Por mais tentador que seja, o Conselho só pode ser um actor influente do ponto de vista político, assim como obter apoio económico, se resistir às tentações – motivadas por vezes pela frustração com uma ou outra parte – de impor sanções ou de punir qualquer uma das partes. É uma situação demasiado complexa que simplesmente prejudica a

constância e a coerência da pressão exercida pela UE sobre ambas as partes no sentido de regressarem à mesa das negociações e de forjarem um acordo de paz.

Ivo Vajgl (ALDE). – (SL) Também eu me oponho à linguagem de sanções e de ameaças e também eu sou a favor de uma política e de um diálogo construtivos. Contudo, lamento que tenhamos ouvido demasiadas vezes hoje a mensagem de que Israel é um Estado democrático. Israel é um Estado que não está a agir democraticamente em relação aos palestinianos e ao nosso objectivo comum de estabelecer dois Estados independentes, autoconfiantes e seguros que coexistam lado a lado. Por este motivo, Senhora Baronesa Ashton, penso que recebeu hoje muitos incentivos para desenvolver uma política da UE mais construtiva e mais eficaz. Lamento dizer que Israel continua a ver-nos como um tigre de papel e não como uma entidade real com quem deveria entabular um diálogo e que poderia ser útil na resolução do problema.

Robert Atkins (ECR). – (EN) Senhor Presidente, como membro da delegação que viajou até à Palestina na semana passada, tornou-se evidente para mim que existem algumas pessoas sensatas que acreditam que a opção de dois Estados está morta, em grande parte devido às acções de Israel, nomeadamente as propostas de fazer penetrar ainda mais o muro em Jerusalém Oriental e para lá desta, dividindo assim o norte e o sul da Cisjordânia.

Que acções poderemos empreender se a opção baseada num único Estado se tornar realidade?

Em segundo lugar, estão a Presidência e a senhora Baronesa Ashton cientes de que a opinião de, mais uma vez, pessoas sensatas acerca da farsa que é o Quarteto é partilhada por numerosas pessoas? Que acções iremos empreender para que o custo desta operação seja correspondido pela sua eficácia, que presentemente é nula?

Charles Tannock (ECR). – (EN) Senhor Presidente, estou de acordo com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Avigdor Lieberman, em que a declaração final do Conselho é possivelmente muito melhor do que a anterior versão da Presidência sueca que vi há algumas semanas, mas não faz qualquer referência aos princípios aprovados do Quarteto que o Hamas repudia à medida que continua a aterrorizar os agentes da Autoridade Palestiniana e os civis em Gaza.

Além disso, por que razão o Ministro dos Negócios Estrangeiros Carl Bildt não visitou a região para demonstrar solidariedade com Israel democrático e com os palestinianos moderados?

E porque foi a anexação de Jerusalém Oriental referida nesta fase tão crítica?

A UE deve ser mais equilibrada e reconhecer formalmente os valores democráticos comuns que partilhamos com o Estado de Israel, assim como reforçar a participação de Israel em programas da UE – contrariamente ao que é habitual, concordo com a senhora Baronesa Ludford neste ponto – ao abrigo do Acordo de Associação, a fim de aumentar a confiança do país na boa vontade da UE em relação ao Estado judeu.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhor Presidente, obrigada por um debate muito construtivo. Quero começar por responder a algumas perguntas concretas e depois direi algumas palavras para concluir.

O relatório Goldstone é muito importante. É um relatório sério. É importante estudar cuidadosamente as conclusões e a UE instou as duas partes, Israel e os palestinianos, a iniciarem investigações adequadas no espírito recomendado no relatório.

É também feita referência ao Quarteto e à necessidade de este intensificar os seus esforços nas conclusões aprovadas pelo Conselho. Relativamente às negociações com o Hamas, o Conselho está em contacto com os líderes palestinianos chefiados pelo Presidente Abbas e pelo Primeiro-Ministro Fayyad. As condições para as negociações com o Hamas são bem conhecidas e não foram satisfeitas.

Por último, quero dizer que é extremamente gratificante ver o nível elevado de apoio às conclusões nesta Assembleia. Todos, com opiniões ligeiramente diferentes, evidentemente, reconhecem a importância de tentar por todos os meios possíveis apoiar o processo de paz no Médio Oriente e todos sentimos uma grande frustração por esse processo estar a avançar de forma tão desesperadamente lenta. A paz de Natal que em breve se instalará neste hemisfério e em muitos lugares do mundo mais uma vez não se fará sentir este ano na região como gostaríamos.

No início da Presidência sueca, tínhamos esperança de que os esforços do Presidente dos Estados Unidos Barack Obama dessem frutos nas negociações israelo-palestinianas. É importante que a UE e os EUA trabalhem em estreita colaboração. Isso ainda não aconteceu, mas – como sempre no que respeita a esta questão –

temos de ser pacientes e persistentes. A UE tem de ser coerente e firme na sua mensagem acerca de Jerusalém Oriental, das fronteiras, dos colonatos e da segurança. Estou muito satisfeita com o elevado nível de consenso no Parlamento, incluindo no que respeita às nossas conclusões, que são claras e coerentes. Elas formarão a base do trabalho da UE por muito tempo. Neste sentido, será importante que todas as instituições trabalhem em estreita colaboração.

A UE está a continuar a sua missão da Política Europeia de Segurança e Defesa na região e o Gabinete de Coordenação da União Europeia para o Apoio à Polícia Palestiniana (EUPOL COPPS), em particular, contribuiu significativamente no ano passado para a melhoria das condições socioeconómicas dos palestinianos na Cisjordânia. A UE também apoia os preparativos para a formação de um Estado palestiniano independente. Isto exige muito trabalho e nós, evidentemente, apoiamos o programa elaborado pelas autoridades palestinianas intitulado "Palestina: pôr termo à ocupação, fundar o Estado".

Para a resolução deste conflito, tem de ser alcançado um acordo negociado entre as partes. Este tem de incluir todas as questões. Não podemos aceitar uma solução determinada por medidas unilaterais que acaba por se transformar num facto consumado. A solução tem de ser ampla. Tem de incluir as vertentes libanesa e síria e tem de fazer parte de uma estratégia regional que solucione o conflito israelo-árabe. Ainda não chegámos lá, mas, não obstante, a UE deu um enorme passo em frente. Todas as instituições concordam que isto é necessário e aguardo com expectativa a cooperação continuada nesta matéria.

Catherine Ashton, Vice-Presidente indigitada da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, suspeito que a questão relativa ao lugar onde estou sentada continuará a surgir. Estou sentada aqui porque o Conselho está ali. Posso ter de me ir sentar ali ou poderão ter de me construir um assento equidistante, porque garanto que estarei em apuros onde quer que me sente. É um enorme prazer, apesar disso, estar aqui com a senhora Ministra Cecilia Malmström e aguardo com muita expectativa a colaboração com ela.

O que me chama a atenção no debate que acabámos de realizar é que existe uma convicção partilhada – e penso, Senhor Deputado Atkins, que o senhor pode ser a excepção, embora tenha ouvido com muita atenção – de que o que pretendemos é uma solução baseada em dois Estados. Todos os deputados manifestam uma enorme paixão, especialmente, se me permitem dizer, o senhor deputado De Rossa e os membros que regressaram recentemente da região, que testemunharam claramente o cenário atroz que existe no terreno.

Creio que o que é significativo nas conclusões do Conselho é serem muito claras. Elas fornecem-me uma noção real da direcção em que temos de avançar. O que também é muito claro – e louvo a Presidência pelo trabalho realizado nesta matéria – é a frustração desta Assembleia por o processo não estar a avançar, frustração motivada por opiniões que por vezes são muito diferentes, mas que no entanto convergem no desejo de ver uma solução. As nuances são importantes. As vossas opiniões sobre as diferenças, assim como sobre as semelhanças, são-me importantes na condução do nosso futuro nestes debates e nestas negociações.

Não tenho dúvidas de que temos de fazer duas coisas. Uma são as questões bastante políticas que os senhores deputados suscitaram com razão. Como será a nossa relação? Estou no início desse percurso e este debate é extremamente importante para me dar a ouvir as opiniões que foram apresentadas. O que concluo, primeiro que tudo, é que o Quarteto tem de mostrar que vale o dinheiro nele investido, que é efectivamente capaz de ser revigorado. Já falei através de videoconferência com o pessoal que está em Jerusalém, já falei com Tony Blair sobre o seu trabalho e já falei com a Secretária de Estado Hillary Clinton sobre os mesmos assuntos. É muito importante, para que resulte, que a palavra "revigorado" esteja absolutamente certa.

Em segundo lugar, existem as questões que a Presidência levantou sobre o problema mais vasto dos países da região com que é necessário colaborar. Penso que o que há a reter de hoje é: o que irá a própria UE ser capaz de fazer?

O que me traz, em certo sentido, ao que chamo questões práticas. Vários colegas colocaram questões específicas, quer sobre o que o Reino Unido está a fazer no domínio da rotulagem, quer sobre o acordo de associação, quer sobre este relatório – o relatório dos chefes de missão – e as recomendações que dele constam e que ainda não analisei. Temos de estudar cuidadosamente todas estas questões, mas o que é necessário é mostrar o apoio prático que colocamos no terreno.

Referi as 1 200 salas de aula que estão em falta e descrevi o nosso trabalho no domínio da saúde. Estamos muito empenhados no plano de edificação do Estado do Primeiro-Ministro Fayyad e no reforço das instituições, particularmente no que se refere ao Estado de direito. Temos de ser vistos a actuar no terreno e a trabalhar na prática para encontrar formas de melhorar as condições das pessoas que vivem na região e que procuram em nós a ajuda de que precisam.

Esta é a tarefa mais importante e prática que tenho de realizar em primeiro lugar. Descreveria o trabalho que quero fazer da seguinte maneira: temos potencial para agir política e economicamente. Tenciono juntar estas duas vertentes, encontrar uma forma de reforçar as nossas acções, apoiar o trabalho que está a ser feito, tornar o Quarteto mais eficaz, tornar uno o trabalho do Conselho e da Comissão que, em certo sentido, têm trabalhado paralelamente, com vista a que as nossas acções no terreno façam realmente diferença.

No fim, são as duas partes que se reúnem para decidir e para encontrar a paz. Mas, a caminho do fim, temos um papel importante a desempenhar e estou determinada, em vosso nome e em nome da Comissão e do Conselho, a assegurar a nossa plena participação nesse processo.

Presidente. – Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Dominique Baudis (PPE), por escrito. – (FR) Durante o último Conselho "Negócios Estrangeiros", o Conselho da União Europeia fez saber que desejava a criação, num futuro próximo, de um Estado palestino, segundo as fronteiras de 1967 e com Jerusalém Oriental como capital. A Europa está assim a traçar as condições de uma solução viável para o conflito no Médio Oriente aceitável para as duas partes. A solução proposta pelo Conselho é justa. Israel e a Palestina podem usá-la como base para a troca de terra por paz. A União Europeia tem um papel importante a desempenhar. Ela pode ajudar à reconciliação interpalestina, sem a qual não haverá um interlocutor palestino nas negociações com Israel. No quadro da União para o Mediterrâneo, ela pode favorecer o reatamento do diálogo israelo-palestino.

Daciana Octavia Sârbu (S&D), por escrito. – (EN) Saúdo as recentes conclusões do Conselho nesta matéria, particularmente no que se refere à questão de Jerusalém Oriental. O Conselho definiu uma posição clara sobre várias questões fundamentais, incluindo as fronteiras de 1967, os colonatos israelitas, o acesso a Gaza e o apoio a uma solução de dois Estados em que Jerusalém seria uma capital partilhada. Estes continuam a ser alguns dos principais pontos de bloqueio e o Conselho abordou-os com êxito nas suas conclusões. O Conselho forneceu à Alta Representante da UE uma lista de objectivos concretos e uma direcção clara para o desenrolar das negociações. Espero que esta clareza e esta unidade dos Estados-Membros conduzam a um envolvimento mais eficaz da UE nas negociações e ao reforço da sua capacidade para interagir com outros intervenientes fundamentais no processo de paz.

14. Medidas restritivas que afectam os direitos dos indivíduos na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia:

- a pergunta oral (B7-0233/2009) apresentada por Emine Bozkurt, Louis Michel e Michèle Striffler, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, ao Conselho, sobre medidas restritivas que afectam os direitos dos indivíduos na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (O-0135/2009);

- a pergunta oral (B7-0234/2009) apresentada por Emine Bozkurt, Louis Michel e Michèle Striffler, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, à Comissão, sobre medidas restritivas que afectam os direitos dos indivíduos na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (O-0136/2009).

Emine Bozkurt, autora. – (NL) Senhor Presidente, a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e as liberdades fundamentais são o que a UE representa. Na luta contra o terrorismo, contudo, a UE tem menos princípios. Consideremos a lista negra da ONU, por exemplo. Pessoas ou entidades suspeitas de terem ligações a Osama Bin Laden, à rede Al-Qaida ou aos talibãs podem ser colocadas nesta lista, o que resulta na proibição de efectuarem deslocações e no congelamento dos seus activos financeiros. Esta medida está muito certa no que respeita ao terrorismo, uma vez que este tem de ser combatido – isso é indiscutível –, mas não podemos deixar que a anarquia com que os terroristas operam se infiltre na forma como combatemos o terrorismo.

Infelizmente, o actual sistema é caracterizado por abusos dos direitos fundamentais. As pessoas são colocadas na lista, muitas vezes sem serem plenamente informadas do facto, sem a intervenção de qualquer poder judicial. A informação que conduz à inclusão na lista negra tem frequentemente origem nos serviços secretos. Esta informação não é transparente para os suspeitos que, em resultado, desconhecem os motivos por que foram incluídos na lista. Isto priva-os não só do seu direito à informação, como também do seu direito à defesa.

Tendo o nome de uma pessoa sido incluído na lista, é muito difícil removê-lo. Já houve casos suficientes ao longo dos anos de pessoas cujos nomes foram erradamente colocados na lista e que tiveram de lutar por um procedimento judicial justo. Estas pessoas são condenadas à pobreza, não podem inserir o seu código PIN para pagar as compras do supermercado e não estão autorizadas a deixar os seus países. Não estou hoje a pedir mais direitos para os suspeitos de terrorismo, mas apenas que possam contar com os seus direitos, como todas as outras pessoas. Defendo procedimentos transparentes e procedimentos judiciais justos para todos.

A lista também tem vastos efeitos colaterais. Uma vez que as autoridades podem decidir colocar pessoas ou organizações na lista, esta pode ser utilizada como uma ferramenta política. As organizações não-governamentais (ONG) que lutam pelos direitos humanos, por exemplo, que são uma fonte de problemas para os governos, podem ser designadas organizações terroristas para paralisar as suas actividades. A Comissão foi obrigada a rever os actuais procedimentos por uma decisão do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias. A Comissão começou a tratar esta matéria de forma conveniente, mas esses esforços fracassaram ao nível do Conselho.

Surgiu uma nova situação em consequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Deve considerar-se o artigo 215.º ou o artigo 75.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia? Por outras palavras, o Parlamento Europeu não participará na análise das propostas ou participará por via do procedimento normal, nomeadamente a co-decisão? A Comissão dos Assuntos Jurídicos indicou que o artigo 75.º é a base jurídica correcta, assim como o Serviço Jurídico do Parlamento. Gostaria que o Conselho e a Comissão nos dissessem hoje como vêem o futuro para as propostas sobre medidas restritivas. Que papel está previsto para o Parlamento? Está na hora de termos procedimentos transparentes e democráticos. A questão é se podemos contar com a vossa cooperação.

Carlos Coelho (PPE). – (EN) Senhor Presidente, a interpretação portuguesa não está a funcionar. Não ouvi uma única palavra da interveniente anterior. Alguma coisa tem de ser feita; caso contrário, não posso seguir o debate.

Presidente. – Teremos de perguntar o que se passa e informá-lo-emos, Senhor Deputado Coelho.

Louis Michel, autor. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, primeiro que tudo, quero agradecer e felicitar as minhas colegas relatoras, senhoras deputadas Bozkurt e Striffler.

Subscrevo inteiramente as conclusões da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e da Comissão dos Assuntos Jurídicos, assim como do Serviço Jurídico do Parlamento. Uma vez que o respeito dos direitos humanos é um dos valores fundamentais da União, é essencial que estes direitos sejam plenamente respeitados. As medidas adoptadas no quadro da luta contra o terrorismo devem ser proporcionadas, adequadas e eficazes.

Ainda no quadro do respeito dos direitos fundamentais e dos direitos de defesa, o acesso aos dados pessoais pelas pessoas em causa, assim como a comunicação dos motivos em que se baseia a decisão são etapas indispensáveis do processo de combate ao terrorismo. Uma vez que as sanções e as listas negras são temporárias, penso que deve ser levado a cabo um acompanhamento rigoroso e sério e que se impõe uma avaliação regular, com obrigação de informação do Parlamento.

Embora possamos acolher favoravelmente as medidas aprovadas, nomeadamente as relativas ao Zimbabué e à Somália, é preciso ter em conta que estas sanções não podem, em circunstância alguma, constituir um obstáculo às missões de desenvolvimento, de promoção da democracia e de direitos humanos realizadas por organizações humanitárias, nem ter consequências nefastas para as populações locais.

Por último, no que respeita à protecção dos dados pessoais, apoio plenamente as conclusões da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados sobre a recolha, o tratamento e a transferência destes dados.

Michèle Striffler, autora. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a grande maioria dos cidadãos europeus acredita que a luta contra o terrorismo deve ser conduzida como matéria prioritária a nível da UE. Os cidadãos europeus estão plenamente conscientes do impacto que a Europa, por meio da sua visão global e da aplicação de políticas coerentes, pode ter neste domínio.

Deste modo, congratulo-me por, em virtude do Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu poder cumprir plenamente as suas funções de co-legislador neste domínio e fornecer o controlo democrático necessário às políticas europeias de luta contra o terrorismo.

A primeira década do século XXI está a terminar. Todos nos lembramos que começou com uma das piores tragédias da história da humanidade. Não podemos permitir que o terrorismo se desenvolva e é necessário encontrar uma resposta firme e adequada. Os talibãs, a rede Al-Qaida e Osama Bin Laden representam o perigo maior e mais premente para a União Europeia.

O extremismo islâmico – deturpação vergonhosa da religião muçulmana – e o ódio do Ocidente e dos seus valores alimentam esta rede terrorista e mortífera. Temos de combater este fenómeno e, repito, a União Europeia deve dar mostras de uma extrema firmeza e de uma vigilância cerrada face a esta ameaça.

Além disso, tendo em conta as graves e constantes violações dos direitos humanos e da liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica cometidas no Zimbabué, a União Europeia não se pode permitir fechar os olhos. As pessoas singulares ou colectivas, pertencentes ou não ao Governo, cujas actividades põem em causa a democracia, o respeito dos direitos humanos mais fundamentais e o Estado de direito no Zimbabué, têm de ser severamente punidas.

Na mesma ordem de ideias, Senhoras e Senhores Deputados, a União Europeia tem o dever de tomar medidas direccionadas contra os que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade na Somália. Temos de fazer respeitar o embargo geral e total ao fornecimento de armas à Somália e de tomar medidas para assegurar a entrega de ajuda humanitária, o acesso a essa ajuda e a sua distribuição na Somália.

Digo isto porque são essencialmente as populações mais pobres e mais vulneráveis que sofrem e nós não podemos continuar a assistir passivamente. Lamento, contudo, que o papel do Parlamento neste domínio tenha sido enfraquecido pelo Tratado de Lisboa, contrariamente ao espírito do Tratado e à importância que este confere ao Parlamento.

Todavia, a União Europeia deve punir os responsáveis. Significa isto que tem de esquecer os seus princípios mais fundamentais? Não. A acção da União Europeia no palco internacional deve assentar nos princípios que presidiram à sua criação, ao seu aprofundamento e ao seu alargamento, e a UE deve promover estes valores no resto do mundo.

Cecilia Malmström, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, as chamadas medidas restritivas são muito importantes e são algo sobre o qual sei que muitos deputados têm uma opinião. Talvez sejam um pouco difíceis de compreender para quem está a ouvir este debate. Permitam-me que comece por explicar como é que o Conselho utiliza estas medidas. Depois falarei sobre o Tratado de Lisboa.

As medidas restritivas contra países terceiros, indivíduos, pessoas singulares ou colectivas ou outras entidades são uma ferramenta importante para a UE na sua política externa e de segurança. Em termos gerais, pode dizer-se que são utilizadas para induzir uma alteração numa política ou numa actividade concreta. Elas devem, evidentemente, ser utilizadas como parte de uma política integrada e ampla que pode incluir o diálogo político, várias formas de incentivos e condições que têm de ser satisfeitas. As medidas restritivas, por si sós, nem sempre são suficientes para provocar uma alteração, mas podem ser uma forma de exercer pressão sobre regimes repressivos ou de travar o fluxo de capitais e de outros recursos que sustentam esses regimes ou redes terroristas.

Em alguns casos, as medidas restritivas são introduzidas pelo Conselho quando aplicamos resoluções que foram aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU em conformidade com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Nestes casos, os vários instrumentos jurídicos da UE têm de respeitar escrupulosamente estas resoluções. Elas versam sobre situações e actos, incluindo o terrorismo, que constituem uma ameaça à paz e à segurança. Elas só podem fazer parte da acção externa da UE e, nesse sentido, diferem das medidas destinadas a criar o nosso próprio espaço de liberdade, de segurança e de justiça, que é, evidentemente, o nosso objectivo dentro da União Europeia.

O Conselho interpreta o Tratado de Lisboa de forma a aplicar o artigo 215.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a estas e outras medidas restritivas no quadro da política externa e de segurança comum, incluindo no que se refere ao terrorismo. A UE também pode decidir aplicar medidas suplementares às aprovadas pela ONU e podemos igualmente introduzir medidas por iniciativa própria. As sanções que a UE aprova unilateralmente podem ser introduzidas para apoiar outros objectivos de política externa e de segurança – respeito dos direitos humanos, da democracia, dos princípios do Estado de direito e da boa governação –, sempre de acordo com as obrigações da UE ao abrigo do direito internacional.

Actualmente, a maioria das medidas é accionada directamente contra aqueles que foram identificados como responsáveis pela política ou pelas medidas a que nos opomos ou contra os seus interesses ou as suas fontes de rendimentos. Isto é mais eficaz do que sanções mais amplas na forma de embargos comerciais gerais ou

de outras medidas mais arbitrárias. As sanções direccionadas destinam-se a minimizar o impacto negativo que estas medidas podem ter na população do país em causa. Esta é uma consideração muito importante quando o Conselho prepara uma decisão relativa à introdução de novas sanções.

Todas as sanções são revistas regularmente para avaliar a sua eficácia. Podem ser adaptadas ou mesmo suspensas, dependendo da evolução da situação. De acordo com o Tratado de Lisboa, as medidas restritivas continuarão também a ser utilizadas como ferramenta no quadro da política externa e de segurança comum por meio de decisões do Conselho, em conformidade com o artigo 29.º do Tratado. Uma alteração importante introduzida pelo novo tratado é que as decisões relativas às medidas restritivas dirigidas contra pessoas singulares ou colectivas estão agora sujeitas a revisão jurídica. Isto significa que o Tribunal pode avaliar a legalidade de uma decisão relativa a sanções. Isto não acontecia anteriormente.

Agora que o Tratado de Lisboa entrou em vigor, os actos legislativos são aprovados no seguimento de uma proposta conjunta do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e da Comissão, em conformidade com o artigo 215.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O Parlamento Europeu será informado destas decisões. Sei que esta alteração não agrada ao Parlamento, uma vez que o Conselho já não é obrigado a consultá-lo no que se refere a sanções relativas a indivíduos. Contudo, é assim que interpretamos o Tratado.

É importante salientar que qualquer decisão sobre medidas restritivas e sobre a aplicação destas medidas deve sempre respeitar o direito internacional. As medidas restritivas implicam a restrição de certos direitos dos indivíduos contra quem se dirigem. Por conseguinte, é evidente que as sanções têm de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Isto aplica-se aos direitos processuais e ao direito à protecção jurídica. As medidas devem também ser sempre proporcionais ao objectivo.

Com a experiência que adquirimos na aplicação de sanções, realizámos avaliações pormenorizadas e analisámos como as sanções podem ser impostas de forma construtiva. Foram introduzidas várias melhorias concretas. Estas incluem a obrigação de especificar os critérios de utilização de certas sanções, assim como os motivos para incluir um indivíduo, uma pessoa singular ou colectiva ou outras entidades numa lista de sanções. Este sistema tem de ser continuamente revisto e adaptado, se necessário. Neste trabalho, o Conselho teve em consideração a resolução do Parlamento Europeu do ano passado sobre a avaliação das sanções comunitárias enquanto parte das acções e políticas da UE no domínio dos direitos humanos.

Catherine Ashton, Vice-Presidente indigitada da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, como a Presidência disse, as perguntas apresentadas pelos senhores deputados levantam questões importantes sobre a futura gestão das medidas restritivas ou sanções na UE. Na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, temos agora de efectuar uma escolha no que se refere à base jurídica para o proposto regulamento que altera o regulamento sobre as sanções contra a Al-Qaida e os talibãs. Entendemos o seguinte:

Em primeiro lugar, o novo tratado adicionou uma disposição específica ao artigo do antigo Tratado CE sobre medidas restritivas ou sanções relacionadas com política externa. O artigo 215.º, n.º 2, fornece uma nova base jurídica para as medidas restritivas adoptadas relativamente a pessoas singulares ou colectivas, a grupos ou a entidades não estatais. Ele alarga o âmbito do antigo artigo 301.º e deve ser aplicado como base jurídica para a alteração do regulamento sobre as sanções contra a Al-Qaida e os talibãs.

Em segundo lugar, o artigo 215.º aplica-se quando existe uma decisão de Política Externa e de Segurança Comum (PESC). O regulamento sobre as sanções contra a Al-Qaida e os talibãs aplica uma decisão PESC que exige a elaboração de regulamentos que apliquem certas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Estas resoluções são vinculativas para os Estados-Membros da UE ao abrigo do direito internacional.

Em terceiro lugar, consideramos que uma base jurídica dupla – artigo 215.º, n.º 2, e artigo 75.º – não é viável. Isto porque os objectivos, o âmbito de aplicação e os procedimentos dos dois artigos são diferentes. Saliento que a Comissão dos Assuntos Jurídicos e os conselheiros jurídicos do Parlamento fizeram a mesma apreciação.

Em conclusão, consideramos que o novo tratado trouxe especificidade e clareza quanto à base jurídica para as medidas restritivas contra pessoas singulares ou colectivas, grupos ou entidades não estatais. O artigo 215.º versa sobre o papel do Parlamento e do Conselho e o legislador não se deve afastar do Tratado.

Foi-nos também pedido que fornecêssemos informações sobre os melhoramentos relacionados com os direitos fundamentais no trabalho dos Comités de Sanções das Nações Unidas.

A proposta alteração do regulamento sobre as sanções contra a Al-Qaida e os talibãs aplica as conclusões do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias no processo Kadi. Neste acórdão, o Tribunal formulou

uma série de observações sobre as formas de melhorar os procedimentos de listagem aplicados pelo Comité de Sanções das Nações Unidas contra a Al-Qaida e os talibãs. As observações do Tribunal constituem a motivação para alterar os procedimentos de listagem do regulamento.

Várias resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas definiram os procedimentos para o tratamento da lista de sanções a nível da ONU. Mais recentemente, a Resolução n.º 1822 do Conselho de Segurança das Nações Unidas estabelece que deve ser publicado na página electrónica do Comité de Sanções das Nações Unidas contra a Al-Qaida e os talibãs um sumário dos motivos da inclusão na lista de cada pessoa e prevê um exame de todos os nomes incluídos na lista, que deverá estar concluído até 30 de Junho de 2010, assim como a realização de exames regulares após essa data. A resolução exige que o Estado em causa tome medidas para informar a pessoa incluída na lista desse facto, dos motivos que levaram à sua inclusão e para informar sobre isenções e pedidos de exclusão da lista.

A abordagem da Resolução n.º 1822 foi desde então reproduzida na Resolução n.º 1844 relativa às sanções contra a Somália e na Resolução n.º 1857 relativa à República Democrática do Congo.

A Resolução n.º 1822 prevê uma revisão das medidas nela contidas no prazo de 18 meses. Este prazo expira no final deste ano. Os trabalhos de revisão estão em curso, mas a Comissão não está em posição de indicar quais as alterações aos procedimentos que serão decididas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nuno Melo, em nome do Grupo PPE. – O reforço dos poderes do Parlamento Europeu foi - no discurso - uma das notas dominantes de diferentes responsáveis políticos a propósito da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. O Presidente da Comissão Europeia, por exemplo, Dr. Durão Barroso, dizia aqui em Estrasburgo, em 25 de Novembro, na preparação do Conselho Europeu, o seguinte: 'Agora o Tratado de Lisboa dá-nos uma nova oportunidade para avançar. Todos sabemos que a liberdade, a segurança e a justiça verão algumas das mais significativas mudanças no Tratado e, em particular, aumentarão o método democrático destas políticas pelo envolvimento total do vosso Parlamento'. Sublinho 'pelo envolvimento total do vosso Parlamento'.

Também o Presidente do Conselho, o Sr. Van Rompuy, afirmou, logo na sua primeira intervenção oficial, tratar-se - o Tratado - de uma poderosa ferramenta para enfrentarmos os desafios do nosso tempo. Ora bem, se assim é, nenhum sentido faria então que, no discurso oficial, se salientasse o reforço dos nossos poderes e das nossas competências, mas depois se tivesse uma interpretação restritiva do Tratado de Lisboa, por forma a retirar do Parlamento Europeu prerrogativas que antes detinha e não faria nenhum sentido perder.

E daí a sensatez das questões colocadas, mas sensatez que vai para além da mera avaliação doutrinária e da coerência entre a vontade declarada e a vontade interpretada. Há também uma consequência prática que decorre da velha máxima de *quem pode o mais, pode o menos* e tem que ver com isto: que sentido faz que quem tenha competência em matéria penal e de prevenção e combate de ataques terroristas, sendo associado num processo de co-decisão, depois seja excluído liminarmente se estiverem em causa outras medidas que, afectando direitos dos cidadãos, até possam, também, vir a ser importantes neste âmbito?

E, portanto, terminando Senhor Presidente, é preciso dizer que importa fundamentalmente que a interpretação normativa do Tratado de Lisboa tenha correspondência real com o reforço declarado dos poderes e das competências do Parlamento Europeu. E, no mínimo, nalguns casos, como suscitado na questão, prevendo-se a possibilidade de uma base jurídica dupla, quando estejam em causa direitos dos cidadãos e as políticas de combate ao terrorismo se encontrem ameaçadas. E noutros, exemplos do Zimbabué e da Somália, então, a possibilidade da consulta facultativa, de resto como consagra a Declaração de Estugarda sobre a União Europeia e que foi também perguntado. É essa a posição que aqui queria deixar expressa, Senhor Presidente.

Monika Flašíková Beňová, em nome do Grupo S&D. – (SK) Quero dizer que, em minha opinião, os esforços desenvolvidos pelos deputados ao Parlamento Europeu no processo de ratificação do Tratado de Lisboa não foram, da perspectiva do tema presentemente em debate, adequadamente reconhecidos por meio do aumento do nosso envolvimento nestes processos.

Considero as medidas restritivas e as sanções um importante instrumento de política da UE nos domínios da política externa e de segurança, assim como, evidentemente, em questões de justiça e de defesa dos direitos humanos fundamentais. Naturalmente, esperávamos uma oportunidade (enquanto Parlamento Europeu) para nos envolvermos muito mais no processo decisório neste domínio.

Também aceitamos que as medidas e sanções direccionadas têm o objectivo de minimizar o impacto na população civil e congratulo-me por ter referido precisamente esta cláusula, Senhora Ministra Malmström.

Contudo, enquanto únicos representantes directamente eleitos das instituições europeias, sentimos com alguma justificação que seremos apenas uma espécie de adjuntos no processo de criação e que seremos mais tarde excluídos do processo decisório e de controlo.

Considero que isto não é inteiramente correcto, especialmente num caso como este, que envolve um domínio altamente sensível relacionado com o campo da justiça e da protecção dos direitos fundamentais, porque a luta contra o terrorismo é um tema altamente sensível para os cidadãos dos nossos países e para toda a UE. Por conseguinte, aguardarei pacientemente até que todo o processo esteja em funcionamento para ver em que moldes se processará a nossa cooperação.

Hélène Flautre, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, falo aqui das chamadas sanções direccionadas, das sanções inteligentes, aquelas que têm um impacto directo também nos direitos fundamentais dos indivíduos, das organizações ou de quaisquer entidades jurídicas. Estes direitos fundamentais são importantes. Eles podem incluir, por exemplo, a liberdade de circulação, mas também a protecção da propriedade.

É por estas razões que as sanções direccionadas devem respeitar um certo número de normas mínimas em termos de procedimentos e de segurança jurídica. Acrescento, aliás, que o respeito destas normas jurídicas e processuais é indispensável à credibilidade e, portanto, à eficácia das sanções direccionadas.

Foi a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa – lembramo-nos disso nesta Assembleia – que, pela voz de um dos seus membros, o Sr. Dick Marty, exigiu transparência e o direito de defesa e mostrou o absurdo desta falta de transparência para a eficácia da inclusão e exclusão da lista. A inclusão e a exclusão da lista eram susceptíveis de afectar igualmente pessoas inocentes que não tinham conhecimento do que se passava e que não dispunham de meios para responder a uma situação que geralmente descobriam por acaso.

Por este motivo, o acesso aos dados, como mencionado pelo senhor deputado Louis Michel, a comunicação dos motivos que levaram à inclusão na lista e a protecção na transferência de dados pessoais são elementos fundamentais deste procedimento.

Além disso, foi mesmo assim necessária uma grande perseverança da parte das vítimas do sistema de sanções das Nações Unidas e da União Europeia e a mobilização da sociedade civil, de organizações de direitos humanos e também do Parlamento Europeu para que os direitos destas vítimas fossem reconhecidos pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

Acrescento que as alterações do Conselho relativas às listas negras dependem das propostas que foram apresentadas, incluindo do Parlamento Europeu. Por este motivo, o Parlamento Europeu deve ser absolutamente envolvido na aprovação, na aplicação e no controlo destas decisões, já que a história mostra que foi o Parlamento Europeu que possibilitou a reforma do regulamento do Conselho.

Derek Roland Clark, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, tal como a caridade, os direitos começam em casa. Pergunto sobre os direitos dos *sikhs* europeus. Porque usam o *kirpan*, um pequeno punhal cerimonial, sob a roupa, foi-lhes negada a entrada no Parlamento Europeu.

O *kirpan* é um artigo de fé que não podem retirar, pelo que a sua exclusão configura um acto de intolerância religiosa e racial. Durante anos sucessivos, escrevi aos dois anteriores Presidentes e à Comissão que responderam que a exclusão é justificada por motivos de segurança.

Ao comemorar o seu jubileu de diamante, a Rainha Isabel veio à minha região, East Midlands, onde, no seu local de culto em Leicester, falou com *sikhs*, todos envergando o *kirpan*, à mesma distância que o separa dos seus colegas.

Falo hoje deste assunto porque há um mês estive no Palácio de Westminster. Lá, no nosso parlamento democrático, muito próximo da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns, encontrei vários *sikhs*, todos usando o *kirpan*. Com eles estava um líder *sikh* com quem travei conhecimento desde então. Os seus antepassados lutaram pela democracia lado a lado com os meus antepassados naqueles conflitos que muito desfiguraram esta nossa Europa. Em resultado, o senhor e 700 outros têm a liberdade de vir dos quatro cantos da Europa para se reunirem neste lugar.

Então e o Tratado de Lisboa que fala numa União fundada no respeito da liberdade, da igualdade, dos direitos das minorias, valores de não discriminação? Estarão à altura do vosso tratado ou são apenas palavras vazias?

Presidente. – Senhor Deputado Clark, é difícil ver exactamente como é que a sua intervenção se relaciona com o presente debate sobre a pergunta oral, mas obrigado.

Andrew Henry William Brons (NI). – (EN) Senhor Presidente, na lista original, qual é a justificação para colocar os talibãs na mesma categoria que Osama Bin Laden e a Al-Qaida?

Osama Bin Laden e a Al-Qaida são terroristas que já cometeram actos terroristas em todo o mundo e que tencionam cometer outros actos terroristas no futuro. Temos de perseguir estas pessoas até aos confins do mundo e restringir a sua acção tanto quanto possível.

Embora os talibãs sejam uma organização execrável, repressiva e antidemocrática, o mundo está cheio de regimes desagradáveis e os talibãs nem sequer estão no governo.

Também estão a matar e a estropiar as nossas tropas no Afeganistão, pelo que são odiados e com razão. Contudo, não estariam a matar e a estropiar as nossas tropas se estas não tivessem sido para lá destacadas. Os talibãs, tanto quanto sei, não têm ambições para além das suas fronteiras.

Não existe o perigo de a colocação dos talibãs na mesma categoria que a Al-Qaida fornecer munições aos belicistas dos Governos dos EUA e do Reino Unido para travarem no Afeganistão uma guerra inútil, assassina e impossível de vencer nos próximos anos? Além disso, as guerras contra países muçulmanos só provocam atentados terroristas.

Regressando à Al-Qaida, existem grandes dúvidas quanto à sua existência enquanto entidade organizacional, para além de entidade ideológica. Não é possível elaborar uma lista definitiva e inclusiva dos seus operacionais. A única estratégia é permanecer vigilante em relação às comunidades onde são efectuados os recrutamentos, o que lamentavelmente inclui pessoas inocentes, além dos culpados.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhor Presidente, o Tratado de Lisboa tem um espírito específico e estabelece novos quadros para a cooperação entre as instituições da União Europeia. Concordo com este novo regime; o papel do Parlamento Europeu foi reforçado no que respeita aos direitos dos indivíduos, uma vez que as decisões serão agora adoptadas segundo o procedimento de co-decisão.

Por conseguinte, considero ligeiramente contraditório que, no primeiro plenário após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, sejamos obrigados a debater e a analisar disposições jurídicas relativas aos limites do nosso novo papel, quando ainda mal começámos a desempenhá-lo e a adaptar-nos a ele.

Todos nós, sem excepção, concordamos que é necessário actuar de forma decisiva contra o terrorismo. No âmbito desses esforços, é muitas vezes necessário tomar medidas rigorosas, como, no presente caso, o congelamento de contas bancárias e do movimento de fundos.

Por outro lado, o respeito e a protecção dos direitos individuais são um valor fundamental e central da União Europeia e não podemos ignorá-los quando tomamos medidas para a segurança dos cidadãos, sem que isto signifique, como é óbvio, que não estamos determinados a dar prioridade ao combate ao terrorismo e a outros actos criminosos. Evidentemente, o parecer do Serviço Jurídico do Parlamento e a jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias apontam nesta direcção.

Somos directamente eleitos pelos cidadãos da União Europeia e é precisamente por este motivo que nos cabe uma especial responsabilidade de explicar aos cidadãos como, por um lado, estamos a salvaguardar a sua segurança e como, por outro lado, estamos simultaneamente a lutar para proteger os seus direitos. Somos as pessoas mais competentes para essa função.

Debora Serracchiani (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a União Europeia está determinada a lutar contra todas as formas de terrorismo. Quando falamos da prevenção de ataques terroristas, está em causa velar por que os direitos fundamentais sejam integralmente respeitados e as medidas adoptadas para combater o terrorismo sejam adequadas e eficazes.

O direito de defesa e as garantias processuais fundamentais devem, portanto, ser inteiramente salvaguardados pelas instituições da UE, designadamente ao elaborarem listas de indivíduos e organizações – com ligações à Al-Qaeda, neste caso – a serem sujeitos a medidas restritivas. É também imprescindível que, como acertadamente impõe o Tratado de Lisboa, essas medidas sejam submetidas a um controlo democrático e parlamentar adequado.

É, pois, evidente que, como foi, aliás, afirmado pelo Serviço Jurídico do Parlamento, todas as medidas deste tipo têm de ser sujeitas ao processo legislativo ordinário, para que os representantes dos cidadãos da Europa possam exercer, em plenitude, as suas funções de legisladores e garantes.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, o artigo 75.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia regula a aplicação de medidas restritivas de combate ao terrorismo e, portanto, de qualquer limitação dos direitos de propriedade dos cidadãos como, por exemplo, o congelamento de contas bancárias. Estas disposições respeitam à cooperação policial em matéria penal, enquanto o artigo 215.º se refere à Política Externa e de Segurança Comum. Neste último domínio, porém, o Conselho é a única autoridade. Assim, numa página, a do artigo 75.º, o Parlamento é co-legislador, e noutra página, a do artigo 215.º só tem de ser informado sobre os acontecimentos. No entanto, ambos os artigos dizem respeito a eventuais limitações dos direitos individuais de cidadãos ou de pessoas colectivas, razão por que o Conselho e a Comissão devem explicar como se conjugam estas duas normas e os motivos do não envolvimento do Parlamento, em especial no que se refere ao artigo 215.º.

Petru Constantin Luhan (PPE). – (EN) Senhor Presidente, antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, as três propostas em causa baseavam-se nos artigos 60.º, 301.º e 308.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia. O interesse disto passou a ser meramente histórico, porque a base jurídica foi alterada e remete-nos agora para os artigos 215.º e 75.º do novo Tratado.

Por incrível que pareça, o Tratado de Lisboa veio cercar a intervenção do Parlamento Europeu neste particular. O artigo 215.º estabelece claramente que o Conselho apenas tem de informar o Parlamento Europeu sobre as medidas adoptadas, contrariamente ao que acontecia no processo anterior, que previa a consulta do Parlamento sobre estas matérias. Considero isto inaceitável e apoio convictamente a iniciativa dos meus colegas no sentido de ver clarificada a intervenção do Parlamento neste domínio.

Deixando de lado o aspecto jurídico, que espero ver resolvido através de uma boa colaboração entre as instituições europeias, gostaria de chamar a vossa atenção para a importância do problema que estamos a debater, que é o combate ao terrorismo e às actividades com ele relacionadas, como as levadas a cabo por Osama Bin Laden e a rede Al-Qaeda. Penso que, em temas tão sensíveis, não nos podemos permitir o uso de categorias rígidas como as de “assuntos internos da UE” e “assuntos externos da UE”, porque as pessoas que vivem na UE também podem ser gravemente afectadas por actos terroristas planeados fora do território da União.

Temos a responsabilidade de proteger os cidadãos europeus contra as acções terroristas e, portanto, temos de dispor das ferramentas que nos permitam fazê-lo. Conto com o vosso discernimento na resolução deste problema processual e aguardo com expectativa o momento de ouvir as opiniões das representantes do Conselho e da Comissão.

Carlos Coelho (PPE). – Senhora Ministra Cecilia Malmström, Baronesa Ashton, caras e caros Colegas, quero voltar à matéria que foi abordada por vários colegas e, particularmente, nas últimas intervenções dos Senhores Deputados Papanikolaou e Luhan.

Vamos por partes, primeiro: as propostas relativas ao Zimbabué e à Somália. Reconheço que estamos perante a aplicação de sanções impostas pelas Nações Unidas, como tal, claramente no âmbito da acção externa da União. Em princípio, o artigo 215.º parece ser o mais adequado. Porém, de acordo com este artigo, quaisquer actos adoptados no seu âmbito deverão conter as disposições necessárias em matéria de garantias jurídicas, o que não está contemplado em nenhuma das propostas.

Estas iniciativas partem, exclusivamente, da Comissão e não de uma iniciativa conjunta da Comissão e do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Não restam dúvidas, assim, que estas propostas não preenchem os requisitos necessários para serem adoptados com base no artigo 215.º.

Em relação à terceira proposta, relativamente às pessoas e entidades que estejam associadas a Osama Bin Laden, à rede Al-Qaida, ou aos talibãs, como o colega Luhan acabou de dizer, não é possível sustentar a ideia de que estamos no âmbito da acção externa da União. Uma vez que a prevenção e o combate ao terrorismo é uma das grandes prioridades da acção interna da União Europeia, este objectivo está explicitamente contido no artigo 75.º do Tratado de Lisboa. Logo, esta deveria ser a base jurídica mais indicada com base no procedimento legislativo ordinário.

Senhora Ministra Malmström, estamos a iniciar a aplicação do Tratado de Lisboa. Será que com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa o Conselho quer dar provas da sua boa vontade no sentido de começarmos as nossas relações internacionais com o pé direito? Ou pretende fazer uma análise restritiva? Creio que todos gostaríamos de começar da melhor maneira.

Agustín Díaz de Mera García Consuegra (PPE). – (ES) Senhor Presidente, a propósito de medidas restritivas específicas, do congelamento de fundos de indivíduos e entidades com ligações à Al-Qaeda, e das medidas contra membros dos governos do Zimbabué e da Somália, a Comissão e o Conselho afirmaram, em 5 de Novembro, que, quando o Tratado de Lisboa entrasse em vigor, as propostas passariam a basear-se no artigo 215.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, e não no artigo 75.º.

O artigo 215.º estabelece que o Conselho deve informar o Parlamento sobre quaisquer decisões que determinem a interrupção ou a redução das relações económicas, etc. Por seu lado, o artigo 75.º deixa claro que sempre que seja necessário para realizar os objectivos enunciados no artigo 67.º, o Parlamento e o Conselho devem definir – ou seja, devem decidir em conjunto – um quadro de medidas regulamentares relativas ao congelamento de fundos, activos financeiros ou ganhos económicos que pertençam, estejam na posse ou sejam detidos por pessoas singulares ou colectivas, grupos ou entidades associados a actividades terroristas.

O artigo 67.º define, igualmente, os objectivos da instituição do espaço de liberdade, segurança e justiça.

Parece, assim, claro que, no que respeita a pessoas ou entidades associadas a actividades terroristas, a base jurídica das propostas de regulamento do Conselho deve ser o artigo 75.º.

No que respeita ao Zimbabué e à Somália, o Conselho e a Comissão podiam valer-se da Declaração Solene de Estugarda, que prevê a consulta facultativa do Parlamento sobre assuntos internacionais, nomeadamente quando os Tratados nada dispõem a esse respeito.

Estou simplesmente a clarificar a minha posição, Senhor Presidente. Quero reivindicar para o Parlamento o papel de co-legislador que aqui e agora lhe cabe, e peço ao Conselho e à Comissão uma explicação mais razoável. É tudo por agora.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, quero começar por dizer que este é um tema em relação ao qual é muito difícil decidir definitivamente o que está certo e o que está errado.

Todos sabemos, desde o 11 de Setembro, que vivemos num mundo muito perigoso, onde existem terroristas à solta que têm o dia todo e todos os dias para planear missões mortíferas e dispõem de recursos económicos, alguns deles patrocinados por Estados, para levar a cabo essas missões.

Por essa razão, é difícil, para quem tenta combater o terrorismo, provar a sua eficácia, mas penso que podemos afirmar, com segurança, que, se os terroristas conseguissem o que pretendem, este local já tinha explodido há muito tempo.

Embora seja importante que o Parlamento possa supervisionar as restrições aos direitos individuais, etc., temos, também, de ter confiança nos responsáveis pela segurança. Penso que a prova de que têm feito um bom trabalho salta à vista. Podemos, por vezes, não conseguir obter todos os pormenores sobre as pessoas envolvidas, mas, em contrapartida, o princípio geral é um bom princípio.

Janusz Władysław Zemke (S&D). – (PL) Quero agradecer-lhe ter-me autorizado a falar sobre este assunto. Penso que ninguém nesta Câmara duvida de que o terrorismo é a praga do século XXI e de que temos de lhe pôr cobro. Por um lado, portanto, compreendo a nossa preocupação em salvaguardar os direitos fundamentais, mas, por outro, todos sabemos que estamos a trabalhar num domínio onde nem tudo pode ser desvendado.

Assim, a pergunta que gostaria de colocar à senhora Comissária Ashton é a seguinte: devemos nós, enquanto Parlamento, receber informações sobre as várias restrições à aplicação de determinadas leis, que considero ser um assunto muito importante? A minha questão é, portanto, esta: qual o leque das informações que serão comunicadas ao Parlamento? Em minha opinião, este debate não é sobre se o Parlamento pode ou não contar com informações neste domínio, mas sim sobre qual será o âmbito dessas informações.

Miroslav Mikolášik (PPE). – (SK) Atendendo a que o funcionamento da União assenta na democracia representativa e os cidadãos da União estão representados ao nível da Europa no Parlamento Europeu, considero que o processo de apreciação das medidas restritivas que afectam os direitos fundamentais dos indivíduos deveria, obviamente, contar com a participação do Parlamento.

Em minha opinião, não faz sentido que, por um lado, o Parlamento Europeu seja competente em matéria criminal, em particular no que respeita à prevenção e ao combate ao terrorismo, e, por outro, seja excluído do processo de aprovação de uma série de medidas vinculativas contra o terrorismo que serão aplicadas na UE.

O artigo 215.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que estabelece uma excepção ao disposto no artigo 75.º, de acordo com o qual o Parlamento Europeu constitui um órgão legislativo conjunto, não deveria, por isso, ter sido aplicado ou interpretado de uma forma que enfraqueça a protecção dos direitos fundamentais e o processo democrático de tomada de decisão na UE.

Presidente. – Antes de dar a palavra à senhora Ministra Malmström e à senhora Comissária Ashton, permitam-me que lhes diga apenas que este Parlamento deposita grande confiança em ambas e que as conhece bastante bem, especialmente devido ao seu envolvimento pessoal nestes assuntos no passado. Temos grandes expectativas quanto ao trabalho que poderemos desenvolver em estreita colaboração convosco e em relação ao vosso apoio, de que já deram provas no passado, ao importante papel que o Parlamento pode desempenhar neste domínio bastante delicado.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhor Presidente, a Presidência sueca dedicou muito do seu tempo às questões relacionadas com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Estamos muito orgulhosos com o facto de ela ter ocorrido agora. O Tratado comporta melhorias significativas, que serão vantajosas para a União Europeia e para os cidadãos europeus. Uma das mais importantes alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa é precisamente o novo poder de co-decisão do Parlamento Europeu em matéria de justiça, segurança e liberdade. O Parlamento Europeu terá, assim, poder de co-decisão em inúmeros domínios. É um factor positivo, que permitirá melhorar a qualidade da legislação que conjuntamente produzimos. Fará aumentar, também, a segurança jurídica, o que é da maior importância, porque se trata de matérias delicadas e difíceis.

Gostaria, também, de agradecer o vosso apoio à introdução de sanções contra terroristas, indivíduos ou regimes que oprimem pessoas e lhes denegam os seus direitos humanos. As sanções não são incompatíveis com o respeito pelos direitos humanos e a segurança jurídica – bem pelo contrário. As sanções podem ser inteiramente legítimas e muito eficazes se a segurança jurídica não for descurada. Posso assegurar-vos que, no que respeita a sanções a aplicar na União Europeia, o Parlamento Europeu participará na formulação de novas regras, designadamente as respeitantes ao terrorismo, no exercício do poder de co-decisão que lhe é conferido pelo artigo 75.º.

Porém, em relação à acção externa, ou seja, às sanções contra países terceiros adoptadas pelas Nações Unidas, o Parlamento Europeu não terá poder de co-decisão. É essa a interpretação que nós e a Comissão fazemos das disposições do Tratado. Não obstante, teremos em grande consideração a vossa resolução sobre este assunto e, quando recorrermos a sanções no âmbito da UE e nas Nações Unidas, teremos sempre presente a questão dos direitos humanos. Estamos sempre a tentar melhorar o processo.

Tomamos nota do vosso pedido de consulta e de troca de informações sobre propostas relativas a sistemas de sanções. Estou convencida de que podemos realizar um trabalho produtivo em conjunto e não tenho dúvidas de que encontraremos formas de cooperação adequadas ao actual quadro institucional.

PRESIDÊNCIA: ROUČEK

Vice-Presidente

Catherine Ashton, Vice-Presidente indigitada da Comissão. – (EN) Serei breve, Senhor Presidente. Penso que há três pontos específicos que gostaria de referir.

Em primeiro lugar, os senhores deputados falaram, com muita razão, da importância dos direitos fundamentais, mas penso que todos estaremos de acordo em que o Tribunal de Justiça da União Europeia tem aqui um papel importante, porque lhe cabe, entre outras coisas, verificar se, na sua acção, o Conselho ou a Comissão respeitam esses direitos. Mas tomo a devida nota.

O segundo aspecto que queria referir era a questão da boa cooperação. O anterior Presidente pediu-nos, a mim e à senhora Comissária Wallström, que fôssemos muito claras sobre a importância que atribuem à nossa função e abordagem em relação ao Parlamento.

Fizeram-me uma pergunta concreta sobre o tipo de informações. Neste momento, ainda não sei. Penso que uma das coisas que tenho de fazer assim que iniciar as novas funções é trabalhar com o Parlamento, o que

farei, para esclarecer o assunto. Que tipo de colaboração efectiva podemos ter e – tendo em conta o que foi dito sobre o que podemos e o que não podemos tornar público – sobre que informações ela incidirá.

Estarei extremamente atenta a isso por todas as razões pelas quais os deputados ao Parlamento esperariam que eu estivesse.

O terceiro e último aspecto que quero referir é o da segurança jurídica. Passei muitas horas a explicar o Tratado de Lisboa a um parlamento, de tal maneira que, a determinada altura, já o conhecia muito bem. A interpretação do artigo 75.º remete evidentemente, como referem, para o artigo 67.º e para a sua relevância no contexto, de modo que o conselho jurídico que nos deram foi o de procurar esclarecer como essas disposições se conjugam entre si. O parecer que temos é muito claro. Os deputados ao Parlamento são naturalmente livres de o contestar, mas penso que é muito importante que, sempre que abordarmos esta questão, haja segurança jurídica.

É extremamente importante porque o Tratado de Lisboa acaba de entrar em vigor. É extremamente importante para mim, que estou a planear a forma como vou desempenhar as funções que me foram atribuídas e que muito me honram. É extremamente importante que cheguemos a uma conclusão sobre isto. Pela minha parte, penso que temos a resposta em termos de segurança. Compreendo perfeitamente quer as preocupações do Parlamento, quer a necessidade de, apesar delas, cooperarmos sem reservas.

Presidente. – Comunico que recebi uma proposta de resolução⁽¹⁾ apresentada nos termos do n.º 5 do artigo 115.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

15. Melhorias a introduzir no enquadramento legal do acesso aos documentos na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta das seguintes perguntas orais:

- (O-0122/2009) apresentada pelo deputado Michael Cashman, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, ao Conselho, sobre as melhorias a introduzir no enquadramento legal do acesso aos documentos na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (B7-0230/2009);

- (O-0123/2009) apresentada pelo deputado Michael Cashman, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, à Comissão, sobre as melhorias a introduzir no enquadramento legal do acesso aos documentos na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (B7-0231/2009).

Michael Cashman, autor. – (EN) Senhor Presidente, permita-me que comece por dizer que me é muito grata a presença da senhora Comissária Wallström na sala, bem como a da senhora Ministra Cecilia Malmström, da Presidência em exercício, porque ambos nos empenhámos neste dossiê desde o início, em 1999.

Importa ter em atenção que o que alcançámos no nosso acordo de Maio de 2001 foi de certo modo histórico, porque foi o momento em que 15 Estados-Membros com diferentes tradições e culturas, e diferentes abordagens, convergiram na abertura e na transparência. Conseguimos chegar a acordo e, curiosamente, isso deveu-se em grande parte à determinação da Presidência sueca de então.

Deveu-se, também, à determinação da Comissão no seu reconhecimento de que as três instituições careciam de uma mudança cultural. Tínhamos de perceber que a abertura e a transparência não só não impediam como propiciavam o aperfeiçoamento da democracia. Permitiam a responsabilização. Permitiam que os cidadãos acompanhassem o que estava a ser feito em seu nome e, provavelmente, ajudou-nos a abrir as cortinas e a provar, de uma vez por todas, que não havia segredos terríveis escondidos nos cofres da Comissão ou do Conselho – nem nos do Parlamento, presumo eu, embora, neste caso, não esteja tão certo!

Quero agradecer em especial à senhora Comissária e, se me é permitido, à minha cara antiga colega, Cecilia Malmström, o seu empenhamento. Precisamos agora de um novo compromisso. Como referi, já muito foi conseguido. Temos um registo dos documentos. Temos a jurisprudência do TJUE, na qual se acha actualmente definido e redefinido o originalmente acordado sobre o acesso aos documentos. Aceitámos o princípio de

(1) Ver Acta.

que todos os documentos devem permanecer acessíveis, e que a recusa de acesso, quando admissível, deve ser devidamente fundamentada por referência clara e precisa ao artigo 4.º (“Excepções”) ou ao artigo 9.º (“Tratamento de documentos sensíveis”).

Não obstante, à medida que fomos avançando, o Parlamento solicitou reiteradamente uma revisão. Penso que a revisão que a Comissão apresentou ao Parlamento, que votámos em seguida na comissão e cuja primeira leitura foi adiada em Março deste ano, não ia suficientemente longe, mas sei que temos opiniões diferentes sobre este assunto. Existia igualmente alguma preocupação – que se mantém nesta Assembleia – quanto à possibilidade de estarmos em presença de uma tentativa de se recuar no acesso aos documentos, designadamente através da redefinição dos próprios documentos – a noção de que ficheiros inteiros podiam constituir excepções – e do conceito de “veto de terceiros”.

Curiosamente, os nossos concidadãos que estão sentados na galeria devem estar a pensar que estamos a falar de algo que acontece no espaço intergaláctico – artigos, vetos de terceiros –, mas, na realidade, estamos a falar de uma lei que lhes permite responsabilizar-nos: deputados responsáveis pelo que fazemos em seu nome, a Comissão pelo que faz em seu nome, tal como o Conselho. Como podem eles e as ONG fazê-lo se a nossa forma de trabalho e a distribuição de responsabilidades no seio das várias unidades permanecem um segredo bem guardado, acessível apenas aos grupos de interesses e aos juristas que as conhecem?

Penso que é isto que está no cerne do Tratado de Lisboa. Nele se lê que temos de continuar a aperfeiçoar a democracia. Precisamos de melhorar o acesso aos documentos. É por isso que, nesta pergunta oral, o Parlamento solicita que seja feita uma série de recomendações. Trata-se, fundamentalmente, de garantir que os direitos que temos se reforçam, que não são reduzidos, e de reconhecer que, nos termos do Tratado de Lisboa, passaram a estar abrangidas não só as três instituições, mas também todas as agências e órgãos por elas criados, nomeadamente o Banco Central Europeu, em certos casos, o Tribunal de Justiça da União Europeia, o Banco Europeu de Investimento, a Europol e a Eurojust. Todas estas instituições são responsáveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 1049/2001.

Pensamos que as propostas apresentadas desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa não estão em conformidade com o espírito e a letra desse Tratado nem, aliás, com as obrigações que, em nossa opinião, decorrem do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 original, o qual – para informação de quem nos ouve – regula o acesso do público aos documentos guardados, recebidos ou produzidos pelas três instituições.

Cecilia Malmström, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, o aumento da transparência é, como sabem, um assunto extremamente importante para a Presidência sueca. Percorremos um longo caminho nas instituições da UE neste domínio. Mas não se trata apenas de leis e regulamentos. A transparência tem a ver com as atitudes e com a forma como as leis e os regulamentos são aplicados na prática.

Esta manhã, tive o prazer de me reunir com a Vice-Presidente da Comissão, Margot Wallström, e a Vice-Presidente do Parlamento, Diana Wallis, no Comité Interinstitucional relativo ao Acesso do Público aos Documentos. A reunião realizou-se por iniciativa da Presidência sueca. O comité não se reunia há dois anos. Tivemos algumas discussões bastante positivas e específicas sobre o modo como podemos facilitar, na prática, o acesso dos cidadãos aos documentos das instituições. Deveríamos reunir com mais frequência, e essa foi também uma das nossas conclusões conjuntas.

Congratulo-me com o facto de o Tratado de Lisboa atribuir grande importância à transparência, ao controlo público e à democracia. Saudamos isso. No que diz respeito à revisão do Regulamento (CE) n.º 1049/2001, que designamos por “Regulamento da Transparência”, a Presidência pretende, antes de mais, centrar-se na nova base jurídica do Regulamento. É o que se lê no n.º 3 do artigo 15.º do Tratado de Lisboa. A alteração mais importante da nova base jurídica diz respeito ao alargamento do âmbito institucional. Em linguagem simples, isto significa que, enquanto o anterior artigo se aplicava apenas aos documentos do Parlamento, do Conselho e da Comissão, o novo alarga o direito de acesso do público aos documentos de todas as instituições, organismos, serviços e agências da União Europeia. Existem algumas restrições quanto aos documentos do Tribunal de Justiça da União Europeia, do Banco Central Europeu e do Banco Europeu de Investimento, mas o âmbito actual é substancialmente maior do que o anterior.

A Comissão anunciou que vai apresentar uma proposta ao Parlamento e ao Conselho com vista à adaptação do Regulamento da Transparência às novas disposições do Tratado.

Entretanto, o trabalho do Conselho relativo à revisão do Regulamento da Transparência continuará a basear-se na proposta que a Comissão apresentou ao Parlamento em Maio de 2008.

Desde Maio de 2008, o Grupo de trabalho para a Informação do Conselho reviu a proposta duas vezes. A segunda recapitulação técnica foi concluída durante os meses de Junho e Julho deste ano e inclui várias das alterações aprovadas pelo Parlamento na sessão plenária de Março de 2009. Em Maio, o Parlamento decidiu não terminar a leitura formal da proposta da Comissão que lhe foi apresentada. Gostaria de lembrar ao Parlamento que, em 2 de Setembro de 2009, no início da Presidência sueca, a minha colega Beatrice Ask, Ministra da Justiça da Suécia, informou a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos de que estava pronta para dar início ao debate entre as instituições. A senhora Ministra perguntou especificamente se o Parlamento recém-eleito tencionava continuar a trabalhar com base nas 92 alterações que, em Março de 2009, tinham sido adoptadas pelo Parlamento. A razão para a sua pergunta foi o facto de, enquanto Presidência, precisarmos de saber a posição do Parlamento, mesmo não sendo necessariamente na forma de uma primeira leitura completa.

Pelo que percebo, o novo Parlamento ainda não teve oportunidade de debater a proposta da Comissão, tendo-se centrado antes nas possíveis consequências do Tratado de Lisboa para a revisão em curso.

No Conselho, aguardamos a proposta da Comissão que foi anunciada, relativa ao impacto do Tratado de Lisboa no Regulamento da Transparência. Continuaremos certamente disponíveis para discutir convosco a actual proposta, e escusado será dizer que, nesses debates, é perfeitamente natural que tenhamos em consideração as consequências do novo Tratado.

Em minha opinião, o n.º 3 do artigo 15.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia constitui uma base jurídica totalmente pertinente da proposta no âmbito do novo Tratado. Outros artigos relacionados com o controlo público em geral, melhor comunicação entre as instituições e os cidadãos e boa administração são fundamentais para o trabalho das instituições, a fim de reforçar a democracia, a eficácia e a legitimidade. Temos de debater também a melhor forma de consecução dos objectivos deste tipo. No entanto, não estou convencida de que exista espaço para eles no quadro do Regulamento da Transparência. A bem da clareza, o Regulamento deve conter regras precisas relativas apenas ao acesso do público aos documentos, e não muito mais.

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me que me dirija em primeiro lugar ao senhor deputado Cashman. Penso que esta é a última oportunidade que terei de lhe agradecer. O senhor deputado é, na verdade, o rosto da luta por este Regulamento, em particular, e pela abertura e transparência no Parlamento. O senhor deputado tornou-se o seu rosto, o seu símbolo e o seu advogado.

Penso também que o facto de a senhora Ministra Cecilia Malmström e eu própria sermos suecas nos dá bastante credibilidade e que ninguém duvida de que vamos continuar a lutar pela abertura e pela transparência. Também temos tido os nossos desentendimentos, até porque desempenhamos funções diferentes e, por vezes, temos de ser muito realistas quanto ao que é possível alcançar e de defender as nossas posições em cada uma das instituições. Isto nem sempre é fácil. Penso, aliás, que o clima político geral e o equilíbrio político se alteraram e que isso afectou o nosso debate sobre estes assuntos.

Mas creio que o nosso ponto de partida é exactamente o mesmo, e nós também afirmamos que este Regulamento específico sobre o acesso aos documentos nos satisfaz bastante. Ao longo dos anos, este tem sido um excelente instrumento que queremos que seja utilizado por mais gente, e não apenas pelos grupos de interesses e por quem é pago para ver os documentos. Queremos que o público em geral e os jornalistas o possam utilizar e possam ter acesso pleno aos documentos. Esse é o meu ponto de partida. Sei que partilho esta opinião, como puderam ouvir, com a senhora Ministra.

Penso, também, que a Presidência sueca foi uma excelente oportunidade para avançar com este assunto. Quero agora agradecer ao Parlamento a oportunidade de termos este debate sobre a transparência e o novo Tratado de Lisboa, pois o Tratado coloca o acento tónico na abertura e na chamada “democracia participativa”. Todos concordamos em que esta evolução é muito louvável.

A pergunta concreta que está hoje sobre a mesa é a seguinte: que diligências tenciona a Comissão empreender quanto à revisão do Regulamento (CE) n.º 1049/2001?

Como sabem, o Tratado de Lisboa veio ampliar o direito de acesso do público aos documentos, como ouvimos a senhora Ministra dizer, alargando-o aos documentos de todas as instituições, órgãos, serviços e agências da União, embora mantendo algumas restrições, facilmente compreensíveis, nos casos do Tribunal de Justiça da União Europeia, do Banco Central Europeu e do Banco Europeu de Investimento.

Quanto à revisão do Regulamento (CE) n.º 1049/2001, faço notar que a nova base jurídica, o n.º 3 do artigo 15.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, é bastante semelhante ao antigo artigo 255.º, sendo a principal diferença a do alargamento do âmbito institucional.

Este assunto foi abordado pela Comissão na nossa Comunicação de 2 de Dezembro deste ano. O objectivo era alterar as propostas pendentes de direito derivado em conformidade com o novo Tratado. (Alguns dos presentes poderão conhecê-la, no jargão comunitário, como “lei *omnibus*” – mas esqueçamos isso de imediato!)

Significa que um dos legisladores pode agora introduzir uma alteração alargando o âmbito do Regulamento a outros organismos e instituições. Serve também para dar conhecimento ao Conselho de que isto foi apresentado e adoptado pela Comissão.

Outros avanços no processo legislativo para a adopção de um Regulamento (CE) n.º 1049/2001 alterado estão nas mãos dos legisladores: o Parlamento e o Conselho. Estamos ainda na fase da primeira leitura. Não temos uma resolução legislativa nem a posição do novo Parlamento. Evidentemente, a Comissão continuará a contribuir para que se chegue a um acordo – como o faz noutros processos legislativos.

O Tratado de Lisboa define um quadro jurídico para a democracia participativa. Do lado da Comissão, já tomámos várias iniciativas que visam aumentar a consulta e a participação públicas no que diz respeito às novas políticas propostas. Por exemplo, avaliaremos as directrizes da consulta elaboradas pela Comissão tendo em conta as novas disposições do Tratado e decidiremos se ainda é necessário melhorá-las, e já começámos a trabalhar na iniciativa de cidadania através do lançamento de uma consulta pública, para ouvirmos as opiniões dos cidadãos e das partes interessadas antes de apresentarmos uma proposta.

Na semana passada, a iniciativa de cidadania foi também reconhecida pelo Conselho Europeu. Pelo que entendi, a próxima Presidência espanhola incluiu o tema na sua lista de prioridades. Querem celeridade no processo.

Esta manhã, como já ouvimos, o Comité Interinstitucional relativo ao Acesso do Público aos Documentos reuniu-se a convite da Presidência sueca. A missão deste grupo consiste em analisar as melhores práticas, resolver eventuais conflitos e debater a evolução futura do acesso do público aos documentos.

Assim, decidimos, em conjunto, que haverá um portal Web “Abertura”; haverá complementaridade entre os registos públicos das instituições; os nossos respectivos serviços de TI reunir-se-ão para coordenar os seus esforços em matéria de acesso e teremos agora em consideração as consequências sobre o acesso aos documentos quando as nossas instituições criarem ou alterarem os sistemas de armazenamento electrónicos.

Sei que estamos na altura do ano em que elaboramos as nossas “listas de presentes desejados”. Mas penso que, no que respeita à abertura e à transparência, não devemos contar com o Pai Natal. Cabe-nos a nós agir: Parlamento, Conselho e Comissão. Agir com objectividade e de forma directa. Já começámos, e entendo que devemos continuar nesse caminho, pelo que aguardo o nosso debate com expectativa.

Renate Sommer, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, tínhamos acordado com o relator e os relatores-sombra dos restantes grupos apresentar uma pergunta oral sobre a situação do processo e sobre os próximos passos a dar. O modo de proceder seria debatido com base na resposta do Conselho e da Comissão. Em princípio, acabámos de receber essa resposta. Para mim, não está suficientemente claro por que razão o relator, contrariamente ao que ficou acordado entre os grupos, apresentou subitamente uma resolução em que adianta o seu ponto de vista. Que resposta pretende o relator da Comissão e do Conselho? Tenho muita estima por si, Senhor Deputado Cashman, mas tudo isto aconteceu em silêncio e em segredo, numa completa falta de transparência. É bastante estranho, vindo de quem reivindica estar a lutar pela transparência. O senhor deputado tentou ultrapassar-nos. Além disso, penso que a legitimidade desta resolução é muito duvidosa à luz do Regimento. De qualquer forma, o conteúdo da resolução é uma repetição do seu relatório da legislatura anterior e, portanto, totalmente redundante.

Sei que o senhor deputado tentou negociar com os relatores-sombra a introdução de uma resolução conjunta, mas discordo absolutamente desta resolução. Em minha opinião, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa não provocou uma alteração de tal modo grande na base jurídica do dossiê que dela tenham resultado alterações no papel do Parlamento Europeu. O relatório era, e é, um dossiê no processo de co-decisão. Isso explica também as preocupações do meu grupo quanto à legitimidade de uma resolução à luz do Regimento.

Não quero discutir o conteúdo. O senhor deputado junta uma série de coisas diferentes, incluindo citações do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, do Tratado de Lisboa e da Carta dos Direitos Fundamentais, todas fora do contexto, de maneira a legitimar a sua proposta de resolução. A proposta não

é com certeza defensável legalmente, tendo em conta a forma definitiva em que é apresentada. O senhor deputado não assumiu o compromisso de confidencialidade, que é obviamente necessário, pelo menos em certa medida. É exigido, por exemplo, no caso dos acordos internacionais, por terceiros, como uma *conditio sine qua non*. Basta lembrar o acordo com os Estados Unidos relativo à SWIFT. De igual modo, não existe uma solução de mediação, por exemplo, na forma de transparência *ex-post*. O senhor deputado não apresenta nenhuma. Além disso, não são considerados outros direitos legalmente protegidos, como a protecção de dados ou o direito à privacidade.

Não devemos aprovar esta resolução. Tivemos uma resposta positiva da Comissão e do Conselho e devemos continuar nesta base, ou seja, a resposta à nossa pergunta oral. Peço-lhe, Senhor Deputado Cashman, que retire a sua proposta de resolução.

Vilija Blinkevičiūtė, em nome do Grupo S&D. – (LT) Obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Concordo absolutamente com a opinião do senhor deputado Cashman segundo a qual, no seguimento da entrada em vigor do Tratado de Lisboa e da mudança da situação jurídica, este é o momento mais apropriado para reatar o debate sobre o Regulamento de 2001 relativo ao acesso do público aos documentos, e sobre as melhoria e as alterações fundamentais desse Regulamento.

Com o Tratado de Lisboa, aspiramos a uma maior abertura à sociedade, o que significa que as decisões têm de ser tomadas tão abertamente quanto possível e ser tão inteligíveis para os cidadãos quanto possível. Mais ainda porque a avaliação de todo o trabalho da União Europeia e a confiança nesse trabalho estão relacionadas com a compreensão e a possibilidade de acesso dos nossos concidadãos ao trabalho e aos documentos adoptados pela UE.

Aqui, em particular, é necessária abertura para reforçar os princípios da democracia e o respeito dos direitos fundamentais. Assim, a possibilidade de a sociedade aceder aos documentos deve passar a ser um princípio fundamental, e o sigilo só deve ser aplicado em circunstâncias excepcionais.

O Parlamento Europeu já realizou muito trabalho neste domínio. Em Março deste ano, preparou o relatório sobre a proposta da Comissão relativa à alteração do Regulamento actualmente em vigor, e esta nova proposta do Parlamento Europeu constitui uma base adequada para novas discussões. No entanto, não nos podemos esquecer de que, neste caso, estamos a debater a alteração de um Regulamento e, por isso, a cooperação contínua entre todas as instituições da União Europeia e o comum acordo sobre a revisão das regras da transparência são imperativos.

Um regulamento melhorado estabeleceria um nível mais elevado de transparência. Uma vez que o Tratado de Lisboa vem reforçar os princípios conducentes a uma maior abertura na União Europeia e a uma cooperação mais estreita com os cidadãos, importa estabelecer medidas e bases concretas que orientem as instituições europeias no sentido da consecução desse objectivo.

Assim, convido a Comissão a, logo que possível, apresentar uma proposta, e estou de acordo com uma posição comum com o Conselho, para garantir a plena abertura e o diálogo contínuo com os cidadãos e com as associações que os representam.

Diana Wallis, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, congratulo-me com a pergunta colocada pelo senhor deputado Cashman e agradeço-lhe a exposição dos seus pontos de vista. Na verdade, julguei que todos os grupos políticos nesta Assembleia estavam de acordo em relação à resolução. Foi o que me disseram ter sido o resultado da reunião desta tarde.

É claro que, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, podemos avançar com alterações progressivas no domínio da transparência. Na qualidade de Vice-Presidente deste Parlamento responsável pela transparência, nem sempre considerei esta matéria fácil, mas estou convencida de que temos agora oportunidade de fazer melhor e de chegar ainda mais longe em prol dos nossos concidadãos. Nesta Assembleia, estamos a analisar os nossos planos relativamente ao acesso aos documentos e ao acesso à informação. Para mim, foi um verdadeiro prazer encontrar-me, esta manhã, com a senhora Ministra Cecilia Malmström e a senhora Comissária Margot Wallström, o que permitiu que, por uma vez, as nossas três instituições pudessem sentar-se à mesma mesa e fazer realmente alguns progressos. Já foi feita referência ao facto de – e penso que, para nós, essa é a grande inovação –, em vez de termos um órgão interinstitucional que reúne de vez em quando num período de dois ou três anos, ter sido fixado um período de seis meses para nos voltarmos a reunir e um calendário muito mais regular. Somos responsáveis, e este foi um sinal importante – que demos em conjunto – de querermos um portal de verdadeira transparência entre nós e de querermos garantir o acesso dos nossos

concidadãos ao processo legislativo em todas as fases deste, para que possam dar os seus contributos e ter uma percepção realista daquilo que fazemos.

Por conseguinte, o meu grupo – e penso que todos os grupos – concordou com as alterações que reflectirão os progressos hoje alcançados. Resta-me agradecer-vos o que fizeram para que o nosso grupo de três mulheres tivesse podido avançar neste domínio.

Zbigniew Ziobro, *em nome do Grupo ECR*. – (PL) Senhor Presidente, na opinião de muitos publicitários interessados em assuntos europeus, há muitos anos que aquilo a que se chama défice democrático é perceptível nas instituições europeias. Por vezes, esta acusação é injusta, mas há casos em que tem, de facto, fundamento. É, então, salientado o facto de, quando decisões importantes são tomadas por burocratas europeus anónimos, algures na distante Bruxelas, o mecanismo democrático não funcionar devidamente. Importa, pois, realçar que a abertura é um aspecto extremamente significativo da actividade da União Europeia. A autoridade tem de ser responsável perante a sociedade. De outro modo, como a história sempre demonstrou, o poder corrompe.

A sociedade europeia é composta por diversas nações que vivem em diferentes países. Por isso, as instituições da União Europeia têm de dar resposta aos cidadãos de todos os Estados-Membros, e a forma de garantir a supervisão contínua da autoridade de que a União Europeia está investida é permitir o pleno acesso aos documentos. Estou a pensar, principalmente, nos documentos de trabalho, análises e consultas da Comissão Europeia e do Conselho. É fundamental que a influência dos grupos de interesses no desenvolvimento da regulamentação fique registada e acessível a todos. É importante que o acesso pleno a esses documentos não fique restringido ao Parlamento. Os cidadãos de todos os Estados-Membros da União Europeia devem ter o direito de controlo democrático, para que este esteja ao alcance de todas as organizações interessadas na sociedade e de todos os jornalistas. Só a transparência pode assegurar que as autoridades e os funcionários da União Europeia utilizarão os poderes que lhes foram conferidos para o bem comum dos cidadãos dos Estados-Membros.

Rui Tavares, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – Caros Colegas e Amigos, no centro deste debate está uma questão de confiança. As instituições europeias pedem, a todo o momento, confiança aos cidadãos. Durante o processo do Tratado de Lisboa, bem ou mal, pediram confiança aos cidadãos. Começou a crise financeira, pediram confiança aos cidadãos. Pois bem, a confiança é uma estrada com duas vias e não é possível estar sempre a pedir confiança aos cidadãos e, ao mesmo tempo, não confiar nos cidadãos para lhes mostrar todos os processos, toda a mecânica interna que dirige a Comissão. Não é possível aos governantes dizerem que os cidadãos não confiam nos políticos e, depois, os próprios políticos não confiarem nos cidadãos.

Este é um problema de democracia e, além de um problema de democracia, é um problema também de desperdício. A sociedade é, em si, um enorme repositório de conhecimentos que nós estaremos a desperdiçar se não envolvermos os cidadãos no processo de liderança, de governança da União Europeia. Não tenho, então, a menor dúvida ao dizer que apoio os esforços do relator, que ele presta um bom serviço à democracia e que devemos caminhar não só no sentido da transparência mas, acima de tudo, no sentido de garantir que transparência não seja só uma palavra bonita, que ela tenha um significado concreto.

William (The Earl of) Dartmouth, *em nome do Grupo EFD*. – (EN) Senhor Presidente, a União Europeia tem, no meu país e não só, a reputação mais que merecida de tomar as suas decisões de forma furtiva, secreta e sub-reptícia. Era de supor, portanto, que a Comissão faria agora o possível por ser aberta e transparente. Em vez disso, produziu esta proposta – penso que corresponde ao n.º 1049 –, parte da qual, na realidade, restringe o acesso a documentos que actualmente são públicos.

Recordo, dos meus tempos na Universidade de Harvard, uma importante constatação empírica: as decisões que são tomadas sem transparência e sem controlo público adequado têm uma tendência intrínseca para serem más decisões. Deveria ser reconhecido que uma das razões para a Comissão apresentar tantas propostas imponderadas, irreflectidas, inadequadas e mal projectadas, que temos de tolerar em Inglaterra e noutros países, é a falta de transparência. Portanto, quanto ao quadro jurídico em apreço, limito-me a instar a Comissão a reflectir novamente, pressupondo que uma nova reflexão é algo possível numa instituição falhada de um sistema de governação falhado.

Salvatore Iacolino (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvi com muita atenção os discursos da Comissão, da Presidência e dos colegas deputados. Com efeito, o Programa de Estocolmo clarificou ainda mais a importância do direito de acesso aos documentos produzidos pelas instituições da UE.

O Tratado de Lisboa reafirma o direito de acesso aos documentos por parte das pessoas singulares e colectivas, embora assegurando a existência de regulamentos com critérios e restrições adaptados às características de cada organismo. Como foi anteriormente referido, o Parlamento já teve ocasião, este ano, de abordar a questão do acesso aos documentos e, nessa altura, as opiniões eram de certa forma diversificadas.

Hoje, estamos todos de acordo relativamente à necessidade de uma adaptação efectiva do Regulamento de 2001, mas a solução proposta pelo senhor deputado Cashman não parece aceitável, na medida em que estende para além do razoável a possibilidade de se obterem documentos, o que poderá, em certos casos, prejudicar o interesse público geral. Enumero alguns exemplos: as negociações com países terceiros ou outras actividades sensíveis requerem uma definição clara, um factor de equilíbrio entre o direito legítimo à transparência, à divulgação e ao conhecimento, e a negação do acesso a documentos tendo em vista a preservação do interesse público geral e reconhecido.

Continuamos convencidos da necessidade de promover o direito de acesso aos documentos por parte das pessoas singulares e colectivas, cientes, contudo, de que temos de definir um princípio credível para equilibrar os interesses em conflito: alargamento do papel do Provedor de Justiça, fixação de critérios de acesso precisos e adopção de normas transitórias que conduzam a regras que satisfaçam as necessidades dos cidadãos e sejam compatíveis com um funcionamento adequado das instituições. Para o efeito, contamos com o trabalho da actual Presidência e da Presidência espanhola, e com a acção da Comissão.

Cornelis de Jong (GUE/NGL). – (NL) Senhor Presidente, que documento procura exactamente? Qual o número do documento? Estes são apenas dois exemplos do que os cidadãos podem esperar quando fizerem perguntas às instituições europeias. Os cidadãos querem informações e não material promocional ou documentos políticos indecifráveis, pelo que, evidentemente, é necessária uma mudança drástica. A questão deve centrar-se nos cidadãos. É esse o pressuposto das perguntas apresentadas pelo senhor deputado Cashman, a quem quero agradecer a excelente e – queria dirigir-me agora à senhora deputada Sommer, que, infelizmente, já abandonou o Parlamento – totalmente transparente colaboração ao longo dos últimos meses.

Gostaria que parte do orçamento europeu destinado à informação fosse gasto tendo em vista o objectivo de garantir que os cidadãos recebem, através dos meios de informação digital e do contacto humano, informações genuínas e completas e respostas a perguntas como, por exemplo, a seguinte: “Pode dar-me informações precisas sobre a evolução das decisões tomadas pela Europa acerca do esforço europeu no decurso da Conferência de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas?” Isto é o que os cidadãos querem saber e, por isso, solicito à Comissão, ao Conselho e, em especial, aos deputados ao Parlamento Europeu que apoiem as nossas iniciativas no sentido de uma maior transparência. Esta parece-me ser a única mensagem verdadeiramente transparente.

Heidi Hautala (Verts/ALE). – (FI) Senhor Presidente, o acesso do público aos documentos é uma expressão do direito de participação dos cidadãos na tomada de decisões e do seu direito a obterem informações para esse efeito. O Tratado de Lisboa consagra este direito fundamental dos cidadãos da UE. Se o Parlamento Europeu não defender este direito fundamental, quem o fará?

Por isso é tão importante adoptar, nesta sessão, uma posição forte e clara a favor da transparência. Não devemos aceitar quaisquer retrocessos, incluindo os que a Comissão está a propor.

Posso garantir-vos que há muitas ideias erradas a circular por aí sobre o que estamos a decidir nesta Assembleia. Não queremos pôr em causa negociações internacionais, mas consideramos que os cidadãos têm o direito de saber que assuntos relacionados com os seus direitos estão a ser discutidos com potências estrangeiras. Também não estamos a decidir que os deputados ao Parlamento Europeu têm de tornar público o conteúdo do seu correio electrónico. Se alguém tem receio disso, pode ficar descansado.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhor Presidente, não há dúvida de que a questão da transparência e do acesso dos cidadãos aos documentos na União Europeia é importante, dada a insatisfação que continua a grassar em toda a Europa em relação à política europeia de integração.

É o caso da Áustria, onde uma grande percentagem da população está insatisfeita ou céptica em relação à União Europeia, porque tem a impressão de que não existe transparência nem acesso à política. Os processos de apresentação e posterior aprovação do Tratado de Lisboa, a que veio juntar-se a nomeação do Presidente do Conselho Europeu e da Alta Representante, deixaram os cidadãos com a sensação de que não conseguem perceber o que passa, de que não existe transparência e de que não fazem a mínima ideia dos motivos por que estas coisas têm de ser feitas. Penso que, se queremos que o Tratado de Lisboa seja um êxito para os

cidadãos da Europa, temos de os fazer compreender que podem saber por quem, por que razões e de que forma são tomadas as decisões na UE.

Michael Cashman, *autor*. – (EN) Senhor Presidente, pareceu-me necessário intervir em relação a dois pontos.

A senhora deputada Sommer ainda está no Parlamento, e pareceu-me conveniente responder ao que disse, embora ela não me esteja a ouvir. A senhora deputada Sommer fez uma série de acusações. A acusação de que eu não tinha sido transparente, por exemplo. Permitam-me que faça uma correcção para a acta, declarando que todos os grupos políticos e todos os relatores foram convidados para todas as reuniões. Nos casos em que não lhes foi possível estar presentes, as respectivas posições foram fielmente transmitidas aos participantes nas reuniões. Todas as decisões subsequentes foram comunicadas a todos os relatores-sombra e a todos os grupos políticos.

Foi sugerido que deveríamos retirar esta proposta de resolução, que a senhora deputada Sommer classificou de não democrática e não transparente, dizendo também que o seu grupo nada sabia sobre o assunto. Fiquei intrigado, porque estive esta tarde em negociações com o seu grupo, o PPE, sobre o seu projecto de proposta de resolução relativo à pergunta oral. Resta-me, pois, concluir que a senhora deputada está mal informada e, com a mesma generosidade, ficar a aguardar com expectativa uma nova oportunidade para negociar com franqueza e boa-fé com o Grupo PPE e com os restantes grupos.

Finalmente, uma desatenção da minha parte. É a última vez que a senhora Comissária Wallström e eu nos encontramos aqui no Parlamento, e gostaria que ficasse consignado em acta que nem eu nem o Parlamento alguma vez duvidámos do seu empenhamento em relação à abertura e à transparência. A senhora Comissária tem toda a razão: sempre tivemos de lutar por aquilo em que acreditamos nas nossas instituições, e a senhora Comissária defendeu as suas convicções de forma brilhante, sem nunca se desviar dos princípios da abertura e da transparência.

A senhora Comissária sempre foi e sempre será, estou certo, uma excelente funcionária pública, com uma carreira exemplar. Nunca hesitou em fazer aquilo que considerava correcto, justo e adequado, e permita-me que, em nome das pessoas que deixarão de ter o privilégio de trabalhar consigo, lhe diga “obrigado”.

Cecilia Malmström, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, a legislação relativa ao acesso do público aos documentos, ou seja, aquilo que aqui tem sido designado por Regulamento (CE) n.º 1049, foi-nos útil. Orgulho-me de, conjuntamente com o senhor deputado Cashman e, em representação da Comissão, a senhora Comissária Wallström, ter contribuído para a sua adopção.

O Tratado de Lisboa dá-nos uma oportunidade de avançar mais um passo, aproveitando a alargamento do âmbito. Isso é algo muito positivo. Lamento não ter sido possível iniciar um diálogo interinstitucional com o Parlamento Europeu durante o Outono. Estivemos a aguardar o parecer do Parlamento Europeu antes de podermos continuar. Penso que a Presidência espanhola necessitará igualmente de algumas indicações quanto à posição do PE sobre este assunto para poder avançar com o diálogo interinstitucional.

Enquanto isso não se concretizar, há muita coisa que podemos fazer. A senhora Comissária Wallström e a senhora deputada Wallis fizeram referência à reunião que tivemos esta manhã, que se revelou uma forma palpável de promover a transparência e o acesso aos documentos e de tornar as nossas instituições mais acessíveis. Um dos assuntos que discutimos foi a forma como podemos utilizar os sistemas informáticos de modo a que os cidadãos, jornalistas, ONG e outros possam acompanhar a evolução de um diploma legislativo desde a proposta da Comissão até à sua aprovação.

Penso que isso poderia ser uma grande ajuda para aumentar a compreensão, o conhecimento e a confiança em relação à UE. Como aqui foi referido, a transparência é um factor positivo e é também necessária e importante. Aumenta a eficácia das decisões, aumenta a confiança nas decisões e reduz o risco de irregularidades e de desconfiança.

Se a legitimidade da UE aumentar relativamente às decisões, será igualmente bom para a qualidade dessas decisões. É, pois, excelente que o Parlamento Europeu esteja a ter este debate, e espero que ele prossiga, mesmo que a Presidência sueca não tenha oportunidade de o fazer. Agradeço ao senhor deputado Cashman e ao Parlamento terem levantado esta questão.

Margot Wallström, *Vice-Presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, esta foi uma forma eficaz de aliviar um pouco a minha ansiedade, agora que falo pela última vez. Não poderia ter escolhido um assunto melhor para fazer a minha última intervenção no Parlamento Europeu – que é o que esta provavelmente é – do que a abertura e a transparência.

Permitam-me que enuncie alguns factos fundamentais. A Comissão Europeia apresentou uma proposta. É a única proposta sobre a mesa. Elaborámo-la como uma reformulação, o que significa que consideramos que os princípios básicos deste Regulamento são sólidos e devem ser mantidos. Podemos utilizá-los, mas temos de os modernizar, actualizar e tornar mais eficazes. Foi esta a ideia que presidiu à reformulação.

Temos pontos de vista diferentes sobre alguns aspectos – como definir os documentos, etc. –, mas é este tipo de negociações que nos deve ocupar e nos garante que as coisas avançam. Para isso, precisamos de uma primeira leitura do Parlamento. Esta é a mensagem fundamental da nossa parte.

Pensamos também que, baseando-nos no novo Tratado, podemos alargar o âmbito deste Regulamento. Do ponto de vista da Comissão, é essa a principal diferença. Abrangerá agora todos os organismos, agências, etc., da União Europeia. É neste ponto que estamos, pelo que ainda temos esperança de que o Parlamento proceda, tão brevemente quanto possível, a uma primeira leitura. Poderemos, então, obter os pareceres do Conselho, o que nos permitiria dar início às necessárias discussões e negociações e tomar, finalmente, uma decisão.

No que respeita a várias questões importantes que levantou no seu relatório, Senhor Deputado Cashman, penso que podemos utilizar outros meios, porque esses estão um pouco fora do âmbito deste Regulamento. Mas não deixam de ser iniciativas muito importantes. Têm a ver com os registos, com coisas que já discutimos – hoje, por exemplo –, onde é possível melhorar a abertura e a transparência aplicando vários métodos e não apenas através do Regulamento. É por aqui que seguiremos. Sei que não é muito do seu agrado, mas tomei a iniciativa de elaborar um plano de acção em matéria de abertura – partes do qual debatemos hoje –, em cuja execução poderemos dar as mãos e conjugar esforços para aumentar a abertura e a transparência, e para lutar por isso.

Deixada esta nota de optimismo – quero mesmo que seja uma nota de optimismo –, queria apenas agradecer a todos e aproveitar a oportunidade para vos desejar também “Bom Natal e Feliz Ano Novo”.

Presidente. – Aproveito a oportunidade para lhe agradecer mais uma vez a sua cooperação ao longo de todos estes anos. Feliz Natal e felicidades para si.

Comunico que recebi cinco propostas de resolução⁽²⁾ apresentadas nos termos do n.º 5 do artigo 115.º.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 17 de Dezembro de 2009.

Declaração escrita (Artigo 149.º)

Bogdan Kazimierz Marcinkiewicz (PPE), *por escrito.* – (PL) Senhor Presidente, o problema do acesso aos documentos dos órgãos e instituições da UE, que estamos hoje a debater, é, em minha opinião, extremamente importante para o processo legislativo da União Europeia. A transparência é aqui fundamental e, graças a ela, todos os cidadãos da UE têm direito de acesso aos documentos, o que, nos termos do n.º 3 do artigo 15.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, abrange não só a legislação que está em vigor, mas também os projectos de actos legislativos. Isto significa que qualquer pessoa singular ou colectiva que resida ou tenha sede na UE pode influenciar directamente a nova legislação, o que constitui uma forma especial de controlo público. O Regulamento (CE) n.º 1049/2001, ainda em vigor, garante um acesso adequado aos documentos da UE, mas, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 1 de Dezembro de 2009, vimo-nos confrontados com um desafio excepcional que pressupõe o reforço do papel e da participação efectiva dos cidadãos da UE. O acesso sem restrições aos documentos é, assim, um factor decisivo para o modelo e o funcionamento futuros da União Europeia.

16. Situação na Geórgia (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a situação na Geórgia.

Cecilia Malmström, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Senhor Presidente, estamos a abordar muitos assuntos diferentes esta tarde, e é isso que torna tão fascinante e empolgante ocupar a cadeira da Presidência

⁽²⁾ Ver Acta.

do Conselho. O tema que vamos debater agora é a Geórgia. É um assunto que eu sei que interessa ao Parlamento Europeu e em relação ao qual me sinto pessoalmente envolvida. Gostaria de começar por afirmar claramente que a UE tem apoiado totalmente a estabilização e a normalização da Geórgia e as reformas democráticas no país.

Prestamos assistência à Geórgia de várias formas muito concretas: através da Missão de Vigilância da União Europeia (EUMM), através da nossa participação activa e do nosso papel fundamental nas conversações de Genebra, e através do aumento da ajuda financeira da UE para melhorar a situação humanitária e apoiar a recuperação económica do país.

Com o lançamento da Parceria Oriental, a UE reforçou relações com a Geórgia e com outros países. Estamos a dar uma oportunidade para aprofundar as relações por meio de um acordo de associação e de amplas zonas de comércio livre. Os objectivos da Geórgia são, naturalmente, a estabilidade e a prosperidade. Ajudá-la-emos a alcançá-las. Contudo, para haver verdadeiros progressos, a Geórgia tem de dar prioridade às reformas democráticas. Damos muita importância às questões relacionadas com uma boa gestão social e com os direitos humanos. Congratulamo-nos com o facto de a Geórgia estar decidida a prosseguir com as suas reformas democráticas e particularmente determinada em relação a uma segunda vaga de reformas.

O facto de se tornar uma democracia consolidada onde os cidadãos desfrutam das liberdades fundamentais e dos direitos humanos trará grandes vantagens à Geórgia. Beneficiará o próprio país e a população que lá vive, é certo, mas será igualmente benéfico por proporcionar melhores oportunidades para os que vivem nas regiões separatistas. A conjuntura política é um verdadeiro desafio. As conversações entre o Governo e a oposição devem continuar até se chegar a um consenso sobre os principais aspectos do desenvolvimento institucional e sobre as questões relacionadas com as reformas constitucionais e eleitorais, a liberdade dos meios de comunicação social e os direitos humanos. O Governo da Geórgia deve também manter o contacto com a oposição e a sociedade civil.

A UE está disposta a ajudar em tudo isso. Para além da cooperação prevista no plano de acção estabelecido no âmbito da Política Europeia de Vizinhança, a via bilateral da Parceria Oriental está a oferecer uma oportunidade especial para se progredir neste domínio. Estamos também a ponderar as directrizes da negociação de um acordo de associação com a Geórgia e com a Arménia e o Azerbaijão. O processo de aprofundamento das nossas relações com estes países será norteadado pelos princípios da participação, da diferenciação, da condicionalidade e da responsabilidade partilhada. Saudamos o compromisso da Geórgia de trabalhar para melhorar as relações com a UE com base na perspectiva aberta pela Parceria Oriental.

Nas actuais circunstâncias, a missão de vigilância da União Europeia constitui um factor muito importante na promoção da estabilidade. O mandato acaba de ser prorrogado até Setembro de 2010. Daremos especial atenção às medidas que visam promover a confiança entre as partes. No seguimento do acordo de Genebra sobre mecanismos de prevenção e resposta a incidentes, a missão de vigilância está a desempenhar um papel de relevo na coordenação dos mecanismos entre as várias partes. Refiro-me, neste caso, aos georgianos, aos russos e às autoridades de facto da Ossétia do Sul e da Abcásia/Abcásia.

Apesar de algumas dificuldades, as partes chegaram a acordo em vários pontos, incluindo a criação de uma linha directa para tratar de assuntos relacionados com a segurança nas fronteiras administrativas da Ossétia do Sul e da Abcásia/Abcásia. O mecanismo de vigilância utilizou esta linha para reduzir tensões entre as partes após os incidentes no Mar Negro e para resolver um incidente na fronteira administrativa da Ossétia do Sul, que envolveu a detenção e posterior libertação de 21 cidadãos georgianos.

A missão de vigilância continuará a trabalhar com todas as partes. A transição da prevenção de incidentes para medidas que promovam a confiança será importante para normalizar a situação. A missão está a vigiar os centros de povoamento recentemente construídos, a reinstalação de refugiados internos da guerra de Agosto do ano passado e a facilitação do contacto entre os refugiados internos e as autoridades georgianas, as ONG e as organizações internacionais. A este respeito, é evidente que quase todos os refugiados internos deslocados na sequência de anteriores conflitos vivem ainda em condições incompatíveis com as normas mínimas internacionais, embora a situação tenha melhorado desde 2008. Sempre que possível, a missão continuará a ajudar a facilitar o contacto com as autoridades.

Um acontecimento de importância crucial para a missão foi a aplicação de dois memorandos de entendimento com os ministérios da Defesa e dos Assuntos Internos da Geórgia. No entanto, permaneceremos vigilantes relativamente ao risco de as autoridades georgianas deixarem de aplicar os memorandos de entendimento, devido à falta de confiança mútua entre as partes.

Como é do vosso conhecimento, foi recentemente publicado um relatório da missão de inquérito internacional independente sobre o conflito da Geórgia. Todas as partes envolvidas e a comunidade internacional no seu conjunto podem aprender com este relatório. No entanto, tem de ser considerado na sua totalidade e não de forma selectiva. A UE tem sistematicamente reiterado o seu apoio inabalável à soberania e integridade territorial da Geórgia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas. Estamos firmemente convencidos da necessidade de uma presença internacional na Geórgia e trabalharemos para a assegurar. Lamentamos que, apesar do apoio da maioria dos Estados, não tenha sido possível chegar a acordo no caso da OSCE.

A posição da UE em relação aos acordos de 12 de Agosto e 8 de Setembro não mudou. A Rússia tem de os aplicar integralmente. A este respeito, há ainda algumas questões importantes a resolver, designadamente a dos controlos das fronteiras e a do acesso irrestrito da UE aos territórios das duas províncias separatistas. Levantaremos estas questões nas conversações com a Rússia.

Temos de olhar também para o futuro. Sobre este aspecto, as conversações em Genebra são extremamente importantes, ainda que difíceis. Será o único local onde estarão presentes representantes de todas as partes e será importante para nós poder ter, na prática, discussões pragmáticas sobre o não recurso à violência e as disposições internacionais em matéria de segurança. Este é o único caminho viável a seguir, e aguardamos com expectativa a consulta prevista para o final de Janeiro de 2010. Isto deve ser benéfico para todos aqueles que tentam alcançar a estabilidade duradoura e o desenvolvimento da Geórgia e de toda a região.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho e cara futura Colega, Senhoras e Senhores Deputados, é um prazer estar aqui. Permitam-me também que diga que me congratulo por ter uma nova oportunidade de partilhar convosco alguns pontos de vista sobre a Geórgia.

Como sabem, nos últimos dois anos a Geórgia tem vivido tempos muitos difíceis, a nível externo e interno.

A guerra com a Rússia em Agosto do ano passado, ainda há pouco referida, deixou feridas em toda a região, e a Geórgia ainda se debate com questões essenciais, como as necessidades básicas de mais de 200 000 deslocados, alguns deles já desenraizados desde o início da década de 1990. A nível interno, o conflito do ano passado aumentou as tensões no interior da Geórgia. Daí que a contestação das eleições, por exemplo, tenha levado a meses de protestos nas ruas.

Estamos a fazer tudo o que podemos para ajudar o país a dar os passos necessários para resolver as dificuldades. Em primeiro lugar, estamos a respeitar o nosso compromisso de auxílio de até 500 milhões de euros para apoiar a recuperação da Geórgia. A aplicação do pacote de auxílio pós-conflito progride a bom ritmo, tendo já melhorado as condições de vida de muitos georgianos.

Estamos a cumprir as nossas promessas, e a assistência que prestamos, bastante significativa, está a ajudar na reinstalação das pessoas deslocadas internamente (IDP) e, também, na estabilização económica e na recuperação das infra-estruturas da Geórgia. Nos próximos dias, a Comissão libertará a primeira fracção, de 46 milhões de euros, de assistência macrofinanceira em subvenções à Geórgia, outra parte deste amplo pacote.

Contudo, para sermos bem sucedidos na ajuda que damos à Geórgia para superar as suas actuais dificuldades, este país tem também de apresentar mais resultados em três pontos específicos.

Primeiro, a Geórgia deve promover mais reformas democráticas. A democracia, o Estado de direito, o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais são a espinha dorsal das nossas relações com todos os parceiros orientais, e a declaração do Presidente da Geórgia no início deste ano, anunciando uma “nova vaga de reformas democráticas” e afirmando que a resposta deste país à agressão russa será mais democracia, mais liberdade e mais progresso, foi muito bem-vinda.

As eleições locais em Tbilissi, em Maio, serão um teste a estes compromissos e terão grande importância por ser a primeira vez que o Presidente da Câmara de Tbilissi é eleito por sufrágio directo.

Isto representa uma oportunidade importante para a Geórgia recuperar a confiança dos seus cidadãos no processo eleitoral, que deve ser aproveitada, porque as deficiências do sistema eleitoral representam ainda uma significativa fonte de potencial instabilidade política no país.

O segundo ponto em que precisamos que a Geórgia nos mostre resultados é a demonstração de “paciência estratégica” após o conflito. A expressão é do próprio Presidente Saakashvili. Como sabem, a União Europeia teve um papel decisivo na cessação das hostilidades e continuará a trabalhar por uma solução duradoura.

Não vacilaremos no nosso apoio, como foi dito, à integridade territorial e soberania da Geórgia. E faremos tudo o que estiver ao nosso alcance através da missão de vigilância e do nosso papel de mediador para, nas conversações de Genebra, trabalharmos com o objectivo de normalizar a situação.

Por outro lado, o isolamento das regiões separatistas não ajuda aos esforços no sentido de resolver o conflito. Muito pelo contrário, é necessária uma política de compromisso inteligente com a Abcásia e a Ossétia do Sul.

Assim, valorizamos a declarada política georgiana de paciência estratégica, que reconhece cada vez mais a necessidade de manter ligações sem restrições com as regiões separatistas, no interesse dos cidadãos e do restabelecimento da estabilidade na região.

Os esforços do Governo da Geórgia para conceber uma estratégia do Estado para as regiões da Abcásia e da Ossétia do Sul merecem o nosso apoio, em especial os empreendidos no sentido de uma colaboração mais estreita em prol da sua população.

No entanto, continuamos preocupados com o facto de a Lei sobre os territórios ocupados – se aplicada com demasiada rigidez – poder aumentar desnecessariamente a fricção com as entidades e, assim, complicar a prestação de assistência. O perigo reside em que poderá impedir as relações económicas e assegurar a impossibilidade de se agir para normalizar os contactos no dia-a-dia. Apesar das excelentes recomendações da Comissão de Veneza do Conselho da Europa, esta lei não foi ainda alterada pela Geórgia, pelo que continuaremos a exortar este país a que proceda às adaptações sugeridas.

O meu terceiro ponto é o de que a Geórgia se deve preparar activamente para as negociações com vista a um novo acordo de associação UE-Geórgia no âmbito da Parceria Oriental. Não nos poupamos a esforços para apoiar este país.

A preparação para o estabelecimento de um novo enquadramento legal para as nossas relações bilaterais está a progredir de forma bastante satisfatória. Preparámos rapidamente as directrizes do acordo de associação UE-Geórgia, que estão actualmente em discussão no Conselho. O projecto de directrizes de negociação inclui a futura criação de uma zona de comércio livre vasta e aprofundada.

Já apresentámos à Geórgia as recomendações fundamentais relativas aos passos a dar antes de podermos considerar que o país está pronto para se envolver neste tipo de negociações. A resolução da Geórgia de utilizar o período que antecede as negociações para acelerar a sua preparação é sensata, e penso que é essencial que o país encare as recomendações fundamentais de forma muito activa.

Entretanto, as negociações sobre os acordos UE-Geórgia em matéria de facilitação de vistos e de readmissão foram concluídas em Novembro, e aguardamos agora a aprovação final de ambos os lados. Estes acordos constituem um marco na nossa parceria, demonstrando, uma vez mais, os reais benefícios que a nossa relação mais estreita pode trazer ao povo da Geórgia. O aumento da mobilidade irá de par com o aumento da segurança. Assinei recentemente uma declaração comum sobre uma parceria em matéria de mobilidade entre a União Europeia e a Geórgia, que será agora concluída.

A terminar, quero dizer que continuamos profundamente empenhados em apoiar a Geórgia nestes tempos difíceis. Estamos a oferecer novas oportunidades, que podem trazer benefícios palpáveis ao país e aos seus cidadãos, mas a Geórgia tem também de se ajudar a si própria e, se tomar boas decisões, cá estaremos para a ajudar durante todo o trajeto.

György Schöpflin, em nome do Grupo PPE. – (EN) Senhor Presidente, estou muito impressionado com o quadro pormenorizado descrito pela senhora Presidente em exercício e a senhora Comissária sobre o estado actual das relações. As relações entre a UE e a Geórgia levantam, de facto, questões de grande alcance sobre aquilo que somos, o que é a União Europeia e o que queremos ser. É possível que esta relação se converta num teste ao nosso compromisso com os valores da solidariedade, direitos humanos e democracia – os valores que proclamamos.

É suficientemente claro que a Geórgia – as elites e a sociedade – consideram que o país pertence à Europa. Ao mesmo tempo – admitamos – a sua situação é precária, dado que a Rússia, a antiga potência colonial, não desistiu do seu propósito de reivindicar algum tipo de soberania sobre a Geórgia, ou melhor, sobre o

Sul do Cáucaso. É por isso que muitas pessoas na Rússia não levam a sério o estatuto da Geórgia como Estado independente e pensam que a reintegração deste país na Rússia é meramente uma questão de tempo. Isso leva a um forte sentimento de insegurança na grande maioria do povo georgiano. Essa insegurança intensificou-se bastante com o conflito com a Rússia, no ano passado. Nenhum país gosta de ser privado, como a Geórgia foi, de parte do seu território soberano.

Tudo isto tem consequências para a UE – daí a importância da Parceria Oriental. A Geórgia projecta para si mesma um futuro europeu, sobretudo como garantia da sua segurança. Obviamente, há também o corredor energético do Sul do Cáucaso, que é uma futura tábua de salvação do aprovisionamento energético da Europa. Estas seriam razões suficientemente convincentes para a União Europeia levar a sério as aspirações europeias da Geórgia, como obviamente fazemos, mas há ainda um argumento final que é o de que, se a Europa ignorar estas aspirações, a nossa credibilidade no mundo estará em causa e os nossos opositores ficarão encantados com esta demonstração de tibieza.

Roberto Gualtieri, em nome do Grupo S&D. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em minha opinião, a situação difícil da Geórgia exige um cuidado especial na conjugação entre, por um lado, a defesa do direito internacional e, por outro, uma abordagem pragmática e sentido de responsabilidade.

Pensamos que a UE esteve bem ao reiterar o seu apoio à integridade territorial e à soberania da Geórgia, mas também saudamos o tacto demonstrado na tomada de conhecimento das eleições na Abcásia, o que consideramos ser coerente com um método baseado na procura constante do diálogo e do debate político e no apoio aos processos democráticos. O desenvolvimento interno da região e a evolução da situação internacional justificam esta decisão de procura do diálogo e aumentam ainda mais a responsabilidade da Europa nos diversos domínios em que assumiu compromissos: as iniciativas da Comissão de apoio ao processo democrático da Geórgia e aos refugiados, os esforços no sentido de manter vivas as negociações de Genebra e a acção da missão de vigilância europeia, sendo esta última ainda mais valiosa por ser a única missão internacional na Geórgia.

Saudamos o trabalho levado a cabo pela missão e o seu contributo para o equilíbrio na região, para o funcionamento do mecanismo de prevenção e resposta a incidentes e para o difícil processo de restauração da confiança entre as partes. Simultaneamente, estamos cientes de que o desenvolvimento do processo democrático, em relação ao qual devemos ser generosos e exigentes, e o acordo de associação podem constituir a solução para uma mudança duradoura na Geórgia.

Ulrike Lunacek, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, gostaria de abordar dois temas em particular. O primeiro é a relação entre o auxílio económico e o apoio, por um lado, e o desenvolvimento democrático, por outro, e o segundo diz respeito a algumas questões fundamentais abordadas no relatório Tagliavini.

A senhora Comissária Ferrero-Waldner afirmou, com razão, que o apoio financeiro e económico à Geórgia é necessário e que a União Europeia deve continuar a prestá-lo. Por outro lado, a senhora Comissária estabeleceu três condições para a prestação desse apoio: as reformas democráticas, as liberdades fundamentais e a segurança jurídica. Uma dúvida que considero particularmente importante. No passado, lamentavelmente, a Geórgia e o seu Governo adquiriram enormes quantidades de armas, em especial no período que antecedeu o conflito do ano passado. De que modo tenciona, Senhora Comissária, garantir que o financiamento europeu não é utilizado para esse fim?

Em segundo lugar, gostaria de referir um caso de direitos humanos a que o Conselho da Europa e o Comissário Hammerberg também aludiram. Dois jovens estão ainda sob custódia na Ossétia do Sul, embora tenha sido prometido ao Comissário Hammerberg que seriam libertados. Senhora Comissária, tomou algumas medidas a este respeito? Considera provável que os jovens sejam libertados brevemente?

Uma última questão: o relatório Tagliavini descreveu claramente, pela primeira vez, a forma como o conflito surgiu, com o crescimento da xenofobia e a linguagem do ódio. Que medidas tomarão a Comissão e o Conselho neste domínio para acalmar a situação e tornar claro que estas coisas originam conflitos armados e que é importante acabar com elas antes mesmo de começarem?

Michał Tomasz Kamiński, em nome do Grupo ECR. – (PL) Senhor Presidente, não escondo o facto de me sentir decepcionado com as duas declarações que ouvimos. Hoje, aqui no Parlamento Europeu, nós, representantes da autoridade da União Europeia, estamos, muito correctamente, a salientar o papel da democracia. Estamos a fazer uma prelecção ao Presidente Saakashvili sobre as mudanças que tem de introduzir no seu país. Gostaria de dizer que o Presidente já introduziu um grande número de mudanças e que a Geórgia

de hoje e a Geórgia de há alguns anos atrás são países completamente diferentes. Não obstante, não esquecemos que, actualmente, os tanques russos podem ser vistos numa grande parte do território da Geórgia. Senhoras e Senhores Deputados, se julgam que os tanques russos trouxeram, alguma vez na História, democracia para alguém, estão profundamente enganados. Os tanques russos não trazem democracia, os tanques russos trazem submissão.

Estamos hoje a debater a situação na Geórgia, mas no discurso da representante do Conselho, ouvimos a palavra “Rússia” uma única vez, embora seja evidente que a Rússia é a chave para a situação da Geórgia. Não estou a dizer que tudo na Geórgia é ideal. Há certamente muita coisa que tem de ser melhorada. Todavia, os russos estão a rir-se nas nossas caras ao não cumprirem o acordo de cinco pontos negociado pelo Presidente Sarkozy em nome da União Europeia. Uma pergunta que se impõe: por que razão as unidades do exército russo se mantêm ainda na aldeia de Pereva? Já alguma vez se referiu esta questão aos russos?

Se estamos a falar sobre a necessidade de democracia, direitos humanos, tolerância e liberdade de expressão, subscrevo tudo isso. Contudo, julgamos nós que a Rússia está actualmente a promover estes valores na Geórgia ou que a agressão russa contra a Geórgia faz parte de uma luta pela democracia? Não, é um acto de imperialismo brutal. Nós, União Europeia, devemos opor-nos a esse imperialismo brutal. Só então os nossos amigos georgianos poderão acreditar naquilo que dizemos, quando lhes dizemos que ainda há muito a fazer – com o que eu concordo – para que o seu país alcance plenamente os níveis europeus.

Porém, não devemos apontar o dedo à Geórgia quando, por outro lado, temos a Rússia onde os jornalistas incómodos são assassinados, onde a linguagem do ódio em relação aos vizinhos e às minorias é a língua oficial dos meios de comunicação e é a língua dos políticos dirigentes russos. Temos de dizer “não” a isto, porque assim podemos ser credíveis naquilo que dizemos a todos os outros países, incluindo a Geórgia, sobre democracia. Quero apelar à União Europeia para que, com firmeza e determinação, defenda a integridade territorial da Geórgia em nome dos valores que todos partilhamos e que defenda a liberdade e a democracia naquele país contra a agressão russa.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, em minha opinião, a política externa da UE nesta região não é verdadeiramente coerente. O Cáucaso é conhecido por ser uma região de trânsito de energia, tal como a Rússia, que é um parceiro estratégico importante e de grande significado para nós. Dada a delicadeza da situação, a UE permitiu-se ser enganada pelo Presidente Saakashvili na crise georgiana, provavelmente sob a influência da abordagem dependente dos Estados Unidos de alguns Estados-Membros. A miopia política relativamente à crise georgiana não só aumenta a divisão interna da União, como também provocará grandes tensões nas relações com a Rússia. O ajuste de contas virá sob a forma de diferendo em torno do gás. Resta saber se, neste caso, os novos dirigentes da UE serão eficazes.

Se Bruxelas pretende realmente apoiar os direitos humanos, então deve intervir na Geórgia em relação a uma possível manipulação eleitoral, às condições de trabalho que equivalem a escravidão e às restrições impostas ao direito de manifestação que violam a Carta dos Direitos Fundamentais.

Quanto à questão da Geórgia, Bruxelas deve adoptar uma abordagem equilibrada que tenha em igual consideração os interesses legítimos da Geórgia e da Rússia.

Vytautas Landsbergis (PPE). – (EN) Senhor Presidente, quando eu era ainda menino, o meu país foi invadido pela União Soviética. Na escola primária, tivemos de aprender muitas canções novas. Uma delas era georgiana de origem, sobre uma menina chamada Suliko. A ocupação era má em todos os sentidos; só a canção era bonita.

Passaram-se muitos anos e, recentemente, encontrámos novamente essa menina Suliko, desta vez com os seus olhos negros cheios de lágrimas dando sinais de lhe terem batido. Há um ano atrás, foi novamente maltratada – roubada, espancada e violada. Depois, nós, os senhores da UE 27, olhamos fixamente para ela e falamos de modo estranho: Como pôde isso acontecer? O que fez ela de mal? O seu comportamento irritou o violador? Isso é precisamente o que ele diz: “Ela foi provocadora”! Ela opôs-se às suas exigências? Isso seria imprudente: ninguém, em particular um ladrão ou um violador, pode ser contrariado ou demonizado. Ela poderia ter sido mais flexível, enfrentar os assaltantes com suavidade, mas tentou defender-se durante dois dias inteiros – esse foi o seu maior erro. Agora, ninguém pode dizer quem foi o atacante: ele diz que ela o atacou.

Essa é a situação num tribunal de um país distante, na periferia da Europa, onde o grande latifundiário não pode ser condenado em caso algum – mas ela pode. Assim, temos agora um novo problema que ela provocou,

pois o nosso negócio com o senhor Violador ficou um pouco prejudicado. Na próxima vez, o senhor Violador terá direito a um *viagra* para aumentar o seu desempenho viril.

Senhoras e Senhores Deputados da Europa, não vacilem desta forma a propósito da próxima guerra.

Kinga Gőncz (S&D). – (HU) Quero agradecer à senhora Comissária Ferrero-Waldner e, em especial, à senhora Ministra Cecilia Malmström, que está aqui nessa qualidade, mas que em breve também será comissária. Em primeiro lugar, gostaria de expressar também, sucintamente, os meus sinceros agradecimentos pelo relatório, que continha alguma informação muito importante. Permitam-me, por favor, referir ainda que, desde as duas últimas rondas de alargamento, os vizinhos de Leste da União Europeia aproximaram-se, de facto, bastante da UE, o que representa um avanço apreciável de vários pontos de vista, não só pela proximidade geográfica, mas em parte devido a uma política externa baseada na ideia de esferas de influência russa, para não falar da importância acrescida da segurança energética.

Deste ponto de vista, o programa da Parceria Oriental tem uma importância crucial, pois pode assegurar também a diferenciação, apesar de claramente aprofundar as relações com estes países. A Geórgia é o país na região do Cáucaso mais dedicado aos valores da União Europeia. Gostaria de referir e salientar dois assuntos, começando com as preparações para o processo de facilitação de vistos. Esta medida é importante não só do ponto de vista das relações humanas, mas também porque sabemos que os cidadãos da Ossétia do Sul e da Abcásia, que são portadores de passaportes russos, estão já a beneficiar dela, o que gerou uma tensão que apenas agrava ainda mais a situação. O segundo assunto que quero salientar diz respeito ao facto de existirem conflitos não resolvidos em quatro dos países que se situam no âmbito da política de vizinhança do Leste, algo a que temos de prestar a nossa máxima atenção.

Por último, quero agradecer à senhora Comissária Ferrero-Waldner todo o seu trabalho no sentido da aproximação entre esta região e a União Europeia.

Milan Cabrnoch (ECR). – (CS) O Parlamento Europeu tem acompanhado de perto a situação na Geórgia e dedicado muita atenção a este país. Em finais de Outubro, o Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek, reuniu-se com o Presidente Saakashvili; no início de Novembro, numa reunião conjunta da Comissão dos Assuntos Externos, Delegação à Comissão Parlamentar de Cooperação UE-Rússia e Delegação às Comissões Parlamentares de Cooperação com os países do Sul do Cáucaso, os deputados ao Parlamento Europeu debateram o relatório Tagliavini sobre a situação na Geórgia; finalmente, em 26 de Novembro, na sua reunião extraordinária em Estrasburgo, os membros da Delegação às Comissões Parlamentares de Cooperação com os países do Sul do Cáucaso reuniram-se com o ministro do Governo georgiano Giorgi Baramidze.

Sempre defendemos a integridade territorial e a soberania da Geórgia. Preconizamos uma saída pacífica para a situação no país e para o seu conflito com a Rússia. Estamos a envidar esforços para que os observadores de paz tenham acesso não só às zonas administradas pelo Governo georgiano, mas também às zonas ocupadas. Ao mesmo tempo, estamos igualmente a insistir na possibilidade de prestarmos ajuda humanitária a estes territórios ocupados. Estamos preocupados com a situação dos refugiados que tiveram de abandonar as suas casas sob pressão e não podem regressar a elas, e apreciamos os esforços do Governo georgiano para assegurar condições de vida dignas para todos os refugiados. Apelamos vivamente a ambas as partes do conflito para que cumpram o acordo de cessar-fogo e honrem os compromissos assumidos relativamente a uma resolução pacífica.

Elena Băsescu (PPE). – (RO) Senhoras e Senhores Deputados, há alguns anos, havia vozes que criticavam energeticamente aqueles que defendiam a importância estratégica que a região do Mar Negro tem para a Europa. Mas o tempo demonstrou que existe uma ligação estreita da Europa com os países dessa região.

A Geórgia tem uma importância estratégica de excepção na região do Mar Negro em matéria de segurança energética, pois as vias de aprovisionamento como o gasoduto Nabucco, o oleoduto Baku-Tbilissi e o terminal petrolífero de Supsa estão estreitamente associadas à estabilidade deste país. Os conflitos em Agosto de 2008 na Geórgia realçaram o facto de que um conflito não resolvido pode reacender a qualquer momento, com graves repercussões na estabilidade e segurança de toda a região.

É nossa obrigação conduzir a Geórgia para a zona euro-atlântica de estabilidade e segurança, mesmo que a influência russa seja ainda bastante acentuada. É igualmente necessário reconhecer os direitos dos refugiados, deslocados e seus dependentes a regressarem à Abcásia, seja qual for a sua origem étnica.

Por outro lado, o facto de a Rússia ter atribuído a cidadania aos habitantes da Abcásia e da Ossétia do Sul coloca os cidadãos georgianos em clara desvantagem, dado que a UE ainda não tem um acordo sobre os

vistos, embora tenhamos antes ouvido a representante da Comissão dizer que estão a ser tomadas medidas nesse sentido.

A Roménia tem participado, a nível operacional e no terreno, integrada na missão de vigilância da UE na Geórgia e também na sede em Tbilissi. Mais ainda, o nosso país está a dar continuidade ao seu compromisso de enviar esforços específicos para aproximar a Geórgia da UE e da NATO. Além disso, vamos enviar um perito nacional que trabalhará a partir do gabinete da NATO em Tbilissi. Saudamos a posição da Presidência da UE. Em nenhuma circunstância reconheceremos os pretensos Estados criados ilegalmente e em resultado de conflitos nas regiões separatistas, nem processos eleitorais organizados de forma ilegal, como os levados a cabo recentemente na Abcásia. O Presidente da república separatista pró-russa da Geórgia ganhou as eleições com 59,4% dos votos. Devo ainda referir que nenhum dos cinco candidatos presidenciais rejeitou por completo a ideia da reunificação com a Geórgia.

Maria Eleni Koppa (S&D). – (EL) Senhor Presidente, a União Europeia tem obrigação de contribuir de forma decisiva para a estabilidade na sua vizinhança imediata, no respeito do direito internacional e convicção nos seus princípios.

Particularmente em relação à Geórgia, temos de defender a nossa posição no respeito da integridade territorial e das fronteiras do país reconhecidas a nível internacional. Todavia, paralelamente, devemos também ter em conta que existem conflitos por resolver. A União Europeia deve estar apta a mediar e a contribuir construtivamente para ambos os lados, Geórgia e Rússia, de forma a viabilizar uma solução.

Na actual conjuntura, há três mensagens essenciais que temos de enviar:

Primeira, que soluções unilaterais e violentas não são aceitáveis; segunda, que o debate sobre a eventual adesão da Geórgia à NATO é extemporâneo e que é necessário, antes, insistir na continuação e nos resultados produtivos das conversações de Genebra; e, terceira, que a missão dos observadores da UE na Geórgia é um factor de estabilidade e de incremento da confiança. Seria, pois, de reconhecer o seu contributo positivo, reforçar a sua acção e encorajar a continuidade dos seus esforços, em particular no domínio das violações dos direitos humanos e do direito humanitário internacional.

Marek Henryk Migalski (ECR). – (PL) Senhor Presidente infelizmente, nem no discurso da senhora Malmström nem no da senhora Ferrero-Waldner ouvimos falar sobre o que estamos de facto a enfrentar na Geórgia. Refiro-me à situação dramática em termos humanitários e humanos. Fiquei com a impressão de que nem eu, nem as duas senhoras somos responsáveis pela ausência de reacção da União Europeia.

A situação é, de facto, dramática. O Acordo de seis pontos não está a ser executado. No território georgiano está a ser levada a cabo uma limpeza étnica. Em muitos locais, a língua georgiana está proibida. Em muitos locais, não é permitido executar o trabalho da nossa missão e somos nós os responsáveis por isso. A senhora Ferrero-Waldner falou da assistência macrofinanceira a longo prazo prevista para a Geórgia e que vamos ter um acordo de associação com aquele país. Isto é tudo muito correcto, mas há uma pergunta a que todos temos de responder: o que fizemos a respeito disto? Estou profundamente desiludido, não só pelo que foi dito hoje aqui pelas pessoas responsáveis por esta política, mas também pela própria política da UE.

Jacek Protasiewicz (PPE). – (PL) Senhora Comissária, Senhora Ministra Malmström, em oposição aos meus colegas polacos, não serei tão crítico na minha avaliação das actividades da União Europeia neste domínio, pois pretendo expressar satisfação nas declarações do Conselho de 12 de Dezembro, que, claramente, criticam as recentes eleições presidenciais na Abcásia. Quero ainda sublinhar o apoio às actividades da União Europeia, pois a UE é inequívoca no seu reconhecimento da independência de ambas as regiões a nível internacional. Sei do que estou a falar pela minha experiência nas relações com a Bielorrússia.

Todavia, concordo que a União Europeia tem de ser determinada quanto à execução do Acordo de seis pontos relativo ao cessar-fogo, negociado pelo Presidente Sarkozy. Digo isto em particular devido às declarações perturbadoras da Alta Representante para os Negócios Estrangeiros, senhora Catherine Ashton, dizendo que vai liderar uma diplomacia silenciosa. Espero que “diplomacia silenciosa” não signifique consentimento da violação dos acordos celebrados em nome da Rússia com representantes da União Europeia.

Alexander Mirsky (S&D). – (LV) Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; gostaria de fazer uma pergunta àqueles que defendem a posição do senhor Saakashvili: já estiveram na Ossétia do Sul? Viram o que o exército da Geórgia fez em Zhinvali? Eu estava lá na altura da guerra e vi tudo. O que a autoridade do Estado da Geórgia fez é um crime contra as pessoas da Ossétia e da Abcásia. Os habitantes da

Ossétia e da Abcásia não querem viver no mesmo país que o senhor Saakashvili. Para quem ainda quer resolver este grande problema internacional através das armas, como o fez o senhor Saakashvili, existe uma expressão russa excelente: “*Zamučujutsja pilj glatati*”. Significa que a vitória nunca chegará. Obrigado.

Tomasz Piotr Poręba (ECR). – (PL) Senhor Presidente, se a União não apoiar Tbilissi política e economicamente, tornaremos muito fácil à Rússia concretizar a sua política neo-imperialista na Geórgia, o que desestabilizará ainda mais a situação no Cáucaso. Por isso, a União tem de se esforçar mais.

Quando reiteramos o nosso apoio à integridade territorial, estamos cientes de que, na realidade, o Acordo de seis pontos não está de modo nenhum a ser cumprido? Por um lado, afirmamos que queremos uma Geórgia democrática, livre e territorialmente intacta, enquanto por outro, não é permitida a entrada aos nossos vigilantes em zonas ao longo das fronteiras com as repúblicas separatistas. Outro motivo de preocupação é o fenómeno dos raptos, que se tornaram prática rotineira da Rússia nas zonas ocupadas. No início de Novembro, vários jovens foram vítimas desta prática. O mais novo tem apenas 14 anos. É evidente que o Kremlin está a tentar desacreditar o Presidente da Geórgia procurando demonstrar que este não tem capacidade para garantir a segurança dos seus cidadãos. As actividades desestabilizadoras da Rússia estão a originar uma ameaça enorme à segurança de quem vive nas zonas fronteiriças e a provocar a escalada do conflito na região.

Senhor Presidente, temos de agir com maior determinação, porque uma Geórgia territorialmente intacta e democrática representa mais segurança para a União Europeia e a Europa.

Kristiina Ojuland (ALDE). – (ET) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhora Ministra, Senhoras e Senhores Deputados, há algum tempo, quando debatíamos a Geórgia, lembrei-vos de que, na véspera do aniversário da queda do Muro de Berlim, era a altura certa para levantar a questão sobre quando podíamos agendar o dia em que a Ossétia do Sul e a Abcásia voltariam a reunir-se com o seu país de origem, a Geórgia. Actualmente, não temos uma resposta para esta pergunta, embora em todos os nossos documentos, seja aqui no Parlamento Europeu, seja noutras instituições, salientemos a importância da integridade territorial da Geórgia do ponto de vista do direito internacional, e é por causa disso que estamos hoje aqui.

Na semana passada, realizou-se em Bruxelas uma discussão muito interessante com Carl Bildt, representante do país que exerce a Presidência, que considerou a Geórgia como um teste de tornassol da União Europeia, especificamente no que diz respeito à questão sobre se alguma vez seremos capazes de defender a ideia de que a integridade territorial da Geórgia deve ser recuperada e que todos os direitos humanos e direitos dos refugiados devem ser tratados conforme previsto no direito internacional. Estou de acordo com os meus colegas deputados que se referiram a este caso como uma má situação em termos de direitos humanos – isso não pode ser aceite.

Por último, mas não menos importante, quero fazer um pedido. Na semana passada, reuni-me com o Vice-primeiro-ministro georgiano, Giorgi Baramidze, cujo grande, grande pedido era: por favor, por favor, por favor, União Europeia, façam alguma coisa em termos de diplomacia preventiva para impedir uma possível escalada de futuros conflitos.

Tunne Kelam (PPE). – (EN) Senhor Presidente, só posso concordar com a declaração de que a melhor resposta da Geórgia à agressão russa tem de ser as reformas democráticas.

Ao mesmo tempo, a UE tem a sua quota de responsabilidade porque, como foi correctamente afirmado, as relações entre a UE e a Geórgia tornar-se-ão um teste ao êxito da Parceria Oriental e ao papel da União Europeia na região.

Tendo em conta a importância da Geórgia, pergunto-me se este país foi tema de discussão durante a recente cimeira UE-Rússia, pois a Rússia não está a executar o Acordo de seis pontos e a missão da UE está na posição constrangedora de ser impedida de entrar nos territórios separatistas. A UE deve assumir uma posição mais forte sobre este caso.

Senhora Comissária, a senhora referiu uma ajuda de 46 milhões de euros. Gostaria apenas de perguntar se esse auxílio chegará à Geórgia este ano. Qual é o calendário?

Paweł Robert Kowal (ECR). – (PL) Penso que, no âmbito do nosso debate, devemos regressar ao que a senhora Malmström disse no início – a Geórgia precisa de uma abertura nova e ampla por parte da União Europeia. Essa abertura deve englobar a assistência macrofinanceira e o início rápido e imediato das conversações, na medida do possível, sobre um acordo de associação. Deve incluir, ainda, o início das

conversações – este é o meu terceiro ponto – sobre a facilitação de vistos e, por último, devemos tornar possível que a Geórgia garanta a sua segurança abrindo-lhe o caminho para a sua adesão à NATO.

No entanto, creio que, hoje, nem sequer este assunto é a razão por que pretendo falar nesta fase do debate. Gostaria de fazer uma pergunta de retórica à senhora Ferrero-Waldner: a senhora não se surpreende com o facto de quase todos os oradores chamarem a atenção para a questão do Plano do Presidente Sarkozy? Por favor, responda a esta pergunta. Diga-nos, por favor, por que razão nem no seu discurso inicial, nem em posteriores declarações suas, nem nas declarações da senhora Ashton, ninguém ouviu uma resposta na forma de uma simples avaliação sobre se o Plano do Presidente Sarkozy foi ou não executado? Será verdade que as instituições mais importantes da União Europeia não merecem uma declaração sua inequívoca sobre este assunto?

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhor Presidente, ontem, na Irlanda, uma conferência aludiu à ajuda à Europa Oriental. Um dos países de que falámos foi a Geórgia e foi animador ouvir falar dos progressos que foram feitos em prol de um grupo específico de indivíduos sem voz – crianças com deficiências, intelectuais e físicas, e jovens adultos – mas também profundamente desanimador saber que as pessoas envolvidas acreditarem que regrediram 10 anos por causa do conflito.

Dado que ontem estive presente na conferência, pediria apenas que, quando celebrarmos acordos comerciais ou estivermos em negociações, se lembrem dos mais vulneráveis. Este é um debate muito importante, mas a terrível situação humanitária foi referida por outros deputados, e há um grupo de pessoas que é sempre esquecido; só queria que a sua voz fosse ouvida aqui hoje.

Tadeusz Zwiefka (PPE). – (PL) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, devemos ter presente que a Geórgia é um país pequeno, embora situado numa zona de grande importância estratégica no Sul do Cáucaso, facto que gera uma situação de conflito com o seu poderoso vizinho do norte, a Rússia. Agradeço, por isso, à senhora Comissária a declaração de que a ajuda que a Geórgia aguarda há tanto tempo será libertada amanhã.

Não nos esqueçamos de que, quando enveredou pelo caminho das reformas democráticas e decidiu ficar mais estreitamente ligada à Europa Ocidental do que à Rússia, ao contrário do que acontecera durante décadas ou talvez mesmo séculos, a Geórgia perdeu um parceiro económico que comprava 80% da sua produção. Nada fizemos para ocupar o vazio criado, comprando bens produzidos na Geórgia, para que este país fosse viável. Em relação a isso, estou inteiramente de acordo com a declaração, bem como com o anúncio relativo ao plano macrofinanceiro para a Geórgia.

Há mais uma questão: Senhora Comissária, não devemos considerar a Geórgia como um parceiro muito distante em termos políticos, porque este país está enredado numa situação geopolítica incrivelmente complicada. A propósito, custa-me a crer que, nas conversações que a União Europeia mantém com a Rússia, nada seja dito sobre a situação na Geórgia. Não quero referir novamente o Acordo de seis pontos do Presidente Sarkozy, porque toda a gente o fez, mas não nos podemos esquecer, nos nossos contactos com um parceiro tão poderoso como a Rússia, que, obviamente, são muito importantes para nós, dos nossos parceiros mais pequenos, que muito estimamos.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, a política é apenas um emprego quando é feita em proveito próprio. Torna-se uma vocação quando ajuda os outros – quando Golias vem em auxílio de David. Neste caso, a União Europeia é o Golias que vem em auxílio da Geórgia, o David, o que eu saúdo. Traz, no entanto, a seu lado outro Golias, que se chama Rússia e tem outras ideias em relação à Geórgia. É importante que a União Europeia exiba o seu poder e se oponha a essa injustificável intrusão.

Estive na semana passada em Bona, no Congresso do PPE, onde o Presidente da Geórgia usou da palavra. Falou dos esforços que o país estava a fazer para combater a corrupção, do seu programa de reformas que visam o crescimento económico e do seu desejo de concluir um acordo de comércio livre. A minha pergunta é: quando pensa a Comissão que será possível estabelecer esse acordo de comércio livre, quando estarão reunidas as condições para isso?

Lena Kolarska-Bobińska (PPE). – (EN) Senhor Presidente, estamos a debater as aspirações da Ucrânia, da Moldávia e da Geórgia. Estes países aspiram de igual modo a estar mais próximos da União Europeia.

Isto parece ser um problema para nós. Gostaria de saber o que acontecerá daqui a 10 anos, quando essas aspirações se transformarem em desilusões e deixar de haver vontade de aderir à União Europeia, por já não terem expectativas. Será uma situação muito mais difícil para nós. A Geórgia é, de entre os países que integram

a Parceria Oriental, aquele cuja sociedade mais apoia a adesão à União Europeia e a NATO. Também aí se registam os maiores avanços na reforma do mercado.

Se não agirmos mais depressa, teremos a mesma situação que se verifica na Turquia, onde a sociedade está a recuar em relação às suas aspirações europeias. Essa será uma situação verdadeiramente perigosa, apesar – e talvez por causa – de outros movimentos políticos à volta destes países. Vemos o que se está a passar na Rússia e, quando a Geórgia começar a vacilar em relação à sua adesão à União Europeia, podemos estar perante uma situação muito perigosa para todos os países da UE.

Cecilia Malmström, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, sei que este assunto desperta grande interesse. Os que o seguiram de perto também saberão que a Presidência sueca dedicou muito tempo à Geórgia. Na quinta-feira passada, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt, teve oportunidade de discutir o tema da Geórgia convosco, na Comissão dos Assuntos Externos.

A UE continuará a prestar à Geórgia um apoio significativo a nível político, técnico e financeiro. Isso implicará, com toda a probabilidade, apelos persistentes ao respeito da soberania e integridade territorial da Geórgia e a continuação da missão de vigilância da UE e do nosso importante papel de mediador nas conversações de Genebra. As conversações de Genebra são a plataforma apropriada. Avançam lentamente, é certo, mas avançam, e todas as partes estão representadas.

Prestaremos também mais assistência financeira pós-conflito. Como muitos de vós fizeram notar, a situação humanitária é ainda muito preocupante. Claro que a senhora deputada McGuinness tem toda a razão ao dizer que são os mais vulneráveis que estão a sofrer as consequências.

Nas reuniões com os nossos parceiros de diálogo russos, a UE continuará a insistir em que é necessário pôr em prática o acordo de seis pontos relativo ao cessar-fogo e as medidas de aplicação subsequentes – a retirada das forças para as posições que ocupavam em 7 de Agosto de 2008. Perevi, Akhalkori e Alto Kodori serão especialmente referidas, como muito de vós fizeram.

O fim da missão da OSCE na Geórgia e do grupo de observadores das Nações Unidas significou a retirada de elementos essenciais da importante estrutura de segurança internacional. Actualmente, a única presença internacional que se mantém é a missão de vigilância da UE. Esta missão está a contribuir muito significativamente para a segurança e a normalização. É por isso que lhe é tão necessário ter acesso às regiões separatistas. É importante para a segurança e a estabilidade da Geórgia. Esta é uma questão fundamental que a UE continuará a salientar junto de todos os parceiros de diálogo envolvidos.

Obviamente, a UE continuará a defender a integridade territorial da Geórgia, mas, em termos estratégicos, interessa-nos também manter o contacto com as regiões separatistas e deixar que as suas populações continuem a ter uma janela aberta para o mundo exterior. Isto pode ajudar-nos a criar as bases de uma solução para o conflito através do envolvimento continuado da UE e de medidas de promoção da confiança entre ambos os lados das fronteiras administrativas, bem como do contacto entre as respectivas populações.

A UE continuará muito activa nesta matéria. A Comissão e a senhora Comissária Ferrero-Waldner estão muito empenhadas nesta questão, tal como o Parlamento Europeu, e isso é algo por que estou extremamente grata.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, começo por agradecer o debate franco que hoje tivemos.

Pensei que muitos de vós tinham conhecimento do que temos estado a fazer pela Geórgia. Este país tem recebido muito apoio nosso, tanto político como económico e humanitário, mas parece que nada fizemos. Isso não é de modo algum verdade.

Em primeiro lugar, a guerra parou graças à União Europeia e ao Presidente Sarkozy. Em segundo lugar, têm razão, existe um plano de seis pontos que, infelizmente, ainda não foi totalmente posto em prática, mas, sempre que trabalhamos com os russos, esse plano faz parte do nosso programa. Isso é mais do que óbvio.

É certo que, como afirmou a Presidente do Conselho, a única plataforma onde começamos verdadeiramente a avançar, embora lentamente, é em Genebra, e, portanto, as conversações têm de prosseguir.

Precisamos também de apoio e abertura de ambos os lados, porque se trata de um conflito difícil e somos, por assim dizer, os seus mediadores. Esta é a questão política número um.

Temos mesmo de avançar e estamos perfeitamente cientes de que a Rússia é um parceiro gigantesco do outro lado. Ao mesmo tempo, temos uma vizinhança comum e, por isso, falamos sempre francamente sobre estes assuntos com a Rússia. Precisamos, como disse aqui, de progressos na atitude de ambos os lados, que é o que afirmei no meu discurso, se estão lembrados. Este é o primeiro ponto.

O segundo diz respeito à frente económica e humanitária, onde, de facto, estamos a trabalhar em estreita colaboração. O pacote de 500 milhões de euros foi o máximo que consegui. Não há muito dinheiro na política de vizinhança que eu pudesse ter ido buscar, mas fizemo-lo porque pensámos que a Geórgia precisava dele depois da guerra e de todos os danos causados – em especial aos mais vulneráveis.

Visitei pessoalmente os campos para pessoas deslocadas internamente e as casas que foram restauradas com os nossos programas.

Posso dizer-lhe, Senhora Deputada Lunacek, que eu própria assinei um acordo com os georgianos nos termos do qual eles se comprometem a não utilizar um cêntimo do dinheiro da União Europeia. Controlamos sempre o nosso dinheiro, pelo que, como de costume, não deve haver um cêntimo desse dinheiro gasto em rearmamento pelo lado da Geórgia.

É evidente que não posso controlar o que a Geórgia está a fazer em relação a outros assuntos, mas, quanto ao nosso dinheiro, posso ser clara.

Foram referidas outras coisas. Os dois jovens que ainda estão detidos na Ossétia do Sul, por exemplo. São questões que, obviamente, referimos aos russos. Falamos delas, mas infelizmente ainda não temos uma solução, e nem sequer nos é permitida a entrada na Ossétia do Sul.

No que diz respeito aos princípios, é claro que somos transparentes em relação a eles. Somos intransigentes quanto à integridade territorial e à soberania da Geórgia. Indubitavelmente. Contudo, uma coisa é falar dos princípios e outra é aplicá-los de imediato. Infelizmente, por vezes isso é muito difícil.

Permitam-me que fale também do relatório Tagliavini. O simples facto de ter sido divulgado é muito importante. Os senhores deputados sabem que apoiámos este relatório independente. Há muitos anos que conheço a senhora Tagliavini, desde que fui Presidente em exercício da OSCE, em 2000, enquanto Ministra dos Negócios Estrangeiros do meu país. Nessa altura, a senhora Tagliavini era a minha representante especial para o Cáucaso. É uma senhora muito corajosa e independente, e devo dizer que o relatório que elaborou é excelente.

Isso também ajuda, porque o relatório esclareceu os factos. Retiramos daí as nossas conclusões, mas não podemos deixar de ajudar a Geórgia por meios diplomáticos.

Dito isto, posso acrescentar que temos desenvolvido muito trabalho, primeiro na política de vizinhança com os países situados a leste e agora na Parceria Oriental.

Há dias, tivemos, no âmbito da Presidência sueca, uma reunião ministerial muito importante com os seis ministros dos Negócios Estrangeiros da Parceria Oriental, incluindo o da Geórgia.

Nessa reunião, discutimos todas as possibilidades, mas os senhores deputados pensam realmente que podemos dar tudo a todos os países sem que eles façam o que lhes compete? Não podemos. Temos de lhes pedir que também façam a sua parte. Incluindo no respeitante ao comércio, porque um acordo de comércio livre e amplo só pode existir se houver legislação adequada. Não podemos simplesmente convidá-los a aderir à União Europeia, já que não há unanimidade no Conselho sobre este assunto.

São questões em relação às quais temos de olhar para ambos os lados, mas estamos a ajudar a Geórgia mais do que quaisquer outros. Continuo, portanto, a acreditar que esta política, como alguns disseram, tem realmente o vosso apoio. Trata-se de uma política em que os tentamos ajudar o mais possível, mas também queremos que a Geórgia assuma a atitude correcta.

Presidente. – Está encerrado o debate.

(A sessão, suspensa às 19h55, é retomada às 21 horas)

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ*Vice-Presidente***17. Respostas para relançar a economia nos países da Europa Central e Oriental**

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre as respostas para relançar a economia nos países da Europa Central e Oriental.

Joaquín Almunia, *Membro da Comissão.* – (ES) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a crise económica afectou toda a Europa. A bem dizer, afectou o mundo inteiro, mas aqui, na União Europeia, talvez tenha afectado especialmente, por várias razões, os países da Europa Central e Oriental, ou seja, os novos Estados-Membros. Em primeiro lugar, por serem economias manifestamente mais frágeis do que as mais desenvolvidas, industrializadas e consolidadas da Europa Ocidental, e porque, não possuindo um sistema financeiro que tenha originado a crise, têm estado muito dependentes do investimento directo proveniente do exterior para financiarem o seu crescimento. Quando a crise irrompeu, e sobretudo quando, em 2008, se agravou, esse investimento estagnou, deixando estas economias sem o financiamento de que precisam para crescer, dada a insuficiência das suas poupanças e recursos internos.

Dito isto, cabe acrescentar que, como é óbvio, as economias dos países da Europa Central e Oriental não foram afectadas todas por igual. Algumas delas estavam mais bem preparadas para resistir às ondas de choque da crise. Em algumas, houve a prudência de, antes da crise, desencadear reformas políticas que dotaram o seu modelo de crescimento de bases mais sólidas.

De qualquer modo, a União Europeia – e a Comissão enquanto uma das suas instituições – reagiu à crise, em particular através de uma série de medidas que davam resposta a uma preocupação específica e que, em termos relativos, eram mais favoráveis para os países da Europa Central e Oriental.

O Plano de Relançamento da Economia Europeia, adoptado em finais de 2008, baseia-se nos incentivos fiscais, que, naturalmente, tiveram uma muito maior amplitude nas grandes economias da Europa Ocidental que integram a zona euro. No entanto, por estimularem a oferta interna nos países da Europa Ocidental, esses incentivos permitiram que o mercado continuasse a ser uma fonte de crescimento graças à procura externa nos países da Europa Central e Oriental.

Em complemento do Plano de Relançamento da Economia Europeia, as instituições europeias tomaram decisões que implicavam um acréscimo dos empréstimos a conceder pelo Banco Europeu de Investimento. É evidente que as contas de 2009 ainda não estão fechadas, mas prevejo que, no final do corrente ano, o valor total dos empréstimos concedidos pelo Banco Europeu de Investimento talvez exceda em mais de 50% o de 2007, o ano anterior à crise.

O Banco Europeu de Investimento atribuiu uma prioridade específica às suas operações de financiamento nos países da Europa Central e Oriental, numa série de segmentos e sectores de actividade. Para o efeito, recorreu a instrumentos que já eram utilizados, antes da crise, no âmbito das iniciativas JEREMIE, JESSICA, JASPERS e outras. Embora, em rigor, não seja uma instituição da União Europeia, o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) também intensificou a sua actividade sob o impulso dos países europeus e da Comissão Europeia, que são seus accionistas.

Os Fundos Estruturais continuaram a dar o seu contributo positivo de sempre relativamente aos países que têm necessidade de beneficiar da política de coesão, mas no início da crise foi decidido, por exemplo, aumentar os recursos que poderiam ser adiantados por esses fundos aos países que deles beneficiam, em particular no caso dos países da Europa Central e Oriental.

Infelizmente, o Conselho não aprovou uma iniciativa da Comissão no sentido de, durante a crise (2009 e 2010), o Fundo Social Europeu financiar a 100% uma série de acções de apoio a trabalhadores e a políticas activas de emprego.

Como sabem, o mecanismo de apoio às balanças de pagamentos não era utilizado desde 1993. Trata-se de um instrumento destinado a financiar países com dificuldades em garantir o financiamento externo, devido à sua balança de pagamentos, ou com dificuldade em financiar as necessidades orçamentais. O seu limite máximo aumentou, por iniciativa da Comissão e com o acordo do Conselho, de 12 mil milhões de euros para 50 mil milhões de euros, dos quais cerca de 15 mil milhões foram utilizados em operações de apoio

financeiro a três países da Europa Central e Oriental que são Estados-Membros da União Europeia: a Hungria, a Letónia e a Roménia.

Finalmente, gostaria de referir a chamada “Iniciativa de Viena”, promovida e apoiada conjuntamente pelas instituições europeias e por instituições financeiras internacionais. Essa iniciativa assegurou a coordenação da acção do sistema financeiro privado, cuja estrutura, em muitos destes países, está fundamentalmente centrada em bancos da Europa Ocidental que investiram nos países da Europa Central e Oriental e aí estabeleceram filiais e escritórios.

A Iniciativa de Viena tornou possível a coordenação da acção, incluindo a da manutenção das posições e dos riscos assumidos por bancos privados nestes países. Foi possível manter um sistema financeiro perfeitamente operacional que tem ajudado a financiar as consequências da crise e a garantir o investimento necessário para a ultrapassar. Isto apesar dos avisos sobre riscos excessivos assumidos por alguns bancos da Europa Ocidental estabelecidos nestes países. A verdade é que, até agora, não houve “vítimas” a lamentar entre esses bancos, que, pelo contrário, mantiveram níveis de capitalização e de actividade financeira bastante razoáveis tendo em conta as difíceis condições em que o sistema está a operar.

Já são visíveis alguns sinais positivos. É claro que também se vislumbram alguns desafios muito significativos. Isso significa que ainda não terminámos. Temos de continuar a ser muito criteriosos na utilização dos instrumentos de que as instituições europeias dispõem para ajudar estes países a encontrarem o caminho da recuperação e da saída da crise.

Permitam-me que cite um exemplo positivo, a Polónia, que foi o único país da União Europeia que manteve um crescimento positivo ininterrupto ao longo da crise. Foi o único em toda a União Europeia, e é um país da Europa Central e Oriental e um dos novos Estados-Membros.

Por último, quero referir a importância do euro enquanto âncora das estratégias de resistência às ondas de choque da crise e de saída dessa mesma crise. O euro é um ponto de referência na condução de estratégias adequadas à saída da crise. Um dos países desta região, a Eslováquia, juntou-se à zona euro já depois do início da crise e, ontem mesmo, as autoridades eslovacas realizaram, em Bratislava, uma conferência em que enalteceram a forma como o euro os protegeu das consequências mais nefastas da crise e os está a ajudar a suportá-la em condições muito melhores do que as que teriam se não pertencessem à zona euro.

Outro país da região, a Estónia, quer juntar-se à zona euro e integrar a sua moeda no euro em 2011. Até ao momento, os indicadores e o grau de conformidade com os critérios do Tratado de Maastricht, agora Tratado de Lisboa, apontam para que esse objectivo seja possível. Não o podemos garantir antes da publicação do respectivo relatório de convergência, na próxima Primavera, mas é possível que a Estónia esteja na zona euro em 2011.

Para os países terceiros da região, países candidatos ou países potencialmente candidatos, a adesão à União Europeia é também uma forte garantia de que as suas estratégias e políticas são adequadas.

É, portanto, verdade que há imensas dificuldades. É verdade que estes países têm economias mais frágeis. É verdade que as consequências de uma crise como a que estamos a atravessar são, para os cidadãos destes países, infinitamente mais penosas do que para os cidadãos dos países que têm sistemas de protecção social e regimes de segurança social muito mais estáveis, fortes e consolidados.

Em todo o caso, é bom que se diga que, quando se trata de fazer face a uma crise como a que estamos a viver, os instrumentos de que as instituições europeias dispõem e o simples facto de pertencerem à União Europeia e poderem fazer parte da União Económica e Monetária constituem um factor favorável e não um entrave.

Arturs Krišjānis Kariņš, em nome do grupo PPE. – (LV) Senhor Presidente, Senhor Comissário Almunia, existem duas abordagens possíveis para ajudar as economias dos Estados-Membros da Europa Central e Oriental a recuperar: dar o peixe ou dar uma cana de pesca. Como é natural, o melhor é dar uma cana de pesca. A dificuldade reside em saber que tipo de cana de pesca é a mais adequada. A pedra angular e bitola da recuperação é a criação de novos postos de trabalho. Para que isso aconteça é necessário que exista investimento. Um dos principais obstáculos ao investimento na região é a falta de clareza quanto à estabilidade da taxa de câmbio nacional e à introdução do euro. Neste momento, a introdução do euro nos novos Estados-Membros assemelha-se a uma corrida de cavalos, em que cada Estado tenta deixar os outros para trás e chegar primeiro à zona euro.

Pode acontecer que nesta situação de crise, alguns Estados-Membros se prejudiquem; por exemplo, ao procederem a uma redução rápida da despesa orçamental aumentam o desemprego para além do nível que

as suas economias conseguem suportar. Pode também suceder que um Estado-Membro, ao aderir à zona euro, prejudique a economia de um Estado vizinho fora da zona euro ao atrair para si o investimento, aumentando a taxa de desemprego no país vizinho. A União Europeia assenta no princípio da solidariedade. Quando a União Europeia aumentou, em 2004, o número dos seus Estados-Membros, foi criada e adoptada uma estratégia unificada para a recepção destes Estados-Membros na Europa. Considero que a Comissão Europeia deve repensar o processo de introdução do euro e deve preparar uma estratégia clara para a sua introdução, que não induza indirectamente os Estados-Membros a prejudicarem-se a si mesmos ou aos países vizinhos. Não é necessário alterar os critérios da estabilidade, mas há que criar um calendário e um plano conjunto para toda a região, para podermos introduzir uma moeda única na Europa, através da utilização de um procedimento estabelecido que seja claro para todos. Isso seria a cana de pesca que iria ajudar as economias dessa região a recuperar, abrindo as portas ao investimento e à criação de postos de trabalho.

Sergio Gaetano Cofferati, *em nome do grupo S&D*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tal como o Senhor Comissário Almunia tão bem referiu, as consequências desta grave crise económica e financeira têm sido sentidas em todos os países do mundo e, como é natural, também na Europa. Na UE, são os países mais débeis, sobre os quais estamos agora a falar, que têm sido mais atingidos.

São países que aderiram recentemente à União e que se encontram fora da zona euro. Importa, portanto, recordá-los e identificar as acções mais eficazes para que possam fazer parte da Europa como um todo e, subsequentemente, participar da vida da União, em condições de igualdade com os outros países. São, portanto, necessárias intervenções da política monetária, começando com as do Banco Central Europeu, uma vez que sem uma ajuda ao aumento do seu PIB e sem investimento nos seus sistemas de produção, não conseguirão corrigir os desequilíbrios que estão actualmente a sobrecarregá-los, satisfazer os critérios de Maastricht e aderir à zona euro. É também importante, tal como recordou, que existam outras acções, como a facilitação do acesso aos recursos disponibilizados pelos fundos europeus e ao financiamento do BEI.

No entanto, considero que não devemos esquecer que essas acções devem ser realizadas num quadro de acções simultâneas que visam também outros países débeis na Europa. Não se trata de um problema apenas dos países que estamos hoje a debater, como todos infelizmente bem sabemos, e por todas essas razões, não podemos continuar a adiar a criação de um sistema de financiamento europeu que possa apoiar os investimentos com uma visão global da Europa. Falo da criação de um fundo financiado por euro-obrigações, que me parece constituir a única solução prática ao alcance dos Estados-Membros e da União Europeia.

Chegou agora o momento, nesta fase, de dar provas de visão e de coragem política no que diz respeito à vontade de superar a crise e de criar condições para o desenvolvimento competitivo da Europa, um desenvolvimento que vele pelo bem-estar de todos os europeus.

Guy Verhofstadt, *em nome do grupo ALDE*. – (FR) Senhor Presidente, a razão pela qual nós, assim como outros deputados aqui presentes, solicitámos a realização deste debate, tem a ver com o surgimento, com a crise económica, de uma nova cortina de ferro, Senhor Comissário. Esta cortina de ferro monetária separa os que estão fora da zona euro dos que estão dentro.

Muitos dos problemas que afectam hoje a maioria dos Estados bálticos, por exemplo – o Senhor Comissário referiu a Polónia, mas eu poderia, naturalmente, referir a Bulgária, a Roménia, a Hungria – devem-se ao facto de não se encontrarem na zona euro. Por isso, têm de continuar a utilizar a sua moeda local, com consequências, que são, neste momento, prejudiciais e devastadoras. Podemos falar de um relançamento económico, mas nesses países, não existe, por enquanto, qualquer relançamento económico. Em alguns destes países, a taxa de desemprego é superior a 20%, e os salários do sector público tiveram de sofrer uma redução superior a 20%. Os valores relativos ao seu crescimento económico são extremamente negativos.

O que importa é permitir-lhes a adesão à zona euro o mais rapidamente possível. No entanto, neste momento, estão a sofrer os efeitos nocivos desta situação. Claramente, a ideia não é alterar as condições do Pacto de Estabilidade e Crescimento – ninguém pediu isso. Não devem ser alteradas, porque, tal como bem afirmou, a zona euro tem funcionado como uma defesa contra a crise económica e financeira. Contudo, temos de ajudar esses países de uma forma diferente, não através da alteração das condições do Pacto de Estabilidade e Crescimento, mas compensando o efeito negativo que estão a sofrer por estarem fora do sistema. Se não o fizermos, ainda demorarão mais alguns anos a aderir à zona euro.

Apresentámos uma série de sugestões, elaborámos um plano em seis pontos e solicitámos à Comissão Europeia para levar esse plano em consideração. É, portanto, necessário que exista cooperação entre o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento. Que medidas devem ser adoptadas neste contexto? Em primeiro lugar, o Banco Central tem também de ceder liquidez aos bancos locais. Cedeu

liquidez aos bancos na Europa Ocidental; indirectamente, forneceu também recursos aos bancos suecos, por exemplo, apesar de algumas instituições bancárias locais não terem recebido nada do Banco Central Europeu.

Estes seis pontos integram outras propostas. Por exemplo, por que não aumentar a percentagem do financiamento pela UE e reduzir a proporção do financiamento pelo Estado dos fundos sociais, regionais e de coesão, etc? Com efeito, os Estados-Membros não dispõem actualmente de recursos orçamentais necessários para financiar determinados projectos. Poderíamos, portanto, avançar para, por exemplo, 75% do financiamento por parte da Europa e 25% pelos Estados-Membros, em particular, os Estados bálticos.

Referi apenas duas das seis ideias muito concretas que apresentámos e relativamente às quais o Banco Central Europeu ou a Comissão ou o Banco Europeu de Investimento pode tomar uma decisão. É disso que estes países necessitam. Pessoalmente, não considero um progresso o facto de o Fundo Monetário Internacional estar a intervir nesses países e a ditar a conduta que devem adoptar. A meu ver, cabe à Europa decidir o que deve ser feito.

É esse o nosso pedido. Em todo o caso, estive nestes países e fiquei chocado pelo facto de estas pessoas se sentirem abandonadas pela União Europeia na sua luta quotidiana. Insto a próxima Comissão Europeia a apresentar um plano credível para os Estados da Europa Central e Oriental e, mais especificamente, para os Estados bálticos.

Tatjana Ždanoka, em nome do grupo Verts/ALE. – (EN) Senhor Presidente, sou originária da Letónia, um país duramente atingido pela crise financeira. Devido à política irresponsável dos governos de direita, a Letónia correu o risco de falir sem qualquer auxílio do exterior. Agora estamos a falar de diferentes soluções financeiras e económicas que poderiam mudar a situação para melhor. Como é natural, temos de debater devidamente todas as soluções, nomeadamente a rápida introdução do euro. Entretanto, receio bem que a perspectiva económica e financeira constitua apenas uma das faces da moeda. Temos de debater também a perspectiva social.

Agora, existe a percepção entre muitos residentes da Letónia de que as instituições da UE são os “maus da fita”: os “maus” que fazem com que o nosso pobre governo reduza as pensões e prestações, os “maus” que são responsáveis pela exclusão social e pela pobreza. Existem muitos políticos que alimentam essa percepção, sobretudo no interior da coligação governamental porque, se as pessoas pensarem que a actual crise se deve ao nosso Governo, este não sobreviverá às próximas eleições gerais.

Considero que a Letónia e outros países da região necessitam urgentemente de ajuda da UE? Sim, considero. Mas estou firmemente convicta de que necessitamos de um mecanismo sólido de controlo e da criação de condições muito rigorosas no domínio da política social. Os fundos da UE devem, antes de tudo, ser canalizados para resgatar o cidadão comum, não os bancos ou a burocracia estatal. Por conseguinte, aproveitando esta oportunidade, gostaria de pedir a todos os meus colegas e deputados para assinarem a declaração escrita 0056/2009, que foi lançada pelos representantes de três grupos políticos, sobre a condicionalidade social para a assistência da União Europeia.

Roberts Zile, em nome do grupo ECR. – (LV) Senhor Presidente, Senhor Comissário, muito obrigado Senhor Deputado Verhofstadt por ter apresentado a pergunta. No entanto, a apresentação da pergunta durante debate desta noite pode confundir os cidadãos da União Europeia na Europa Ocidental. “Reparem, temos de sofrer também com a crise financeira, porque a Europa Oriental e Central criaram estes problemas através da sua governação inábil, não apenas a si mas também a nós”. Esta opinião degrada a confiança, já seriamente debilitada, na política de coesão da União Europeia. Porém, o exemplo dos Estados bálticos mostra que nos encontramos no mesmo barco. A prossecução pelo sector bancário escandinavo da quota de mercado e de lucros elevados afastou, na prática, as moedas nacionais dos Estados bálticos do mercado de empréstimos, especialmente do mercado de empréstimos hipotecários para aquisição de habitação. Com uma taxa de câmbio nacional fixa, a responsabilidade civil dos mutuários para com os mutuantes era muito elevada: todo o risco cambial no valor de um compromisso com custos excessivos era suportado pelos mutuários.

Em finais de 2008, no final de negociações tensas entre o Governo da Letónia, o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Governo sueco, foi tomada a decisão de adquirir o segundo maior banco comercial utilizando apenas o dinheiro dos contribuintes da Letónia e de manter a solidez da taxa nacional de câmbio. Assim, nós, os cidadãos letões, após muitos anos de perda da nossa receita, de competitividade e, possivelmente, de qualidade da sociedade, resgatámos o sector da banca dos escandinavos e de outros investidores, pelo menos nos Estados bálticos, uma vez que o efeito de dominó em caso de falência dos bancos ultrapassaria largamente as fronteiras da Letónia e atingiria até, tanto os fundos de pensões como

os accionistas dos bancos. Sim, a Comissão Europeia ajudou-nos e o Fundo Monetário Internacional financiou esta escolha, mas a maior parte do empréstimo é canalizada para a estabilização do sector bancário.

Ao não permitir o incumprimento e ao manter uma taxa de câmbio forte, desvalorizámos a nossa economia em 20% do PIB, mas na realidade estivemos a ajudar os vizinhos estónios, cuja vantagem era, naturalmente, possuírem um equilíbrio orçamental responsável há muitos anos, com vista à introdução do euro já em 2011. Parece ainda mais estranho ser extremamente necessário um exemplo como a Estónia para a união monetária da Europa. Isso mostra, aliás, que os critérios de Maastricht para a introdução do euro funcionam até mesmo em momentos de crise. Não é que não estejamos contentes pelos estónios, mas o nosso sacrifício, ao adquirir o banco, foi uma medida de solidariedade na medida em que não impingimos o infortúnio aos nossos vizinhos nem aos investidores agressivos. Só queríamos ver alguma solidariedade europeia por parte dos responsáveis pelas políticas financeiras, nomeadamente quanto ao tema do obstáculo que é colocado aos novos Estados da zona euro.

Os políticos da Letónia tiveram de tomar decisões extremamente difíceis, que a maioria dos meus colegas dos países europeus mais antigos não teriam de tomar nem mesmo nos seus mais terríveis pesadelos. No entanto, não está ao nosso alcance eliminar o risco cambial da dívida privada dos cidadãos e não queremos comportar-nos como vândalos, introduzindo unilateralmente o euro ou permitindo a circulação da moeda europeia paralelamente com a nossa moeda nacional. No entanto, o objectivo da nossa sociedade demograficamente envelhecida não pode ser passar muitos anos a cambiar para euros cada lat ganho para pagar aos bancos, enquanto à noite, rezam para que o lat se mantenha forte face ao euro.

Alfreds Rubiks, em nome do grupo GUE/NGL. – (LV) Muito obrigado, Senhor Presidente, relativamente à questão da modernização da política social e da assistência aos Estados da Europa Central e Oriental, existe, na minha opinião, muita retórica mas poucos resultados concretos. Não foi totalmente integrada uma nova política social na macroeconomia da União Europeia. O orçamento é reduzido e não está a acompanhar o alargamento da União Europeia. No seu esforço para alargar a sua área de influência, a União Europeia presta frequentemente mais ajuda a países fora da UE do que aos novos Estados da União. Por isso, não é por acaso que na Letónia, por exemplo, a maioria dos habitantes se encontram actualmente numa situação mais difícil do que antes da adesão à União Europeia. Mais de 90% dos pensionistas estão a sobreviver com rendimentos que se encontram abaixo do nível de subsistência.

O desemprego na Letónia atingiu 20%, o produto interno bruto desceu 19%, a dívida estatal é superior ao orçamento anual e as pensões sofreram uma redução de 10%. As pessoas estão a protestar, a abandonar a Letónia, a anunciar greves de fome por tempo indeterminado ou a oferecer-se para vender os seus órgãos para obterem dinheiro para sustentar as suas famílias. O número de suicídios está a aumentar. Há que mudar a política de segurança neoliberal da União Europeia. O capitalismo provocou a crise, mas são os trabalhadores e os pensionistas que estão a pagar para encontrar uma forma de sair dela. O investimento por parte dos principais bancos e empresas capitalistas multinacionais na resolução dos problemas causados pela crise é mínimo. A União Europeia está a permitir que as classes mais elevadas e os bancos sejam salvos pelas receitas fiscais do Estado, ou seja, pelo dinheiro dos contribuintes.

Os países da Europa Oriental pretendem uma atribuição igual dos subsídios à agricultura, uma vez que, neste momento, os subsídios estão mais concentrados nos Estados-Membros mais antigos, o que distorce, simultaneamente, o mercado livre de mão-de-obra. Deve colocar-se um ponto final à abordagem desigual no cálculo e pagamento das ajudas directas e à separação desses pagamentos da transformação de produtos específicos. A Comissão Europeia e o Parlamento devem aprovar democraticamente regulamentos que visem a protecção não apenas dos interesses dos grandes produtores e banqueiros, mas também dos necessitados na União Europeia rica e democrática.

Jaroslav Paška, em nome do grupo EFD. – (SK) A crise económica e financeira tem exercido um efeito muito mais severo nos países em transformação da Europa Central e Oriental do que nas democracias estáveis da Europa Ocidental. A atitude correcta é, portanto, procurar formas de contrariar esse desenvolvimento económico prejudicial. No entanto, não devemos esquecer que os milagres só acontecem nos contos de fadas. Portanto, o requisito básico e fundamental no que respeita a mudanças para melhor é a adopção pelo governo de uma política financeira e económica responsável e uma legislatura funcional de direita e moderna em todos os países afectados. Só então será possível, através de medidas industriais específicas, participar na ajuda gradual ao desenvolvimento económico.

Para que essa ajuda seja eficaz, os seus recursos financeiros não devem ser gastos no consumo ou em prestações sociais, nem em postos de trabalho sem sentido, criados de forma artificial. Não deveria ser possível, por

exemplo, um governo utilizar essa assistência para dar continuidade ao funcionamento de uma antiga central térmica que produz mais emissões do que energia eléctrica, apenas porque cria, alegadamente, alguns postos de trabalho novos.

Se quisermos verdadeiramente ajudar os países afectados, temos de apoiar os projectos financeiros que possuam um elevado nível de inovação e que preservam, de forma consistente, o meio ambiente. Velemos por que os fundos investidos nestes programas de apoio contribuam para uma reestruturação das empresas e produzam um efeito a longo prazo nos países afectados, assim como em toda a Europa.

Zoltán Balczó (NI). – (HU) Em primeiro lugar e acima de tudo devemos encontrar uma solução para evitar a ocorrência de uma crise semelhante no futuro. O tumulto causado pelo sistema financeiro global está a varrer o mundo, com repercussões directas na economia real, porque as empresas não têm acesso ao crédito, que é a seiva vital da economia. O ensinamento que podemos retirar daqui é óbvio. Fica claro que temos de abandonar a convicção colocada na supremacia e na auto-regulação do mercado e aceitar e fazer cumprir o papel regulador do Estado.

Falamos do relançamento económico, mas, como é natural, o objectivo final que pretendemos atingir com esse relançamento é a protecção dos postos de trabalho. Isto significa que é dada prioridade ao apoio às pequenas e médias empresas também na Europa, uma vez que são as PME que asseguram a maior parte dos postos de trabalho. As condições de acesso ao crédito constituem uma questão fundamental. Os bancos têm, seguramente, operado de forma sensata, como ouvimos o senhor Comissário Almunia afirmar. Esta situação aplica-se também à Hungria, por exemplo, onde todos os bancos comerciais são filiais de bancos estrangeiros. Por isso, devido à sua prudência, tentaram reter o crédito de tal forma que paralisaram a economia nacional.

As subvenções directas, que a UE também permite, são igualmente e naturalmente necessárias, mas não devem ser concedidas aos governos, como o actual Governo húngaro, que apoiam principalmente a instalação de empresas multinacionais, em vez de pequenas e médias empresas. Hoje, discutimos a questão do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, quando tratámos a modificação da lei orçamental de 2009 da Comissão Europeia. No seu projecto, a Comissão adoptou a medida significativa e drástica de reter estes fundos, apesar de estarem destinados precisamente à fixação da população rural.

Por que motivo estamos a falar sobre esta região em separado? Porque se tornou muito mais vulnerável do que a parte ocidental da Europa. Temos de voltar atrás no tempo, à década de 1990, quando ficou claro que a nossa esperança de que a nossa economia na Hungria também se tornaria independente nesta democracia era uma esperança vã. Esta região sofreu com o encargo crescente dos reembolsos parcelares que cobrem as dívidas herdadas, bem como com a utilização até ao limite dos seus recursos naturais e humanos baratos, apesar de terem todos gerado receitas muito significativas nos países ocidentais. É por isso que me sinto obrigado a afirmar, agora, com a devida justificação, que esta região deve receber mais apoio, já que se trata de uma questão de obter uma compensação parcial.

Enikő Győri (PPE). – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, a crise demonstrou que os países da Europa Central e Oriental fora da zona euro são muito mais vulneráveis do que aqueles em que é utilizada a moeda única. Em resultado da sua dependência de exportações fortes e de capital estrangeiro, assim como do elevado nível da dívida da população em moeda estrangeira, a taxa de recuperação também é mais lenta do que nos países que beneficiam da segurança da zona euro. Se a solidariedade entre os Estados-Membros não funcionar na prática e for apenas uma palavra vã nos slogans, a coesão interna da União Europeia diminuirá, comprometendo assim o desempenho de toda a UE.

No entanto, não necessitamos de quaisquer instrumentos novos da UE para atingir essa solidariedade e especialmente não de esmolas. Há que utilizar as oportunidades e recursos existentes de forma sensata. Neste contexto, o Banco Central Europeu pode ajudar a manter constantemente a liquidez dos bancos da região. O Banco Europeu de Investimento pode também ajudar através da disponibilização de crédito destinado às pequenas e médias empresas da região, enquanto as instituições da UE podem proporcionar ajuda através da adaptação das regras para a utilização dos montantes dos Fundos Estruturais e de Coesão se adequar a esta situação extrema. Gostaria particularmente de chamar a vossa atenção para o facto de muitas pessoas gostarem de tratar os países da Europa Oriental e Central como um bloco, apesar de esses países serem muito diferentes e de possuírem também diferentes estratégias para sair da crise.

Por exemplo, depois de quase oito anos de uma administração socialista incompetente, a Hungria esgotou todas as suas reservas. Neste momento, é forçada a adoptar uma atitude de moderação, que está em flagrante contraste com as acções concretas adoptadas noutros países europeus para gerir a crise, com base no relançamento económico. Apesar de os governos da Europa Ocidental já estarem a considerar a elaboração

de estratégias para sair da crise, alguns países da Europa Central e Oriental que foram mais gravemente afectados pela crise continuam, em 2010, a deparar-se com uma enorme recessão. Portanto, quando se trata de elaborar estratégias para sair da crise, é da maior importância estabelecer alguma diferenciação entre os países.

Os dirigentes da UE não devem elaborar regras padronizadas que iriam apenas agravar ainda mais a situação de alguns países e da respectiva população. Ao elaborar os regulamentos do novo sistema financeiro, há que velar por que o agravamento das regras em matéria de capital não dê origem a uma concorrência desleal entre os bancos. Os bancos da Europa Central e Oriental que se revelaram saudáveis não receberam qualquer injeção de capital proveniente de fonte alguma. Isso significa que só teriam mais dificuldade em fazer face aos requisitos mais rigorosos em matéria de capital que os seus congéneres resgatados na Europa Ocidental. Isso resultaria numa redução da sua vontade de obtenção de crédito, que, de qualquer maneira, já não era muito grande, com as pequenas e médias empresas, a acabarem por ser vítimas dessa situação. Temos, a todo custo, de evitar esse cenário.

Ivari Padar (S&D). – (ET) Senhor Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de congratular sinceramente o senhor Comissário Almunia pela eficácia do seu trabalho até a este momento. Existem muitos problemas comuns a todos os Estados-Membros da União Europeia e, simultaneamente, cada país tem sua própria política económica e os seus problemas específicos e devemos definitivamente ser todos auto-críticos quanto a esta questão. O argumento de que apenas os novos Estados-Membros da União Europeia têm sido gravemente afectados pela crise não é verdadeiro. Olhemos para os países onde os bancos têm necessidade de apoio económico – são principalmente os antigos Estados-Membros, não os novos. Da mesma forma, os problemas orçamentais são maiores na zona euro do que fora dela.

Simultaneamente, é evidente que os bancos transnacionais não criaram um risco adicional. A situação era exactamente oposta. Os bancos que operavam em vários países eram os mais seguros e foram capazes de estabilizar a situação em muitos países parceiros beneficiários. Os bancos que tinham problemas são os bancos, que simplesmente tomaram más decisões comerciais, como foi o caso, por exemplo, do Royal Bank of Scotland.

Kristiina Ojuland (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de me associar ao orador anterior nos agradecimentos dirigidos ao senhor Comissário Almunia. O Comissário Almunia tem uma visão clara das diferenças nos vários países da Europa Central e Oriental e do actual estado da sua situação económica e financeira.

O Comissário referiu a Estónia. Eu sou da Estónia e não tem sido tarefa fácil concretizar as nossas aspirações de aderir à zona euro, mas uma das coisas que considero que talvez tenhamos em comum com os outros países é a responsabilidade. Não ouvi até agora neste debate, nesta Assembleia, a palavra “responsabilidade”; apenas “solidariedade”. Como podemos esperar solidariedade quando temos enormes concorrentes a nível mundial como a China e a Índia que já levam algum avanço? Penso que devemos ser muito mais pragmáticos na União Europeia e pensar nas responsabilidades dos nossos governos nacionais.

Neste contexto é difícil fazer cortes. Na Estónia, foi muito difícil reduzir as despesas do governo do Estado, mas temos vindo a fazê-lo há anos. Nos anos favoráveis – nos anos de desenvolvimento – conseguimos constituir reservas e mais ninguém, apenas os governos dos Estados-Membros, é responsável por isso.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) Senhor Presidente, eu represento a Polónia, um país que talvez não tenha de se preocupar com a crise da mesma forma que, por exemplo, a Hungria ou a Letónia, mas, no meu país, apesar da propaganda do governo, o desemprego está também a aumentar claramente e realizou-se hoje em Varsóvia uma manifestação de trabalhadores dos estaleiros navais que acabaram de receber o último pagamento das suas indemnizações por despedimento.

De acordo com uma análise realizada pelo Banco Nacional da Polónia, a dinâmica da recessão em nove países da Europa Central e Oriental era seguramente mais forte do que nos países da Europa Ocidental. O que é mais grave é que as diferenças entre os países da nossa região são maiores do que entre os Estados da “antiga” UE. Esta situação deve-se, em parte, não apenas à maior estabilidade das economias dos antigos 15, mas também, sejamos francos, à sua maior competência para utilizar e vergar determinados instrumentos financeiros que teoricamente, foram proibidos pela União Europeia.

A Comissão Europeia e a senhora Comissária Kroes fecharam os olhos à ajuda que Berlim concedeu aos estaleiros navais alemães, mas condenaram a Polónia por fazer o mesmo e ordenaram a devolução do auxílio atribuído pela UE aos estaleiros polacos. Na prática, isso resume-se ao princípio de que alguns são mais iguais

do que outros e que estão a ser utilizados dois pesos e duas medidas. A indústria automóvel francesa pode receber mais auxílio governamental do que a indústria do mesmo sector nos países da “nova” UE. Isso só aumenta os desequilíbrios.

O Senhor Comissário falou sobre o papel salutar do euro, mas devia estar, certamente, a brincar. A Polónia não utiliza o euro e a crise afectou-nos menos do que à Eslováquia, que adoptou a moeda única e onde as consequências da crise são mais graves do que na Polónia. Apelo à solidariedade, a que o representante do grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) se referiu, mas fico com a impressão de que a referência feita nesta matéria terá sido hipócrita. Neste contexto, a hipocrisia não é uma homenagem à virtude.

Joe Higgins (GUE/NGL). – (EN) Senhor Presidente, estava a contar que o senhor Comissário Almunia e até que o senhor deputado Verhofstadt nos apresentassem uma explicação e uma análise das razões subjacentes ao desastre que atingiu a maior parte dos países na Europa Central e Oriental no panorama económico. Há vinte anos, tivemos um movimento heróico de trabalhadores nesses países que derrubou o monólito estalinista. Infelizmente, em vez de substituir esse monólito por um verdadeiro socialismo democrático, o que se seguiu foi o restabelecimento do capitalismo. Mas foi isso que foi preconizado por todo o situacionismo político capitalista europeu: a UE e as grandes empresas de comunicação social prometeram que o capitalismo anunciaria a chegada de uma nova era para os cidadãos da Europa Central e Oriental.

O mercado seria Deus e a concorrência seria a rainha. Temos, portanto, a imposição da agenda neoliberal tão querida do senhor Comissário: a privatização total dos bens públicos – na verdade, é o roubo da propriedade pública – e a colocação das economias destes países à mercê dos tubarões dos mercados financeiros internacionais. Até criámos um banco especial para supervisionar este processo, que tem sido um desastre completo. Os Estados bálticos estão em queda livre: A Letónia desceu 18% no terceiro trimestre, a taxa de desemprego é de 20%.

O que têm a Comissão Europeia e o senhor deputado Verhofstadt para oferecer? A prescrição do Fundo Monetário Internacional e dos bancos ocidentais europeus. Arrasar o nível de vida dos trabalhadores; arrasar os serviços públicos. Por isso, estamos, na Letónia, perante a ameaça de encerramento de metade dos hospitais até o final do corrente ano.

As políticas do situacionismo da UE significam a criação de um pesadelo para os cidadãos comuns destes países – a ameaça do surgimento de condições atrozes para os cidadãos. Assim, gostaria de aconselhar o povo da Europa Central e Oriental a rejeitar esta receita fatal do situacionismo da União Europeia, a nacionalizar os seus bancos, a colocá-los sob controlo democrático, para que invistam nas pessoas e no emprego, a nacionalizar ou renacionalizar os principais sectores da economia, mas desta vez sob o controlo dos trabalhadores para que possam planear a sua economia para as pessoas e não ficarem à mercê dos tubarões, da Europa das empresas e da Europa financeira, que provocou este desastre terrível para os povos desta região. Pode rir-se, Senhor Comissário, mas fico a aguardar a sua resposta.

Nikolaos Salavrakos (EFD). – (EL) Senhor Presidente, muito obrigado por me conceder a palavra e os meus agradecimentos também ao Senhor Comissário Almunia pelo relatório extremamente pormenorizado que apresentou ao Parlamento. Fiquei particularmente satisfeito com o facto de a Comissão ter decidido aliviar o Pacto de Estabilidade, reconhecendo, naturalmente, que os rigorosos critérios de Maastricht, como os 3%, são muito difíceis de alcançar em momentos de crise económica grave como a que estamos actualmente a viver.

Gostaria, em primeiro lugar, de destacar o facto de, nos últimos dias e semanas, o país de onde venho, a Grécia, ter estado sob o fogo de uma determinada agência de notação de risco, uma empresa de consultoria, relativamente à sua solvabilidade. Isso levanta a questão de saber se devemos considerar seriamente a criação de uma agência da UE para realizar esse trabalho, de modo que não possa ser feito por qualquer um e para que não esteja associado a agendas comerciais ocultas ou outras de natureza concorrencial.

Quero denunciar que a União Europeia auxilia mais um grande número de países terceiros do que os seus Estados-Membros. Gostaria também de apelar à solidariedade de que o meu país, a Grécia, necessita, para fazer face aos seus problemas.

Iliana Ivanova (PPE). – (BG) Muito obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, creio que uma política sensata para combater a crise nos países da Europa Central e Oriental deve basear-se no princípio de uma economia social de mercado, contrariamente às sugestões apresentadas pelo orador anterior. É por

isso que só uma economia forte, que respeite a liberdade da propriedade privada, o Estado de direito e a responsabilidade pessoal, pode garantir o custo da política social sustentável que a nossa sociedade merece.

Acredito firmemente que os nossos esforços e a nossa responsabilidade devem centrar-se numa série de pilares fundamentais. Em primeiro lugar, a estabilidade das finanças públicas. Um número alarmante de Estados-Membros apresenta elevados níveis de endividamento nacional. Temos de estar muito atentos e ser disciplinados. Devemos ter como objectivo défices orçamentais que não estejam apenas dentro do limite de 3% do PIB, mas também de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para conseguirmos orçamentos equilibrados.

No contexto do Pacto de Estabilidade e Crescimento, a Comissão Europeia e o Conselho devem acompanhar de perto os Estados-Membros quanto aos desequilíbrios macroeconómicos.

Em segundo lugar, temos de apoiar as pequenas e médias empresas. Isso porque as PME asseguram mais de 65% dos postos de trabalho na Europa, mas também porque proporcionam a maior flexibilidade e potencial de crescimento dinâmico, especialmente durante uma crise.

Em terceiro lugar, é importante apoiarmos os desempregados e os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade, bem como possibilitar o investimento suficiente na educação, na investigação e na obtenção de qualificações. O último ponto, e a principal prioridade dos Estados-Membros que aderiram recentemente, é o alargamento da zona euro.

Gostaria de pedir o vosso apoio e agradecer aos meus colegas, bem como de instar a Comissão Europeia e os Estados-Membros a reverem a sua posição com relação ao alargamento desta zona. Precisamos da vossa compreensão e solidariedade, especialmente em países como a Bulgária, de onde sou, que tem feito grandes esforços para cumprir os critérios de Maastricht e que tem também um dos menores défices orçamentais da União Europeia, assim como uma política fiscal extremamente disciplinada.

Caros colegas, creio que é importante continuarmos com os nossos esforços conjuntos e coordenados destinados a ajudar as nossas economias a recuperar e a sair da crise mais fortes do que antes.

Edit Herczog (S&D). – (HU) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, permitam-se começar a minha intervenção de um minuto por agradecer aos meus colegas deputados dos países da zona euro por terem considerado importante assistir a este debate. A solidariedade começa com a sua presença.

Sem esquecer a responsabilidade dos Estados-Membros, tal como foi afirmado pelo meu colega, os novos Estados-Membros estão a deparar-se com dificuldades de ordem geral que nos parecem claramente objectivas. Uma dessas dificuldades é o procedimento aplicado ao processo de adesão já com vinte anos, que causou graves problemas económicos a estes países e exigiu uma verdadeira solidariedade social por parte dos seus habitantes. Outra das dificuldades é a ausência nestes países do mecanismo de defesa proporcionado pela zona euro, o que significa que se encontravam numa situação muito mais desprotegida, quando a crise os atingiu. Por último, a proporção de pequenas e médias empresas e de pessoas por elas empregadas nesses países, comparativamente com os dados relativos à União Europeia.

Em suma, acredito firmemente que, para concretizarmos o relançamento económico nos países da União Europeia e da Europa Central e Oriental, temos de unir esforços e tratar o emprego, o equilíbrio financeiro e o crescimento económico como um objectivo com três vertentes. Penso que o pacote PME continha alguns desses elementos. De qualquer modo, deveríamos superar de alguma forma as dificuldades financeiras sentidas no sector das pequenas e médias empresas. Precisamos seguramente de mecanismos de ajuda do Banco Central Europeu para o conseguir. Quanto menor for a empresa, mais dificuldade tem a UE em lhe aceder.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Vilja Savisaar (ALDE). – (ET) Senhor Presidente, gostaria, acima de tudo, de chamar a atenção para os três Estados bálticos, cuja situação é talvez a mais grave em toda esta região. Passo a apresentar alguns exemplos. A produção económica da Estónia caiu mais de 15%, enquanto a média da União Europeia é -4,1%. Nenhum outro país europeu à excepção dos três Estados bálticos registou uma queda na produção económica superior a 10%. Em todos os três Estados bálticos, o desemprego aumentou, até este momento, mais de 15%.

Espero sinceramente que as propostas apresentadas pela Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa que visam relançar a economia e melhorar a situação financeira recebam a atenção e uma resposta muito concreta da Comissão. No ano passado, a Estónia teve de reduzir o orçamento três vezes e diminuir as despesas do

sector público e futuras reduções irão agravar a já grave situação social. Espero sinceramente que a Estónia adira à zona euro em 1 de Janeiro de 2011, a fim de criar um espaço para o crescimento económico e para a resolução das dificuldades financeiras.

Paul Rübig (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, encontramos-nos actualmente no meio de uma crise económica e financeira e considero que a liquidez é o factor mais importante numa crise, não apenas para os bancos e as empresas, mas em especial para os trabalhadores. A solvabilidade, é sempre, como é natural, um requisito prévio da liquidez e, portanto, o debate sobre a solvabilidade das empresas, bancos e trabalhadores é particularmente importante.

Como é óbvio, a solvabilidade baseia-se nos ganhos, quer se trate de um trabalhador, uma empresa ou um banco. Se não houver quaisquer ganhos, não existe, naturalmente, solvabilidade nem liquidez e é aí que se inicia a espiral negativa.

Por essa razão, é extremamente importante para nós garantir a não imposição no futuro de impostos adicionais sobre o comércio de mercadorias. Devemos, pelo contrário, considerar de que forma podemos impor uma taxa sobre as transacções financeiras a operações puramente financeiras que não se baseiem num serviço ou no comércio de mercadorias. Esta taxa poderia ser utilizada para refinaranciar os bancos e orçamentos nacionais e poderia, portanto, constituir a base para a criação de novos postos de trabalho.

Na realidade, o desemprego é completamente inaceitável. É, em última instância o principal factor subjacente ao surgimento da crise financeira e económica.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) Nos termos do Tratado de Lisboa, a economia da União Europeia é uma economia social de mercado. A nossa principal preocupação deve ser a criação de novos postos de trabalho, a redução do desemprego e saída da crise económica. Os Estados-Membros do Sudeste da Europa estão a deparar-se com enormes défices. Devem estimular a criação de novos postos de trabalho, mantendo uma política orçamental sustentável a longo prazo. A educação, a saúde, a agricultura e o desenvolvimento das infra-estruturas de transportes e de energia continuam a ser as principais prioridades para estes Estados-Membros. É importante que o nível de subsídios agrícolas nestes Estados-Membros esteja em pé de igualdade com os dos Estados-Membros mais antigos. A assistência prestada pela UE durante um período de cinco anos destinada à balança de pagamentos pode ser concedida se o Estado-Membro beneficiário se comprometer a reformar o seu sistema de impostos e direitos ou se adoptar medidas para intensificar a sua capacidade administrativa, a fim de aumentar e atingir a absorção máxima dos fundos europeus. Estes Estados-Membros necessitam também de apoio para modernizar os seus sectores industriais altamente poluentes para reduzir as emissões, mas preservar os postos de trabalho e garantir o desenvolvimento económico. Um último ponto que gostaria de acrescentar é que acredito que o apoio a estes Estados-Membros exige que a política de coesão para o período entre 2014 e 2020 continue a ajudar as regiões da Europa que estão menos desenvolvidas do ponto de vista económico.

Diogo Feio (PPE). – Senhor Presidente, queria começar por cumprimentar os promotores deste debate porque, de facto, é muito importante que se discuta a situação de países que são mais débeis no plano económico e de países que estão fora da zona euro. Ainda para mais, numa ocasião em que se fala de estratégias de saída da crise, em que se terá que tomar em atenção as diferentes situações que os vários países atravessam. E, se a situação é difícil em muitas economias do leste da Europa e em muitas economias do centro da Europa, também o começa a ser em muitas economias da parte ocidental que estão dentro da zona euro. Falo, por exemplo, do meu Estado, que é Portugal. A estratégia tem que ter em atenção as várias situações que são diferentes entre os Estados.

Os caminhos podem ser vários. É muito importante uma política monetária e orçamental que seja adequada, se calhar cada vez mais determinada por critérios de natureza política que olhem à necessidade de liquidez para as empresas e para as pequenas e médias empresas, que não criem e não mantenham obstáculos muito difíceis de ultrapassar por Estados que estão fora da zona euro e que criem pressão sobre os Governos nacionais para fazerem as necessárias reformas de médio e longo prazo. Terminando, tem que se passar da palavra aos actos. A coesão tem que ser efectiva.

Elena Băsescu (PPE). – (RO) Graças à aplicação com êxito do Plano de Relançamento da Economia Europeia, iremos sentir uma ligeira melhoria no próximo ano, em 2010, nos Estados-Membros da União Europeia.

Os países da Europa Central e Oriental foram afectados de diferentes formas pela crise económica. Por um lado, a Polónia registou um ligeiro crescimento económico, evitando assim a crise, enquanto a Roménia e a Hungria foram severamente afectadas pela crise económica.

A Roménia viveu, este ano uma crise económica sem precedentes, que foi também agravada pela grave instabilidade política desencadeada pelos socialistas, que pretenderam abandonar o governo por motivos de natureza eleitoral, devido à realização das próximas eleições presidenciais. As eleições presidenciais iriam realizar-se daí a apenas dois meses. A saída dos socialistas do governo e a introdução de uma moção de censura no Parlamento deixou a Roménia durante dois meses com um governo provisório com poderes limitados, incapaz de finalizar e aprovar um projecto de orçamento no Parlamento.

Em resultado, o Fundo Monetário Internacional adiou a entrega da terceira fracção de um empréstimo no valor de 1,5 mil milhões de euros. No entanto, o Governo suíço decidiu conceder-nos um empréstimo a fundo perdido no valor de cerca de 120 milhões de euros. O meu país registou um crescimento económico negativo de 8% e uma taxa de desemprego dois pontos abaixo da média da União Europeia. No futuro, a UE necessita de uma estratégia centrada em levar os governos a deixar de apoiar as suas economias nacionais. No entanto, isso não será possível, na Roménia, até 2010, dado que não estamos autorizados a fazê-lo pelo acordo assinado com o FMI.

Petru Constantin Luhan (PPE). – (RO) Concorde com o ditado que diz que se estiver a regressar de uma pescaria e encontrar uma pessoa no caminho, deve ensiná-la a pescar em vez de lhe dar um peixe. Porém, é importante saber que temos de ensiná-la a pescar. Refiro-me aqui aos Estados que aderiram recentemente à UE e que ainda precisam de aprender. No entanto, não conseguem aprender sozinhos. Temos também de lhes fornecer os recursos financeiros para o efeito. Pessoalmente, considero que uma economia saudável é constituída principalmente por pequenas e médias empresas. Consequentemente, as políticas de coesão territorial, social e económica devem ser direccionadas principalmente para a afectação dos fundos de coesão europeus a este tipo de economia. Gostaria de acrescentar que a política de coesão territorial, social e económica da UE foi recentemente negligenciada no que respeita à definição das prioridades da União Europeia.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Victor Boştinaru (S&D). – (RO) Ao ouvir a senhora deputada Băsescu, não posso deixar de exclamar: "O, les pauvres! Santa simplicidade no Parlamento Europeu".

Voltando a assuntos mais sérios, a contracção económica nos países da Europa Central atingiu proporções dramáticas. As disparidades entre estes países e os países ricos da Europa Ocidental estão a aumentar. Além disso, a capacidade desses países para gerar incentivos económicos e financeiros continua a um nível tão baixo que é quase insignificante. Quero chamar a atenção da Comissão Europeia para o facto de, em resultado dos custos sociais, do aumento considerável do desemprego e dos cortes orçamentais drásticos, as capacidades destes países de co-financiar projectos com financiamento europeu terem também diminuído. Todos estes factores podem condenar os países da Europa Central...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Lajos Bokros (ECR). – (ES) Gostaria de colocar algumas questões muito simples ao senhor Comissário Almunia sem as dificuldades da tradução. O que pensa da alteração dos critérios do Tratado de Maastricht para passar, eventualmente, a incluir um novo critério relativo à balança de pagamentos, um limite máximo para o défice das contas correntes e da dívida externa?

O que pensa da política de taxa de câmbio? É melhor manter uma taxa de câmbio fixa ou flexível em época de recessão?

E quanto aos países que adoptaram o euro sem serem membros da União Europeia, é uma vantagem ou uma desvantagem para eles nas negociações com vista a assumir as responsabilidades da zona euro no futuro?

Csaba Sógor (PPE). – (HU) Senhor Presidente, a gripe ataca as pessoas que possuem uma constituição mais débil. Portanto, os países da Europa Central e Oriental necessitam não apenas de uma "vacinação", mas também de algo para fortalecer a sua constituição. Os senhores sabem aquilo a que me estou aqui a referir. A mudança de regime deve ter o nosso apoio, não apenas a economia, que deve, naturalmente, também ser apoiada. A razão é que, num grande número de países da Europa Central e Oriental, a economia, os meios de comunicação social e política ainda estão hoje nas mãos dos que arruinaram, de forma sistemática, esta região nos últimos 40 anos.

Por conseguinte, devemos apoiar aquilo a que chamamos valores europeus para que um país não vá debater – na Europa do multilinguismo – a necessidade de uma legislação aplicada às línguas e outro não pretenda

introduzir a culpa colectiva como uma mera nota de rodapé no Tratado, em vez dos valores europeus. Por isso, os países da Europa Central e Europa Oriental necessitam...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Zigmantas Balčytis (S&D). – (LT) Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Comissário, em 2006, nós, os lituanos tentámos efectivamente introduzir o euro, mas infelizmente não cumprimos os critérios por uma centésima. Não obstante, quero realmente agradecer-lhe, Senhor Comissário, relativamente ao período anterior, pelo trabalho desenvolvido e pela cooperação extremamente positiva.

Quanto ao problema de hoje, penso efectivamente que as condições mudaram e que houve realmente algumas boas propostas para a revisão de alguns aspectos. Não estou, de forma alguma, a sugerir os critérios de Maastricht, mas pormenores muito elementares que proporcionarão a todos os Estados alguma oportunidade para a regulação dos preços. Refiro-me aos diversos mecanismos de taxa de câmbio e não só.

Gostaria que a Comissão Europeia tivesse esta proposta em mente e de agradecer ao senhor deputado Guy Verhofstadt, que sugeriu que, no futuro, poderemos sentar-nos e discutir com calma de que forma podemos ajudar os Estados da Europa Oriental, os Estados bálticos, uma vez que o desemprego realmente...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Joaquín Almunia, Membro da Comissão. – (ES) Senhor Presidente, desejo agradecer ao senhor deputado Verhofstadt, que iniciou este debate, e a todos os que intervieram. Estou-vos muito agradecido pelos contributos e ideias que deram.

Permitam-me que comece com uma frase usada pelo senhor deputado Verhofstadt. O senhor deputado afirmou que o facto de existirem países na Europa Central e Oriental que não fazem parte da zona euro significa que existe uma *“rideau de fer”* (uma cortina de ferro). Não concordo, porque alguns dos países da Europa Central e Oriental que ainda não aderiram ao euro estão em situações económicas extraordinariamente difíceis, mas há outros cujas situações económicas não são mais difíceis que as de economias mais maduras e mais avançadas. Estes últimos pertencem à União Europeia há muito mais tempo, têm estado a receber financiamento do Banco Europeu de Investimento e dos Fundos Estruturais há muito mais tempo e fazem parte da zona euro, e têm problemas igualmente graves ou, por vezes, mais graves do que muitas das economias da Europa Central e Oriental.

Deste modo, o problema não é uma cortina de ferro, que não existe há já vinte anos, e não é que os instrumentos disponíveis para a União Europeia não estejam a ser usados nessa região, porque estão a ser usados, tal como referi no meu discurso inicial. Alguns de vós aludiram a isto, enquanto outros parecem não ter consciência de que os instrumentos estão a ser usado em muito maior medida do que o que podíamos ter imaginado quando esta crise começou em 2007.

Com o maior respeito, o problema não é a forma como os critérios de adesão ao euro são interpretados, e já debatemos este assunto muitas vezes nesta Assembleia. Não é esse o problema. Têm havido críticas nesta Assembleia daqueles que, na altura, decidiram permitir que alguns dos actuais membros da zona euro aderissem quando ainda não era muito claro se as condições tinham sido cumpridas. Aquilo que estamos a constatar agora é que as economias que não estão bem preparadas para enfrentar uma crise como esta são as que mais sofrem, tanto dentro da zona euro como fora desta. É este o problema com que nos devemos preocupar.

Precisamos de cooperar mais? É evidente que sim. Precisamos de consolidar os instrumentos europeus? É evidente que sim. A Comissão está a solicitar ao Conselho e ao Parlamento que o façam. O Parlamento está igualmente a solicitar à Comissão que o faça, e aquilo que eu peço ao Parlamento é que solicite ao Conselho que o faça, porque a proposta da Comissão no sentido de as acções do Fundo Social Europeu em 2009 e 2010 serem financiadas a 100% por recursos europeus, nos países que beneficiam do Fundo Social Europeu, não foi aceite pelo Conselho. Ficaria muito grato se pudessem transmitir isto ao Conselho.

(FR) É a última vez que estarei aqui presente na qualidade de Comissário para os Assuntos Económicos e Monetários, e quero transmitir a sua posição, que é igualmente a minha, ao Conselho Ecofin. Na verdade, creio que é importante, em alturas como estas, usar os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão de uma forma diferente da prevista em circunstâncias normais. Prosseguirei na minha língua materna.

(ES) Concorde. Concorde com muitas das ideias dos seis pontos referidos pelo senhor deputado Verhofstadt, que incluiu numa carta ao Presidente da Comissão Europeia e ao Presidente do Banco Europeu de Investimento.

Estamos de acordo em muitos aspectos. Em muitos aspectos, estamos já a agir em consonância com os pontos que o senhor deputado referiu. Citei-os imediatamente aquando da minha primeira intervenção.

Contudo, pensar que a utilização de instrumentos europeus permite evitar ter de fazer ajustamentos difíceis para enfrentar as consequências de uma recessão como esta demonstra falta de consciência relativamente à magnitude da recessão que sofremos, tanto dentro da zona euro como fora desta, na Europa Central e Oriental e igualmente na Europa Ocidental. Tem sido de uma tal magnitude que podemos imaginar como, por exemplo, a Irlanda fez ajustamentos tão difíceis, não porque o Fundo Monetário Internacional a tenha forçado, ou porque lhe tenha sido imposto por Bruxelas, mas porque as autoridades irlandesas consideram que é a melhor forma de ajustar a sua economia o mais depressa possível e de avançar com o mesmo ímpeto que tinha antes da crise.

As consequências sociais destes ajustes dizem-nos respeito, tanto a mim pessoalmente quanto ao Parlamento, ou ainda mais. Posso dizer-vos, dado que é do conhecimento público, que ao usar o mecanismo de apoio financeiro às balanças de pagamentos, a Comissão reduziu muitos dos ajustamentos propostos pelos governos dos países que beneficiam destes recursos. Vamos continuar a fazê-lo. Tentámos igualmente, tanto quanto possível, preservar os montantes nos orçamentos nacionais de modo a permitir co-financiar os fundos europeus, porque, de outro modo, as reduções nas despesas de investimento necessárias ao co-financiamento teriam tido consequências muito negativas nesses países.

Estamos, contudo, a ver sinais positivos, e é igualmente importante dizê-lo num debate como este. Não nos teria sido possível dizê-lo num debate semelhante em Outubro de 2008. Em Dezembro de 2009, tem de ser dito que há sinais positivos, que estamos a começar a ver a luz ao fundo do túnel, incluindo nos países que mais sofrem em resultado desta crise, nomeadamente a Letónia, a Lituânia, a Estónia e a Irlanda.

Ainda enfrentamos muita incerteza e os obstáculos que temos de ultrapassar são muito significativos, mas há luz ao fundo do túnel.

Assim, quando a recessão tiver sido ultrapassada, voltaremos a fazer o mesmo que fazíamos antes dela? Espero sinceramente que não! Dado que este é o meu último discurso no Parlamento, em matéria de economia, enquanto Comissário para os Assuntos Económicos e Monetários, permitam-me referir-vos cinco pontos que não constam dos seis pontos apresentados pelo senhor deputado Verhofstadt e que todos devíamos debater.

Em primeiro lugar, no contexto da nossa experiência com esta crise, os países da Europa Central e Oriental precisam de um modelo de crescimento muito mais equilibrado. Não podem depender apenas e exclusivamente do financiamento proveniente do investimento estrangeiro. Muitos de vós falaram sobre as pequenas e médias empresas, e concordo convosco. Também estas não podem depender apenas e exclusivamente, ou quase exclusivamente, dos bancos estrangeiros, porque quando é necessário supervisionar as acções do sistema financeiro é muito difícil ter autoridades de supervisão e uma política financeira que sirva os interesses de cada país, se praticamente todos os bancos não são desse país e tomam decisões estratégicas baseadas nos interesses do seu país de origem. Posto isto, tem de ser dito que os bancos estrangeiros que operam nesses países estão a comportar-se extraordinariamente bem, como já referi.

Temos de aumentar o nível de participação dos Fundos Estruturais. Nas actuais perspectivas financeiras, propusemos uma quantidade de recursos muito grande para vossa aprovação, que pode ser canalizada através dos Fundos Estruturais durante este período de perspectivas financeiras. Em muitos casos, os países não estão a conseguir usar estes recursos e ainda há margem para agir, em alguns países até 4% do respectivo PIB anual. 4% do PIB anual, e este dinheiro não está a ser usado adequadamente.

Temos de dar muito mais apoio à integração de infra-estruturas e temos de continuar a debater como fazê-lo. Há estrangulamentos em partes da região que ainda não foram ultrapassados através de infra-estruturas para integrar a sua zona económica e o seu tecido produtivo de forma satisfatória na Europa Ocidental.

Por último, as consequências da crise estão a ser mais sentidas, em termos sociais, nos países que não têm um sistema de protecção social satisfatório ou um estado-providência. Isto acontece em parte porque não têm um nível satisfatório de crescimento, de rendimento ou de riqueza, mas acontece em parte porque, tem de ser dito, durante os anos anteriores à crise, em alguns desses países, houve uma política fiscal de “menos é mais” e quando é necessário capital para financiar a acção pública este não existe porque não há receitas. Isto é igualmente algo a considerar no futuro.

Presidente. – Está encerrado o debate.

Declarações escritas (artigo 149.º)

Elena Oana Antonescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Numa altura em que a crise económica global continua a afectar a Europa, os Estados da Europa Central e Oriental sentem os seus efeitos mais intensamente devido às disparidades existentes no desenvolvimento económico entre os antigos Estados-Membros e aqueles que aderiram durante as últimas rondas de adesão. A crise económica amplifica estas disparidades, exercendo mais pressão sobre os governos destes países, que têm de enfrentar condições macroeconómicas difíceis, as repercussões sociais da crise e, simultaneamente, têm de resolver os problemas decorrentes da vulnerabilidade do sistema financeiro e a sustentabilidade dos sistemas de saúde pública e de segurança social. Tendo em conta estas limitações de política económica e social, tenho esperança de que a Comissão adopte um plano integrado que se concentre nos problemas específicos existentes nesta região. Tem de ser um plano que apoie os esforços envidados por estes Estados para manter um equilíbrio económico e social. Os países da Europa Central e Oriental contraíram empréstimos concedidos pelo FMI, pelo Banco Mundial e pela União Europeia numa tentativa de ultrapassarem os seus problemas domésticos. Contudo, os recursos financeiros não são fornecidos à velocidade necessária para apoiar as medidas adoptadas por estes governos. Por este motivo, apelo a que estes recursos sejam disponibilizados com maior celeridade e que seja adoptado um plano que apoie as economias desta região.

Sebastian Valentin Bodu (PPE), *por escrito*. – (RO) A Roménia e a Bulgária estão a sentir o pleno impacto da recessão económica global que atingiu os dois últimos países a aderir à União Europeia, tendo como pano de fundo uma disparidade relativamente às economias desenvolvidas dos outros Estados-Membros. A última sondagem do Eurobarómetro salienta que as populações de ambos os países afirmam estar extremamente preocupadas com a via de desenvolvimento económico dos seus países, bem como com a forma como a crise está a afectar pessoalmente cada cidadão. Além das conclusões da sondagem do Eurobarómetro, o impacto da crise, em pleno Inverno, apenas irá agravar-se. Os governos nacionais têm o dever de adoptar as melhores medidas que lhes permitam sobreviver ao Inverno sem consequências sociais dramáticas. O Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia têm estado envolvidos na ajuda à Roménia e à Bulgária, tanto financeiramente como proporcionando competências através do estabelecimento de certos indicadores macroeconómicos. Um maior envolvimento por parte da Comissão Europeia no sentido de estabilizar as economias romena e búlgara terá um impacto benéfico em toda a União Europeia, que não pode permitir-se sofrer desequilíbrios importantes neste momento. Todos os Estados-Membros da União Europeia estão a ser afectados pelos diferentes aspectos da crise. Contudo, é evidente que os novos Estados-Membros estão a atravessar situações mais difíceis do que as economias estáveis dos Estados-Membros mais antigos. A solidariedade é um dos valores fundamentais da União Europeia e uma recessão económica constituiu uma altura oportuna para a demonstrar.

András Gyürk (PPE), *por escrito*. – (HU) No início do ano, constatámos com agrado que mais de 3 mil milhões de euros foram reservados para melhorias energéticas enquanto parte do pacote de estímulo à economia introduzido nessa altura. A Comissão Europeia reconheceu correctamente que era necessário apoio tanto para a criação de rotas de aprovisionamento alternativas como para a interconexão de redes energéticas. Contudo, a nossa satisfação é acompanhada de uma certa desilusão. Se analisarmos os montantes de apoio específicos, podemos constatar que o pacote de apoio negligencia a Europa Central e Oriental, exactamente a região que é mais vulnerável no que respeita ao aprovisionamento energético. A interconexão de gás franco-belga recebe mais apoio que as interconexões da Europa Central e Oriental. Embora a interconexão franco-belga seja a sétima, a juntar-se às seis já existentes, é muito frequente este tipo de infra-estruturas não existir nos novos Estados-Membros. Além desta questão, estamos igualmente descontentes por as melhorias no domínio da eficiência energética terem sido completamente deixadas de fora do pacote de apoio. Contudo, esta era precisamente a área em que o principal objectivo do pacote podia ter sido mais fácil de atingir, nomeadamente, a criação de postos de trabalho. Devido às lacunas referidas, acreditamos que há dois aspectos cuja importância é primordial. Em primeiro lugar, os planos de apoio futuros têm de se concentrar naquelas regiões em que os investimentos no domínio da energia têm maior valor acrescentado. Em segundo lugar, a eficiência energética, referida com frequência nos círculos da UE, não pode ser esquecida quando forem tomadas decisões orçamentais no futuro, sobretudo quando sabemos que uma utilização mais eficiente da energia já pode produzir resultados absolutamente espectaculares a curto prazo.

Tunne Kelam (PPE), *por escrito*. – (EN) Felicito a Comissão pelos esforços envidados na ajuda às economias europeias. Sabermos que a UE prevê medidas para aqueles que mais precisam é a reafirmação e a garantia de que todos sairemos desta crise económica mais fortes que antes. Gostaria de salientar a importância da dismantelar todas as barreiras actualmente existentes na economia, no comércio e na liberdade de circulação no mercado de trabalho. A conclusão da integração do mercado único europeu deve ser a meta principal a

curto prazo. Apenas isto nos ajuda a enfrentar efectivamente qualquer crise futura. Um dos incentivos mais fortes que a UE tem é ser parte da zona euro. O euro é um incentivo importante para os investimentos e o crescimento económico, reduzindo a vulnerabilidade. Espero sinceramente que o meu próprio país, a Estónia, consiga cumprir os critérios necessários para aderir à zona euro. A Estónia tem uma das dívidas externas mais baixas da Europa e conseguiu acumular reservas suficientes durante a época de crescimento económico para agora poder enfrentar a crise pelos seus próprios meios. Além disso, estou convencido de que os actuais meios disponibilizados pelos fundos europeus e a perspectiva de aderir à zona euro irão permitir-nos, em breve, reduzir o desemprego de forma eficiente no próximo ano.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D), por escrito. – (PL) Senhoras e Senhores Deputados, mais de um ano após o maior choque sofrido pela sociedade americana desde o 11 de Setembro, a declaração de falência do banco Lehman Brothers, estamos mais sensatos porque temos mais experiência. O que aconteceu nos últimos 12 meses evidencia a incorrecção dos pressupostos das políticas neoliberais e, como aconteceu com o 11 de Setembro, levou-nos a olhar para o mundo com outros olhos. A crise económica afectou praticamente todas as regiões do mundo, mas, mais importante para mim, afectou milhões de europeus. O relatório publicado pelo Banco Mundial há vários dias não deixa qualquer dúvida de que os Estados-Membros da UE na Europa Oriental precisam de ajuda, e não apenas no domínio dos seus assuntos internos. Se a crise consegue reduzir à pobreza 11 milhões de habitantes da Europa Oriental e da Ásia Central, prevendo-se que o mesmo aconteça a mais 23 milhões até ao fim de 2010, não podemos, em circunstância alguma, ser complacentes. O apoio financeiro é essencial, mas o mesmo se aplica ao apoio intelectual, para criar programas sociais adequados nos países que mais estão a sentir os efeitos da crise. Durante crises anteriores, as famílias conseguiram sobreviver emigrando ou tendo vários empregos em simultâneo. A actual crise tem uma dimensão global que torna impossível este tipo de solução. Se não desejamos ver mais efeitos dos acontecimentos de há um ano, devemos mobilizar significativamente mais fundos europeus, tornar nosso objectivo a promoção do emprego e o reforço da cooperação internacional. Todas estas acções se devem centrar num aspecto – política social.

Czesław Adam Siekierski (PPE), por escrito. – (PL) Os países da Europa Central e Oriental sentiram os efeitos da crise económica de forma excepcionalmente forte. Os indicadores económicos em queda foram uma realidade do ano passado em muitos países e não apenas na nossa região. Contudo, deve salientar-se que diferentes países enfrentaram a crise com vários graus de sucesso. O claro líder de países da região com resultados favoráveis é a Polónia. Como o senhor Comissário Almunia admitiu durante o debate, a Polónia é o único país que conseguiu evitar uma recessão, mantendo uma dinâmica positiva de crescimento ao longo de toda a crise. Apesar do facto de a situação económica na região estar a estabilizar lentamente, vale a pena considerar que medidas devem ser tomadas para retomar o crescimento económico e evitar uma turbulência semelhante no futuro. A curto prazo, os governos dos países em questão devem adoptar estratégias mais determinadas para escapar à crise. Precisam de equilibrar as despesas orçamentais, combater activamente o desemprego e a exclusão social e criar condições para o desenvolvimento de empresas, por um lado, e condições para o aumento da procura, por outro lado. Tão importante quanto a acção a nível nacional, é a ajuda externa. As instituições financeiras europeias e internacionais devem criar uma linha de crédito especial para pequenas e médias empresas e para o apoio a projectos de infra-estruturas. Estas medidas provocariam certamente um aumento do emprego e uma melhoria da situação social. A longo prazo, a melhor solução parece ser a adesão à zona euro e a criação de condições para um crescimento equilibrado e estável.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D), por escrito. – (HU) Durante o último ano, a luta contra a crise foi travada sobretudo a nível dos Estados-Membros, recorrendo a instrumentos dos Estados-Membros. Os Estados-Membros da UE consideraram tomar medidas sobretudo a nível nacional, em vez de a nível da UE, no que se refere à recuperação económica, dando assistência às empresas e preservando empregos. Em certos casos, não existia sequer o nível mínimo esperado de coordenação, acordo e cooperação. Os Estados-Membros mais antigos, com as suas economias mais fortes e mais margem de manobra a nível orçamental, criaram pacotes que se centravam principalmente nos seus mercados domésticos e, em muitos casos, foram usados instrumentos proteccionistas que distorcem a concorrência. Um exemplo gritante disto foi o apoio oferecido pelo Presidente da França, Nicolas Sarkozy, à empresa Peugeot, estipulando a condição de manter os empregos em França, enquanto tiveram de ser feitos despedimentos na Eslovénia, na fábrica mais eficiente da empresa.

Uma discriminação semelhante pode constatar-se no que respeita ao sector financeiro na Europa Central e na região do Báltico, onde as empresas-mãe ocidentais continuam, até hoje, a desviar lucros gerados nas suas subsidiárias que operam na região. A derrocada do crédito está a ter um impacto especialmente forte no sector das pequenas e médias empresas, que proporciona a maioria dos postos de trabalho e que está a despedir grande número de empregados em resultado da contracção dos mercados de exportação e da

diminuição das oportunidades de desenvolvimento. Isto significa que a crise económica está, inevitavelmente, a transformar-se numa crise de emprego e social. Assim, solicito aos 15 governos da UE, uma vez mais, que se empenhem ao máximo em bloquear as medidas proteccionistas e que tomem uma posição contra o comportamento dos bancos domésticos, que está a violar os princípios do mercado interno.

Iuliu Winkler (PPE), por escrito. – (HU) A crise económica global teve um efeito diferente nos diferentes Estados-Membros da União Europeia. Os novos Estados-Membros da Europa Central e Oriental mostraram ser os mais vulneráveis. A realidade da situação mostrou que os Estados-Membros têm acesso desigual aos instrumentos constantes do plano de relançamento da economia europeia. Constatámos igualmente que os Estados-Membros da zona euro têm gozado da melhor protecção contra a crise. Não é coincidência que as consequências da crise tenham sido sentidas mais fortemente nos países que não beneficiaram de instrumentos de recuperação e que não eram membros da zona euro. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa marcou o fim do período de reforma institucional da União Europeia.

Agora é necessário um esforço conjunto para consolidar a coesão da União Europeia. Trata-se de uma condição essencial para que a UE emergja da crise revitalizada, na qualidade de interveniente global essencial. O impacto da crise social e de emprego será mais sentido em 2010. Os novos Estados-Membros irão ser, indubitavelmente, as suas principais vítimas. Aquilo de que precisamos é de um plano de relançamento económico que seja, efectivamente, igualmente acessível a todos os Estados-Membros. Além disso, as condições de adesão à zona euro têm de ser tornadas mais flexíveis. Estas medidas evidentes irão contribuir para criar uma Europa forte, transformando-a numa comunidade de quinhentos milhões de pessoas que professam os mesmos valores e que são guiadas pelas mesmas ideias.

18. Experiência adquirida no quadro da aplicação dos regulamentos do Parlamento Europeu e do Conselho, relativos à higiene dos géneros alimentícios (debate)

Presidente. Segue-se na ordem do dia o debate sobre a pergunta oral do senhor deputado Horst Schnellhardt, em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) à Comissão, sobre a experiência adquirida no quadro da aplicação dos Regulamentos (CE) n.º 852/2004, (CE) n.º 853/2004 e (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativos à higiene dos géneros alimentícios (O-0151/2009 – B7-0237/2009).

Horst Schnellhardt, autor. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer calorosamente à Comissão pela sua comunicação sobre a experiência adquirida com a aplicação dos regulamentos relativos à higiene dos géneros alimentícios. É muito importante e o conteúdo da comunicação é muito convincente. Gostaria de manifestar o meu apoio a esta comunicação, que descreve o que aconteceu na prática ao longo dos últimos três anos.

É importante para nós termos consciência de que os regulamentos relativos à higiene sofreram uma alteração paradigmática. Consolidámos o mercado interno, melhorámos a segurança alimentar e aumentámos a responsabilidade dos produtores e fornecedores de produtos alimentares. Trata-se de uma mudança significativa e, por consequência, identificámos, evidentemente, alguns problemas, em especial no que respeita ao licenciamento de pequenas e médias empresas. Alguns talhos fecharam as portas. Devíamos voltar a rever a situação, dado que isto se deve ao facto de, muitas vezes, não se fazer uso da flexibilidade que integra os regulamentos e de não ter havido intercâmbio de informação entre as autoridades locais de supervisão e o Serviço Alimentar e Veterinário da Comissão Europeia, o que considero ser muito negativo.

Se a Comissão decidir agora que não quer fazer quaisquer alterações, serei obrigado a opor-me. Creio que é necessário, mesmo que se tratem apenas de alterações cosméticas, que analisemos, em especial, as seguintes questões. Devemos ter consciência de que a informação dentro da cadeia de aprovisionamento alimentar está a ser interpretada de forma demasiado restrita, e isto precisa de mudar. Devemos considerar se outros meios de inspecção da carne seriam adequados. Em especial, não devemos prosseguir com a acreditação dos laboratórios comunitários de referência no domínio dos parasitas descritos no Regulamento (CE) n.º 882. Precisamos de planeamento fiável nas áreas que aplicam regulamentos. É por este motivo específico que me oponho ao regulamento pretendido. Devíamos apresentar uma proposta de alterações breve e concisa de modo a não nos envolvermos na autorização de regras transitórias até 2013.

PRESIDÊNCIA: DURANT*Vice-Presidente*

Joaquín Almunia, *Membro da Comissão*. – Senhora Presidente, a senhora Comissária Vassiliou pediu-me que lhe transmitisse as suas desculpas por não poder estar presente para intervir no que respeita a esta pergunta oral relativa ao relatório da Comissão sobre a experiência adquirida com a aplicação dos Regulamentos relativos à higiene dos géneros alimentícios.

Em nome da Comissão, gostaria de sublinhar que o relatório se baseia em informação recebida de intervenientes relevantes, tanto do sector público como privado, e que o resultado destas consultas foi positivo. Não foram identificadas dificuldades de maior, mas em certos domínios ainda há margem para melhoramento.

Passando a questões específicas, em primeiro lugar, estou ciente do problema da reaprovação das pequenas empresas. Podem encontrar-se soluções para este tipo de problemas através das disposições de flexibilidade constantes dos regulamentos a adoptar a nível nacional. Quando esta abordagem não foi seguida, surgiram dificuldades em certos Estados-Membros. O Serviço Alimentar e Veterinário está presentemente a realizar missões específicas para identificar as melhores práticas no que respeita a essa flexibilidade para pequenas empresas, com vista à sua maior divulgação. Devido ao facto de os Estados-Membros poderem decidir conceder ou recusar aprovações até ao fim do corrente ano, não me é possível afirmar nesta fase quantas aprovações foram recusadas a pequenas e médias empresas.

Em segundo lugar, as disposições de flexibilidade visam, de forma mais geral, proteger a diversidade alimentar e ajudar os pequenos produtores. A adopção de medidas nacionais para aplicar a flexibilidade e a notificação à Comissão proporciona segurança jurídica aos pequenos produtores e reconhece as especificidades das pequenas empresas. Ao mesmo tempo, a diversidade alimentar, nomeadamente os métodos tradicionais de produção de enchidos ou de queijo, é assegurada sem comprometer a segurança alimentar.

De modo a incentivar a correcta utilização das disposições de flexibilidade, a Comissão publicou vários documentos de orientação. Isto deverá contribuir adicionalmente para assegurar transparência e segurança jurídica. É igualmente importante lembrar que a Comissão, num esforço para contribuir para a redução dos encargos administrativos, nomeadamente no que respeita às pequenas empresas, já propôs alterar o regulamento em consonância. Contudo, essa proposta ainda está pendente, como sabem.

Em terceiro lugar, as informações relativas à cadeia alimentar incluem uma comunicação escrita do criador para o matadouro e para o seu veterinário oficial. Estas informações fornecem dados essenciais para garantir uma inspecção baseada no risco. Foi recentemente concedida às autoridades competentes uma derrogação da disposição que indica que as informações têm de ser entregues ao matadouro com uma antecedência de, pelo menos, 24 horas.

Além disso, tenho o prazer de informar que, em Abril próximo, a próxima Comissão irá organizar uma mesa redonda com todas as partes envolvidas, no que respeita a uma possível revisão das inspecções da carne, de modo a avaliar a sua eficácia, tendo em conta as recentes tendências dos riscos.

Por último, gostaria de salientar que os laboratórios envolvidos nas inspecções oficiais têm de ser acreditados para garantir a elevada qualidade e uniformidade dos resultados analíticos, de modo a não pôr em risco a segurança dos alimentos. Isto é fundamental para o correcto funcionamento diário do comércio intra-UE e para facilitar o comércio com países terceiros. Contudo, a Comissão concordou recentemente com a extensão de um período transitório para os testes de detecção de triquinas até fim de 2013, de modo a que os laboratórios tenham mais tempo para obter a acreditação.

Christa Kläß, *em nome do Grupo PPE*. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer ao meu colega, senhor deputado Schnellhardt, a pergunta colocada. Isto dá-nos oportunidade de identificar experiências positivas e menos positivas no que respeita à aplicação do regulamento. O regulamento relativo à higiene dos géneros alimentícios especifica as regras de higiene respeitantes à produção de carne.

A consulta realizada pela Comissão mostra que foram feitos progressos positivos e que, globalmente, a aplicação dos regulamentos está a funcionar eficazmente. O medo de que regulamentos excessivamente rigorosos resultassem na falência das pequenas empresas não se tornou, na maioria dos casos, numa realidade em resultado das excepções aplicadas às pequenas empresas. Contudo, a consulta também mostra claramente

que existem problemas na aplicação das regras em muitos casos. Isto é confirmado pelas informações que recebi de empresas e autoridades de supervisão na região de que sou originária.

Pelo facto de as autoridades das regiões terem grande liberdade de acção no que respeita ao processo decisório, elas podem resolver as necessidades de empresas mais pequenas e artesanais em casos específicos. Isto é indubitavelmente positivo, porque é a única forma de podermos garantir que as pequenas empresas, que oferecem uma grande variedade de produtos, com os desafios inerentes de frescura e qualidade, não são esmagadas pela burocracia excessiva. Contudo, esta flexibilidade tem limites quando dá origem a diferentes interpretações sobre as excepções e os regulamentos, consoante os caprichos das autoridades de supervisão.

Isto provoca graves distorções da concorrência, não só entre os Estados-Membros, como também dentro destes. Consequentemente, precisamos de introduzir melhorias no regulamento relativo à higiene dos géneros alimentícios de modo a que os inspectores disponham de maior segurança jurídica e de maiores poderes jurídicos. Os inspectores têm de ter medidas jurídicas adequadas à sua disposição, nomeadamente, sob a forma de sanções penais pecuniárias.

Senhor Comissário Almunia, há uma grande incerteza jurídica neste domínio que tem de ser eliminada e esperamos uma proposta da Comissão.

Karin Kadenbach, *em nome do Grupo S&D*. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, gostaria de felicitar todo os envolvidos na aplicação dos regulamentos relativos à higiene dos géneros alimentícios, dado que esta comunicação da Comissão transmite uma imagem sobretudo positiva das experiências relativas à aplicação dos regulamentos. Isto não deve ser menosprezado, dado que, como já foi explicado, estes novos regulamentos representam uma mudança paradigmática na política relativa à higiene dos géneros alimentícios.

O carácter inovador dos regulamentos foi o motivo pelo qual um relatório inicial sobre as experiências com os regulamentos foi planeado apenas três anos depois de estes terem entrado em vigor. Os Estados-Membros e os fornecedores e produtores de produtos alimentares estavam, em geral, satisfeitos com os regulamentos e indicaram ter feito bons progressos no que respeita à sua aplicação. Na opinião dos Estados-Membros e de grupos de interesse privados, não há dificuldades de maior quer para as empresas quer para as autoridades. São unânimes em reconhecer que estes regulamentos precisam de alguns ajustes, mas não é necessária uma revisão de fundo. O desafio de garantir que os consumidores desfrutem da maior qualidade e segurança possíveis no que respeita à higiene dos produtos, e de responder com flexibilidade às necessidades das empresas e, em especial, das micro-empresas, é correspondido pelos actuais regulamentos.

Em consonância com o ditado “Se se deixar de melhorar, deixa-se de ser bom”, os problemas identificados no processo de elaboração do relatório, tal como o senhor deputado Schnellhardt já referiu, terão de ser investigados para determinar a causa e, caso seja necessário, terão de ser encontradas soluções. É também necessário, evidentemente, continuar a seguir de perto a aplicação do pacote “higiene”, dado que era ainda demasiado cedo para alguns Estados-Membros fornecerem uma avaliação equilibrada e pormenorizada. Só quando dispusermos de uma avaliação aprofundada deveremos decidir se devem ser feitas alterações aos regulamentos relativos à higiene dos géneros alimentícios e, se for caso disso, que alterações deverão ser essas.

Joaquín Almunia, *Membro da Comissão*. – Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos pelos respectivos contributos para este debate. Consideramos que o relatório de Julho serve como ponto de partida para o debate de possíveis melhorias aos regulamentos e, oportunamente, a Comissão irá examinar a necessidade de proceder a alterações legislativas. Saudamos efusivamente os contributos dos senhores deputados; as vossas opiniões são-nos muito úteis para o trabalho que desenvolvemos no sentido de preparar, em devido tempo, novas iniciativas.

Aguardamos com expectativa a colaboração permanente com o Parlamento, e igualmente com os Estados-Membros, com os intervenientes, tanto do sector privado como público, e estou certo de que todos nós temos um objectivo comum de atingir o mais elevado nível de segurança alimentar possível. Creio que esta é a conclusão mais importante que podemos retirar do debate de hoje.

Presidente. – Está encerrado o debate.

19. Acção europeia pelas vítimas do terrorismo (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão relativa à Acção europeia pelas vítimas do terrorismo.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, subscrevo as observações do senhor Comissário Almunia. As vítimas do terrorismo são vítimas de ataques perpetrados contra os valores democráticos das nossas sociedades. Estas vítimas, evidentemente, mostram-nos esta tragédia humana que é o terrorismo. Temos o dever de apoiá-las, reconhecê-las e ajudá-las.

A Comissão tem uma dupla função neste domínio. Primeiro, consciencializar os nossos cidadãos daquilo por que as vítimas do terrorismo passam, como sofrem, e assegurar uma maior representação dos interesses das vítimas a nível europeu. Em segundo lugar, esforçar-se por garantir que não há mais vítimas, para que este terrorismo possa cessar. Isto é a política de prevenção do terrorismo.

Desde 2004, a Comissão têm dado assistência financeira a vários projectos destinados a prestar às vítimas e às suas famílias a ajuda e o apoio social ou psicológico de que precisam. Estes projectos cumprem o objectivo de aumentar a solidariedade demonstrada pelos cidadãos europeus para com as vítimas do terrorismo. Um orçamento de 2 200 000 euros foi atribuído a esta iniciativa só para 2008.

Além destas acções, desde 2008, a Comissão tem estado a administrar uma rede europeia de associações de vítimas do terrorismo. O objectivo desta rede é incentivar a cooperação transnacional entre associações de vítimas do terrorismo e proporcionar maior protecção dos interesses das vítimas a nível da UE. Atribuímos-lhe um orçamento de 200 000 euros.

Esta rede opera em vários domínios: avalia o apoio e a protecção proporcionados actualmente a estas vítimas, e também promove actividades destinadas a divulgar melhores práticas. As actividades identificadas por esta rede constituem uma base muito útil para o trabalho da Comissão.

Por último, num contexto em que a protecção dos cidadãos tem de se manter no centro das nossas políticas, a Comissão espera intensificar acções que visam proteger as vítimas. Tenciona apoiar medidas que visam incentivar as vítimas do terrorismo a partilhar as suas experiências. A ideia, na verdade, é tornar os cidadãos europeus mais conscientes da realidade do terrorismo, para prevenir o terrorismo. Não se pode esquecer que o terrorismo é muitas vezes o resultado de um fenómeno de endoutrinamento e de radicalização.

Além disso, com estas acções, deve ser possível transmitir uma mensagem de paz que promova valores democráticos. Assim, a Comissão tenciona elaborar uma carta dos direitos das vítimas do terrorismo. Pessoalmente, uno-me a todos aqueles que expressaram a sua cólera relativamente a todos estes ataques terroristas e apoio os nossos esforços no sentido de mostrar solidariedade para com as vítimas do terrorismo.

Senhora Presidente, irei agora ouvir as intervenções dos vários deputados e responder-lhes-ei de forma tão completa quanto possível.

Teresa Jiménez-Becerril Barrio, em nome do grupo PPE. – (ES) Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão, gostaria de referir que a maior parte dos governos e dos cidadãos apenas se lembram das vítimas do terrorismo após um ataque grave como os que se verificaram em Madrid, Nova Iorque e Londres. Depois de a onda de emoção ter passado, têm tendência a esquecer a ameaça terrorista e os direitos das vítimas.

No entanto, é inquestionável o actual empenhamento da União Europeia na luta contra o terrorismo. Como o senhor Vice-Presidente da Comissão Barrot disse, este empenhamento está também patente no Programa de Estocolmo, recentemente aprovado, que reconhece a coragem e a dignidade das vítimas e a necessidade de defender os seus direitos.

Apesar destes progressos, a luta contra o terrorismo tem-se baseado desde sempre na confiança e na cooperação mútuas entre os Estados-Membros. À luz das perspectivas abertas pelo Tratado de Lisboa, questiono-me se não seria boa ideia a União Europeia promover a harmonização da legislação dos Estados-Membros relativamente aos direitos das vítimas de terrorismo.

A aprovação de uma carta de direitos das vítimas de terrorismo constituiria um passo significativo que ajudaria as pessoas que lutam contra o terrorismo e se traduziria num duro golpe para aqueles que o defendem. A coragem e a dignidade das vítimas constitui a maior fraqueza do terrorismo e, consequentemente, o mais importante triunfo da democracia. Não nos devemos esquecer de que a única arma de que as vítimas inocentes dispõem para combater o terrorismo é a sua palavra e o reconhecimento da sociedade.

Não nos devemos esquecer também, Senhoras e Senhores deputados, de que nenhum de nós está salvaguardado de ser vítima de terrorismo. Pergunto, portanto, o seguinte: concordaria a Comissão com a aprovação de uma carta europeia com vista à defesa e à promoção dos direitos das vítimas de terrorismo? Em caso afirmativo, que medidas tomaria a nova Comissão para impulsionar a redacção desta carta durante o novo mandato?

Juan Fernando López Aguilar, *em nome do Grupo S&D*. – (ES) Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão, congratulo-me pelo empenhamento sincero que finalmente se constata na política europeia desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. A legislação europeia tem aqui um papel essencial, e também nesta área o Parlamento irá desempenhar um papel decisivo, um papel mais decisivo do que nunca.

A aprovação do Programa de Estocolmo confirma-o. O programa plurianual para 2009-2014 inclui uma referência expressa e necessária à dignidade das vítimas do terrorismo, ao sofrimento causado por aquela terrível forma de crime, à particular vulnerabilidade das pessoas atingidas, mas também, e sobretudo, ao imperativo de as proteger.

Por conseguinte, penso que é importante chamar a atenção para o facto de que os próximos seis meses, durante os quais a Espanha estará à frente da Comissão, e tendo em conta a determinação firme e generalizada do Governo e da sociedade espanhóis de combater todas as formas de terrorismo, constituirão uma excelente oportunidade para incluir no plano de acção a harmonização da legislação, a definição de um programa-quadro de protecção dos direitos das vítimas do terrorismo. Como se trata de um plano de legislação plurianual, competirá ao Governo espanhol a sua elaboração, mas o trabalho terá de ser posteriormente continuado pelas Presidências belga e húngara nomeadamente no que respeita à definição da legislação e à implementação dos objectivos do Programa de Estocolmo.

Considero, portanto, que é o momento de o Parlamento confirmar a sua determinação em proteger as vítimas de terrorismo, com vista a intensificar o combate a todas as formas de terrorismo e a estabelecer a necessária dignidade das vítimas do terrorismo. É o momento de nos comprometermos a dar à questão da protecção das vítimas de terrorismo o tratamento que merece, quer através do plano legislativo, no quadro do Programa de Estocolmo, quer através do plano de acção que a Presidência espanhola irá definir.

Izaskun Bilbao Barandica, *em nome do Grupo ALDE*. – (ES) Senhora Presidente, gostaria de dizer que esta iniciativa está na linha da alteração, não incluída, que foi apresentada por mim e pela Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros ao Programa de Estocolmo. As vítimas de todos os tipos de terrorismo necessitam desta iniciativa e, o que é mais importante, pedem-nos que a tomemos. Tenho aprendido muito sobre dignidade, reconhecimento público e sofrimento com as vítimas com quem tenho trabalhado nos últimos anos. É com base nos testemunhos dessas pessoas que defendo uma abordagem europeia ao tratamento do problema das vítimas de terrorismo que integre as dimensões material, emocional e jurídica.

Temos construído um discurso comum assente em quatro pilares.

Em primeiro lugar, reconhecer o sofrimento das vítimas do terrorismo, protegê-las e ter consciência de que as vítimas não são apenas aqueles que são mortos e feridos, mas também as suas famílias, e aqueles que sofrem ameaças à sua pessoa e à sua liberdade, que é a liberdade de todos.

Em segundo lugar, compensar materialmente os danos causados, preservar a memória dos acontecimentos e trabalhar para que seja feita justiça.

Em terceiro lugar, humanizar o debate em torno das vítimas, que estão a sofrer e necessitam de ser protegidas, defendidas, reconhecidas, ajudadas e apoiadas. Nós, políticos, temos de aprender a pôr-nos na pele dessas pessoas.

Por último, despolitizar o debate. Temos de fazer prova de generosidade, para evitar fazer do terrorismo uma questão eleitoral.

Na Europa têm sido cometidos assassinios em nome da religião, do marxismo, da propriedade privada, da ecologia, da independência de uma região ou da unidade de um Estado. Tem havido governos implicados em actos terroristas. No entanto, esta é uma questão de princípios. O totalitarismo e o fanatismo matam, a perversão dos valores básicos da humanidade mata. São esses fenómenos que estão na base da violência, e não a livre expressão de ideias democráticas. Dedico este discurso a todas as vítimas do terrorismo.

Agustín Díaz de Mera García Consuegra (PPE). – (ES) Senhora Presidente, o Programa de Estocolmo contém, entre outras, a seguinte referência a favor das vítimas do terrorismo: as vítimas de terrorismo necessitam também da atenção especial, do apoio e do reconhecimento da sociedade.

Na minha opinião, a União deve velar por que elas recebem esse apoio e promover o reconhecimento pleno da sociedade. As pessoas que sofreram a barbaridade do terrorismo devem ser uma referência ética para as nossas sociedades. A defesa das vítimas e dos seus direitos deve, por conseguinte, ser uma das políticas prioritárias da União Europeia.

É preciso manter e reforçar os fundos destinados às vítimas do terrorismo através de uma dotação financeira adequada, como foi proposto pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) nas alterações apresentadas ao projecto de orçamento da União Europeia para 2010.

Por essa razão, as ajudas foram aumentadas em 1 milhão de euros, montante que será utilizado para financiar projectos destinados a ajudar as vítimas de terrorismo e as suas famílias, através de apoio social ou psicológico prestado por organizações e respectivas redes. Além disso, esses recursos financeiros serão utilizados para financiar projectos com o objectivo de mobilizar a opinião pública contra toda e qualquer forma de terrorismo.

Parte da verba destina-se, em particular, a melhorar a assistência e o aconselhamento jurídico prestados às vítimas e às suas famílias.

Um dado concreto e ilustrativo: terrorismo equivale a vítimas. O valor total dos fundos afectos a actividades de prevenção e de preparação para eventuais ataques terroristas será, no próximo ano, de 21 420 000 euros.

A ideia apresentada pela senhora deputada Jiménez-Becerril Barrio de tornar mais visíveis as vítimas do terrorismo na União deverá contar com o apoio incondicional desta Assembleia. Em primeiro lugar, devemos dotar-nos dos instrumentos jurídicos necessários, começando por uma declaração escrita, avançando com uma resolução, para que finalmente tenhamos uma declaração política das instituições europeias de apoio às vítimas de terror. Isto contribuirá igualmente para sensibilizar os cidadãos europeus para o seu valor.

As vítimas suscitam-nos sentimentos de solidariedade, de compaixão, de reconhecimento, de dignidade e de perda, juntamente com um profundo desprezo e desejo de justiça em relação aos causadores de tanta dor e morte.

Ramón Jáuregui Atondo (S&D). – (ES) Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão, não é coincidência o facto de terem intervindo vários deputados de nacionalidade espanhola. No País Basco, para além do sofrimento causado pelo ataque terrorista, as vítimas têm tido muitas vezes, após o atentado, de suportar o desprezo ou o silêncio. É por essa razão que se está a formar um movimento que procura o reconhecimento das vítimas, o que, na minha opinião, requer a definição de uma política para as vítimas de terrorismo. Se me permitem, gostaria de reforçar aquilo que foi dito pelos meus colegas em defesa de uma carta ou de uma abordagem comum a esta política, fazendo uma síntese de dez aspectos que considero essenciais a este respeito.

Em primeiro lugar, a política em favor das vítimas requer o acompanhamento e o reconhecimento públicos e apoio social às vítimas.

Em segundo lugar, requer uma indemnização rápida e efectiva pelos danos sofridos.

Em terceiro lugar, um tratamento igual para todas as vítimas.

Em quarto lugar, requer um consenso político e social quanto às medidas a aplicar relativamente às vítimas de terrorismo.

Em quinto lugar, requer uma política de desacreditação do discurso social e político dos defensores da violência.

Em sexto lugar, requer que os culpados de actos terroristas sejam punidos de forma exemplar e que seja garantido às vítimas o acesso rápido e eficiente à justiça.

Em sétimo lugar, requer campanhas de educação e de sensibilização da população contra a violência.

Em oitavo lugar, uma garantia para as vítimas de que não se repetirão as agressões sofridas, o que também pode suceder.

Em nono lugar, requer políticas de preservação da memória dos acontecimentos de modo a que as vítimas não sejam esquecidas.

Por último, requer uma política de reconciliação social com o objectivo de sanar as feridas causadas pelo terrorismo.

São estes os dez mandamentos que proponho para uma política comum para as vítimas do terrorismo.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhora Presidente, os ataques de Madrid e de Londres, bem como os que se verificaram recentemente no meu país, a Grécia, demonstram a dimensão do problema do terrorismo. O terrorismo ameaça o nosso estilo de vida e a nossa liberdade. Atinge não só as vítimas directas e as suas famílias, que também são directamente afectadas, mas também a sociedade em geral.

Os programas-piloto europeus para as vítimas de ataques terroristas que foram referidos são um exemplo positivo de medidas de atenuação das feridas, mas ainda há muito a fazer. Ajudar as vítimas e as suas famílias não é apenas um imperativo moral. É fundamental para enviar aos terroristas a mensagem clara de que não esquecemos.

Não esquecemos actos desprezíveis que mancham a nossa democracia e unidade. Não esquecemos que as vítimas de terrorismo são muitas vezes cidadãos incautos, que são feridos ou mortos durante a sua rotina quotidiana. Não esquecemos que na Europa, defensora da tolerância e da democracia, nunca serão tolerados actos de violência.

Magdi Cristiano Allam (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de manifestar o meu apoio à proposta da senhora deputada Jiménez-Becerril Barrio de criação de uma carta europeia dos direitos das famílias que são vítimas de terrorismo e de sublinhar que a iniciativa constitui uma excelente oportunidade para a Europa enviar uma mensagem inequívoca quanto ao conceito de terrorismo, não podendo deixar de chamar a atenção para o facto de que a ausência desta indicação conduziu ao fracasso do Processo de Barcelona, em 2005, quando os Chefes de Estado ou de Governo dos países euromediterrânicos não conseguiram chegar a acordo. Gostaria igualmente de salientar que a iniciativa constituiria uma óptima oportunidade de renovar o diálogo a partir de uma nova base com o outro lado do Mediterrâneo, começando por uma declaração clara sobre o conceito em que assentam a humanidade e a civilização europeias, ou seja o carácter sagrado da vida.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhora Presidente, agradeço o apoio que tem dado às vítimas de terrorismo. É a atitude certa e adequada, e reconheço, é claro, a ajuda que a União Europeia tem dado às vítimas na Irlanda do Norte, através do financiamento dos programas PEACE ali implementados.

A Comissão deve ter conhecimento de que a Irlanda do Norte, mais uma vez, enfrenta a ameaça crescente do terrorismo por parte de organizações republicanas dissidentes. A ameaça tem sido descrita como “crítica” pela polícia da Irlanda do Norte e como “muito grave” pela Comissão de Supervisão Internacional (International Monitoring Commission). Em ataques recentes, de grande violência, foram assassinados dois soldados que iriam brevemente para o Afeganistão e um agente da polícia.

O objectivo principal do financiamento inicial da Comissão a favor das vítimas do terrorismo era mobilizar o público contra o terrorismo sob todas as suas formas. No entanto, parece-me que com a transição para os Programas de Iniciativa Comunitária, de âmbito mais alargado, este objectivo se perdeu. Agradeço aos membros desta Assembleia a proposta de redacção de uma carta dos direitos das vítimas e exorto-os a avançarem com essa iniciativa, fazendo uma distinção muito clara entre as vítimas do terrorismo e aqueles que o praticam.

Karin Kadenbach (S&D). – (DE) Senhora Presidente, na Áustria, felizmente, há muitos anos que não somos vítimas de ataques terroristas. No entanto, Viena nem sempre escapou incólume.

Gostaria de reforçar o que foi dito pelo senhor deputado Jáuregui Atondo, acrescentando alguns pontos que considero importantes. Por um lado, é imperativo que estabeleçamos uma carta de direitos e que apoiemos as vítimas de terrorismo. No entanto, necessitamos, simultaneamente, de medidas suplementares para modificar o contexto em que ocorre a violência que conduz ao terrorismo. Na minha opinião, devemos começar pela educação e informação. Esta Assembleia deve, além disso, rejeitar firmemente a brutalização da linguagem. Estamos sempre a apelar à tolerância em várias áreas. No entanto, em matéria de violência, não devemos demonstrar a mínima tolerância.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, a seriedade e a emoção que transparecem nas vossas intervenções devem-se, sem dúvida, ao facto de estarem a falar em nome de todas aquelas pessoas que actualmente já não se podem pronunciar e, em nome da Presidência, agradeço-vos.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, teve razão em sublinhar a carga emocional deste debate; neste momento, estamos a pensar nas vítimas. Foram atingidas pelo terrorismo de forma totalmente indiscriminada e injusta.

Como afirmou o senhor deputado López Aguilar, o terrorismo é uma forma de crime terrível. O que gostaria de dizer, em primeiro lugar, Senhoras e Senhores Deputados, é que o Programa de Estocolmo, de facto, teve em conta a sorte das vítimas. Efectivamente, é necessário pôr em prática uma política europeia que dê mais atenção ao problema das vítimas do crime organizado e do terrorismo.

Gostaria de informar a senhora deputada Jiménez-Becerril Barrio de que vamos tomar medidas com vista ao estabelecimento de uma carta de direitos das vítimas do terrorismo. Na verdade, Senhora Deputada Jiménez-Becerril Barrio, manifestou muito claramente o seu desejo de que esta carta veja a luz do dia, estou certo de que por influência da dolorosa experiência que teve.

Temos estado a analisar e continuaremos, em 2010, a analisar todas as lacunas que actualmente existem na legislação dos vários Estados-Membros em matéria de protecção das vítimas de terrorismo. De facto, Senhora Deputada, tem razão: é necessário que, de uma forma ou de outra, harmonizemos a legislação relativa ao terrorismo, às vítimas do terrorismo. A Europa tem, efectivamente, de reagir a uma só voz contra o terrorismo.

Com base nesta análise, iremos determinar a melhor forma de harmonizar e de conjugar todas as medidas de modo a melhorar a situação das vítimas do terrorismo na Europa. Esse será o objectivo do plano de acção e, sem dúvida, a nossa abordagem ao problema da protecção das vítimas terá em consideração o que tem sido dito durante o debate, nomeadamente, a necessidade de procurar, em primeiro lugar, sensibilizar as pessoas para a tragédia e para o sofrimento das vítimas, que são muitas vezes votadas ao silêncio, e até mesmo ao desprezo.

Em segundo lugar, temos de garantir a rápida indemnização das vítimas. As senhoras e senhores deputados insistiram, com razão, na necessidade de um processo de indemnização rápido e eficiente pelos actos em questão, imerecidos e injustificados. Referiram também a necessidade de desacreditação do discurso violento, pois não podemos tolerar mensagens que possam, de alguma forma, sugerir que matar pessoas inocentes, ferir pessoas inocentes, pode ser uma forma de servir a humanidade.

Devemos ser extremamente firmes em relação a uma tal linguagem, que nega todos os valores da União Europeia. Além disso, Senhora Presidente, devo felicitar o Parlamento Europeu, por ter disponibilizado 1 milhão de euros para todos os nossos programas de apoio às vítimas.

Mais uma vez manifesto a minha satisfação por ter o senhor Comissário Almunia ao meu lado esta noite, porque ambos estamos empenhados em convencer a Comissão a tomar medidas a este respeito. De facto, a União Europeia, no quadro do Programa plurianual de Estocolmo, deve dotar-se de legislação exemplar em matéria de protecção e de assistência às vítimas do terrorismo.

Era isto que pretendia dizer em resposta às várias intervenções. Podem ficar descansados, Senhoras e Senhores Deputados, que nem eu nem o senhor Comissário Almunia lhes ficámos indiferentes.

Presidente. – Para não passarmos imediatamente ao próximo debate, proponho um minuto de silêncio em memória das vítimas.

(O Parlamento, de pé, guarda um minuto de silêncio)

Está encerrado o debate.

20. Defense of the principle of subsidiarity - Exposição de símbolos religiosos ou culturais em locais públicos (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia:

- a pergunta oral (B7-0238/2009) apresentada pelo deputado Mario Borghezio, em nome do Grupo Europa da Liberdade e da Democracia, sobre a defesa do princípio da subsidiariedade (O-0152/2009);

- a pergunta oral (B7-0239/2009) apresentada à Comissão pelos deputados Antonio Cancian, Mario Mauro, Fiorello Provera, Elisabetta Gardini, Salvatore Iacolino, Crescenzo Rivellini, Sergio Paolo Frances Silvestris, Aldo Patriciello, Paolo Bartolozzi, Cristiana Muscardini, Mara Bizzotto, Barbara Matera, Lara Comi, Antonello Antinoro, Lorenzo Fontana, Roberta Angelilli, Amalia Sartori, Iva Zanichchi, Licia Ronzulli, Giovanni Collino, Marco Scurria, Giancarlo Scotta', Potito Salatto, Pablo Arias Echeverría, Raffaele Baldassarre, Pilar Ayuso, Luis de Grandes Pascual, Pilar del Castillo Vera, Santiago Fisas Ayxela, Carmen Fraga Estévez, Salvador Garriga Polledo, Cristina Gutiérrez-Cortines, Esther Herranz García, Carlos José Iturgaiz Angulo, Veronica Lope Fontagné, Antonio López-Istúriz White, Gabriel Mato Adrover, Jaime Mayor Oreja, Pablo Zalba Bidegain, Salvatore Tatarella, Magdi Cristiano Allam, Mirosław Piotrowski e Konrad Szymański sobre a exibição de símbolos religiosos e culturais em locais públicos (O-0158/2009).

Mario Borghezio, autor. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a posição do grupo que represento, o Grupo da Europa da Liberdade e da Democracia, é muito clara: com esta pergunta oral, estamos a pedir à Comissão que conteste a aplicação da decisão contra a presença de crucifixos em salas de aula, decretada pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em Estrasburgo, que, sublinho, não é uma instituição da UE.

Na nossa opinião, e quero deixar isto bem claro, é uma violação inaceitável do princípio de subsidiariedade. Este princípio, bem como a garantia do respeito dos direitos dos povos e dos Estados-Membros, constitui um pilar da União Europeia. A União Europeia, como a concebemos e defendemos, seria impensável sem a sustentação e o fundamento do princípio de subsidiariedade.

Começarei por fazer uma consideração de carácter geral: é óbvio que ninguém – analisemos, em primeiro lugar, a essência desta decisão – pode considerar a remoção de alguém ou de alguma coisa do seu lugar como um acto de democracia e liberdade, como alguns reclamaram, mas sim um acto de controlo do pensamento, anti-democrático. Quando retiramos um crucifixo que estava pendurado na parede de uma escola, essa parede não passará a ser uma parede laica, passará a ser uma parede vazia, pretendendo-se que o vazio deixado seja um símbolo confessional, um acto de educação negativa, da pior espécie que se pode imaginar, que podemos encarar como um dos muitos sinais do suicídio cultural e espiritual do Ocidente.

A decisão do tribunal de Estrasburgo parte de um conceito de liberdade religiosa que, levada às suas últimas consequências, assumiria a forma de prepotência sobre os cidadãos, obrigados a viver de acordo com as convicções do tribunal. Penso que isto não é liberdade religiosa: isto distorce o verdadeiro sentido de liberdade religiosa, estamos a falar de um direito negativo, ou seja, o direito a estar livre da obrigação de praticar actos religiosos. Não deve haver equívocos quando falamos de liberdade religiosa: não estamos, de modo algum, a falar de algo vago.

A questão aqui é bem diferente: a exibição de um crucifixo não é, na nossa cultura, apenas uma questão de fé, mas algo muito mais importante, algo com valor universal. O símbolo da cruz, o simbolismo da cruz, transmite uma mensagem de carácter universal; uma mensagem, além do mais, de paz e fraternidade, como defendeu, entre outras figuras, o grande metafísico René Guénon. Na perspectiva tradicional destes importantes estudiosos da cultura tradicional, este valor é extremamente claro, assim como é, por outro lado, evidente que esta decisão é a expressão de formas de pensar anti-tradicionais que incentivam todas as pessoas a pensar da mesma maneira. Isto é algo que contraria o verdadeiro espírito da União Europeia, e isso é que é surpreendente.

É quase como se se pretendesse afastar as pessoas do contacto com valores e símbolos que exprimem verticalidade e espiritualidade. Deixando de lado os factos históricos, a ligação a uma religião específica, é, repito, um símbolo universal. A União Europeia, por outro lado, deve salvaguardar o direito de as pessoas continuarem a utilizar símbolos, a começar pelo símbolo da cruz.

A Europa tem de ter a coragem de encarar estas questões fundamentais numa perspectiva metahistórica e de retomar o seu papel de berço e de centro, incluindo em termos espirituais. Deve restituir aos povos da Europa a liberdade de manter e venerar os símbolos da sua identidade de acordo com um princípio fundamental da estrutura jurídica e política da União Europeia: o princípio da subsidiariedade. Toda esta questão gira em torno deste aspecto, da natureza fundamental do princípio de subsidiariedade.

Em conclusão, este assunto permite-nos debater e reflectir sobre uma questão fundamental: o que significa a liberdade religiosa para a Europa? Bem, lamento afirmar que é precisamente a decisão do tribunal de Estrasburgo que está a atropelar impiedosamente o direito fundamental de liberdade religiosa, e que quer impedir um povo como o italiano de manter o símbolo da cruz, lembrança indispensável das suas raízes cristãs, nas salas de aula.

Antonio Cancian, autor. – (IT) Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, em 3 de Novembro de 2009, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos aprovou um requerimento de um cidadão de ascendência italiana e finlandesa para que fossem retirados os crucifixos das salas de aulas. Episódios semelhantes já tinham ocorrido anteriormente em Espanha, Alemanha, França e também na Itália onde, em 1988, o Conselho de Estado determinou que o crucifixo não é apenas um símbolo cristão, mas que tem um valor independente da ligação a essa religião específica. O Conselho de Estado italiano, num outro parecer proferido em 2006, especificou que o princípio da secularidade do Estado não pode ignorar a identidade cultural e civilizacional de um povo.

Com a nossa pergunta, queríamos chamar a atenção para o aspecto mais secular desta questão, salientando principalmente que, seguindo esta linha de raciocínio, não tardaria que se estivesse a levar à consideração do tribunal de Estrasburgo a remoção de símbolos católicos que fazem parte das tradições comuns dos Estados-Membros, bem como a remoção de representações artísticas e culturais que se encontram um pouco por todas as nossas cidades. Até mesmo a bandeira da União Europeia, criada para o Conselho da Europa, retirou inspiração da iconografia mariana, segundo o seu desenhador.

A decisão do Tribunal dos Direitos do Homem procura impor a partir de cima – adeus subsidiariedade – um modelo secular com que muitos Estados-Membros não conseguem identificar-se ou que, pior ainda, procura conduzir-nos ao niilismo: lá está a parede vazia que o senhor deputado Borghezio acabou de referir. O acórdão põe em questão a nossa verdadeira identidade, os nossos valores europeus de paz, de amor e de harmonia civil, de igualdade e de liberdade, e, por conseguinte, é um ataque à liberdade e à igualdade de direitos.

As instituições da UE são defensoras das prerrogativas da liberdade. A exibição de símbolos religiosos e culturais com que os povos se identificam é uma expressão da liberdade de pensamento – o prémio Sakharov irá ser atribuído nesta mesma Câmara amanhã – e deve ser salvaguardada pelas próprias instituições europeias e pelas organizações internacionais fundadas sobre princípios democráticos.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, gostaria muito de poder ter ouvido o senhor deputado Mauro, mas ele intervirá depois de mim.

Sou obrigado a ter em conta algumas normas jurídicas. A Comissão tem em grande consideração a liberdade de pensamento, de consciência e de religião, como está estabelecido no artigo 9.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e no artigo 10.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. No entanto, é um facto que a Comissão apenas pode agir no quadro da aplicação da legislação da UE. A verdade é que, na UE, as leis nacionais sobre símbolos religiosos em edifícios públicos inscrevem-se na ordem jurídica interna dos Estados-Membros.

O princípio da subsidiariedade aplica-se no contexto da União. Efectivamente, o princípio de subsidiariedade não se aplica à execução de decisões do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, o tribunal internacional encarregue de garantir a aplicação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Efectivamente, a aplicação das sentenças do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem compete ao Conselho da Europa. É igualmente verdade que a implementação das decisões do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem é obrigatória para todos os Estados que assinaram a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, e a Itália, tal como qualquer outro interveniente neste caso, tem direito, nos termos do artigo 43.º da Convenção, a requerer a transferência do processo para a Grande Secção, no prazo de três meses após a data da sentença. De acordo com a informação de que dispomos – que lemos na imprensa –, o Estado italiano está a utilizar o seu direito de recurso perante a Grande Secção.

Eram esses os pontos que queria esclarecer. No que respeita à legislação da União Europeia, mais uma vez afirmo que este assunto é da competência dos sistemas jurídicos internos dos Estados-Membros. Dito isto, não posso responder pelo Conselho da Europa nem pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que proferiram uma decisão que compreendo que possa causar controvérsia no Parlamento.

É isto que vos posso honestamente dizer, mas vou ouvir com atenção as intervenções que se seguem.

Mario Mauro, em nome do Grupo PPE. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria também de agradecer ao senhor Vice-Presidente da Comissão pela clareza do seu raciocínio que remete efectivamente esta questão para os Estados-Membros.

Devo dizer que estou convencido, como poucos, da necessidade de secularização das nossas instituições e também de que a religião não é solução para nenhum problema político. Por outro lado, não podemos resolver problemas políticos travando uma guerra às religiões.

É precisamente por essa razão que irei explicar o meu raciocínio através de um paradoxo: o que aconteceria se aplicássemos a decisão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, ou seja, se aplicássemos o raciocínio que impõe que retiremos os crucifixos das salas de aula italianas a todos os locais onde, por razões de interesse público, estão expostas cruzes? O que faríamos com a bandeira da Suécia, com a bandeira da Finlândia, da República Eslovaca, de Malta, da Dinamarca, da Grécia, e com a bandeira do Reino Unido onde figuram, nada mais nada menos, do que três cruzes?

A verdade é que, Senhoras e Senhores Deputados, a razão pela qual aquelas cruzes aparecem naquelas bandeiras não é diferente da que está subjacente à exibição de crucifixos nas salas de aula italianas, e não é uma razão de carácter religioso, mas sim que se prende com a cultura e a tradição. Deixemos, portanto, para os Estados-Membros, o poder de apreciar, caso a caso, a adequabilidade de soluções com base nas sensibilidades particulares dos seus povos, respeitando a sua liberdade religiosa e a natureza secular das instituições.

É tudo o que pedimos e fazêmo-lo, porque, em última análise, não é o conceito abstracto da lei que tem de ser defendido, mas sim a verdade pessoal e o desejo de infinito de cada indivíduo.

Juan Fernando López Aguilar, em nome do Grupo S&D. – (ES) Senhora Presidente, como advogado e membro do Parlamento Europeu, estou certo de que há muitos cidadãos a acompanhar o nosso debate que têm a mesma sensação que eu, de que lhe falta objectividade. Assim, vou tentar clarificar alguns aspectos.

Em primeiro lugar, estamos a falar de uma sentença do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que não é uma instituição da União Europeia, mas antes um tribunal – que faz parte de um círculo concêntrico da União Europeia, mas é uma entidade separada – que vela pelo primado do Direito, pela democracia representativa e pelos direitos humanos.

Em segundo lugar, estamos a falar de uma decisão judicial, e nenhuma resolução do Parlamento pode revogar ou alterar uma decisão proferida por um tribunal.

Em terceiro lugar, o acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem respeita a liberdade religiosa e o seu corolário, o pluralismo religioso. A liberdade religiosa faz parte das nossas tradições constitucionais e do direito constitucional dos Estados-Membros, sendo também um direito fundamental protegido pela Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

A sentença, por conseguinte, apresenta fundamentos, com sólida base jurídica, para a protecção da liberdade religiosa. Não a nega de modo algum. E, o que é mais importante, é passada por um tribunal de prestígio que tem tido uma importante influência na formação da cultura da defesa dos direitos humanos ao longo de quase sessenta anos.

Por outro lado, e é importante ter isso presente, nenhum acórdão proferido pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem implica a alteração da legislação dos Estados-Membros que assinaram a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem, porque a decisão reconhece um direito face a uma infracção, num caso específico.

É apenas neste sentido que compete aos Estados-Membros tomarem as decisões adequadas relativamente a alterações à legislação ou a políticas que se possam inspirar na doutrina do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem; mas em circunstância alguma são obrigados a fazê-lo em virtude de uma decisão daquele tribunal.

Por conseguinte, não há qualquer razão para os Estados-Membros estarem preocupados. Não são obrigados a alterar as suas leis nem as suas políticas em consequência de uma decisão específica do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Portanto, não há razão para a Itália, ou qualquer outro país, aprovar normas jurídicas de carácter geral em resultado desta sentença.

Por último, foi invocada a subsidiariedade. É preciso esclarecer que a subsidiariedade é um princípio da legislação europeia que não se aplica a este caso, porque o seu conceito e contextos de aplicação não têm nada que ver com este caso.

Penso, inclusivamente, que se pode invocar uma norma da legislação europeia que permite o adiamento de uma votação se houver dúvidas quanto à sua relevância, por não se relacionar com os assuntos da competência do Parlamento Europeu, o que, na minha opinião, é o que acontece neste caso.

Considero, assim, que embora este debate seja legítimo, peca irremediavelmente por falta de objectividade e não requer uma decisão urgente, e muito menos um protesto ou a revogação de uma decisão pronunciada por um tribunal que não é uma instituição da União Europeia.

Sophia in 't Veld, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhora Presidente, o título, um tanto ou quanto enganoso, do debate de hoje inclui a palavra “subsidiariedade”. Subsidiariedade, a meu ver, significa tomar decisões a um nível mais próximo do cidadão, ou seja, do cidadão individual. O que estão a dar a entender através das vossas resoluções é que os direitos de um Estado estão acima dos direitos individuais dos cidadãos. É nosso dever nesta Assembleia proteger os direitos dos cidadãos, e não os direitos dos Estados.

Em segundo lugar, se consideramos – como estão aqui a pretender – que isto não é um assunto da competência da União Europeia, gostaria que me explicassem porque é que estas questões se incluem nos critérios de Copenhaga, e porque é que exigimos dos países candidatos à adesão à União que respeitem a separação entre a Igreja e o Estado quando não podemos exigir-lo dos próprios Estados-Membros.

Em terceiro lugar, caros Colegas, se consideram que o Parlamento Europeu não é competente para discutir estes assuntos, gostaria de saber por que razão temos competência para discutir matérias como a forma dos pepinos, mas não para discutir os direitos fundamentais dos nossos cidadãos.

Quanto à Convenção Europeia dos Direitos do Homem e à decisão do tribunal, gostaria de chamar a vossa atenção para o facto de que já passaram duas semanas desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que exige que a União Europeia subscreva a Convenção dos Direitos do Homem. Não seria incompreensível se, simultaneamente, nos recusássemos a aceitar a autoridade do tribunal de Estrasburgo? Não poderemos explicar isso aos cidadãos europeus.

Por outro lado, penso – e isto já foi dito pelo senhor deputado López – que não compete aos políticos interferirem em decisões judiciais. Deixem os juízes fazer o seu trabalho. Podemos ter a nossa opinião – podemos gostar ou não da decisão – mas não devemos interferir no seu trabalho. O meu grupo, o Grupo ALDE – dos Liberais pela Europa – defende uma Europa para todos os cidadãos. O Grupo ALDE acredita numa Europa de diversidade, onde cada um tem direito à sua consciência, à sua religião e até mesmo à liberdade de não ter religião.

Passo a concluir. Os Estados – não os tribunais, mas os Estados – devem garantir que todos os cidadãos possam viver livremente, de acordo com a sua própria consciência. Os cidadãos devem ser protegidos pelo Estado, e penso que é grave quando sentem necessidade de ir a tribunal para se defenderem dos Estados. Caros Colegas, rejeitem as resoluções dos grupos PPE e ECR.

Mirosław Piotrowski, *em nome do Grupo ECR*. – (PL) Senhora Presidente, tendo em conta o facto histórico de que os pais fundadores da União Europeia eram democratas-cristãos: Konrad Adenauer, Alcide De Gasperi, Robert Schuman e Jean Monnet, que basearam aquilo que construíram em valores e símbolos cristãos, lembro aos presentes que a bandeira adoptada pela União Europeia, que mostra um círculo de 12 estrelas douradas sobre um fundo azul e que está pendurada atrás de si, Senhora Presidente, faz referência às 12 estrelas sobre a cabeça da Santa Virgem Maria – revelação de S. João, capítulo 12.

Mais de meio século depois, vale a pena questionarmo-nos se a filosofia dos pais fundadores ainda tem relevância. No contexto do escandaloso acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que decretou que os crucifixos fossem retirados de uma escola italiana, deve ser enfaticamente afirmado que nenhum grupo de juízes nomeados por políticos e nem mesmo o Conselho da Europa podem ordenar a remoção de uma cruz, que tem um significado universal e religioso. Este veredicto atropela de forma insultuosa a liberdade de religião e a herança cultural da Europa.

Neste contexto, gostaria de perguntar ao senhor Vice-Presidente da Comissão: Não considera que um ataque a símbolos cristãos significa também a destruição dos alicerces sobre os quais foi construída a União Europeia? Não poderá, em nome da Comissão, lançar um debate sobre o papel e o significado dos símbolos cristãos na União Europeia?

Manfred Weber (PPE). – (DE) Senhora Presidente, agradeço a oportunidade de realização deste debate. O senhor deputado López Aguilar afirmou que, na sua opinião como advogado, não somos responsáveis. Eu não intervenho como advogado, mas como político. Milhões de pessoas na Europa são afectadas por esta decisão dos juízes de Estrasburgo. É por essa razão que este debate é importante.

A relação entre a Igreja e o Estado na Europa nunca foi pacífica e tem dado origem a conflitos sangrentos. É correcto e adequado que a União Europeia tenha conseguido separar o Estado da religião. É positivo. No

entanto, temos uma grande variedade de modelos na Europa. A França é claramente um Estado laico, enquanto que na Grã-Bretanha, o Chefe de Estado, a Rainha, é também chefe da Igreja. Existem na Europa vários modelos de evolução da relação entre Estado e Igreja. Por conseguinte, creio que é relevante reclamarmos a aplicação do princípio de subsidiariedade neste contexto e que cada país possa seguir o seu próprio caminho.

Gostaria mesmo de levar a discussão um pouco mais longe. Não pretendo falar de subsidiariedade, mas da questão fundamental de, na minha perspectiva, os valores europeus de solidariedade, subsidiariedade e liberdade estarem profundamente enraizados no Cristianismo e na concepção religiosa judaico-cristã. Porque não encontramos estes valores na China ou no Médio Oriente? Porque se baseiam na nossa cultura e nas nossas religiões. É possível reconhecermos este facto, sem, no entanto, forçarmos todas as pessoas a abraçar a mesma fé. Temos orgulho da nossa liberdade religiosa.

Existe liberdade religiosa no sentido em que posso decidir tornar-me ateu. Isso é aceitável e legítimo e lutámos por essa liberdade. No entanto, existe também o direito a ter uma confissão. Na minha região, onde vivem mais de um milhão de pessoas, mais de 80% são católicas. Da mesma forma que os ateus reclamam tolerância por parte da restante sociedade, também os católicos, que constituem mais de 80% da população, pedem aos não-crentes que demonstrem tolerância para com a sua fé. Querem poder mostrar a sua fé em público, representá-la, e que os símbolos cristãos sejam aceites pela minoria nesta sociedade maioritária. Esta pretensão é igualmente legítima em termos de liberdade religiosa.

Se reclamo tolerância, tenho de demonstrá-la também para com aqueles que praticam uma fé cristã.

Joanna Senyszyn (S&D). – (PL) Senhora Presidente, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem decidiu, acertadamente, que pendurar cruzes nas salas de aulas viola a liberdade religiosa dos alunos e o direito dos pais de criarem os seus filhos de acordo com as suas convicções. Os juízes decidiram unanimemente que a existência de cruzes nas escolas viola a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

A decisão é simples, clara e universalmente compreensível. É por isso que despertou tanta indignação entre o clero e os políticos conservadores. Fingindo não entender, exigem explicações da Comissão e que o Parlamento adopte uma posição oficial. Não é lícito. As instituições da UE não têm competência para avaliar aquela ou qualquer outra sentença. Não nos esqueçamos de que existe uma divisão de poder tripartida e que o tribunal em questão é um órgão do Conselho da Europa e não da União Europeia.

Responderei aos que levantam a questão, uma vez que têm dúvidas: a decisão sobre a remoção dos crucifixos não viola o princípio de subsidiariedade. Muito pelo contrário, contribui para ajudar os Estados europeus que se esqueceram de que na sua constituição existe uma disposição, se não sobre a separação entre Igreja e Estado, pelo menos sobre a neutralidade da concepção do mundo, a observarem a lei. A decisão ajuda as autoridades nacionais e os tribunais que são influenciados pela Igreja a compreender os direitos fundamentais dos cidadãos que estão a ser violados em consequência do clericalismo crescente da vida social. Os cidadãos de Estados dominados pela influência da Igreja não podem defender os seus direitos junto dos tribunais nacionais. É bom que possam recorrer ao Tribunal dos Direitos do Homem e obter justiça.

A decisão respeita a identidade entidade nacional dos Estados-Membros e deve ser aplicada. Não se trata da proibição de uma exibição de símbolos religiosos em locais públicos, mas apenas numa área muito restrita do espaço público, nas escolas públicas. Ninguém está a pedir a remoção das cruzes das igrejas e das praças, ou das bandeiras, como um colega disse, irreflectidamente.

Não se trata de uma interferência nas relações entre a Igreja e o Estado, mas da defesa de cidadãos cujos direitos não estão a ser respeitados. Também no meu país, a influência crescente da Igreja na sociedade está a limitar os direitos fundamentais dos polacos. Não poderia aceitar que o Parlamento Europeu e a Comissão impedissem os meus compatriotas de lutar pelos seus justos direitos junto do tribunal de Estrasburgo. Uma tomada de posição crítica por parte da Comissão e do Parlamento sobre este acórdão constituiria uma interferência não autorizada e que, além disso, nos iria expor ao ridículo. É meu dever avisar-vos.

Carlo Casini (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a decisão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem perturbou não só crentes mas também todos aqueles que durante séculos têm visto o crucifixo como um sinal de esperança e de solidariedade, um conforto contra o medo e a dor.

Esperamos que a decisão seja alterada pela Grande Secção visto ser claramente irracional. Devemos banir o próprio nome da Cruz Vermelha? Devemos remover os enormes crucifixos sobre cumes montanhosos que dominam cidades e vales? Iremos proibir a Rainha de Inglaterra, como já foi mencionado, de ser chefe da Igreja Anglicana?

De qualquer forma, o caso convida a uma reflexão importante do ponto de vista civil e político: quando falamos de direitos do Homem, estamos a falar apenas dos direitos dos indivíduos como partes isoladas de um contexto social, ou não é também o direito a professar uma determinada fé um direito dos povos? A tradição, a história, o património intelectual e artístico não têm qualquer relevância, quando têm caracterizado, durante milhares de anos, a identidade de um povo?

Além disso, a questão também se prende com a relação entre subsidiariedade e direitos humanos, e faço notar que estes últimos, à excepção de certos princípios fundamentais que devem ser considerados universais e irrefutáveis, podem ser interpretados de diversas formas e inclusivamente entrar em conflito entre si. Porque deve ser negada a um Estado a oportunidade de, através das suas leis, resolver esses conflitos e interpretar e aplicar os direitos humanos de acordo com as concepções éticas do seu povo? O tema transcende em muito a questão dos crucifixos.

Noutras ocasiões, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem reconheceu, no que respeita ao direito à vida, a competência exclusiva dos Estados-Membros para deliberar sobre os assuntos mais controversos, como o aborto e a eutanásia. Agora, o Tratado de Lisboa exige que subscrevamos a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e, consequentemente, que a União Europeia respeite as decisões do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Neste contexto, deveríamos reflectir sobre a nova e diferente direcção que aquele tribunal está a tomar. Seria grave se um poder supranacional, especialmente um poder exercido por um número limitado de pessoas e não como expressão democrática da vontade popular, se tornasse repressivo e aviltante, insensível aos sentimentos e ao coração das pessoas e, em última análise, contrário à liberdade. É por essa razão que espero que a resolução apresentada pelo Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) seja aprovada com os votos de um grande número de deputados.

Miroslav Mikolášik (PPE). – (SK) A história da Europa, das suas nações e, consequentemente, a UE está, quer queiramos quer não, estreitamente ligada à herança cristã. Assim sendo, as próprias constituições de vários Estados contêm referências às tradições cristãs. Até mesmo o Tratado da União Europeia, no seu preâmbulo, retira inspiração, *inter alia*, da herança religiosa europeia, da qual derivaram valores universais.

Na União Europeia, os direitos fundamentais estão actualmente consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e na Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais mas, acima de tudo, têm como base tradições constitucionais comuns aos Estados-Membros que se desenvolveram ao longo dos séculos. É por isso que sou da opinião que a UE deve defender o pleno respeito pela história, cultura e tradições nacionais e opor-se firmemente à penalização de Estados-Membros que defendem o seu direito a uma caracterização e identidade próprias, incluindo a herança e os símbolos cristãos. Para concluir, gostaria apenas de acrescentar que nem a Carta dos Direitos do Homem nem a Convenção Europeia aumentam os poderes da União.

Agustín Díaz de Mera García Consuegra (PPE). – (ES) Senhora Presidente, gostaria de começar por pedir emprestadas algumas palavras que irei fazer minhas. O crucifixo não é um sinal de imposição. É um símbolo que representa valores positivos, que fazem parte da nossa história, da nossa cultura e de uma sociedade que remonta a mais de dois milhares de anos. Não podemos pretender proteger direitos fundamentais, negando os mesmíssimos valores que estão na sua origem.

A democracia funciona através da liberdade e do respeito, facilitando o exercício de direitos, não através da imposição ou da limitação. É claro que o princípio de subsidiariedade tem de ser respeitado e reconhecido por todas as instituições, organizações e tribunais europeus, em especial a liberdade, seja de opinião ou de credo.

A possibilidade de os Estados-Membros exibirem símbolos religiosos em espaços públicos, enquanto símbolos que representam as tradições e a identidade dos seus povos, não deve, nem pode, ser posta em causa. A liberdade é um elemento essencial da nossa sociedade e o pilar fundamental em que assenta o espaço único de liberdade, segurança e justiça. A sua limitação ou censura significaria a destruição dos próprios alicerces da União Europeia.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhora Presidente, também considero que o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem está errado ao considerar que a exibição de crucifixos em salas de aula constitui um desrespeito pela fé dos outros. O assunto que estamos hoje a debater é de natureza social e não jurídica. É óbvio que nos devemos reger pelo princípio da subsidiariedade. A presença de símbolos religiosos não é

sinal de discriminação ou de imposição religiosa. É resultado da tradição e da história dos diferentes países e, muitas vezes, da sua própria Constituição, como acontece no meu país, a Grécia.

Na Grécia, temos símbolos religiosos nas salas de aula, não como forma de impor aos alunos uma religião específica, mas porque isso faz parte da nossa tradição e está intimamente ligado aos valores e à estrutura da nossa sociedade, sujeita a quatro séculos de perseguição e de opressão religiosa pelo Império Otomano.

Anna Záborská (PPE). – (SK) Gostaria de me pronunciar rapidamente sobre três questões. Esta noite, próximo do final do ano e com o Natal à porta, antes da meia-noite de uma terça-feira, quase sessenta anos após a fundação da União Europeia, ainda estamos a discutir um dos pilares da integração europeia. Estamos a discutir o princípio da subsidiariedade.

Em segundo lugar, a pergunta do senhor deputado Borghezio diz respeito à decisão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em Estrasburgo que considerou que a presença de crucifixos em escolas italianas é uma violação da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem. Esta decisão suscitou temores em muitos Estados. Na semana passada, o parlamento eslovaco aprovou uma resolução em que declarava que esta decisão estava em conflito com o património cultural e o passado cristão da Europa.

Por último, senti-me um pouco desconfortável durante a leitura da proposta de resolução comum que iremos votar na quinta-feira. Estou desapontada por não termos a coragem de incluir numa resolução que aborda a questão da subsidiariedade os pontos do Tratado de Lisboa que estão directamente relacionados com o programa que foi aprovado.

Magdi Cristiano Allam (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, se considerarmos que não está aqui quase ninguém neste momento para falar da questão dos crucifixos, dado que para debatermos os crucifixos temos de abordar a questão da subsidiariedade, a única conclusão lógica é que estamos numa Europa que se envergonha da verdade histórica das suas próprias raízes judaico-cristãs e da verdade histórica do cristianismo que, como Goethe disse, é a língua comum da Europa.

No Parlamento Europeu há 23 línguas oficiais que demonstram que, se não for o cristianismo, não há nada que una a Europa. Gostaria de colocar uma questão ao Senhor Vice-Presidente Barrot: por que motivo, depois de um referendo popular realizado na Suíça ter dito “não” aos minaretes, a Comissão Europeia, a União Europeia, as Nações Unidas, a Liga Árabe e a Organização da Conferência Islâmica se uniram para condenar o resultado desse referendo – apesar de a Suíça não ser um país membro da União Europeia – e, contudo, hoje, o Senhor Vice-Presidente assume uma posição de neutralidade relativamente a uma questão que diz respeito às nossas raízes, à nossa identidade e à nossa alma?

Csaba Sógor (PPE). – (HU) Na qualidade de pastor protestante, cujas tradições consideram a estrela de oito pontas, e não a cruz, como o seu símbolo mais importante, permitam-me dar um breve contributo para este debate. Na verdade, sou de um círculo eleitoral onde 99% do eleitorado é católico. Os meus quatro filhos vão à escola com crianças católicas. A cruz não nos incomoda. Gostaria de aqui fazer uma distinção – se me é permitido, relativamente a uma questão técnica – entre o crucifixo e a cruz. Temos de ter consciência de que, apesar de não ser o meu caso pessoal, há pessoas que se sentem incomodadas pela cruz ou crucifixo porque estes símbolos lhes recordam a inquisição.

Creio que isto é adequado nos países em que a prática se desenvolveu devido à tradição católica de ter uma cruz nas escolas, sobretudo nas escolas religiosas. Contudo, o Parlamento não deveria debater estes assuntos, mas antes a pobreza, a crise económica ou de que forma a Europa de Leste irá recuperar o atraso. Estamos a ter um debate improdutivo. Temos de considerar quem é que protestou nessa escola italiana e por que razão o fez. Devíamos ter analisado este caso singular, em vez de debater aqui uma questão que já pertence ao passado.

Gostaria, evidentemente, de salientar uma vez mais que nada tenho contra a cruz dado que, também eu, vivo todos os dias a olhar para ela e não me incomoda. Temos de criar as condições de vida certas em Itália ou na Roménia para que isto não se transforme num tema de debate.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhora Presidente, nos últimos anos temos assistido a uma campanha permanente no sentido de suprimir a liberdade de expressão religiosa. Enfermeiras cristãs foram castigadas por se oferecerem para orar com doentes e, ainda hoje, Lillian Ladele, uma conservadora do registo civil cristã, a quem foi ordenado que celebrasse uniões civis, caso contrário seria despedida, perdeu o processo por discriminação religiosa no Tribunal da Relação no Reino Unido.

As leis da igualdade falharam no que respeita à protecção dos cristãos – na verdade, acontece exactamente o oposto. Uma alteração à Lei da Igualdade, com vista a proteger a liberdade de religião das igrejas, foi chumbada na Câmara dos Comuns há duas semanas, por entre acusações de interferência da Comissão da União Europeia. A Comissão, na sua opinião fundamentada, argumentou que o Reino Unido tem de restringir a salvaguarda da liberdade de religião na sua legislação laboral. Digo veementemente: a Comissão devia ter vergonha. É necessário reconhecer que as pessoas têm fé e têm o direito de expressar essa fé. Os cristãos devem ser protegidos, e não punidos, pela lei.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, o país com que mais estou familiarizado assistiu a duros confrontos sobre estes assuntos, e gostaria muito simplesmente, embora a nível pessoal, de expressar o desejo de que a política do Parlamento Europeu continue a ser uma política de tolerância e respeito mútuos.

Há, na verdade, famílias que desejam seguir a tradição cristã. Há famílias que podem questionar essa tradição. Esta diversidade religiosa e cultural é aquilo que nos caracteriza, e o que caracteriza a Europa. Creio que devemos ser muito prudentes quando abordamos uma questão como esta. Tomo a liberdade de dizer isto muito simplesmente porque eu próprio sofri, no país com que estou mais familiarizado, com os extremos de ambos os lados.

Posto isto, sou advogado e, muito honestamente, não entendo como é que este debate pode ter lugar aqui, quando deveria ter sido realizado primeiro na Assembleia do Conselho da Europa e nos nossos parlamentos nacionais. É aí que acredito que este debate deve realmente ter lugar. Além disso, somos obrigados – sou obrigado, em nome da Comissão – a dizer que a Comissão está, sem dúvida, muito empenhada em respeitar o princípio da liberdade de religião e que, evidentemente, seria forçada a reagir contra qualquer forma de discriminação contra pessoas que pertencem a uma determinada religião.

Dito isto, a Comissão não pode actuar fora do quadro jurídico previsto nos tratados. Além disso, não pode intervir como guardião dos tratados no que respeita a questões relativas a um Estado-Membro, quando essas questões não se referem à legislação da União Europeia. Sou obrigado a dizer isto, muito simplesmente. A Comissão pode apenas tomar conhecimento das várias posições expressas nesta Assembleia, mas não pode expressar opinião sobre um assunto não abrangido pela legislação europeia. Uma vez mais, estas questões são do âmbito jurídico nacional, dos Estados-Membros. Isto é o que posso dizer, pela parte que me respeita, enquanto advogado.

Contudo, creio que este debate é útil e que foi interessante, evidentemente, mas limitar-me-ia, muito simplesmente, a incentivar todos aqueles que participaram nele a manterem o sentido de equilíbrio necessário e a permitirem que o Conselho da Europa e a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa realizem um debate útil sobre as interpretações que podem ser feitas de uma Declaração Europeia dos Direitos Humanos. Muito honestamente, no entanto, enquanto guardiões dos tratados não podemos intervir num debate que, essencialmente, diz respeito ao Conselho da Europa e ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Peço desculpa por não poder dar-vos uma melhor resposta hoje, mas sou obrigado, muito honestamente e nos termos da lei, a responder deste modo. Acredito sinceramente que estamos a falar de problemas que, presentemente, são abordados na União no quadro do sistema jurídico nacional de cada Estado-Membro.

Presidente. – Recebi seis propostas de resolução⁽³⁾ apresentadas nos termos do n.º 5 do artigo 115.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, 17 de Dezembro de 2009.

Declarações escritas (artigo 149.º)

Herbert Dorfmann (PPE), por escrito. – (DE) A decisão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem é a expressão de um secularismo agressivo e confere autoridade àqueles que querem que o domínio público seja isento de religião. Ao fazê-lo, está a ignorar o facto de o nosso continente não poder existir sem o cristianismo. O cristianismo definiu a Europa, o seu povo, cultura e arte, bem como o seu modo de pensar, de tal modo que o continente perderia a sua identidade se todos os vestígios do cristianismo fossem eliminados. Não se trata, certamente, de questionar a liberdade de religião. A separação da Igreja e do Estado é uma vantagem

(3) Ver acta

suprema da nossa democracia e gostaria que tivéssemos o cuidado de garantir que ambos desempenham as respectivas funções respeitando-se mutuamente um ao outro. Contudo, é exactamente deste respeito que se trata. A Igreja Católica não pode exigir que todos subscrevam as suas crenças, mas assiste-lhe o direito de exigir ser respeitada por todos.

Martin Kastler (PPE), *por escrito*. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o que significa, efectivamente, liberdade de religião? A resposta é muito simples. É a liberdade de ter uma religião. A liberdade de religião não é libertarmo-nos da religião mas a liberdade de termos uma religião. A liberdade de religião não cria uma sociedade isenta de religião, em vez disso, confere às pessoas o direito de praticarem a sua religião abertamente no seio da sociedade. Um crucifixo na sala de aula não obriga ninguém a acreditar, ou a não acreditar. Consequentemente, não viola a liberdade de religião. Também nunca ouvi falar de um direito que confira a alguém o direito de não ser confrontado com símbolos religiosos. Se fosse esse o caso, na verdade, teríamos de proibir imediatamente todas as cruzes das pedras tumulares e todos os pináculos das igrejas. A decisão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem no que respeita ao crucifixo é, consequentemente, não só um ataque ao princípio da subsidiariedade como igualmente uma violação do próprio direito de liberdade de religião. Nós, Parlamento Europeu, não podemos nem devemos aceitar esta decisão. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem deve fazer justiça e não tornar-se uma marioneta de interesses ideológicos e anti-cristãos. Caso contrário, teremos de ponderar seriamente se este Tribunal ainda tem, efectivamente, qualquer utilidade.

Joanna Katarzyna Skrzydlewska (PPE), *por escrito*. – (PL) Em minha opinião, a decisão do Tribunal não tem nada que ver com a protecção da liberdade de religião. A presença de uma cruz numa sala de aula, por si só, não exerce pressão sobre a visão que uma pessoa tem do mundo e não viola o direito que assiste aos pais de educarem os filhos segundo as suas próprias convicções, do mesmo modo que esse direito não é violado pelo uso de vestuário que testemunha a profissão de uma determinada fé. A compreensão mútua e a abertura aos outros estão na base de uma Europa comum e unida, e o mesmo se aplica ao respeito pelas diferenças culturais entre países e pelas raízes e tradições das nações que compõem a União Europeia. Não é segredo que as fontes da nossa identidade europeia decorrem directamente da tradição cristã. Deste modo, para uma clara maioria dos europeus, a cruz é um símbolo religioso e, ao mesmo tempo, um símbolo que representa os valores em que acreditam. Não consigo imaginar o diálogo mútuo que entabulamos diariamente uns com os outros sem os valores em que acreditamos. Nem consigo imaginar que, em nome da liberdade de religião, devêssemos ser obrigados a negar aquilo que, para nós, é um símbolo importante e sagrado, independentemente de ser uma cruz, a Estrela de David ou uma meia-lua. Tal como ninguém tem o direito de forçar alguém a aderir a uma determinada religião ou sistema de valores, também ninguém tem o direito de obrigar alguém, em nome da liberdade, a retirar símbolos que são importantes para toda a humanidade. Através da sua decisão, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem não está, na verdade, a defender a liberdade de religião, mas antes a discriminar todos aqueles em cujas vidas os símbolos de fé têm um significado importante.

21. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta

22. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 23H45)